

VOZES



# SOBRE O SENTIDO

ENSAIOS SEMIÓTICOS

A. J. GREIMAS

80 -

***SOBRE O SENTIDO***  
*Ensaio Semióticos*

FICHA CATALOGráfICA

*(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ)*

Greimas, Algirdas Julien.  
G838s Sobre o sentido: ensaios semióticos; tradução  
de Ana Cristina Cruz Cezar [e outros] revisão técnica  
de Milton José Pinto. Petrópolis, Vozes, 1975.  
296p. 21cm.

Do original em francês: Du sens, essais semiotiques.

1. Semântica (Filosofia). I. Título.

CDD — 149.94

412

CDU — 801.54(001)

130.2:4

75-0487

---

# SOBRE O SENTIDO

## ENSAIOS SEMIÓTICOS

---

*Algirdas Julien Greimas*

Tradução de

Ana Cristina Cruz Cezar  
Ana Maria Sampaio Fernandes  
Kátia Hakim Chalita  
Clara de Andrade Ayrim  
Márcia Zélie Barbosa Pinto

Revisão técnica de

MILTON JOSÉ PINTO

 EDITORA  
VOZES

1975

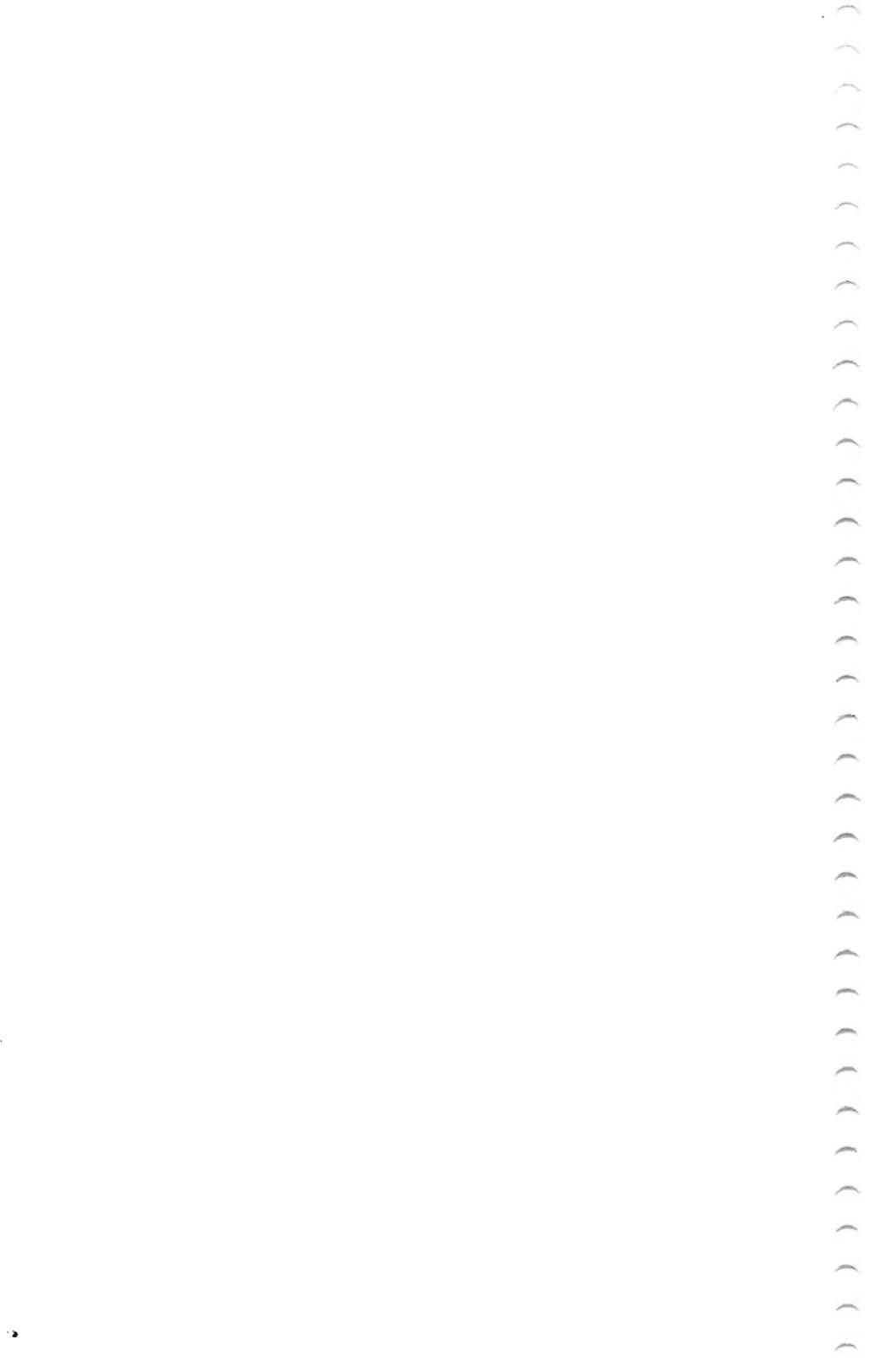
© Éditions du Seuil, 1970  
Título do original francês:  
DU SENS, ESSAIS SÉMIOTIQUES

© da tradução brasileira  
1975, Editora Vozes Ltda.  
Rua Frei Luís, 100  
25.600 Petrópolis, RJ  
Brasil

## Sumário

---

Sobre o Sentido	7
Considerações sobre a Linguagem	18
A Estrutura Semântica	36
Condições para uma Semiótica do Mundo Natural	46
Para uma Sociologia do Bom-Senso	86
Estrutura e História	97
A Mitologia Comparada	109
O Jogo das Restrições Semióticas	126
Elementos de uma Gramática Narrativa	144
Por uma Teoria de Interpretação da Narrativa Mítica	171
A Busca do Medo	217
A Estrutura dos Actantes da Narrativa	234
A Lingüística Estrutural e a Política	255
A Escritura Cruciverbista	266
Os Provérbios e os Ditados	288



## Sobre o Sentido

---

**É** EXTREMAMENTE difícil falar do sentido e dizer alguma coisa significativa. Para fazê-lo convenientemente, o único meio seria construir-se uma linguagem que não significasse nada: estabelecer-se-ia assim uma distância objetivante que permitiria construir discursos desprovidos de sentido sobre discursos significativos.

É justamente este o sonho e a tarefa dos mestres da lógica: eles chegaram a inventar a expressão “desprovido de sentido” para caracterizar uma certa classe de palavras com a ajuda das quais se pudesse falar sobre outras palavras. Infelizmente, a expressão “desprovido de sentido” não é desprovida de sentido: ela está inclusive na origem das filosofias do absurdo. As palavras que ela engloba, por outro lado, também não o são: ao nos indagarmos sobre o sentido de “e”, de “ou”, de “se”, e ao substituí-las por “conjunção”, “disjunção”, “condição”, nós apenas começamos um caminho circular, interminável, de sinônimos e definições que se sucedem, cruzando-se, nas páginas de um dicionário.

Evidentemente, sempre se pode parar em algum nível metalingüístico e dizer que não se irá mais longe, que os conceitos inventariados permanecem indefiníveis, e que se pode passar às coisas importantes, ou seja, ao estabelecimento de uma axiomática que é a única que permitirá retomar, por etapas sucessivas, o sentido das palavras e os efeitos que suas combinações produzem em nós. Este é talvez o procedimento mais sensato, mas é também uma confissão de impotência.

Podemos provisoriamente nos livrar deste sentido estorvante deslocando sua problemática. Um quadro, um poema são apenas pretextos, o único sentido que eles têm é aquele — ou são aqueles — que lhes damos. Eis aqui o *nós* erigido em instância suprema do sentido: é ele que comanda o filtro cultural de nossa per-

cepção do mundo, é ele também que seleciona e ordena as epis-  
temes que “se implicam” nos objetos particulares — quadros,  
poemas, narrativas —, resultados de emaranhados do significante.  
A operação teve êxito, o sentido é retirado dos objetos signifi-  
cantes, o relativismo triunfou: o sentido não está mais presente,  
todos os sentidos são possíveis. Na verdade, nada mudou, e a  
mesma problemática — com as mesmas taxinomias epistêmicas  
e a mesma ordenação sintática — se mantém num nível mais  
“profundo” ou, simplesmente, em outro nível. Quer se situe o  
sentido imediatamente atrás das palavras, antes das palavras ou  
depois das palavras, a questão do sentido permanece.

Pensou-se então, pensa-se ainda hoje, que se pode sair desta  
dificuldade afirmando, partindo de Saussure, que as palavras  
não têm sentido, que existem apenas oposições, relações que dão  
certa aparência de sentido aos termos que articulam. Infelizmente,  
as palavras, assim privadas de sentido, apenas o transmitem às  
relações que, estas, continuam a significar, embora, é verdade,  
de maneira menos indireta, mais flexível sobretudo, permitindo  
reintroduzir o famoso dinamismo que é apenas, na maior parte  
das vezes, uma licença metodológica e uma torrente de palavras.  
Permanece, sobretudo, um obstáculo maior: nossa inevitável in-  
serção no universo fechado do discurso que faz com que, a partir  
do momento em que se abre a boca e se começa a falar de  
relações, estas se transformem como que por encanto em sub-  
stantivos, ou seja, em termos cujo sentido deve-se negar postu-  
lando novas relações, e assim por diante. Toda metalinguagem  
que se possa imaginar para falar sobre sentido é não apenas  
uma linguagem significante, mas também substantivante, ela pa-  
raliza todo dinamismo de intenção tornando-o uma terminologia  
conceitual.

Também chegamos a pensar que nossos antecessores não foram  
talvez tão ingênuos como se pensa quando afirmavam, como um  
Bloomfield por exemplo, que o sentido existe exatamente como  
uma evidência, como um dado imediato, mas que nada mais se  
pode dizer sobre ele. Eles tiveram pelo menos o mérito de  
reduzir o problema a uma escala mais acessível, tentando estu-  
dar as condições da manifestação do sentido, ou seja, descrevendo  
esta cobertura sonora ou gráfica que, embora não tendo nada  
que ver com o sentido, lhe permitem filtrar-se e chegar até nós.  
Se a sua iniciativa finalmente fracassou, é em parte porque, sa-  
tisfeitos com os resultados obtidos na análise do significante, eles

se atiraram aos morfemas, ou seja, aos signos, pensando em, com a ajuda de procedimentos formais, burlar o sentido e passar imperceptivelmente de um nível a outro, de um alguém do sentido à distribuição das significações. Apesar disso nos legaram o conceito de “sentido negativo”, esta possibilidade de dizer que “pas” não é “bas”, que há entre os dois um desvio de sentido.

De repente, o imenso trabalho levado a cabo para evitar encarar o sentido não somente se justifica em si, mas adquire novo sentido para nós: os procedimentos ditos de descrição e de descoberta do nível do significante se tornam, para a semântica, procedimentos de verificação, que devem ser utilizados simultaneamente com descrição da significação. Se a menor mudança no estado do significante assinala alguma mudança de sentido, inversamente, não se deve registrar a menor mudança de sentido se esta não puder ser verificada pelo reconhecimento de uma diferença correspondente no significante.

Não devemos no entanto nos iludir: estes procedimentos nada nos informam sobre o sentido, eles apenas estabelecem uma correlação de controle entre dois planos independentes da linguagem. Se a descrição da significação continua arbitrária, os procedimentos de controle garantem, entretanto, em larga escala, sua coerência interna. E a coerência, nós sabemos, permanece um dos raros critérios de verdade que o homem já imaginou.

Suponhamos que, para refletir comodamente sobre este “desvio diferencial”, nos coloquemos numa situação imaginária: pensemos numa cortina de fumaça erguida à nossa frente — o universo do sentido —, e exatamente diante desta cortina uma teia de aranha apenas perceptível, feita de milhares de afastamentos diferenciais entrelaçados: é a visão saussuriana de linguagem. Vemos perfeitamente que esta teia articulada não corresponde absolutamente ao que está realmente ao alcance de nossa percepção, ao mundo matizado, pesado, cheio de coisas; que os desvios diferenciais, por conseguinte, não estão dados imediatamente nesta “substância”; que eles são, ao contrário, apenas conseqüências da captação de descontinuidades num mundo sobre o qual nada se sabe; que o que constitui o desvio é o estabelecimento de uma relação, de uma diferença entre os aspectos comparáveis das coisas.

Ainda que se aceite reconhecer que esta compreensão é logicamente anterior ao desvio examinado e que daí se tirem certas conseqüências — dizendo, por exemplo, que a substância do significante é apenas um pretexto que permite a compreensão do sentido, que ela é “informada” por esta mesma compreensão, que a forma do significante, ou seja, o conjunto dos afastamentos, resulta, como uma articulação, das operações de compreensão —, o problema das condições da significação, prudentemente situado no plano do significante e do não-sentido, pula fora e se coloca no próprio centro do aparecimento do sentido. Porque o problema da constituição do significante já é um problema de sentido. O conceito de sentido negativo, tão tranqüilizante, não está melhor fundamentado do que estão, de resto, todos os procedimentos imaginados pelo estruturalismo formalista de antigamente.

Não é esta volta às origens do sentido que incomoda, mas antes a constatação de que toda reflexão sobre as condições primeiras da compreensão do sentido — se quiserem, da produção ou da geração do sentido — apenas retoma conceitos epistemológicos tão gerais como os de mesmo e de outro, de negação e de asserção, de sujeito e de objeto, de forma e de substância, etc. Vemo-nos assim mergulhados novamente, sem querer, na “eterna filosofia”; continuando por aí, corremos o risco de nos transformarmos de lingüistas — situação em que nos sentíamos mais ou menos à vontade — em maus filósofos. Na verdade, refletir sobre as condições necessárias da manifestação do sentido é, inicialmente, ver-se obrigado a explicitar e a manipular todos os conceitos que se encontram na base das diferentes teorias do conhecimento, todas as categorias axiomáticas com as quais se constroem as linguagens formais: as lógicas e as matemáticas.

A voz de um estudioso de semiótica se arrisca a ter pouco alcance dentro deste concerto epistemológico. Será esta uma razão suficiente para deixar a outros a tarefa de definir a semântica.

A primeira preocupação do filósofo é compreender, erigindo para si próprio um discurso sobre o sentido que seja como uma imensa metáfora isotópica<sup>1</sup> do mundo. Uma preocupação essen-

<sup>1</sup> Por *isotopia*, entendemos geralmente um feixe de categorias semânticas redundantes, subjacentes ao discurso considerado. Dois discursos podem ser isotópicos mas não isomorfos.

cialmente de ordem contemplativa. Daí o mal-entendido. Porque o estudioso de semiótica, quando se vê obrigado a conduzir suas reflexões por terrenos que tradicionalmente pertencem ao filósofo, o faz a contragosto: prefere inclusive ocultar-se por trás de termos técnicos e de um discurso despersonalizado. Além desta cláusula de estilo antifrástico, há ainda na sua atitude aquela de que a reflexão fundamental só tem sentido para ele na medida em que conduz a um fazer científico. O saber constrói um fazer subjacente, e vai dar nele. O estudioso de semiótica não se acanha de tomar emprestadas as idéias dos outros, de se servir de informações heurísticas de segunda mão: o que é que não acharíamos, tentando reconstituir as fontes filosóficas de um Saussure ou de um Hjelmslev? O que realmente importa a este estudioso é a conformidade destas idéias com o que ele acredita ser o estado atual de sua disciplina, é igualmente a exigência íntima que lhes faz de "abocanharem a realidade": os povos chamados primitivos possuem filosofias da linguagem tão boas quanto as nossas, mas que não se prolongam em lingüística.

A atitude do estudioso de semiótica com relação às linguas formais está em que a admiração se confunde aí com a desconfiança. Assim, ele se sente atraído pela lógica simbólica: está é a forma que ele gostaria, em definitivo, de poder dar aos seus conceitos operacionais e suas relações, então redutíveis a simples cálculos. O que o preocupa, no entanto, é o caráter tautológico do cálculo lógico: ele se pergunta se toda transcodificação, se toda nova articulação do sentido não indica um acréscimo deste ou, pelo menos, uma diferenciação que deveria ser identificada e anotada. Ele é também atrapalhado pelas modalidades do verdadeiro e do falso, sobretudo quando estas se referem a uma realidade que não a lingüística, já que a sua concepção de linguagem não lhe permite encará-la sem lhe ter antes conferido um estatuto semiótico. Ele precisaria de uma lógica lingüística que tratasse, por exemplo, da mensagem e do segredo, da astúcia e da sinceridade sobre o mesmo plano que a verdade e a falsidade. Precisaria de uma lógica de equivalências mais que de identidades.

Os modelos lógico-matemáticos o atraem pela sua antiga fama de glória mais do que pela sua eficácia recente. Não se trata, certamente, de aplicações de cálculo estatístico cuja moda, superficial, já passou há muito tempo, mas do número sempre crescente de modelos formais que se oferecem e das tantas técnicas e moldes já prontos para a construção de gramáticas e de

linguagens. O que o desvia não é tanto o número destes modelos, mas muito mais a atitude pragmática e aparentemente arbitrária que está ligada à sua utilização. Está claro que o matemático não tem nada que ver com isso: operando no nível das linguagens formais, ele apenas oferece um variado catálogo de modelos possíveis. A escolha destes cabe ao estudioso de semiótica. Mas enquanto que, nas ciências ditas exatas, estas escolhas são sancionadas pela eficácia do fazer científico e se situam no interior de uma rede de restrições constituídas por uma massa de saber acumulado, nas jovens disciplinas em formação os modelos selecionados não só ameaçam o tempo todo subverter a economia da teoria científica que lhes serve de apoio, mas também formam e deformam à sua imagem um frágil estoque de saber. O grau de avanço da ciência — critério difícil de estabelecer — é portanto decisivo: os mesmos modelos são obrigatórios para uma ciência estabelecida, e podem ser arbitrários para uma disciplina que tenta ser científica. O problema da adequação se coloca de maneira diferente nos dois casos.

É através de uma via estreita, entre duas competências indiscutíveis — a filosófica e a lógico-matemática —, que o estudioso de semiótica é obrigado a conduzir sua pesquisa sobre o sentido. Não se trata, no caso dele, de fundar, como os filósofos, a semântica: quantas ciências assim fundadas viveram apenas o tempo de uma rosa. Trata-se menos ainda de desenvolver uma meta-discurso sobre o sentido: a confusão havida entre os propósitos dos filósofos e dos ensaístas em relação ao “estruturalismo” e o enfoque estrutural das ciências do homem só causou danos. É preciso, para satisfazer às reais necessidades da semiótica, dispor de um mínimo de conceitos epistemológicos explicitados que permitam ao estudioso de semiótica apreciar, quando se trata da análise das significações, a adequação dos modelos que lhe são propostos ou que ele constrói para si. O estudioso de semiótica tem necessidade de um controle epistemológico do seu método.

O homem vive num mundo significante. Para ele, o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência, como um “sentimento de compreensão” absolutamente natural. Num universo “branco” em que a linguagem

fosse pura denotação das coisas e dos gestos, não seria possível interrogar-se sobre o sentido: toda interrogação é metalingüística.

O que quer dizer esta palavra? O que é que se entende por isso? Nos dois extremos do canal da comunicação surgem metáforas antropomórficas, através das quais o homem procura questionar ingenuamente o sentido, como se as palavras realmente quisessem dizer alguma coisa, como se o sentido pudesse ser ouvido apurando-se o ouvido. As respostas dadas são no entanto apenas respostas por procuração, que acarretam equívocos: são sempre apenas paráfrases, traduções mais ou menos inexatas de palavras e de enunciados por outras palavras e outros enunciados.

A significação é portanto apenas esta transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, e o sentido é apenas esta possibilidade de *transcodificação*.

Dramatizando um pouco, chegamos então a dizer que o falar metalingüístico do homem é apenas uma série de mentiras, e a comunicação apenas uma seqüência de mal-entendidos. A escritura, esta, é evidentemente uma traição, enquanto que a crítica literária é no máximo uma tradução livre, metafórica, de uma atividade semiótica que já não é primeira. Quantas variações literárias sobre este tema, quantos pretextos para escrever sobre a impossibilidade, a indecência, o absurdo de escrever...

Muito curiosamente, enquanto a literatura se ocupa em se denunciar a si mesma, uma atividade semiótica paralela e sincrônica, que consiste na tradução das significações sociais inconscientes, é valorizada sob o nome de desmitificação. O que é apenas mentira e fonte de desgraças no plano individual se torna verdade e liberação no plano social.

Para o estudioso de semiótica, por um lado preocupado com o uso ideológico que se faz do objeto de suas pesquisas, por outro lado satisfeito de constatar que pelo menos elas servem para alguma coisa, mentira e verdade são um todo. A questão não é esta, ela não é pertinente, dirá ele no seu jargão. O fato da atividade metalingüística de transcodificação do sentido poder ser moral ou imoral, euforizante ou disforizante, é uma constatação que se deve reconhecer e remeter à problemática destes conteúdos, considerados nas operações metalingüísticas, cujo modo de existência é axiológico. No máximo ele pode acrescentar — como o sociólogo publicitário que promove a venda de sabonetes — que, ao descrever e objetivar os processos de transcodi-

ficação, ele eventualmente forja uma arma do futuro que, como todas as armas, tanto pode cair nas mãos do traidor como nas do herói. Ele apontará, inicialmente, uma constatação: como a língua natural nunca é denotativa mas possui diversos planos, viver sob a constante ameaça da metáfora é um estado normal, uma condição da "condição humana".

Se reduzimos assim o problema do sentido às suas mínimas dimensões, ou seja, a uma transcodificação de significações, e se dizemos que estas transcodificações se dão naturalmente, embora deficientemente, podemos perguntar se a atividade científica neste terreno não deve consistir em elaborar *técnicas de transposição* que permitam efetuar as transcodificações artificialmente, porém adequadamente. A descrição semiótica da significação é, por conseguinte, a construção de uma linguagem artificial adequada. Se sabemos aproximadamente como construir uma linguagem artificial — todo ano se constroem centenas — unicamente a solução satisfatória do problema da adequação, ou seja, do estabelecimento de um sistema de equivalências entre a língua artificial e a língua natural, pode confirmar o êxito da iniciativa. Por um prisma diferente, estamos de volta ao problema das relações entre os modelos de descrição e a estrutura elementar da significação, tal como pode ser percebida e explicitada na sua origem.

Dizer-se que, para dar conta do sentido, basta construir, de maneira arbitrária, uma linguagem segunda, pode levar a erigir a arbitrariedade em princípio. Acrescentar que, os critérios de adequação não estando solidamente estabelecidos, pode-se conceber esta construção como uma atividade que, ao fazer-se, seria ao mesmo tempo reflexão sobre o seu próprio fazer, isto muitas vezes pode tranqüilizar facilmente demais a consciência semiótica. Todo discurso sobre o sentido se transforma assim num exercício semiótico, e a semiótica explode em estilhaços de bravura. A distância que separa a práxis individual da práxis coletiva, incômoda, é esquecida.

Tal atitude entretanto dá novo alento ao exercício da literatura, que encontra aí sua justificativa. O que não passava de uma escritura mentirosa que enganava seu mundo se torna agora uma produção, uma atividade construtiva que assume sua condição

e tira dela o melhor partido possível. O estudioso de semiótica se transforma em escritor e o escritor se torna um estudioso de semiótica.

A desgraça — ou a peça que o sentido prega, mais uma vez, nos seus manipuladores — está em que a práxis, que se quer uma atividade biface mas global, se rompe sob a pluma do prático em dois níveis metalingüísticos diferentes: uma linguagem semiótica, dada com insistência como subentendida, autoriza uma metalinguagem refletiva de múltiplas interrogações e asserções. Sobre uma semiótica científica ainda inexistente se constrói assim um discurso metassemiótico que a postula implícita e imperiosamente, e que aparece como uma nova variante daquela escritura “terrorista” já identificada e desmitificada por Roland Barthes.

Tal atividade provavelmente reflete um momento histórico do desenvolvimento das superestruturas, exatamente como as iniciativas anteriores de denúncia ou de desmitificação do sentido: todas três constituem variações paradigmáticas sobre o sentido no interior do micro-universo literário deste momento. Porém a escritura semiótica não é apenas esta nobre manifestação da história concebida como uma metamorfose das formas. Sendo uma práxis histórica, ela tem que manipular conteúdos axiológicos e ideológicos, ela chega a se considerar transformadora destes conteúdos, considerando sua transformação como o sentido último do seu fazer. A história julgará a eficácia destes procedimentos. O que se pode notar desde já é esta ambigüidade inovadora: a produção de sentido só tem sentido se for a transformação do sentido dado; a produção de sentido é, por conseguinte, em si mesma, uma formação significativa, indiferente aos conteúdos que transforma. *O sentido, enquanto forma do sentido, pode ser definido então como a possibilidade de transformação do sentido.*

Quando abrimos, mais uma vez, o dicionário à procura do sentido da palavra sentido, encontramos um grupo de exemplos em que “o sentido interdito” está lado a lado com expressões tais como “o sentido de uma vida” ou “o sentido da história”. O sentido portanto não significa apenas o que as palavras querem nos dizer, ele é também uma direção, ou seja, na linguagem dos filósofos, uma intencionalidade e uma finalidade. Traduzido para a linguagem lingüística, o sentido se identifica com o processo de atualização orientado que, como todo processo semiótico,

é pressuposto por — e pressupõe — um sistema ou um programa, virtual ou realizado.

Esta interpretação segundo a qual o sentido, para manifestar-se, pode tomar ora a forma de um sistema, ora a de um processo, permanecendo, único — porque o processo pressupõe o sistema, e vice-versa —, enriquece com novas possibilidades o campo operacional da semântica. Ela explica que seja apenas aparente a contradição entre as gramáticas sistemáticas e as gramáticas sintagmáticas, explica como um fazer pode ser ao mesmo tempo transcrito como um algoritmo processual e transcodificado como um fazer sistemático e virtual. Ela estabelece uma equivalência entre as axiologias de ordem sistemática, e as ideologias que são representações — recorrentes — dos processos de transformação.

A produção literária se apresenta a partir daí como um caso particular deste processo de atualização do sentido virtual, comparável à produção de viaturas automobilísticas, levando à construção de objetos semióticos ocorrenciais, metonímicos em relação ao projeto virtual do fazer. Com uma pequena diferença, em todo caso: o escritor é privilegiado em relação ao operário da Renault pelo fato de ser ele próprio o sujeito virtual do programa que realiza, enquanto que o operário é apenas um operador qualquer de um fazer dessemantizado.

A dessemantização dos processos de atualização é por outro lado um fenômeno axiologicamente ambíguo: ele transforma o artesão em operário especializado, mas permite também a constituição de grandes literaturas sem que seus autores se coloquem os problemas da linguagem; permite, sobretudo, ao homem viver, reduzindo milhares dos seus comportamentos programados, gestuais ou lingüísticos, a automatismos. Não importa que a gesticulação do pianista seja absurda, se ele toca uma sonata de Mozart.

Voltamos assim ao plano semiótico da denotação do qual o sentido parece ter sido retirado, onde só resta um significante empobrecido, feito de automatismos de gesticulação e da nossa familiaridade com as coisas. Vista por este ângulo, a denotação é ao mesmo tempo o lugar de instauração do sentido e de sua suspensão. Mas se o sentido pode se deslocar assim o tempo todo, é porque existem percursos metassemióticos previsíveis para sua transposição: procedimentos de transcodificação vertical oferecem múltiplas possibilidades de explicitação e de impli-

citação do sentido; procedimentos de transcodificação horizontal dão conta da dupla implicação dos processos e dos sistemas.<sup>2</sup> Se, nas traduções, os efeitos de sentido operam sobre o eixo da evidência e da profundidade, os processos orientados aparecem como os lugares de transformação dos sentidos articulados em sistemas.

Pode-se dizer que os progressos da semiótica, nos últimos tempos, consistem essencialmente na ampliação do seu campo de manobras, na maior exploração das possibilidades estratégicas da apreensão da significação. Sem chegar a saber mais sobre a natureza do sentido, aprendemos a conhecer melhor onde ele se manifesta e como se transforma. Assim, deixamos cada vez mais de considerá-lo como o encadeamento linear e uniplano das significações nos textos e nos discursos. Começamos a compreender o que há de ilusório no projeto de uma semântica sistemática que articularia, como uma fonologia, o plano do significado de uma língua determinada.

Ao lado de uma semântica interpretativa cujo direito de existência não é mais contestado, a possibilidade de uma semiótica *formal* que procuraria dar contas apenas das articulações das manipulações de quaisquer conteúdos se define cada vez mais. Determinar as múltiplas formas da presença do sentido e os modos de sua existência, interpretá-los como instâncias horizontais e níveis verticais da significação, descrever os percursos das transposições e transformações de conteúdos, são tarefas que, hoje em dia, já não parecem utópicas. Só uma semiótica de formas como esta poderá surgir, num futuro previsível, como a linguagem que permite falar do sentido. Porque a forma semiótica é exatamente o sentido do sentido.

Tradução de  
ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES

<sup>2</sup> Sobre tudo isso, cf. mais adiante a *Estrutura semântica*, p. 36.

# Considerações<sup>1</sup> sobre a Linguagem

---

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Uma vocação para a universalidade

**H**Á ALGUM tempo que em certos meios se ouve falar com maior freqüência de um imperialismo da lingüística. Apesar de não haver nisso responsabilidade dos lingüistas, a lingüística é vista ora como uma ameaça, ora como uma promessa: conforme a disciplina ou o indivíduo em questão, ou se superestima as possibilidades metodológicas da lingüística ou se vê nela apenas os excessos nefastos de uma moda passageira.

As solicitações feitas ao lingüista, assim como as reticências que elas lhe inspiram, podem trazer o risco por vezes de provocar cisões no seio da comunidade lingüística. Existe atualmente, para utilizar uma expressão feliz de André Martinet, citada de memória, uma lingüística “lingüística” e uma lingüística “não-lingüística”.

Refletindo sobre este ponto, não há por que se admirar da concepção ainda freqüente entre os lingüistas americanos segundo a qual o verdadeiro caminho da lingüística nos últimos anos é o que passa por Schleicher, Bloomfield e Chomsky; desta forma coloca-se entre parênteses os ensinamentos de Saussure e de Hjelmslev, sem falar em Jakobson, já mais próximo. Na verdade, como se verá, isto se deve a alguma razão mais profunda do que um simples perspectivismo regional. O fato é que nem Saussure, nem Hjelmslev, nem Jakobson, nem toda a mais notável tradição saussuriana nunca se fechou no domínio lingüístico *stricto sensu*. As metáforas de Saussure, que continuam a estimular a imaginação — o jogo de xadrez, o verso e o reverso

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no II Simpósio Internacional de Semiologia, em Kazimierz (Polónia), 1966.

da folha de papel, o trem de Paris — são todas extralingüísticas. E a descrição das línguas naturais, para Saussure, é uma tarefa específica situada no interior de uma vasta semiologia.

Louis Hjelmslev, que completa e formaliza a teoria saussuriana, se situa de vez para além da problemática das línguas naturais: campo de reflexão privilegiado, a teoria hjelmsleviana da linguagem é na verdade uma teoria do conhecimento de toda ordem de objetos que se denominam “linguagens” (e não apenas das “línguas naturais”). O mal-entendido persiste, e é injustamente que se continua a fazer a Hjelmslev o processo da glossemática avaliada em termos de eficácia. Os glossemas são para ele “formas mínimas que uma teoria (nos) faz estabelecer como bases de explicação”. São portanto conceitos básicos bastante gerais, e não unidades das línguas naturais. Desde as suas primeiras formulações, a teoria lingüística não pode deixar de afirmar sua vocação para a universalidade.

## 1.2 Estruturalismo e dialética

O paradoxo desta lingüística “não-lingüística” continua: seu expoente máximo na França, Claude Lévi-Strauss, nem ao menos é um lingüista, e a teoria da linguagem conhecida como estruturalismo ocupa o lugar há pouco reservado à metodologia dialética. Não é nada surpreendente portanto que na violenta revisão de hoje em dia Saussure seja invocado como um grande filósofo da história (Merleau-Ponty) e Marx como o precursor do estruturalismo.

No plano da diacronia (e da história), a dialética hegeliana desempenhou no século XIX o mesmo papel de catalisador epistemológico que se atribui atualmente ao estruturalismo, que está sendo considerado como o único meio de determinar e analisar as totalidades. É como se os ecos longínquos de velhos debates trouxessem de volta, com as necessárias transposições, os mesmos problemas essenciais: as estruturas descritas são “reais” ou “construídas”, existem nas coisas ou nas consciências?

## 1.3 Língua e Linguagens

A ambigüidade que até agora foi possível evitar (no francês), graças à oposição entre *língua* e *linguagem*, mas que reaparece

no termo lingüística, não reside apenas nesta polissemia de denominações. A teoria geral da linguagem se desenvolve por assim dizer *naturalmente* a partir das considerações sobre o estatuto das línguas naturais, e as pesquisas lingüísticas concretas para ela contribuem com a generalização de seus processos e métodos. Mas, por outro lado, as línguas naturais necessitam de uma teoria que determine e estabeleça as etapas essenciais para a sua descrição. Duas linguagens pelo menos — uma língua natural a ser descrita e uma linguagem artificial onde estão formuladas as condições teóricas para esta descrição — são necessárias para que a sua junção produza esta terceira linguagem que é a língua específica descrita na sua estrutura e no seu funcionamento. Deve-se percorrer um itinerário que preveja muitas substituições lingüísticas para que o objeto do conhecimento apareça enfim no horizonte. Exercer a função de lingüista, mesmo dentro da mais estrita observância de uma ordem, é manipular simultaneamente várias linguagens.

## 2. A TEORIA LINGÜÍSTICA E O UNIVERSO SEMANTICO

### 2.1 O objeto científico: uma semiótica

Uma epistemologia cuja origem esteja na reflexão sobre a linguagem deve recolocar, mais uma vez, em termos talvez um pouco diferentes, o problema do estatuto científico do objeto de conhecimento e de suas relações com o sujeito que conhece, *de forma que a ciência seja vista por sua vez como uma linguagem*. Ora, dizer que os objetos científicos são linguagens equivale a situá-los a meio caminho entre a realidade que se procura conhecer e a teoria que organiza o seu conhecimento. Vê-se de um lado que a ciência não seria uma linguagem *sui generis* se se identificasse com o conjunto de declarações dos cientistas sobre o mundo: sendo completamente imotivada, não se compreende como a ciência poderia pretender *ser verdadeira*. Por outro lado, a ciência não é uma adesão à realidade do mundo, mas uma prospecção desta realidade, um esforço de inteligibilidade no sentido epistemológico da palavra. A ciência só é linguagem na medida em que esta é compreendida como um lugar de mediação, como uma tela sobre a qual as formas inteligíveis do mundo são representadas. O conhecimento, assim, deixa de ser subjetivo, sem tampouco residir nos objetivos reais.

A própria noção de objeto científico pede por sua vez uma formulação: nem as *línguas-objetos* — na medida em que este termo indica uma prioridade lógica ou genética —, nem os *termos-objetos* — signos pelos quais o mundo exterior ou interior nos é manifestado — são objetos ou constituem o objeto da ciência. Assim como o conjunto de vegetais não é o objeto da botânica, o conjunto de palavras de uma língua natural não constitui o objeto de sua descrição. Quaisquer que sejam as palavras, os conceitos ou os símbolos algébricos, os termos-objetos só se definem como resultados de relações ou como cruzamentos de categorias prospectivas do conhecimento; e, em última análise, a ciência é indiferente à sua natureza de termos.

Mesmo quando definido como sistema de relações, o conceito de linguagem continua a se prestar a confusões, visto que serve para designar tanto o objeto científico quanto o discurso pragmático do pesquisador. Seria mais conveniente substituí-lo pelo conceito de *semiótica*, que, em uma paráfrase de Hjelmslev, poderia ser definido como “uma hierarquia que pode ser submetida à análise e cujos elementos podem ser determinados por relações recíprocas (e pela comutação)”. Assim cada ciência específica constitui uma semiótica específica, sendo que a totalidade das semióticas é visada pelo saber no seu conjunto.

## 2.2 Semiótica e descrição

Examinando mais de perto, a definição hjelmsleviana esclarece bem o fato de que uma semiótica qualquer não tem existência senão implícita e apenas como uma possibilidade de descrição: o fato descritivo — o processo cognitivo — é a única coisa capaz de lhe dar existência concreta. Uma pressuposição recíproca reaproxima assim a semiótica da descrição: uma semiótica não existe como um objeto em si, como uma realidade a ser descrita; e a descrição, por sua vez, só é possível se há alguma coisa para descrever.

Os progressos do conhecimento poderão desde já tomar duas vias: 1º manifestando-se sob forma de uma extensão horizontal, paralelamente à restauração e anexação pela ciência de novas semióticas; o objetivo último da ciência é, neste caso, o estabelecimento de uma isotopia entre as dimensões do universo semântico e as do universo científico; 2º manifestando-se também

como um conjunto de construções verticais, sob a forma de análises baseadas em semióticas já descritas; visto que a descrição só pode ser concebida como produção de uma nova linguagem, esta pode tornar-se o objeto de uma nova descrição, que terá como objetivo tanto uma depuração dos instrumentos descritivos quanto uma correção da primeira descrição.

Este processo vertical, preço de nossa prisão no universo da linguagem, afeta a própria teoria da linguagem. Mesmo se concebida como uma teoria geral que, em vista da sua articulação interna, opera com os postulados e os conceitos comuns a todas as teorias científicas, a teoria da linguagem não é nada mais que uma semiótica e, como tal, suscetível de nova descrição. Uma das particularidades da teoria da linguagem reside pois no fato que entre suas premissas ela inclui a exigência de sua própria superação. Apesar do seu suposto caráter estático, é mais aberta ao progresso do que certas epistemologias que se pretende em dinâmicas.

### 2.3 A homogeneidade do plano lingüístico

O fato de que toda semiótica é um sistema de relações indiferente à natureza dos termos-objetos (= dos signos) simplifica aparentemente o problema da homogeneidade da descrição: a descrição com efeito poderia ser concebida como a construção de uma rede de relações *com a ajuda de denominações que são, ao mesmo tempo, relações constatadas e pontos de interseção ou disjunção das relações*, lugares privilegiados da formação de conceitos. Uma terminologia explicitada substituiria assim as relações implícitas.

Sendo esta imagem ideal da descrição, seria imprudente ignorar os obstáculos que aparecem na prática. Os termos-objetos são excluídos da terminologia uma vez que ela é completada. A descrição começa no momento em que são considerados os termos-objetos, cujo status semiótico está longe de ser unívoco.

Não basta dizer que os termos-objetos podem ser traduzidos em qualquer língua, que uma planta, por exemplo, pode receber uma denominação latina. Na realidade os termos-objetos em geral já se encontram denominados nas línguas naturais e não se pode ter certeza que as duas expressões lingüísticas, — a “artificial” e a “natural” —, que supostamente se referem a apenas

um termo-objeto, sejam equivalentes. A denominação dos objetos não se faz unicamente em função do recorte externo, mas principalmente em função do recorte classificatório de uma dada língua: uma semiótica implícita se ocupa da categorização e da análise do pedaço de mundo a que se refere.

Duas possibilidades se oferecem então ao descritor, especialmente quando se trata de níveis semióticos próximos à realidade do mundo sensível: 1º) ou considerar os termos-objetos apenas como “nomes próprios”, como simples denominações das figuras do mundo, fazendo abstração da semiótica implícita que os organiza; 2º) ou tornar manifesta tal semiótica. Considerando um domínio ainda virgem, como a pintura, cuja descrição ainda não foi feita de forma sistemática, nota-se que este domínio é suscetível de uma dupla descrição, que ou responda à questão do que é a pintura “em si” ou à questão do que é a pintura para uma dada comunidade cultural.

Em ambos os casos, a descrição será feita utilizando-se uma língua natural qualquer (ou um código derivado). A constatação que os objetos científicos são linguagens não é portanto de ordem metafórica (mesmo se uma definição substituiu em seguida a metáfora): eles o são por sua origem e seu estatuto. Mesmo que a linguagem científica possua sua própria gramática (= sua lógica) e que seja inteiramente construída — isto é, mesmo sendo suas denominações completamente imotivadas, repousando apenas sobre suas definições — a linguagem científica, durante o processo de comunicação, fica sob a influência de categorias semânticas das línguas naturais, que a deformam a todo instante, acrescentando-lhe novos elementos de significação a seu conteúdo. Esta dupla interferência — de dois sistemas de relações e também de dois modos de funcionamento — confere uma certa fragilidade às linguagens científicas.

Isto não impede que estes inconvenientes sejam compensados por uma vantagem essencial: a universalidade do plano lingüístico, sobre a qual se situa o conhecimento, garante ao mesmo tempo a homogeneidade do corpus que será descrito e a comparabilidade dos procedimentos utilizados na descrição.

## 2.4 A descrição

O fato de que se possa afirmar a existência de um lugar único onde se situam os diversos procedimentos descritivos permite

conceber, num certo nível de generalidade, um estudo comparativo das “metodologias” e até mesmo considerar como possível um modelo que as englobaria a todas. Na perspectiva de uma teoria lingüística que postula a articulação da linguagem em uma paradigmática e uma sintagmática, a totalidade dos procedimentos descritivos forneceria exatamente a contrapartida sintagmática da teoria científica, considerada como uma paradigmática, como o resultado último da descrição num dado momento. O processo científico, linguagem ao mesmo tempo exterior e interior, tomado no seu funcionamento e na sua produtividade, deixa de ser uma antecâmara da teoria científica para tornar-se sua parte constitutiva. A descrição, ao mesmo tempo ato de descrever o seu resultado, engloba assim os dois termos — “imperfectivo e perfectivo” — da categoria “aspectual” conotando o eixo do saber.

## 2.5 O universo científico e seus limites

As observações anteriores permitem resumir da seguinte forma a concepção lógica que se pode ter do universo científico:

1. O universo científico é coextensivo ao universo semântico, recortado também em semióticas particulares, sendo cada uma delas definida como uma hierarquia relacional.

2. Toda semiótica só poderá ser considerada como tal na medida em que foi postulada a possibilidade de uma descrição.

3. A descrição implica na tradução (ou no reemprego) dos termos-objetos em signos lingüísticos e na denominação das categorias relacionais e das suas resultantes que são os conceitos; a descrição confere um status homogêneo a todos os objetos científicos, ao acrescentar-lhes muitas ambigüidades que se devem à interferência de várias linguagens.

4. A descrição, que se identifica assim com a construção de uma nova linguagem, se situa necessariamente num certo nível estratégico de generalidade; daí resulta que, uma vez terminada, a descrição recobre um grande número de termos-objetos (ou de partes suas) que não foram analisados, isto é, que contêm um certo número de conceitos que, sendo indispensáveis à descrição, não puderam ser definidos dentro do quadro da semiótica considerada. Cada descrição pode, conseqüentemente, ser submetida a uma nova descrição hierarquicamente superior.

Assim concebido, o universo científico aparece como uma hierarquia de semióticas dominada por uma teoria suscetível de análise e de superação. No nível inferior da hierarquia se encontram domínios de significação com vocação semiótica que poderíamos talvez designar como micro-universos semânticos, anteriormente a sua anexação pela ciência. No nível superior se situa a metateoria, que se distingue por um traço das outras semióticas hierarquicamente inferiores: embora possuindo como as outras um certo número de conceitos não analisados, a metateoria não dispõe de nenhuma metasemiótica em momento algum da sua história.

Admitindo-se que uma semiótica só é científica se for justificável por uma metasemiótica que lhe seja isótoma, a metateoria científica não pode ser considerada como científica. O nome de *teoria semântica* lhe conviria melhor, ao marcar com esta distinção terminológica a sua especificidade. Poderíamos dizer assim que o *universo científico*, que é formado de justaposições e superposições de semióticas, se situa entre o *universo semântico* e a *teoria semântica*, sendo ambos suscetíveis de descrição.

### 3. MODELOS PARADIGMATICOS

#### 3.1 Ciências da natureza e ciências do homem

As considerações precedentes têm por objetivo precisar as condições em que se pode atribuir estatuto científico a esta ou aquela descrição semântica. Evitou-se cuidadosamente a introdução de critérios que, atribuindo estatuto científico somente às ciências exatas ou naturais, excluiriam do universo científico as ciências do homem.

Não é sem importância o problema da dicotomia das ciências. Com efeito, na medida em que a teoria da linguagem, abarcando as dimensões de uma epistemologia geral, se recusa a considerar os termos-objetos ou suas coleções como objetos de conhecimento, as palavras "natureza" e "homem" não têm mais sentido, ou ao menos a oposição entre elas não é mais suficiente para fundar a separação entre os domínios da natureza e do homem. A divisão das ciências, a partir deste fato, só poderá se fundar sobre as propriedades estruturais ou processuais das semióticas dadas.

Sem pretender responder a uma questão tão controversa, pode-se tentar apontar alguns elementos que ajudarão a situá-la melhor. A melhor maneira seria proceder empiricamente comparando duas semióticas isótópicas, onde uma manifestaria as ciências do homem e outra as ciências da natureza.

### 3.2 As taxinomias botânicas

Tais exemplos são raros: ou os domínios da natureza e do homem parecem por demais distantes ou as ciências que pretendem se estabelecer nos limites, como a geografia humana ou a medicina psicossomática, são pouco sensíveis a estes problemas. Só recentemente é que as pesquisas de Claude Lévi-Strauss (*O Pensamento Selvagem*) colocaram em evidência, nas sociedades arcaicas, a existência de semióticas implícitas cuja descrição poderia fornecer exemplos de taxinomias botânicas e zoológicas regidas pelo que o autor chama de "lógica concreta". Ainda mais recentemente Pierre Guiraud consagrou um capítulo de sua obra sobre as *estruturas etimológicas* (Larousse) à descrição de uma taxinomia botânica popular dentro do francês. Assim, uma semiótica antropológica, que se apresente sob forma de uma taxinomia relativamente simples, pode ser comparada a uma semiótica cosmológica como a classificação botânica elaborada ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Através de suas análises Pierre Guiraud fez um inventário de um milhar de paralexemas de tipo canônico (por exemplo "goela de lobo" ou "orelha de urso") pertencendo ao francês ou a seus dialetos e servindo para designar as diferentes ervas medicinais. Embora existam paralelamente outros códigos de denominações de plantas em francês (uns três ou quatro provavelmente), a homogeneidade deste e sua semelhança, ainda que superficial, com a classificação lineana<sup>2</sup>, permitem considerá-lo como um termo de comparação conveniente.

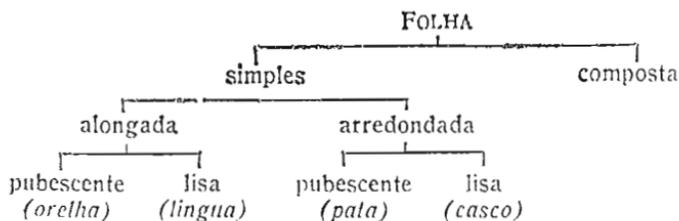
### 3.3 As terminologias

As semelhanças, de fato, são impressionantes. Primeiramente a nível dos códigos utilizados na denominação dos *termos-objetos*.

<sup>2</sup> Referente a Karl von Linne, naturalista sueco (1707-78), ou ao sistema de classificação binomial estabelecido por ele. (*N. do T.*).

A nomenclatura científica, que se distancia das línguas naturais ao se utilizar do latim, corresponde um código zoológico absolutamente homogêneo. Encontra-se dos dois lados o mesmo agrupamento de termos em sintagma denominativo do tipo: determinante + determinado. Além disso, a taxinomia popular utiliza, como elemento genérico, um termo pertencente ao esquema morfológico do corpo (limitado essencialmente a *olho*, *orelha*, *goela*, *rabo* e *pata*), e, como elemento especificante, um nome de animal, pássaro ou réptil. Não se dispondo de uma língua estrangeira, a autonomia de um código assim instituído não poderia ser melhor marcada.

Já as diferenças só aparecem depois de um exame mais atento. A nomenclatura científica é, a princípio, arbitrária; embora no espírito dos seus promovedores devesse “lembrar, tanto que possível, a natureza”, o sintagma denominativo em latim tem como conteúdo apenas a sua definição, ou seja, o conjunto de semas representando as relações constitutivas da taxinomia. O código botânico popular — ou ao menos o código que examinamos — é diferente. A estrutura gramatical de seus termos, que faz do código um grupo nominal canônico, a utilização do esquema morfológico corporal para fornecer classificadores e do inventário zoológico para fornecer especificadores, tudo isto o distingue como código. Mas esta organização formal do código não incide sobre a estrutura taxinômica implícita. Aquilo que nos permite dizer que se trata de um código *para* denominar e classificar uma certa flora não tem relação com sua estrutura formal: o fato do código recobrir uma taxinomia implícita reside no seu caráter motivado; os traços classificatórios que permitem descrever a taxinomia se manifestam como figuras de caráter essencialmente visual, transpondo ao nível da representação lingüística as configurações de uma flor (olho de perdiz) ou de uma folha (orelha de urso). Somente a análise sêmica dessas figuras visuais passando pela mediação de uma metonímia (erva → flor/folha) permite reconstituir a taxinomia implícita tal como Pierre Guiraud a descreveu e da qual vemos aqui uma amostra:



Embora sem relação direta com o código zoomorfológico, as categorias sêmicas de ordem visual e tátil constituem por si a base da classificação.

O código popular funciona pois de duas maneiras distintas: 1. tem um certo número de propriedades formais que o estabelecem como código; 2. mas os termos-objetos que gera e que são a sua manifestação comportam, além disso, suficientes propriedades semânticas que dão conta da semiótica implícita cuja descrição o etnolingüista deve efetuar. A nomenclatura científica, pelo contrário, não precisa conter a taxinomia que é, a princípio, anterior aos procedimentos de denominação. E os termos que são escolhidos mais ou menos arbitrariamente servem unicamente de substitutos conceptualizados, marcando os pontos de parada das redes taxinômicas ou os resultados de percursos relacionais sobre as ramificações das arborescências.

### 3.4 Análise discriminatória e análise qualitativa

Comparamos, de um lado, uma taxinomia implícita, extraída dos termos-objetos que a manifestavam, e, de outro, uma taxinomia construída a partir de uma rede de categorias constitutivas e completada pela denominação dos termos-objetos. Seria errôneo supor que o caráter antropológico da primeira destas antinomias provém da natureza lingüística dos seus termos; a linguagem gestual ou o jogo de xadrez seriam igualmente suscetíveis de uma descrição que revelasse uma semiótica implícita.

Apesar da inversão sintagmática dos procedimentos, que parece opor as duas taxinomias, as categorias sêmicas que a constituem — como Lévi-Strauss já havia assinalado, a propósito das sociedades arcaicas — se não são idênticas, são ao menos comparáveis. Os critérios pertinentes para opô-las certamente não devem ser procurados na sua diferença.

O que se exige, no fundo, de uma taxinomia científica para que a julgemos conveniente? Primeiramente, que seja exaustiva; em seguida que seja coerente, isto é, que cada termo-objeto possa ser colocado em apenas um lugar da árvore taxinômica e não em vários; e finalmente que seja simples e apresente a classificação na sua forma mais econômica.

Dai resulta que as categorias sêmicas, utilizadas como critérios de classificação, não existem como tal em virtude de sua signi-

ficação, mas unicamente a título *discriminatório*. O seu sentido é posto entre parênteses, provisória ou definitivamente. As mesmas categorias, ao contrário, interessam ao antropólogo por sua significação: não é apenas a existência das categorias, notável em si, que ele registra com satisfação, mas sobretudo a possibilidade de observar como funciona esta lógica implícita e como o homem concebe o mundo ao organizá-lo.

### 3.5 Semióticas qualitativas

Suponhamos que numa sociedade histórica qualquer exista uma taxinomia popular cuja estrutura hierárquica e cujas categorias sêmicas correspondam termo a termo à estrutura e às categorias utilizadas pela botânica dita científica; restaria ao descritor considerar duas análises possíveis desta taxinomia: primeiramente, teria que testar, como todo lingüista, a sua solidez formal segundo os critérios de pertinência já enumerados e que são válidos para toda descrição. Mas também teria que se interrogar, como todo antropólogo, sobre a significação de uma tal semiótica, considerando tanto o código como as suas categorias constitutivas. Ele seria menos sensível, por exemplo, às qualidades combinatórias do código do que à sua manifestação a nível zoomorfológico, que serviria de mediador entre o reino vegetal e o homem. Com efeito, no exemplo citado, a organização taxinômica, ainda que composta de articulações visuais ou táteis, é a mesma das ervas medicinais e remete definitivamente ao homem.

Dois tipos de estudos, de ordem hierarquicamente superior, poderiam ser concebidos a partir destas semióticas do conteúdo. Uma vez que tenhamos em mão um número suficiente de taxinomias, é possível considerar o estabelecimento de uma *tipologia* de taxinomias botânicas. É preciso antes reconhecer que tudo que se pode dizer da significação de uma taxinomia específica a uma dada sociedade tem apenas interesse relativo; tanto é assim que esta taxinomia não foi comparada com as taxinomias pertencendo a outras comunidades culturais. O estudo tipológico não permite apenas que a originalidade de cada comunidade específica seja ressaltada pelas articulações ou traços diferenciais que ela dá a conhecer; comporta também uma vocação para a universalidade, que neste caso preciso dá conta da maneira pela qual a humanidade toda toma posse de uma parcela do mundo.

Uma outra descrição, tomando um caminho diferente, consistiria no estabelecimento de um inventário de categorias sêmicas que uma sociedade necessita para organizar seu conhecimento do mundo e se pensar neste mundo. Tal inventário, constituído graças à descrição de todas as semióticas implícitas numa dada sociedade, explicaria justamente o conteúdo dessa “lógica concreta” a que se refere Lévi-Strauss. Note-se que “concreto” aqui significa apenas a tomada em consideração do sentido das categorias utilizadas, sentido que se coloca entre parênteses, ao menos parcialmente, nas lógicas formais. O inventário exaustivo destas lógicas sociais permitiria, por sua vez, que se construísse um modelo tipológico que as englobasse a todas.

### 3.6 Semióticas discriminatórias

Aquilo que distingue as semióticas cosmológicas das semióticas antropológicas não é, como se tem admitido, o fato que as primeiras são universais e as segundas particulares: tanto umas como outras visam ao cognoscível na sua totalidade. A diferença está na mediação social que, transformando as semióticas particulares em objetos científicos comparáveis, intercala uma semiótica tipológica entre o universal e o particular.

- Não é mais o critério de esgotamento do corpus que permitirá distingui-las. Que tal sociedade indígena ignore tal planta e que um botânico incansável consiga descobri-la é uma questão de fato e não de direito, da ordem do acontecimento e não da estrutura. Sabe-se bem, por outro lado, que o código taxinômico, seja qual for, quase nunca esgota as suas possibilidades e deixa sempre aberturas para eventuais denominações de termos-objetos.
- Se se põe de lado o problema da mediação social, o único traço distintivo entre os dois tipos de descrição parece consistir no fato de que as semióticas cosmológicas se satisfazem com uma simples constatação da existência, mesmo se atentas às articulações dos objetos que elas analisam; já as semióticas antropológicas se concentram sobre o sentido investido nas categorias que fazem possível esta articulação. Só assim é que se pode dizer que as discriminações que criam diferenças são “naturais”, enquanto que o sentido, compreendido graças às suas diferenças, é “humano”.

Percebe-se então que as ciências da natureza são comparáveis, na sua maneira de proceder, às descrições do plano lingüístico

da expressão, onde os sistemas fonológicos podem ser constituídos com a ajuda de um pequeno número de traços pertinentes, em virtude do seu caráter discriminatório. Já as ciências do homem correspondem às descrições do plano do conteúdo, cujos traços pertinentes são *simultaneamente* distintivos e significativos. Se os dois planos da linguagem são complementares, a ciência parece ser neste caso a construção de uma linguagem única.

Se os hábitos ainda pouco arraigados permitissem, poderíamos reservar o nome de *semióticas* somente para as ciências da expressão, e utilizar o termo disponível de *semiologias* para as disciplinas do conteúdo.

### 3.7 Metassemióticas e metassemiologias

Na medida em que o raciocínio desenvolvido até aqui for correto, será preciso ressaltar que a distinção que se pode estabelecer entre as semióticas e as semiologias — entre as ciências da natureza e as ciências do homem —, ao menos a nível dos modelos paradigmáticos escolhidos, *não é uma distinção de estrutura mas sim de procedimento*. Assim como o lingüista deve testar a solidez formal do modelo antropológico colocando o sentido entre parênteses, o antropólogo tem todo direito de interrogar o modelo da botânica dita “científica” para extrair dela a sua significação e compará-la às significações dos modelos populares. Como já havia observado Hjelmslev, *significante e significado são conceitos intercambiáveis*.

Usaremos o prefixo *meta-* para as semióticas e semiologias que não operam sobre pedaços do universo semântico, mas se referem a outras semióticas ou semiologias. Assim poderemos dizer que lado às *metassemiologias* que descrevem as semiologias (as semiologias tipológicas), e às *metassemióticas* que têm como corpus inventários de semióticas (tipologia de modelos), há lugar para as *semióticas de modelos semiológicos* e para as *semiologias de modelos semióticos*. A teoria semântica seria uma metassemiologia das semióticas e das semiologias ao mesmo tempo.

## 4. MODELOS SINTAGMATICOS

### 4.1 A atividade e o discurso

É preciso dar-se conta de que o exemplo sobre o qual se baseiam estas considerações não tem relação com as conclusões a que

procuramos chegar; isto acontece não somente porque os modelos taxinômicos são muito mais complexos e diversificados do que parece, mas sobretudo porque estes modelos se referem apenas a uma parte do universo científico. E, com efeito, temos evitado conscientemente falar da atividade do homem (e da atividade científica, que faz parte da atividade humana). O homem age sobre os outros homens e sobre a natureza (que o cientista estuda através de experiências). A natureza e o homem se manifestam para nós sob a forma de signos que podem, pela mediação lingüística, ser reunidos em conjuntos, recortados e reinterpretados como sistemas de relações, tornando-se assim objetos científicos; na mesma medida, as transformações dos fenômenos da natureza e as mudanças resultantes da atividade humana podem ser igualmente transcodificadas e denominadas, convertendo-se assim em descrições baseadas em unidades lingüísticas com caráter *discursivo*.

Por outro lado reservamos um lugar para estes modelos sintagmáticos ao observarmos que a teoria da linguagem não é apenas uma paradigmática, mas também comporta como parte integrante uma sintagmática que englobe todos os processos de descrição e de descoberta. Pela lógica deveríamos recomençar da base da escala onde se encontram, no interior do universo semântico não-analisado, todas as expressões das atividades humanas e "naturais". Estaríamos refazendo desta forma o caminho seguido na análise das semióticas taxinômicas, a fim de se constatar, cedo ou tarde, a possibilidade de conceber uma metassemiologia dos modelos *tecnológicos* (discriminatórios) e *ideológicos* (qualitativos).

#### 4.2 Insuficiência de nossos conhecimentos

Desistimos desta proposta não somente porque as suas dimensões ultrapassariam os quadros destas reflexões, mas também porque as dificuldades objetivas, que se devem tanto às falhas da teoria lingüística quanto à desigualdade do desenvolvimento das ciências, não o permitiriam. O estatuto lingüístico dos actantes (= dos "nomes próprios" da lógica) começa a ser conhecido e já se pode até conceber facilmente os processos que possibilitariam reduzi-los a conceitos; no entanto o mesmo não ocorre no que se refere aos predicados (ou aos seus princípios de organização

em seqüências maiores que os limites da frase), que geralmente denotam as séries de comportamentos humanos algorítmicos. Assim, “fazer a colheita” ou “costurar um vestido” englobam nesta denominação hipotáxica longas séries de comportamentos suscetíveis de verbalização, sem que se perceba sobre que bases estruturais se apóiam estas condensações que, no entanto, são denominações de seqüências programadas.

Outras dificuldades marcam o estágio de nossos conhecimentos. Os enciclopedistas do século XVIII se interessavam enormemente pela teoria das artes mecânicas; seus esforços não foram desenvolvidos e as descrições dos processos tecnológicos, que teriam grande interesse metodológico, são, neste nível, bastante falhas. As descrições dos métodos experimentais das ciências naturais, os processos de demonstração na matemática, o cálculo tautológico das proposições em lógica, embora fornecendo modelos sintagmáticos da mesma espécie, se situam em níveis diferentes e não foram ainda descritos numa perspectiva semiótica.

### 4.3 As semiologias ideológicas

Estes modelos tecnológicos constituem, para a pesquisa semiótica, um vasto domínio cujo valor, em qualidade e quantidade, não pode ser comparado com o valor dos modelos ideológicos que deveriam ser a contrapartida semiológica da pesquisa. A insuficiência de descrições dos modelos ideológicos torna impossível toda tentativa de comparação.

Este estado de coisas permite situar e avaliar os esforços desenvolvidos atualmente no domínio da análise das estruturas narrativas. Graças aos trabalhos da antropologia cultural sobre mitos e sobre folclore e às pesquisas sobre os gêneros da literatura “escrita”, os esquemas narrativos, cada vez mais numerosos, constituirão provavelmente as primeiras amostras da semiologia sintagmática.

### 4.4 Literatura e história

As reticências encontradas nas pesquisas que visam à explicitação dos modelos ideológicos têm raízes profundas. Não nos parece que se trate, unicamente, como se admite comumente, de reações da burguesia em defesa dos seus próprios valores. A causa se

encontra no conjunto de valores culturais — populares e burgueses — que a sociedade ocidental assume tradicionalmente, e que sob o nome de “humanismo” constitui sua “vivência” implícita. De forma geral consideramos que a crise do Ocidente reside na existência de dois humanismos, um de tradição greco-latina, e o outro que procura integrar, numa antropologia única, todos os valores humanos, colocando lado a lado a cultura negra e a branca. O problema, na medida em que for situado apenas a nível dos *conteúdos* do conhecimento, não nos parece essencial: é a nível da *forma* desses conteúdos, da sua articulação implícita, que o problema deve ser recolocado.

A semiologia sintagmática, por ser possível, ameaça os dois bastiões da tradição humanista: a literatura e a história. É evidente que estas duas “disciplinas” nada têm em comum com as outras ciências humanas. Seu conteúdo, geralmente humano (“a literatura é um humanismo”), é coextensivo ao conjunto das ciências do homem, e ambas pretendem, ao menos em projeto, englobar o universo semântico na sua totalidade. Têm a vocação para tornarem-se disciplinas da forma, articulando de uma certa maneira o saber humano e ao mesmo tempo organizando sua difusão e transmissão: assim o ensino da literatura nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas é na realidade a transmissão ritual de um certo número de modelos de organização dos universos, escritos ou pensados; e o ensino de história, o aprendizado de modelos do discurso histórico, ou seja, dos esquemas diacrônicos segundo os quais “a história se faz”.

Também as obras literárias, as formas de transmissão do saber (como as dissertações e as teses), os relatos da história “científica”, assim como as diferentes filosofias da história, constituem o domínio privilegiado para a descrição destas semióticas, que podem estar implícitas ou parcialmente manifestadas, e das quais são feitas as civilizações com história. O que parece chocante — ou promissor — nesta tarefa que apenas começamos a vislumbrar, não é o fato de que os valores humanos e as suas formas de manifestação possam ser descritos ou comparados com outros conteúdos e outras formas que nada devem à tradição greco-latina; é o fato de que estes modelos específicos, sendo demitificados, ou seja, deixando de ser portadores de um humanismo universal, possam ser confrontados com os modelos semióticos e situados sobre o mesmo plano de “bricolage” arte-

sanal, para em seguida serem integrados na teoria geral do saber — condição e projeto de um novo humanismo.

## 5. CONCLUSÃO

Não pretendemos esconder o aspecto amplamente prospectivo e o caráter pouco seguro destas reflexões. Nossa intenção seria considerar não apenas o seu resultado, mas tentar examinar todo o campo da ciência sob o ângulo único da teoria da linguagem, procurando compreender suas articulações e distinguir o essencial do acessório. Seria este um projeto ambicioso demais se não fosse temperado pelo desejo explícito de indicar as imensas lacunas do nosso saber e de explorar a possibilidade de preenchê-las.

As proposições terminológicas aqui incluídas têm apenas importância secundária. Pareceu-nos oportuno designar pelo nome de *universo semântico* aquilo a que o saber visa, antes da constituição da ciência; e pelo nome de *teoria semântica* o corpo de conceitos que torna a ciência possível, sem constituir por si mesmo um objeto científico definitivo. Para evitar a polissemia, preferimos o nome de *micro-universo* para designar as “semióticas implícitas” em que se divide o universo semântico no momento da descrição, reservando os termos de *semiótica* e *semiologia* aos micro-universos já descritos. Como é apenas o procedimento que as diferencia, não há isotopia necessária entre esta dicotomia e a dicotomia das ciências da natureza e do homem. E, finalmente, os nomes de *metasemiótica* e *metasemiologia* serão atribuídos às descrições dos modelos e procedimentos, e não do universo semântico.

Tradução de  
ANA CRISTINA CRUZ CEZAR

HCV 0802

## A Estrutura Semântica \*

---

### 1. A estrutura semântica e o universo semântico

**P**OR ESTRUTURA semântica deve-se entender a forma geral de organização dos diversos universos semânticos — dados ou simplesmente possíveis — de natureza social e individual (culturas ou personalidades). Não é pertinente saber se a estrutura semântica é imanente ou subentendida ao universo semântico ou se é uma construção metalingüística que dá conta do universo considerado. O sentido aparece sempre como um dado imediato, o que basta para o homem viver e agir num mundo significante. A questão do estatuto estrutural da significação só se coloca no projeto de sua descrição científica. As conseqüências práticas serão as mesmas: o semanticista terá que elaborar uma teoria que lhe permita construir os modelos formais correspondentes à estrutura semântica preexistente (ou suscetíveis de dar conta dos universos semânticos dados) e também uma metateoria epistemológica que possibilite apreciar a adequação destes modelos.

### 2. A estrutura semântica é uma combinatória

O melhor ponto de partida para a compreensão da estrutura semântica parece consistir, no momento, na concepção saussuriana dos dois planos da linguagem — o da expressão e o do conteúdo — sendo a existência da expressão considerada como a condição da existência do sentido.

Esta concepção permite:

\* Comunicação apresentada no simpósio organizado pela Wenner-Gren Foundation sobre Cognitive Studies and Artificial Intelligence Research (Chicago, março de 1969).

a) postular o paralelismo entre a expressão e o conteúdo, dando assim uma idéia aproximada do modo de existência e articulação da significação;

b) considerar o plano da expressão como sendo constituído de traços diferenciais, que são a condição da presença do sentido articulado e, conseqüentemente, instrumentos de apreciação da adequação dos modelos utilizados para a descrição do plano semântico (conforme a regra derivada do princípio do paralelismo, pela qual toda mudança de expressão corresponde a uma mudança de conteúdo).

Pela hipótese do isomorfismo entre os dois planos, pode-se conceber a estrutura semântica como uma articulação do universo semântico em unidades mínimas de significação (ou semas), correspondendo aos traços distintivos do plano da expressão (ou femas); estas unidades semânticas são organizadas, da mesma forma que os traços da expressão, em *categorias sêmicas binárias* (sendo a binariedade considerada como regra de construção e não necessariamente como um princípio que institua o modo de existência das unidades semânticas).

É fácil imaginar desde já como um pequeno número de categorias sêmicas pode gerar, com ajuda de uma combinatória, um número considerável de unidades semânticas maiores ou *sememas* (acepções específicas de palavras polissêmicas, por exemplo). Mas é fácil sobretudo observar que o isomorfismo que postulamos entre as estruturas semânticas e fonológicas situadas a um nível mais profundo de linguagem não se aplica quando avaliamos as dimensões das unidades manifestadas a um nível superficial das línguas naturais. Dir-se-ia que existe um isomorfismo entre os semas e os femas, e que assim como a combinação dos femas produz fonemas, a combinação dos semas produz sememas; mas pode-se verificar que as dimensões sintagmáticas de um fonema não correspondem às dimensões de um semema (equivalentes *grosso modo* às de um lexema). Continuando a comparação, pode-se observar que combinações de fonemas constituem as sílabas, enquanto que combinações de sememas produzem enunciados semânticos.

Esta comparação, apesar de não satisfazer se considerarmos apenas o nível da manifestação lingüística, estabelece um paralelismo interessante entre as unidades da expressão e do conteúdo anteriormente à sua manifestação. Se aceitamos o princípio do

isomorfismo entre as sílabas e os enunciados semânticos, as considerações sobre a construção e as possibilidades combinatórias das sílabas serão válidas para a compreensão da estrutura semântica tomada no mesmo nível de articulação. Isto pode ser reformulado da seguinte forma:

a) levando-se em conta a diferença que existe entre as possibilidades estruturais da combinatória silábica e o número restrito de sílabas utilizados por uma língua natural qualquer, uma combinatória realizada de enunciados semânticos se refere apenas a uma região reduzida da estrutura semântica (os termos *uso semântico* referindo-se aos universos culturais e *performance semântica* para os universos individuais poderiam designar estas restrições);

b) levando-se em conta o reconhecimento de incompatibilidades sintagmáticas na construção dos encadeamentos silábicos, *regras de restrição* devem ser concebidas e formuladas para a construção dos enunciados semânticos e das combinações transfrásicas.

A estrutura semântica aparece então como uma combinatória virtual porém exaustiva de categorias sêmicas, enquanto que os usos e as performances semânticas correspondem a manifestações restritas, particularizadas sob a forma das culturas e personalidades. Dois enfoques paralelos, mas diferentes, se fazem possíveis: a) uma exploração de universos semânticos virtuais e abertos, considerados como *possibilidades* criativas do homem; b) uma descrição de universos semânticos passados ou presentes, mas restritos e *realizados*, que recubram o conjunto das dimensões históricas e tipológicas da humanidade.

### 3. A forma semiótica e a forma científica

Segundo a concepção saussuriana da *forma lingüística* — apresentada na formulação hjelmsleviana, que é mais elaborada — toda linguagem pode ser definida como uma *forma* obtida pela *conjunção de duas substâncias* diferentes que têm cada uma a sua *forma própria*: a substância da expressão e a substância do conteúdo. Numa aplicação prudente do princípio do isomorfismo entre estas duas substâncias, podemos transpor nosso conheci-

mento do plano expressão e esclarecer um pouco o domínio da semântica:

a) Se a substância da expressão pode variar na forma (cf. duas diferentes descrições não isomorfas de traços distintivos fonêmicos e grafêmicos, onde uma categoria como *p* vs *b*, surdo vs sonoro, não tem nada em comum com a categoria *m* vs *n*, três tracinhos vs dois tracinhos) sem que haja nenhuma mudança nas condições da significação, devemos admitir que não é apenas a escolha desta ou daquela substância do significante que é pertinente, e podemos postular também a existência em cada caso de uma *forma da substância*, variável mas autônoma, independente em todos os casos da *forma lingüística*.

b) Se se reconhece a existência de uma forma específica, própria a cada substância utilizada no plano da expressão, deve-se aceitar ao mesmo tempo que a *forma* que se chamará *semiótica* da substância seja diferente da *forma científica* da mesma substância: se, por exemplo, a química enquanto ciência é uma organização formal específica a um domínio dado de substância, logo os elementos químicos são as unidades mínimas (= os traços distintivos) cuja combinatória produz, no plano da manifestação, um dos aspectos do que se chama, por falta de um termo mais apropriado, o mundo do senso comum.

A química é uma forma científica cuja manifestação superficial é utilizada, a partir de uma nova articulação, para a construção da forma semiótica que, através de todos os tipos de linguagem, deve servir à expressão do sentido.

c) É fácil fazer as mesmas observações sobre a substância semântica. A forma semiótica desta substância (= a estrutura semântica) é diferente das suas formas científicas possíveis (se é que as ciências humanas e sociais podem ser consideradas no seu estágio atual como formas científicas).

A concepção da linguagem como uma forma que organiza a coocorrência de duas substâncias diferentes, articuladas nas suas *formas semióticas* específicas, que devem ser distinguidas das *formas científicas* das mesmas substâncias, pode parecer uma complicação inútil. Parece-nos entretanto que esta concepção ajuda a situar a estrutura semântica dentro da economia de uma teoria epistemológica geral; além disso permite definir as ciências como linguagens construídas que manifestam de maneira específica a

forma da substância. Esta concepção também explica as razões dos mal-entendidos relativos ao papel da lógica (e de seus modelos) nas suas relações com as ciências da natureza e com a semiótica. Enquanto que a lógica pode ser definida na nossa terminologia como a forma do conteúdo utilizada para verificar as *formulações lingüísticas da forma científica do universo como expressão* (a esta forma científica os lógicos dão o nome de “semântica”), a lógica que é necessária para a semântica é uma espécie de *álgebra da forma da expressão lingüística*, que permitiria verificar as articulações da estrutura semântica.

#### 4. A Transcodificação Vertical e Horizontal

Em geral tem-se admitido atualmente que toda explicação ou descrição do sentido não é nada mais que sua operação de transcodificação. Explicar a significação de uma palavra ou de uma frase é utilizar outras palavras e outras frases tentando dar uma nova versão da “mesma coisa”. Neste contexto a significação pode ser definida como uma correlação entre dois níveis lingüísticos ou dois códigos diferentes. Todas as descrições semânticas são desta natureza, e o seu estatuto científico só pode ser assegurado introduzindo-se um certo número de regras epistemológicas da transcodificação (tais como a coerência e a simplicidade da descrição) ou utilizando na descrição modelos adaptados às exigências da transcrição semântica.

Contudo estudos recentes sobre a linguagem e as práticas gestuais mostram que se pode conceber a explicação do sentido de uma outra maneira: o sentido pode ser concebido ou como um projeto virtual, ou como o resultado de um processo programado (cf. “O sentido da história” ou o “savoir-faire” de um sapateiro).

Com a aplicação da dicotomia *processo* vs *sistema*, categoria explicativa de caráter muito geral, para delimitar melhor este novo tipo de manifestação do sentido, pode-se conceber de três maneiras a descrição, não só de um micro-universo semântico delimitado, mas também da linguagem tomada no seu conjunto:

- a) Como um *sistema virtual* logicamente anterior ao processo.
- b) Como um *processo*, isto é, como um programa orientado de caráter algorítmico, tendo uma finalidade reconhecível *a posteriori* (cf. o desenvolvimento do embrião em genética).

c) Como um sistema que organize os resultados do processo programado.

As diferentes descrições constituem três fases distintas da *transcodificação horizontal*, concebendo-se sempre a descrição como uma nova codificação.

O plano de expressão da linguagem, por exemplo, pode ser concebido, dentro do quadro da comunicação, como uma sucessão de operações de transcodificação horizontal. Cada fase deste processo pode ser caracterizada como:

- a) um sistema virtual pressuposto, que permite a realização do processo gestual dos órgãos da fonação;
- b) o processo gestual da articulação dos sons;
- c) a estrutura fonológica realizada;
- d) um sistema virtual que permita a execução do programa de decodificação;
- e) o programa de decodificação como processo de percepção.

Podemos fazer duas observações a propósito:

1. A primeira, de ordem metodológica: duas descrições diferentes — a descrição dos sistemas virtuais ou realizados, e a descrição dos programas orientados — são equivalentes. Isto quer dizer que as abordagens metodológicas e as descrições de Hjelmslev e de Chomsky podem ser consideradas, *mutatis mutandis*, como equivalentes.

2. A segunda, de ordem epistemológica: a constituição da expressão como um dos planos das línguas naturais implica numa operação de transcodificação cujo mediador é o homem.

## 5. Da Expressão ao Conteúdo

A expressão da forma semiótica como uma forma capaz de ser submetida a diferentes transcodificações, tanto verticais (meta-lingüísticas) quanto horizontais, e a interpretação proposta do processo de comunicação como uma sucessão de operações de transcodificação nos ajudarão na nossa tentativa de integrar a

estrutura semântica dentro do quadro de uma epistemologia geral, onde o universo é concebido como a substância que é articulada e progressivamente descrita através de diferentes linguagens.

Se considerarmos que o chamado mundo do senso comum é apenas o nível onde se manifesta a *forma científica* (= o universo como ciência), vemos que este mundo manifestado, sendo a substância da forma científica, ao mesmo tempo é substância da *forma semiótica*, que articula em categorias perceptivas qualidades visuais, olfativas ou gustativas. A coincidência destas duas formas diferentes pode ser interpretada como uma transcodificação específica que transforma as unidades sintagmáticas da forma científica (as fórmulas químicas, por exemplo) em unidades paradigmáticas mínimas da forma semiótica (as entidades específicas de cheiros ou sabores, por exemplo). A distância entre o mundo físico, como estrutura científica, e o mundo humano, como estrutura semiótica, pode desde já ser organizada (e compreendida) pelo estabelecimento de relações entre aquilo que podemos chamar a sintagmática científica e a paradigmática semiótica.

Se é que se pode dar conta do processo da percepção, pelo qual o mundo manifestado é apreendido como “mundo de qualidades sensíveis”, pressupondo um sistema virtual correlacionado com o cérebro e estabelecendo a forma semiótica da expressão deste mundo, observa-se neste estágio um novo fenômeno de transcodificação: a fim de produzir as línguas naturais, as unidades mínimas, ou mesmo configurações inteiras do plano da expressão são transformadas em unidades e configurações do plano do conteúdo; tendo as mesmas características e as mesmas dimensões. (Assim, por exemplo, a análise semântica de um lema como *cabeça* nos faz distinguir uma figura nuclear de natureza exteroceptiva, presente em todas as ocorrências e em todos os contextos, figura esta que pode ser descrita como “a extremidade pontuda ou esferóide” de qualquer coisa). A transformação da expressão em conteúdo considerada como um processo que correlaciona dois sistemas virtuais — onde um comanda o processo da percepção e o outro dá conta da manifestação lingüística da estrutura semântica — pode ser apresentada como uma tentativa de explicação da passagem do referente extralingüístico para o plano do conteúdo lingüístico, isto é, para a estrutura semântica.

Considerada em seu conjunto, a linguagem é então a junção de duas substâncias diferentes, ambas de natureza sensível

(o plano da pressão e o plano do conteúdo), articuladas em duas formas semióticas diferentes e transcodificadas de duas maneiras diferentes pela mediação da forma lingüística (o processo de mediação estando correlacionado com as atividades psicológicas do cérebro). Mas enquanto que o plano da expressão é obtido pela transcodificação de um *processo* em um *sistema*, o plano do conteúdo é o resultado do estabelecimento de uma correlação entre *dois sistemas*, sendo que um pertence ao plano da expressão e o outro ao plano do conteúdo.

Em outros termos, entre a manifestação da estrutura científica do universo considerada pelo homem como *existente* e a manifestação da estrutura semântica que projeta este universo como *existente e significante*, isto é, como um universo semântico, não há solução de continuidade, mas apenas uma série de operações de transcodificação.

## 6. Os Universais da Linguagem

A análise de um corpus representativo de unidades semânticas tais como sememas ou enunciados semânticos revela a presença, no nível semiótico da linguagem, de dois tipos diferentes semas. O primeiro grupo de categorias sêmicas é constituído de *semas de ordem exteroceptiva*, que correspondem às categorias qualitativas do mundo do senso comum. O segundo grupo é composto de categorias *interoceptivas* (tais como *seres* vs *coisas*, *objetos* vs *operações*), que não podem ser explicadas pelas transformações de unidades de expressão em unidades de conteúdo, devendo ser consideradas como *categorias puramente formais* (ou seja, que são constitutivas da forma, mas não destituídas de sentido).

É fácil constatar que as categorias formais são utilizadas para o enquadramento do processo da comunicação, tornando possível assim a transmissão do conteúdo, concebido como uma combinação de categorias exteroceptivas. As categorias formais constituem pois as categorias gramaticais; a gramática não é mais que uma organização específica das categorias formais.

Isto não explica todos os usos funcionais das categorias formais. Quando se tenta determinar as condições mínimas da apreensão do sentido, considerando que a existência de *traços diferenciais* no plano do conteúdo constitui uma condição primor-

dial para o aparecimento das diferenças de sentido, deve-se reconhecer que estes traços só são apreendidos se forem pressupostas categorias formais apriorísticas tais como *identidade* vs *alteridade* (= diferença) ou *conjunção* vs *disjunção*. Em outras palavras isto significa que nós não apreendemos dois objetos exteriores e distintos mas somente a relação entre eles. O plano da expressão, como substância, é apenas um pretexto necessário para a apreensão de um traço diferencial. Desde já esta operação de apreensão deve ser interpretada como uma organização específica das categorias formais, sendo que somente esta organização dá conta da apreensão. Sem pertencer à substância, a forma semiótica apenas a "informa".

E desde já, pela organização formal da expressão, podemos explicar o aparecimento do sentido como uma articulação de diferenças no nível da expressão. Pode-se distinguir duas formas semióticas paralelas e homólogas, visto serem derivações de uma só *forma lingüística*; não são porém *isomorfas*, visto que os planos da expressão e do conteúdo estão articulados de duas maneiras diferentes.

Através desta concepção do paralelismo entre duas *formas semióticas* podemos compreender a transformação progressiva das categorias da expressão em categorias do conteúdo — um dos problemas essenciais da semiótica. Visto que a forma lingüística é constituída por duas formas semióticas caracterizadas por articulações homólogas, a passagem da estrutura da expressão à estrutura semântica só é concebível quando em certas circunstâncias específicas estas duas formas são não apenas homólogas mas ao mesmo tempo isomorfas: as categorias qualitativas do mundo exterior serão identificadas com as categorias sêmicas da estrutura semântica. O isomorfismo das formas semióticas, conseqüentemente, explica o fenômeno de interiorização do mundo exterior.

Mesmo um repertório superficial de categorias formais (às categorias já mencionadas cumpre acrescentar, a título de exemplo, outras categorias tais como *relação* vs *termo*, *negação* vs *asserção*, *processo* vs *sistema*, *virtual* vs *atual* etc.) mostra que estas categorias — instrumentos necessários para a análise das condições do sentido — são as mesmas categorias que se precisa para construir uma teoria geral da linguagem; ao mesmo tempo, porém, servem como corpus de conceitos epistemológicos para a

investigação e a teorização científica, isto é, para a construção de modelos científicos específicos e a elaboração da teoria geral do conhecimento científico. Isto se ajusta bem à nossa concepção da semiótica segundo a qual as ciências nada mais são que formas científicas construídas como linguagem.

Se o mesmo inventário de categorias formais é utilizado tanto para a construção de modelos científicos, quanto para os modelos semióticos, e se os modelos operacionais são, *mutatis mutandis*, transcodificáveis em modelos sistemáticos e vice-versa, pode-se então postular um plano homogêneo para a descrição de universo científico e semântico.

Tradução de  
ANA CRISTINA CRUZ CEZAR

# Condições para uma Semiótica do Mundo Natural<sup>1</sup>

---

## 1. INTRODUÇÃO

A AFIRMAÇÃO da arbitrariedade do signo, embora permitindo progressos consideráveis no conhecimento da estrutura interna das línguas ditas naturais, não deixou de ampliar a problemática do estatuto da linguagem, trazendo conseqüências a princípio imprevisíveis, e de questionar o lingüista sobre a possibilidade de uma teoria semiótica geral que abarcasse todas as formas e todas as manifestações da significação. A relação entre significado e significante é arbitrária tanto a nível do signo, ou seja, de uma palavra ou unidade sintagmática qualquer, quanto a nível de *todos* os discursos pelos quais a língua se apresenta: trata-se de uma *forma* — ou melhor, da combinação de duas formas — *indiferente à substância* na qual se manifesta.

Basta inverter o ponto de vista para compreender que a única presença concebível da significação no mundo é sua manifestação no interior da “substância” que engloba o homem: o mundo dito sensível torna-se assim, na sua totalidade, o objeto da busca da significação; no seu conjunto e nas suas articulações, o mundo se apresenta como uma virtualidade de sentido, por pouco que esteja submetido a uma forma. A significação pode se ocultar sob todas as aparências sensíveis, encontra-se atrás dos sons, das imagens, dos cheiros e dos sabores, sem no entanto estar *nos* sons e nas imagens (como percepções). Em certas teorias lingüísticas que são influenciadas pelo behaviorismo e que absorveram elementos da teoria da comunicação, pretendeu-se interpretar a diversificação de significantes como um problema de codificações diversificadas, esquecendo a questão das variações de sentido

<sup>1</sup> Publicado com este título em *Langages*, 7, junho 1968, número especial consagrado às *Práticas e Linguagens Gestuais*.

paralelas às variações de significante; a multiplicidade e a autonomia relativa dos *códigos de expressão* dependeriam de uma tipologia dos *canais de transmissão* que dependeria por sua vez da articulação de nossa percepção em cinco, seis ou sete sentidos. No entanto a hipótese de que os códigos de expressão seriam substituíveis uns pelos outros — o conteúdo mantendo-se invariante e freqüentemente desconhecido — não parece dar conta da complexidade do fenômeno, mesmo admitindo-se que ao passar de um código para outro haja um aumento ou redução do campo do significado:

a) Admitindo-se que as *substâncias* de expressão possam ser classificadas de acordo com os canais de transmissão que a significação usa para chegar até nós, nada nos indica *a priori* que os *códigos* que organizam as diferentes manifestações possam ser *classificados* segundo o mesmo critério (isto é, segundo os canais de transmissão), nem tampouco que estas formas de expressão possam ser *descritas* por pura analogia segundo os modelos obtidos das línguas naturais.

b) A experiência lingüística *stricto sensu* nos mostra a diversidade de abordagens do significante lingüístico, que pode ser apreendido e codificado (isto é, que pode receber uma interpretação metalingüística a partir de uma nova linguagem científica) tanto no nível propriamente “fisiológico” da fonação quanto no nível “acústico” ou “perceptivo”. Sem mencionar as dificuldades ainda não solucionadas na correlação e na transposição das diversas interpretações de um mesmo código lingüístico, nada nos indica *a priori* que, conforme as *substâncias* de manifestação, os *códigos* de expressão correspondem a um determinado nível de apreensão de um fenômeno lingüístico em vez de a outro. Voltaremos a isto.

c) Finalmente, se nos recusamos a entrar no jogo behaviorista e a aceitar as suas implicações, percebemos que o *problema da semiosis*, isto é, da *relação semiótica entre a expressão e o conteúdo*, constitutiva de sentido e inerente à axiomática de toda teoria da linguagem, se coloca sempre que refletimos sobre o estatuto dos códigos de expressão não lingüísticos.

É quase impossível proceder à reconstituição arqueológica do processo de invenção da escrita, ou seja, da transposição de um

código de substância sonora para um código de tipo visual. No entanto, a lentidão desse processo e a complexidade de problemas a resolver, como por exemplo a constituição de uma fonologia implícita necessária para a transposição, nos fazem pensar que a escrita, e talvez não o cavalo, foi a mais nobre conquista do homem, e que esta descoberta deve ser correlacionada com uma mutação qualitativa brusca do pensamento humano. Assim também o esforço atual de superar uma lingüística limitada às línguas naturais e substituí-la por uma semiótica geral anuncia talvez uma outra revolução tão lenta e difícil quanto a primeira. É claro que isto não passa de uma metáfora própria do discurso didático, que visa a dissociar a pesquisa semiótica das flutuações fugazes da moda, e que designa simultaneamente as pretensões das reflexões seguintes e a modéstia dos seus meios.

Os recentes progressos da lingüística são paralelos aos progressos da lógica; ambas pretendem construir uma linguagem coerente que fale eficazmente de outras linguagens. Mas enquanto que a preocupação comum com a coerência da linguagem as aproxima, o conceito de eficácia as separa: a descoberta da arbitrariedade do signo permitiu a Saussure proclamar a autonomia do objeto lingüístico, e desde então o discurso científico pôde, nesse campo, satisfazer-se da sua coerência interna, visto ser adequado ao seu objeto; já o discurso lógico, ao testar a solidez dos seus próprios juízos, devia adequar-se a alguma coisa externa a si mesmo: o mundo extralingüístico.

Foi assim que o conceito de *referente* se introduziu no debate lingüístico. A posição do lógico neopositivista, afirmando uma referência dos "nomes próprios" aos objetos do mundo, viria apenas irritar o lingüista consciente da participação da língua na construção do mundo dos objetos e da relatividade do recorte do mundo das significações, correspondente à diversidade das sociedades humanas. Ao mesmo tempo, o lingüista, sentindo-se pouco à vontade no universo fechado e auto-suficiente da linguagem, tendia a hipostasiá-lo, chegando até a identificar o mundo com a linguagem.

O aparecimento da semiótica, teoria de todas as linguagens e de todos os sistemas de significação, poderá talvez encerrar este debate ou ao menos situá-lo a nível da epistemologia científica, e não mais dos pressupostos filosóficos. Basta considerar

o mundo extralingüístico não como um referente *absoluto*, mas como o lugar da manifestação do sensível, capaz de tornar-se a *manifestação* do sentido humano, ou seja, da significação para o homem; em suma, tratar este referente como um conjunto de sistemas semióticos mais ou menos implícitos. Ao afirmar a posição privilegiada da *semiótica das línguas naturais*, que tem a propriedade de receber traduções de outras semióticas, é preciso postular a existência e a possibilidade de uma *semiótica do mundo natural* e conceber a relação entre os signos e os sistemas lingüísticos (“naturais”), de um lado, e os signos e sistemas de significação do mundo natural, de outro — não como uma referência do simbólico ao natural, do variável ao invariável, mas como *uma rede de correlação entre dois níveis de realidade significativa*. Paralelamente às ciências da natureza, as ciências do homem podem assim afirmar a sua autonomia, que resulta não da “natureza” dos objetos de investigação (palavras ou coisas, natureza ou cultura), mas *do método de abordagem que constitui os objetos em objetos humanos, isto é, significantes para o homem*.

## 2. O MUNDO NATURAL E SUA SIGNIFICAÇÃO

Limitando nossa reflexão sobre o mundo sensível ao *visual* — visto que é este o nosso tema, mas também porque a manifestação do sentido através do visível parece ser a mais importante, qualitativa e quantitativamente — poderemos nos perguntar, ingenuamente a princípio, sobre as modalidades da manifestação do visível. Esta interrogação nos leva imediatamente a reconhecer que o mundo visível, em vez de se projetar diante de nós como uma tela homogênea de formas, aparece como se fosse constituído de várias *camadas de significantes* superpostos ou mesmo justapostos.

### 2.1 Os signos naturais

Num primeiro nível, impõe-se uma realidade objetiva, o mundo do senso comum, feito de objetos imóveis ou movimentando-se no espaço. Este nível, constituído de nomes-objetos e de palavras-processos, será interpretado, segundo uma ordem de prioridades, ou como o resultado de uma atividade lingüística construtiva e categorizante, ou como a fonte do simbolismo lingüístico; nos dois

casos, ainda que *a posteriori*, pode-se estabelecer equivalências entre as palavras e as coisas, entre os processos e as funções.

Mas quando se aceita o princípio de equivalências e se quer ir até as últimas conseqüências e considerar as coisas e os processos como signos — que poderíamos denominar *signos naturais* — não se pode mais aceitar a constatação corrente de que as coisas *são*, ou de que elas são o que são: deve-se então colocar a questão do *estatuto semiótico* das coisas e dos processos. Com efeito, se, por natureza, os signos significam, não basta dizer que o objeto mesa tem por conteúdo “mesa” — estaríamos assim apenas remetendo as coisas às palavras; é preciso perguntar sobre o estatuto do signo natural *como signo*. Percebe-se então que o traço comum entre os signos naturais é o fato de que eles remetem a outra coisa, exterior a eles; esta relação referencial porém — que pode ser definida em termos estruturais e que, enquanto relação, pode ser considerada invariante — tem articulações diferentes, *variáveis* em função das comunidades culturais em questão.

Por exemplo, o século XVIII europeu, que justamente valorizou a própria noção de signo natural<sup>2</sup>, concebe-o como uma referência a um outro signo natural: o signo “nuvem” remete ao signo “chuva”. Em relação a isto deve-se fazer duas observações: a) uma vez dada, a relação referencial se articula como uma relação de causa e efeito; a relação de efeito e causa encontrada na semiologia médica (reflexo da rótula → boa saúde) é apenas uma inversão da primeira; b) embora sendo uma referência, a relação remete a um outro signo que se situa no mesmo nível que o primeiro; como F. Rastier notou muito bem, se “nuvem” remete a “chuva”, “chuva” pode por sua vez remeter a “outono”, etc., sem que em momento algum, neste encadeamento casual, deixemos o nível dos signos-fenômenos.

A uma civilização deste tipo, que concebe o mundo natural como um nível único de realidade, organizado segundo as leis sintáticas do discurso, opõem-se outras interpretações dos signos naturais que, postulando um segundo nível de realidade mais profundo natural, consideram o signo como a referência a esta realidade segunda e ao mesmo tempo atribuem a esta relação uma estrutura variável de metáfora, metonímia ou antífrase, ou seja, de ordem paradigmática ou sistemática.

<sup>2</sup> Cf. *Langages*, 7, F. Rastier, *Comportement et Signification*, p. 76-86.

A partir disto pode-se esboçar um ensaio de tipologia das culturas baseado numa tipologia das relações estruturais que definem os signos naturais (J. Lotman).

Podem-se tirar duas conclusões destas reflexões preliminares; em primeiro lugar, a hipótese pela qual o mundo natural se deixa tratar como um objeto semiótico: os signos naturais, devido à existência de uma relação semiótica, e quaisquer que sejam as suas articulações, têm estatuto de signos. Esta abordagem, por outro lado, nada nos ensina sobre a natureza e organização interna dos signos: dependendo de uma interpretação da relação semiótica, que é uma variável, é uma reflexão metasemiótica sobre os signos, uma conotação semiótica, que transforma de diferentes maneiras os signos naturais em signos culturais.

## 2.2 As figuras do mundo natural

Se a não pertinência da palavra, enquanto unidade significativa, torna-se (dentro da ordem das línguas naturais) cada dia mais evidente, não será a partir dos signos naturais que poderemos construir, como alguns parecem pensar, uma semiótica dos objetos. É preciso também procurar um outro nível onde se situaria uma visão mais profunda e menos incidental do mundo.

Gaston Bachelard pensou tê-la encontrado num horizonte *figurativo* que se projeta diante do homem que *a ele recorre* para constituir seus inventários de forma e de configurações moventes.

Sem entrar nas dificuldades do esquematismo de nossa percepção e da conceptualização dela derivada, podemos dizer, segundo os procedimentos lingüísticos mais clássicos, que para obter o signo natural "mesa" como invariante é preciso operar uma dupla redução que consiste em: a) reduzir todas as mesas-ocorrência a um invariante-mesa, que terá aparência de uma figura geométrica relativamente simples; e b) procurar no inventário de outras figuras obtidas da mesma maneira exemplos idênticos ou equivalentes à figura "mesa", colocando entre parênteses a significação funcional da mesa (objeto para comer, escrever etc.). No nível incidental e acidental do mundo dos *objetos*, teremos assim substituído um nível das *figuras* do mundo, dispondo-as num inventário finito e dando uma primeira imagem do que poderia ser o mundo significativo, considerado como forma e não como substância. Em outras palavras, é este conjunto de figuras

estáticas e dinâmicas que constitui o corpus a partir do qual poderá ser constituído um código semiótico de expressão visual.

O homem, no interior deste corpus, não passa de uma figura entre outras, de um volume que, situado no horizonte, aí se desloca traçando no seu percurso um certo número de configurações. E é no corpo humano, considerado como um objeto percebido, situado lado a lado com os outros objetos, que se origina a gestualidade mimética, seja ela comunicativa, expressiva ou lúdica.

### 2.3 A categorização do mundo natural

O projeto bachelardiano de um repertório de formas que desse conta da imaginação criadora encontra numerosas objeções: a) não se pode provar o caráter universal deste repertório, que deveria pelo menos comportar as articulações que levassem em consideração a diversidade cultural da humanidade; b) figuras-matrizes tais como a *água* e o *fogo*, embora parecendo praticamente universais, não remetem a significados constantes; as homografias podem ser solucionadas de duas maneiras: ou por uma referência ao contexto, postulando-se uma sintaxe “natural”, ou por um estilhaçamento das figuras em seus elementos constitutivos. É neste último caminho que Bachelard parece engajado nas suas últimas obras.

Um caminho semelhante seria reconhecer, por figuras visíveis, a existência de uma visão *categorial* do mundo natural, de uma rede formada de um número reduzido de categorias espaciais, cuja combinatória produziria as figuras visuais, e que explica o funcionamento do código de expressão visual. Se insistimos nisso, não é apenas porque as análises da gestualidade que se seguem se referem a ambos os níveis da visualidade (*figuras e elementos*), mas também porque esta distinção parece útil para definir o estatuto de certas línguas artificiais, derivadas do código visual natural. Assim, num estudo recente, A. Zemsz (*Revue d'esthétique*) mostra que a linguagem pictórica se baseia num código ótico decomposto em categorias elementares, e também que a diversidade dos códigos óticos pode ser interpretada como uma articulação estrutural diferente no interior de um mesmo espaço categorial. Poder-se-ia dizer o mesmo, evidentemente, da arquitetura.

Finalmente, esta interpretação, na medida em que está correta, não propõe apenas um método de abordagem e um procedimento para a descrição da substância do mundo natural, visando a extrair dele a forma da expressão, mas também explica parcialmente o tipo de relação que pode existir entre a semiótica "natural" e a semiótica lingüística, e contribui para o conhecimento do próprio fenômeno lingüístico. Por exemplo, categorias visuais tais como *alto vs baixo*, *prospectivo vs retrospectivo*, *reto vs curvo*, *convexo vs côncavo*, que parecem constituir a *forma de expressão* do mundo natural, se evidenciam como tais quando descrevemos a *forma do conteúdo* das línguas naturais. Daí resulta que a) a correlação entre o mundo sensível e a linguagem natural deve ser procurada não a nível das palavras e das coisas, mas a nível das unidades elementares de suas articulações<sup>3</sup>; b) o mundo sensível está presente até na forma lingüística e participa na sua constituição ao dar-lhe uma dimensão de significação que já chamamos de semiológica.<sup>4</sup>

### 3. A GESTUALIDADE NATURAL E CULTURAL

As observações precedentes, limitando-se didaticamente à visualidade, referem-se ao mundo natural apenas como um objeto global dado: o mundo que, em termos lingüísticos, é da ordem do enunciado e não da enunciação. O homem, como corpo, está integrado neste mundo ao lado de outras figuras, é uma forma comparável a outras formas. Restringindo mais uma vez o campo de nossa investigação ao limitá-lo somente à forma humana, tentaremos ter sempre presente o contexto visual global onde esta forma específica se inscreve.

#### 3.1 As coordenadas apriorísticas do volume humano

O corpo humano se move no interior de um contexto espacial que deve ser categorizado, para os fins da descrição, antes do volume humano que o preenche e que se situa ou se desloca neste contexto. Três critérios devem ser examinados primeiramente: deslocamento, orientação (V. Proca-Ciornea e A. Giurchescu) e apoio (P. Condé).<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Cf. "A Estrutura Semântica", p. 36.

<sup>4</sup> *Sémanlique Structurale*, p. 55 e s.

<sup>5</sup> Estudados aqui respectivamente na seguinte ordem: orientação (1), apoio (2), deslocamento (3). Para maiores detalhes, referir ao número especial de *Langages* (já mencionado).

1. A utilização do espaço *tridimensional* para a descrição do volume humano se autojustifica, mas envolve pelo menos três sistemas diferentes:

a) *um sistema de coordenadas espaciais* que explique o volume humano;

b) *um perspectivismo espacial* que considere que o corpo humano, enquanto objeto percebido, pressupõe um espectador situado também num espaço tridimensional *englobante* em relação ao corpo humano *englobado*; assim, numa perspectiva lateral, a forma humana será percebida como se estivesse projetada numa tela, enquanto que o deslocamento de um grupo folclórico provavelmente precisa, para ser compreendido, de uma perspectiva do alto para baixo;

c) *uma topologia*, isto é, uma *relativização* do espaço, que se faz necessária quando a forma ou formas humanas se deslocam em relação a um ponto fixo (a dança do escalpe) ou móvel (a pesca dentro d'água) no espaço ou em relação a outras formas humanas (danças em pares ou em grupos).

2. O *peso* do corpo humano privilegia, de uma certa maneira, dois eixos espaciais:

a) o *eixo vertical*, em cujo sentido se exerce o peso, introduz a categoria de *contato vs não-contato* do volume humano em relação a outros volumes, valorizando ora o não-contato pelas conotações de liberação do corpo do peso (*ballet*), ora certas posturas que se desviam da norma (andar com as mãos, de cabeça para baixo, como os acrobatas);

b) o *eixo horizontal* constitui, por sua vez, a superfície sólida (ou líquida, no caso da natação) onde se dá o deslocamento "natural", e que se opõe à postura "natural" que é a postura vertical. Embora seja apenas parcialmente motivada, a articulação "terra horizontal" vs "homem vertical" é geralmente considerada a posição incoativa anterior à mobilidade.

3. A *oposição categorial entre a mobilidade e a imobilidade*, entre a posição e o movimento, levanta tantos problemas que, neste estágio em que as pesquisas sobre uma notação conveniente apenas principiam, só é possível enumerar algumas questões (mesmo colocando entre parênteses os pressupostos filosóficos):

a posição tem, ao mesmo tempo que o contato, um caráter demarcativo, permitindo o recorte do texto gestual em *unidades sintagmáticas*? seria possível uma descrição *aspectual* que abordasse o movimento em seus aspectos durativos, iterativos etc., explicando assim o tempo e o ritmo do movimento? uma tal descrição seria preferível à descrição dos modelos considerados como processos-predicados?

### 3.2 Mobilidade e motricidade

O contexto espacial no qual se insere a forma humana é inseparável tanto das categorias táteis quanto do dinamismo das formas do mundo percebido. Já o examinamos separadamente, considerando que uma certa categorização do percebido — e mesmo sua axiomatização aproximativa, anterior à constituição de uma semiótica do mundo natural — seria necessária. Fizemos isto não só para insistir na necessidade de descrever o corpo na sua qualidade de objeto percebido, mas também para marcar a separação (confirmada por pesquisas recentes sobre a apraxia) entre o espaço não-humano — um *além* para onde o homem prolonga sua presença através do gesto ou da ferramenta — e o espaço humano reduzido — um *aquem* onde se exerce a sua gesticulação.

Com efeito, após reduzir o campo de investigação identificando-o ao campo de percepção do objeto humano, pode-se passar a novas observações por uma mudança de ponto de vista: em vez de considerar o corpo humano como um *objeto* de percepção, pode-se encará-lo como o autor de sua própria motricidade.

Esta abordagem mecanicista, quer seja uma abordagem de princípio (V. Proca-Ciortea e A. Giurchescu) ou simplesmente didática (Koechlin)<sup>6</sup>, concebendo o corpo humano como um sistema de alavancas e de comandos, possibilita circunscrever o campo da gesticulação, encerrando-a dentro de uma esfera geométrica transparente; além disso coloca como prioritária uma desarticulação morfológica do corpo humano, que assim deixa de ser uma forma global para parecer como uma organização de atores metonímicos (braço, perna, cabeça, tronco, etc.) agindo por pro-

<sup>6</sup> Cf. *Langages*, 7, V. Proca-Ciortea e A. Giurchescu, *Quelques Aspects théoriques de l'analyse de la danse populaire*, p. 87-93, e Koechlin, *Techniques corporelles et leur notation symbolique*, p. 36-47.

curação, cada um no seu espaço parcial, em nome de um único actante.

1. Esta *desarticulação morfológica* do corpo humano, mesmo servindo de base para toda descrição de gesticulação, não é porém um dado imediato e evidente. Como todo recorte do corpo em órgãos, é ao mesmo tempo natural e cultural, isto é, está submetida a variações antropológicas. Há ainda em aberto um terreno de pesquisa pouco explorado, onde se poderia buscar informações preciosas: os códigos visuais artificiais de caráter teratológico, como, por exemplo, o código que preside a confecção das histórias em quadrinhos, onde C. Bremond notou o dilatamento dos membros como função gesticulante; o código que explicaria certos procedimentos da charge ou da caricatura; ou certas linguagens teatrais.

2. As limitadas possibilidades gesticulatórias que a abordagem mecanicista pressupõe permitiriam a redução da gestualidade humana a um *modelo geral de virtualidades* abarcando gesticulação e posturas: cada código específico, ao manifestar-se, apresentar-se-ia como a escolha de um número limitado destas possibilidades. No interior de um tal modelo poder-se-ia também traçar o limite entre a gestualidade normal e anormal, sendo que esta última constituiria ou um desvio estilístico, ou um lugar onde se constrói uma linguagem gestual segunda, de caráter lúdico (cf. a tese em preparação de P. Bouissac sobre a linguagem do circo).

### 3.3 Gesto natural e gesto cultural

Só se pode concordar com a afirmação de B. Koechlin de que, desde Marcel Mauss, não é possível aceitar esta abordagem mecanicista do corpo humano, nem considerar a motricidade humana como um fenômeno natural. Mesmo sendo organicamente limitada nas suas possibilidades, a gesticulação, aprendida e transmitida, como todos os outros sistemas semióticos, é um fenômeno social. O que dissemos de uma tipologia das culturas baseadas na interpretação diversificada dos signos naturais aplica-se também à gesticulação dita natural. Uma tipologia da gesticulação socializada não explicaria apenas a diversificação das culturas (cf. técnicas de beijar) ou dos sexos (cf. a operação programada "tirar uma blusa"); explicaria também e postularia a existência de uma

dimensão semiótica autônoma que, pelas diferenças que institui entre as culturas, os sexos e os grupos sociais, funda a significação das culturas, dos sexos e dos grupamentos humanos.

Desta forma, a gesticulação natural se transforma em gestualidade cultural; por razões práticas mantemos a expressão *gesto natural*, ele se define, tal como qualquer *signo natural*, apenas por sua virtualidade semiótica ao revelar-se como um elemento constitutivo de significação.

Precisando assim o termo 'natural', evitamos daqui em diante colocar entre aspas a palavra que o denota; o mesmo não acontece porém com o termo 'gesto', que continuaremos a empregar abusivamente.

### 3.4 O problema das unidades gestuais

O termo *gesto* parece a princípio supeito, uma vez que no uso correto implica a exclusão das *atitudes*; vimos em 3.1.3 que esta oposição está longe de ser fundamentada.

Acima de tudo não sabemos a que unidade do texto gesticulatório aplicar este termo. A desarticulação do corpo humano, justificada pelas necessidades de uma descrição exaustiva, nos introduz ao que poderíamos chamar de atores específicos da motricidade humana, e com isso é-se levado a pensar que os movimentos parciais, específicos de diferentes atores-membros, podem ser considerados como unidades simples de expressão e designados como gestos. Bastaria porém ler atentamente certas passagens do estudo de B. Koechlin, tendo em mente a analogia sugerida por Haudricourt entre o processo de articulação dos fonemas e a articulação gestual, para convencer-se de que a gesticulação é uma empresa *global* do corpo humano, em que os gestos específicos dos agentes corporais são coordenados e/ou são subordinados a um projeto de conjunto que se desenrola simultaneamente.

Estando a divisão morfológica do corpo parcialmente desacreditada, a distribuição respectiva dos papéis atribuídos a este ou aquele ator do jogo gesticulatório, com predominâncias e ocultamentos imprevisíveis, pode conduzir por extrapolação e analogia ao reconhecimento da pertinência ou da não-pertinência deste ou daquele *traço* gestual, e, conseqüentemente, à construção dos *fonemas* gestuais que correspondem às operações globais do

corpo humano, atribuindo-se assim ao actante somático a responsabilidade do ato emissor.

Koechlin propõe numa outra parte do seu artigo uma lista indicativa desses comportamentos naturais simples. Não nos surpreende que esta lista corresponda, *mutatis mutandis*, a uma outra lista igualmente incompleta: o Vocabulário do Francês fundamental, constituído como base da frequência de emprego das palavras francesas. Neste inventário de aproximadamente mil palavras há quase trezentos verbos facilmente redutíveis, através de uma análise sumária de parassinómia, e cem ou talvez menos verbos ainda. A semelhança entre as duas listas não parece fortuita se levarmos em conta a constatação precedente de que as categorias elementares do plano da expressão da semiótica natural correspondem quase que termo a termo às categorias elementares do plano do conteúdo da semiótica verbal. Se observarmos também que o isomorfismo que se pode postular entre os dois planos da linguagem estabelece a *correspondência estrutural* entre *fonemas* e *sememas* — fato insólito no fundo, como já tivemos ocasião de frisar —, esclarecemos o paralelismo entre os fonemas gestuais, sugeridos por B. Koechlin, e os sememas recobertos pelos verbos franceses.

Basta considerar atentamente as duas listas, que verbalizam comportamentos tais como: a) andar, correr, deitar, dormir, etc.; b) apanhar, dar, ter, puxar, empurrar, etc. para verificar que ambas sugerem a possibilidade de um inventário muito reduzido de atividades corporais simples e ao mesmo tempo suficientemente gerais; inventário que, pelo seu carácter limitado, lembra por sua vez o número muito limitado de fonemas que dão conta da totalidade das articulações conhecidas nas línguas naturais. O raciocínio lógico no entanto está cheio de armadilhas e, como observa B. Koechlin, as semelhanças, ao afirmarem-se, apenas escondem melhor as diferenças. Mas os argumentos em favor de uma concepção da gestualidade como dimensão semiótica da cultura nos autorizam a utilizar a analogia fonemas-sememas, que aqui se identifica com os procedimentos metodológicos pelos quais tentamos fundar um inventário dos fonemas gestuais. Com a condição de aplicar os procedimentos de análise da substância gesticulatória, para reduzi-la a figuras do plano da expressão visual, colocando entre parênteses o sentido atribuído a estes comportamentos simples, parece-nos possível formular a hipótese de que o inventário dos comportamentos naturais simples corresponde ao

texto gestual, permitindo assim *o recorte deste texto em unidades manifestadas como dimensões mínimas no plano da expressão*, unidades mínimas cuja combinação produz enunciados gestuais e o próprio discurso gestual.

#### 4. A PRÁTICA GESTUAL

A partir das observações sobre o mundo visível e sobre o sentido que este pode tomar para o homem, ocupamo-nos sucessivamente do próprio homem enquanto corpo, considerando-o primeiramente como uma certa figura do mundo, e em seguida como um mecanismo complexo reunindo, graças a sua mobilidade, as condições necessárias para a produção de traços diferenciais do significante, a partir dos quais pode surgir a significação. Isto feito, o próximo passo poderá consistir na introdução da dimensão propriamente humana no interior do mundo natural.

##### 4.1 A presença do sentido

Basta abrir um dicionário francês qualquer para perceber as significações que pode ter a palavra sentido, que é sempre interpretada de duas maneiras que parecem irreduzíveis: ora como uma *remissiva*, ora como uma *direção*. No primeiro caso, o sentido é apreendido como uma superposição de duas configurações, como o remeter de um código — que chamamos *código da expressão* — a um outro código chamado, de maneira igualmente arbitrária, *código do conteúdo*. No segundo caso, o sentido aparece como uma *intenção*, como uma relação estabelecida entre o trajeto a ser percorrido e seu ponto de chegada.

Vimos que o corpo humano, enquanto configuração, reúne as condições para servir de suporte a um código de expressão, como o prova a gesticulação semafórica artificial onde se subentende uma língua natural que é um código de conteúdo referencial. Pode-se admitir então que a configuração do corpo, transformada num sistema de imposições por sua inscrição neste ou naquele contexto cultural, funciona como um código emissor. De qualquer forma, para que *uma gesticulação natural* possa ser considerada *como um conjunto de operações de transcodificação* — é esta a questão — é preciso que seja reconhecida a existência

— anteriormente de direito, mas também de fato — do eixo da *comunicação*, e que se pressuponha um destinador-codificador e um destinatário-decodificador.

A questão muda um pouco quando se aplica à gesticulação humana a segunda definição do sentido. Pode-se dizer que um comportamento natural complexo que corresponda ao que chamamos em língua natural “pegar” será entendido pelo espectador — que assim se coloca em posição de destinatário — como “X vai pegar Y”. Se, incontestavelmente, o comportamento de X tem sentido, constatar-se-á que, se o destinatário for o mesmo nos dois casos, o ator gesticulante mudará de estatuto, transformando-se de destinador que era em sujeito. Falta ainda precisar melhor esta distinção terminológica.

Ao descrever o “pegar”, omitimos o *objeto* deste comportamento, que, sendo constituído por uma classe de variáveis, é no entanto necessário para a descrição do próprio comportamento: o objeto faz surgir o eixo *transitividade* subjacente a esse tipo de gesticulação. Assim, operando uma série de substituições de objetos, pode-se imaginar o seguinte:

- (1) X pega um bastão,
- (2) X pega um cacho de bananas,
- (3) X pega um peixe.

No caso mais simples (1), a percepção do sentido da gesticulação pelo espectador provém da decodificação de um enunciado gestual elementar; a situação porém se complica nos outros casos. Em (2), o conteúdo de “pegar” pode corresponder a uma série de gestos naturais: X nota o cacho de bananas na bananeira, aproxima-se da árvore, sobe nela e finalmente apanha o cacho. Em (3), o conteúdo de “pegar”, supondo uma operação que se passa na água e a existência de um peixe móvel, corresponderá a uma gesticulação aparentemente desordenada e ainda mais complexa. Nos dois casos, entre a posição incoativa e a posição final do sujeito, encontra-se intercalada uma série de enunciados gestuais mediadores: diremos que no caso (2) a gesticulação toma a forma de um sintagma algorítmico e que o caso (3) toma a forma de um sintagma estratégico.

Ao nos perguntarmos sobre o estatuto da significação desses sintagmas gestuais, duas observações nos ocorrem:

1. Tudo se passa, primeiramente, como se os *enunciados parciais* constitutivos dos sintagmas (= andar na direção da árvore, subir, etc.), que eram portadores de sentido dentro da perspectiva combinatória dos gestos naturais, fossem totalmente *dessemantizados*, uma vez integrados em sintagmas maiores, mantendo apenas o estatuto de fonemas, isto é, de unidades mínimas da expressão. Dir-se-á então que o sintagma gestual é uma combinação dessas unidades, que se apresentam tanto como um subprograma (de ordem da sílaba, que é desprovida de sentido) quanto como um programa (de ordem da palavra-morfema, que com as dimensões de uma ou várias sílabas tem sentido).

2. O problema do sentido não está porém resolvido. Pode-se mesmo chegar a dizer que o sentido, que aparece e desaparece ao longo do processo de observação da gesticulação, se nos escapa. Compreende-se também facilmente as tomadas de posição dos semioticistas que excluem o *comportamento prático* do campo das suas preocupações (cf. as grandes tendências da semiótica americana) e concentram todos os esforços para definir, no interior da práxis gestual, o "comportamento significativo" <sup>1</sup> por oposição ao comportamento prático.

A dificuldade está em primeiro lugar na impossibilidade aparente de segmentar o texto gestual em sintagmas portadores de significação através de um outro meio que não seja o recurso à semântica das línguas naturais. Esta dificuldade parece intransponível se ficarmos na perspectiva de espectador-destinador, ou se considerarmos que a significação é um horizonte que se descortina ante nós, que a significação existe para o homem, e não que o homem é o seu sujeito, sendo capaz de produzi-la para si mesmo e para o mundo humano.

#### 4.2 Enunciado e enunciação

O fato de que seqüências de gestualidade prática (os gestos do operário especializado na fábrica, assim como as técnicas do vestir) sejam transmitidas através da aprendizagem e remetidas a nível da gesticulação automática, demonstrando seu caráter significativo, criador de diferenças culturais, confirma o fenômeno

<sup>1</sup> Cf. estudo de F. Rastler em *Langages*, 7 e item 5 deste artigo (Comunicação Gestual).

da dessemantização que parecia estranho à primeira vista. O sintagma programado “dar um nó na gravata”, que é constituído de uma série de enunciados vazios de sentido, comporta porém, na sua totalidade, uma significação precisa no interior de um contexto cultural, não somente para o espectador-receptor da mensagem visual mas sobretudo, como nos faz crer a patologia da gesticulação, para o próprio sujeito-produtor do programa. Que significaria esta forma de apraxia que torna o sujeito incapaz de executar o programa “dar nó na gravata” mas não o programa “vestir as calças”, senão a possibilidade de recorte por comutação com o plano do conteúdo e a afirmação do programa como “signo” autônomo? Pouco importa que o conteúdo do sintagma gestual seja consciente ou inconsciente — sabe-se que esta dicotomia não é pertinente para a lingüística —: num caso como no outro, o programa gestual é para o sujeito um bloco significante demarcado.

É esta *introdução do sujeito* na análise da significação que parece poder explicar as diferentes formas da significação, e não a procura de um limite problemático entre o que é significativo no comportamento gestual e o que não é, nem tampouco a classificação extra-semiótica mantida por B. Koechlin na linha de Haudricourt, e que se baseia na distinção de *funções* da gesticulação, com prioridade genética(?) à gestualidade técnica.

Trata-se de tomar aqui a já clássica distinção entre o *sujeito do enunciado* e o *sujeito da enunciação*. Sabe-se que, a nível da semiótica lingüística, os dois sujeitos, ainda que originalmente distintos — o *locutor* pertencendo à ordem não-lingüística do estatuto da comunicação, no papel de emissor de mensagens, e o *sujeito verbal* dependendo da ordem do discurso lingüístico —, podem sincretizar-se em enunciados do tipo “eu ando”, onde “eu” é simultaneamente sujeito do enunciado e sujeito da enunciação (por exemplo ainda não introduzimos o problema do referente). A nível da semiótica natural os dois sujeitos são bem distintos: na prática gestual, o homem é sujeito do enunciado mesmo sendo um “ele” para nós; o homem é o “eu” agente do enunciado, o sujeito das funções que constituem o seu comportamento; na gestualidade *comunicativa*, o homem é sujeito da enunciação: é um “tu” para nós, mas um “eu” para si mesmo, na medida em que tenta desesperadamente produzir e transmitir enunciados. Mas estes dois sujeitos estão situados no interior de um mesmo

código de expressão<sup>8</sup>, o que resulta na *proibição de suas presenças simultâneas*.

A pobreza do que se chama a linguagem gestual *stricto sensu* parece provir da impossibilidade de um sincretismo entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. O código da comunicação gestual não permite a construção de enunciados, e o código da prática gestual só manifesta o sujeito como sujeito do fazer: não é pois surpreendente que os códigos visuais artificiais, para tornarem-se linguagens, sejam construções compósitas onde os elementos constitutivos do enunciado são obtidos por procedimentos de descrição imitativa.

### 4.3 O mundo humano

A integração da prática gestual nas preocupações da semiótica "natural" limita e amplia simultaneamente o campo de sua investigação. Limita porque um *mundo humano* é assim destacado da totalidade do mundo "natural", que é o dado empírico de cada comunidade cultural. Somente os acontecimentos do mundo sensível cujo sujeito é o homem (e não os acontecimentos naturais, como por exemplo um terremoto) fazem parte dessa semiótica. Mas também o amplia consideravelmente. É nesta última perspectiva que Julia Kristeva opõe a *produtividade* à *comunicação*. Ao dizer que seus métodos de abordagem e de interpretação poderiam eventualmente explicar a totalidade dos comportamentos humanos (mesmo estando aqui arbitrariamente limitado à sua manifestação visual no mundo sensível), a semiótica parece querer substituir as ciências econômicas e históricas. Ao afirmar que os programas gestuais são significativos, a semiótica não pode mais furtar-se a esta ampliação e deve interpretar os *discursos gestuais*, nos quais se integram os programas, como práticas cinéticas que podem explicar os processos de produção. Como estas práticas visam por sua vez, de alguma maneira, à transformação do mundo pelo homem, e como a semiótica pretende descrever estas transformações, a semiótica parece dar conta da dimensão histórica do mundo humano.

Temos claramente em mente a distância que existe entre o que é teoricamente concebível e o que é imediatamente possível. Longe de apresentar-se como um método de substituição das

<sup>8</sup> Desenvolvido no item 5.

outras ciências humanas, esta reflexão teórica destina-se primeiramente a ampliar a problemática da dimensão “natural” da semiótica, que estamos estudando. Somente assim é que as diversas e múltiplas manifestações do sentido poderão ser compreendidas, interpretadas e integradas numa teoria semiótica generalizada. Qualquer outra abordagem resultaria num inventário arbitrário, pragmático, enumerativo das práticas e das linguagens gestuais.

#### 4.4 A gestualidade prática e mítica

Quando ao falar dos sintagmas gestuais empregamos a expressão de *práxis* gestual (excluindo imediatamente a *comunicação* gestual, sobre a qual voltaremos no item 5), referimo-nos a um sentido muito geral, que compreende a utilização feita pelo homem de seu próprio corpo frente à produção de movimentos organizados em programas que tenham um projeto, um sentido comum. Podemos distinguir também, no interior desta atividade programada geral, uma gestualidade propriamente *prática* e uma gestualidade *mítica*. Estas duas atividades, tendo em comum um mesmo plano de expressão e uma mesma pretensão bastante geral (= a transformação do mundo), dividem entre si as significações do mundo de uma maneira difícil de determinar à primeira vista.

Assim, ao falar do inventário possível dos gestos naturais, insistimos na necessidade de, ao reduzir estes gestos a figuras, esvaziá-los de toda significação que estas comportam sempre que verbalizadas. Uma mesma figura gestual que comporte “uma inclinação da cabeça e movimento do busto para frente e para baixo” pode significar “abaixar-se”, no plano *prático*, e “saudar”, no plano *mítico*, sem que precisemos aceitar a interpretação bastante comum de que se trata de um gesto prático com uma *conotação* mítica. É mais simples dizer que um único e idêntico significante gestual pode ser integrado, conforme o contexto, num sintagma gestual prático (trabalho no campo, por exemplo) ou num sintagma mítico (a dança).

Já tentamos justificar esta distinção entre os planos prático e mítico baseando-a na dicotomia do *fazer* e do *desejar*. Pode-se assim opor a caça do elefante, considerada no seu conjunto como atividade prática, à dança no povoado que se prepara para a caça, considerada (a dança) como atividade mítica. Pouco im-

porta que na dança existam sintagmas miméticos que se referem à gestualidade prática; a dança em si não é um espetáculo que procure *comunicar* um sentido aos espectadores, não é nem mesmo um fazer objetivo, mas sim uma *intencionalidade* transformadora do mundo como tal. Se considerarmos que a dança representa a realização de uma morte simbólica, como num sonho, bastará superpor o modelo ao programa prático da caça para que a atividade prática apareça como um simples efeito cuja causa está na atividade mítica, ou como um reflexo da atividade mítica. Para os sujeitos que a assumem, porém, esta afirmação não passa de uma segunda etapa interpretativa que depende de uma tipologia metassemiótica das culturas, e não de uma prioridade lógica do mítico sobre o prático, que seria apenas uma conotação sua. O problema da prioridade provoca imediatamente o aparecimento de duas atitudes metafísicas que a semiótica pode evitar.

Assim, a gestualidade mítica, que não é uma simples conotação das atividades práticas, não deve ser confundida nem com a gestualidade comunicativa nem com os procedimentos miméticos que podem se manifestar sempre sem constituir um plano semiótico autônomo. Os dois planos, o prático e o mítico, dividem entre si, segundo as culturas consideradas, o campo da práxis gestual; o que não impede que os algoritmos mágicos ou litúrgicos e os discursos rituais ou cerimoniais possuam uma incontestável universalidade.

Uma vez admitindo-se esta dicotomia, pode-se tentar interpretar as formas *mistas* da gestualidade, onde o mítico se encontra *difuso* no prático e vice-versa. Por exemplo, a descrição, neste nível, das estruturas de parentesco terá que levar em consideração, além das estruturas narrativas de cerimônias com predominância mítica, as manifestações difusas do mítico no interior dos comportamentos práticos (manifestações intermitentes de respeito, de reconhecimento, de dominação, etc.). Como sugere F. Rastier, esta presença superposta do mítico parece ser no entanto simplesmente uma pressão das estruturas de conteúdo, axiomatizadas a nível das sociedades ou dos grupos sociais, que desvia sem deformar os programas de comportamentos práticos: assim ocorre na comunidade clerical de Stendhal que se expressa na maneira lenta de comer e nos olhos abaixados. Parece que a descrição do mítico difuso na gestualidade prática exige um conhecimento *inicial* do código semântico que ele manifesta.

## 5. A COMUNICAÇÃO GESTUAL

Classificamos de início todos os fenômenos gestuais segundo a dicotomia *enunciação* vs *enunciado*, e em seguida distinguimos no enunciado a gestualidade *prática* da gestualidade *mítica*. Estas distinções fundamentais nos possibilitam fazer algumas considerações complementares: tentaremos organizar um pouco o domínio da *gesticulação como "linguagem"*, que é um domínio aparentemente confuso, onde elementos diferentes, signos e sintagmas gestuais, seus programas e seus códigos, sejam naturais ou artificiais, se misturam e se confundem na manifestação. Ao realizarmos este ensaio de classificação das *dimensões das unidades gestuais*, procuramos observar como estas diferentes unidades são modificadas para serem integradas nos processos de comunicação, e em que medida podem constituir códigos autônomos ou linguagens gestuais.

### 5.1 A gestualidade atributiva

Todos concordam ao constatar a relativa pobreza dos inventários gestuais que reúnem as unidades destinadas à comunicação. Tentamos explicar parcialmente este fato<sup>9</sup> atribuindo-o à impossibilidade do sujeito da enunciação identificar-se com o sujeito do enunciado quando se encontra em situação de destinador da comunicação.

No entanto vemo-nos obrigados aqui a atenuar um pouco o nosso julgamento sobre a pobreza da comunicação lingüística — mesmo lembrando que esse julgamento guarda o seu valor de critério distintivo — ao reconhecer a existência de um campo de significação cujo conteúdo pode ser efetivamente comunicado graças a um código de expressão subjacente às manifestações móveis do corpo humano. Este campo de significação refere-se ao que se designa normalmente como atitudes e estados interiores fundamentais, tais como o medo, a cólera, a alegria, a tristeza, etc. São em suma significações codificadas segundo a primeira definição do sentido: isto é, como uma configuração da expressão que funciona como uma *referência a uma outra configuração* — a do conteúdo, que institui a natureza humana como sentido. Além da natureza humana assim considerada pa-

<sup>9</sup> Cf. item 4.2.

recer confundir-se com a “alma animal” — o que, segundo Chomsky, exclui este código referencial do campo em que se exerce a faculdade da linguagem — seu modo de existência e funcionamento pode nos esclarecer sobre as propriedades específicas do código de comunicação gestual.

1. Sendo o corpo humano, na sua qualidade de significante, tratado como uma configuração, é normal que a sua mobilidade seja considerada em grande parte apenas como criadora de diferenças posicionais, e que esta polarização de movimentos resulte na categorização paralela dos conteúdos. Isto valoriza no plano da expressão as *atitudes*, em detrimento dos gestos (o que explica por exemplo por que R. Cresswell<sup>10</sup> escolheu as posições incoativas dos gestos, e não os movimentos, para a descrição dos gestos manuais). Além disso damos conta da *semiosis* que caracteriza a gestualidade comunicativa, e que consiste na correlação de uma categoria fêmica do plano da expressão<sup>11</sup> com uma categoria sêmica<sup>12</sup> do plano do conteúdo. Esta correlação é, ao mesmo tempo, arbitrária e constante: não há razões “naturais” na relação entre olhos *abertos* vs olhos *fechados* ou uma oposição de ordem semântica como por exemplo na oposição entre *astúcia* vs *ingenuidade* (F. Rastier); no entanto a relação é necessária e obrigatória num contexto cultural dado.

2. Observar-se-á que os conteúdos são assim enunciados na forma de *palavras-frases* ou interjeições. Como o sujeito do enunciado, implícito, é sempre sujeito da enunciação, revelando-se incapaz de narrar o mundo, pois fala em solilóquio apenas de si mesmo, e como (na comunicação) o verbo, implícito, é da natureza do *ser* e não do *fazer*, o enunciado sintético assim formulado é atributivo, qualificativo, e não predicativo. O que dizíamos sobre a incapacidade da gestualidade comunicativa produzir enunciados — sobre o mundo ou sobre o fazer do homem — é confirmado conseqüentemente pela existência desse sub-código atributivo.

*Observação:* é aqui que se deve incluir também a gestualidade *deítica*, de natureza atributiva.

<sup>10</sup> Cf. *Langages*, 7, R. Cresswell, *Le geste manuel associé au langage*, p. 119-127.

<sup>11</sup> Uma relação entre os elementos gestuais.

<sup>12</sup> Uma diferença de significação.

## 5.2 A gestualidade modal

O reconhecimento de que a correlação entre as categorias da expressão e as categorias do conteúdo é uma constante no interior de um contexto cultural dado nos autoriza a articular nossas observações sobre a gestualidade comunicativa a partir de considerações sobre o conteúdo e não a partir do plano da expressão como era de se esperar num texto semiótico qualquer.

Conseqüentemente, se, a partir do conteúdo, tentássemos encontrar o denominador comum que possibilitasse a reunião dos dados dispersos e/ou redundantes em diferentes estudos (R. Cresswell, P. Fabbri, C. Hutt, F. Rastier) e dos nossos conhecimentos em torno desta forma de gestualidade, poderíamos afirmar que todos esses dados se agrupam em torno do estatuto da comunicação e do enunciado.

1. Por *estatuto da comunicação* entendemos uma estrutura específica do conteúdo que se manifesta através de comportamentos gestuais (envolvendo tanto a motricidade do corpo como o espaço englobante) que *visam a estabelecer, manter ou interromper a comunicação* inter-humana, distinguindo-se assim, por uma intencionalidade específica, de outros programas gestuais. O tipo de comunicação — lingüístico ou não-lingüístico — assim enquadrado é indiferente às condições objetivas que a estabelecem. Um inventário aproximado e indicativo nos ajudará a precisar nossas idéias:

a) as pesquisas soviéticas sobre os cerimoniais (T. Tsvijam) que estudam a entrada (e a saída) em comunicação não-lingüística são um exemplo característico de correlação das categorias de *conteúdo social* tais como *inferior vs subordinado, jovem vs idoso, homem vs mulher*, que diversificam os contatos inter-humanos com as categorias da *expressão* tais como *sentado vs de pé, inclinação da cabeça acompanhada de um sorriso vs não acompanhada de um sorriso, mão fechada vs mão não fechada*;

b) as pesquisas americanas sobre a proxemia (P. Fabbri)<sup>13</sup> tratam do aproveitamento do espaço *inter-humano*; as categorias *próximo vs afastado*, a posição relativa do corpo do interlocutor *de frente vs de costas* ou *lateral à direita vs oblíquo à esquerda* (cf. também os estudos de V. Proca-Ciordea e A. Giurchesco

<sup>13</sup> Cf. *Langages*, 7, P. Fabbri, *Considérations sur la proxémique*, p. 65-75.

sobre estes mesmos problemas na descrição da dança) são assim correlacionadas com as categorias do conteúdo tais como *aceitação vs recusa de comunicação*, ou *euforia vs disforia* nas quais se engaja a comunicação;

c) as pesquisas de Mme. C. Hutt<sup>14</sup>, além de estruturarem topologicamente o espaço, evidenciaram a existência de categorias da expressão tais como *prospectividade vs retrospectividade* dos movimentos do corpo, *abertura vs fechamento* dos braços, em correlação com a articulação do conteúdo em *desejo vs recusa de comunicação* ou compreensão.

2. Por *estatuto do enunciado* entendemos, na linha de R. Jakobson, o conjunto de modalidades de julgamento que se pode fazer sobre um enunciado, tais como *consentimento vs recusa*, *certeza vs dúvida*, *surpresa vs cálculo*, sem levar em conta entretanto suas manifestações a nível gramatical nas semióticas lingüísticas. Nota-se a propósito que somente as categorias gramaticais podem constituir verdadeiramente microcódigos gestuais autônomos, funcionando sem o auxílio da palavra ou de enunciados gestuais de ordem mimética: assim ocorre com o microcódigo de *negação vs asserção* estudado por R. Jakobson, e também com o microcódigo dos guardas de trânsito, baseado na mesma categoria formulada de outra maneira: *interdição vs autorização*. A razão disto é bastante simples: o emprego dos microcódigos pressupõe ao mesmo tempo que a comunicação já esteja estabelecida e que os interlocutores estejam em intercâmbio, de forma que um negue ou aceite o enunciado formulado pelo outro.

Isto nos leva a observar *en passant* que a dicotomia *gestos de acompanhamento vs gestos de substituição*, que freqüentemente serve de critério classificatório da gestualidade (R. Cresswell), não nos parece pertinente. Com efeito, o tipo de gestualidade comunicativa (segundo Cresswell, substitutiva) que esboçamos em linhas gerais é um programa complexo de comunicação entre outros, uma prática gestual entre outras, baseada exclusivamente na intenção de comunicar. Fora do seu contexto programado, uma categoria modal, ao invés de significar assentimento ou recusa, dá idéia de um esforço feito pelo sujeito para livrar-se de algumas moscas que o assaltam; uma categoria proxêmica

<sup>14</sup> Cf. *Langages*, 7, C. Hutt, *Dictionnaire du langage gestuel chez les trappistes*, p. 107-118.

poderá lembrar a agitação de uma criança, que, sem sair do lugar, não ousa confessar suas necessidades; ou, no melhor dos casos, a dança. Por outro lado, se retiramos um gesto qualquer, considerado como não-substitutivo e inseparável da palavra, do seu contexto falado, para integrá-lo por exemplo à pantomima, podemos ter certeza que este gesto perdeu por isso toda significação? O procedimento de substituição que propusemos como critério de classificação baseia-se implicitamente numa concepção da apreensão consciente do sentido, que, como se sabe, não é pertinente para a semiótica.

Deve-se dizer para terminar que a gestualidade que serve para programar a comunicação, sendo de ordem da enunciação, tem o enunciado como termo pressuposto. Uma vez que o sujeito da enunciação é incapaz de produzir ao mesmo tempo enunciados gestuais, esta forma de gestualidade não se manifesta autônoma ou isoladamente: seu conteúdo deve manifestar-se numa outra forma semiótica, que pode ser uma língua natural, ou, rigorosamente, um código gestual artificial.

### 5.3 A gestualidade mimética

Verificamos igualmente esta incapacidade básica da gestualidade de constituir-se num código de comunicação semiótica que seja simultaneamente completo e autônomo quando refletimos sobre outra das suas manifestações, a gestualidade mimética. Entendemos por gestualidade mimética uma certa manifestação gestual dos conteúdos visando a sua transmissão comunicativa ao espectador-destinatário. Esta primeira definição, que é bastante vaga, deverá ser completada por considerações sobre o estatuto semiótico da gestualidade mimética.

1. Os conteúdos, objetos de comunicação, têm dimensões de sememas, e podem ser nomes (“pistola”) ou funções (“aspergir”).

2. Para serem codificados gestualmente, os conteúdos serão considerados a nível de sua *expressão*: não se transpõe o signo *pistola* ou o signo *aspergir*, mas apenas os seus significantes (F. Rastier).

3. A transposição gestual pressupõe a existência de uma semiótica anterior por direito e por fato, articulada em *signos*, e que pode operar tanto a partir da semiótica dos signos “naturais”

(é o caso de *pistola*, dado como exemplo por F. Rastier) quanto a partir de uma prática gestual não-comunicativa (o gesto mítico *aspergir*, citado por C. Hutt).

4. A transposição é feita em princípio não a nível da substituição da substância da expressão ( $\simeq$  fonética), mas a nível da sua *forma* ( $\simeq$  fonologia). O resultado disso é a redução do significante a uma figura elementar (a mão com o dedo indicador apontado para representar a pistola; uma linha fina para representar o corredor de R. Cresswell) e a retirada do gesto elementar do seu contexto (ausência de instrumento e programa mítico no caso da aspersão).

5. A transposição resulta na *identificação do signo, através do seu significante, com o corpo humano*; o corpo humano, que é também sujeito da enunciação, e podendo apenas produzir enunciados atributivos, *não é capaz de marcar a articulação do enunciado, de ser simultaneamente o signo e a sua sintaxe*: daí a ausência de autonomia da gestualidade mimética, que se encontra apenas acompanhando a linguagem natural ou então integrada de maneira descontínua aos códigos artificiais (códigos dos monges silenciosos ou pantomimas, por exemplo).

Podemos agora retomar nossa definição e dizer que a gestualidade mimética é, em suma, um inventário de signos gestuais que, a nível do conteúdo, têm dimensões de *sememas*, e, a nível da expressão, dimensão de *figuras*, signos obtidos pela transposição do significante tomado a uma substância manifestante pre-existente na substância gestual que é o corpo humano.

Parece à primeira vista que esta transposição de substância para substância devia comportar algumas exceções, mas estas não resistem a uma análise mais aprofundada. É o caso (citado por R. Cresswell) do gesto arredondado dos dedos que acompanha o enunciado em língua natural “tudo O.K!” Sua interpretação ilustrará a definição proposta. Um conteúdo idêntico — a atitude confiante do sujeito — é manifestado aqui por duas figuras diferentes: uma figura do *conteúdo*, representando uma *progressão linear* e rápida da marcha, e uma figura da *expressão*, redonda, móvel, provável redução figurativa de uma *roda* ou de uma máquina em movimento. Confirmando duas observações anteriores, verificamos que  $\alpha$ ) as figuras da expressão do mundo natural correspondem às figuras do conteúdo das línguas natu-

rais, e *b*) a transposição gestual se faz a nível da forma da expressão ( $\simeq$  das figuras) e não a nível da substância. Este exemplo sublinha o fato de que a gestualidade mimética, mesmo quando acompanhando a palavra, não é uma simples ilustração sua — se fosse, as figuras seriam sempre isomorfas às figuras do conteúdo das línguas naturais — mas sim a *transposição de uma semiótica visual numa outra*.

Um segundo exemplo, também tomado da amostragem de R. Cresswell: um locutor falando do temperamento, acompanha suas considerações lingüísticas de um gesto que representa uma figura linear, estreita e móvel. Referindo-se ao status social do locutor, que é professor de educação física, R. Cresswell observa acertadamente que a mediação entre dois conteúdos idênticos, manifestados de maneira diferente, lembra a imagem visual do corredor, cuja redução figurativa é, na nossa terminologia, uma linha adelgada. É difícil dizer, à primeira vista, qual seria a *figura* do conteúdo do semema “temperamento” (no código estudado por C. Hutt, por exemplo, o conteúdo “Deus” é visualizado na figura do triângulo antes de ser transposto para um gesto); mas se este exemplo não se presta à mesma explicação que o primeiro, ao menos demonstra a existência de uma certa *distância estilística* entre o conteúdo do signo e sua figura na expressão.

Esta estilística imanente torna-se clara a olho nu quando, deixando de lado os gestos de acompanhamento, voltamo-nos para a construção dos signos artificiais. Analisando a formação das “palavras compostas” do código artificial, C. Hutt cita o exemplo de *abelha*, cujo conteúdo é manifestado por *duas* figuras da expressão: a figura *asa* e a figura *doce*; se a primeira figura passa, ao entrar na composição, do conteúdo “asa” para o conteúdo “aquilo que voa”, a segunda figura toma uma via ainda mais complicada, passando do conteúdo “doçura”, considerado como a propriedade dos objetos doces, para o conteúdo “mel”, que é um elemento da classe dos objetos doces; o “mel”, por sua vez, é considerado como o resultado da prática habitual de algo que voa; somente assim é que a figura *doce* pode servir de determinante especificando a classe dos seres que voam, representada pela primeira figura, e constituir, na sua forma canônica, a definição da abelha por gênero e espécie.

Se demoramos para imaginar o percurso semântico provocado pelo encontro de duas figuras gestuais, foi *a*) para demonstrar a complexidade dos procedimentos de produção de um texto

gestual, procedimentos estes próprios de toda manifestação figurativa, e que aproximam por exemplo a pantomima da linguagem poética; mas foi também *b*) para sublinhar as dificuldades de uma sintaxe visual que, muito elementar, encontra-se reduzida à distribuição linear das figuras, devido à ausência de universais semânticas manifestáveis, e que pode ser comparada à sintaxe do sonho tal como descrita por S. Freud e analisada por E. Benveniste.

#### 5.4 A gestualidade lúdica

Consideramos a gestualidade do ângulo da possibilidade de *comunicação* através do código gestual, e assim descobrimos *dois tipos de unidades gestuais* de dimensões diferentes, um da ordem de traço distintivo (*fema* ou *sema*) e outro da ordem do *fonema* ou *semema*. Examinaremos agora a possibilidade de integração, no processo de comunicação, de unidades maiores (*enunciações* ou *discursos* gestuais) cuja existência pretendemos constatar ao refletir sobre a prática gestual.

O problema se complica aqui porque parece implicar no questionamento e na definição semiótica preliminar de categorias que possuam uma grande generalidade, tais como *sagrado* vs *lúdico* vs *estético*. Estas categorias não são específicas da semiótica gestual, pois articulam-se também a nível das línguas naturais, quando se trata por exemplo de opor a linguagem poética à linguagem sagrada ou, mais simplesmente, aos fenômenos lúdicos como os trocadilhos ou as palavras cruzadas: são categorias que dependem de uma tipologia ao mesmo tempo intra- e intercultural. Se pudessemos aceitar as categorias como dados — por serem evidentes, ou por já terem sido definidas dentro do quadro de uma teoria semiótica geral —, seria fácil examinar as manifestações da gestualidade sagrada nas danças praticadas por sociedades ditas arcaicas, ou da gestualidade estética no ballet, ou então da gestualidade lúdica na dança folclórica. Infelizmente não é este o caso.

Considerações de ordem para-genética eventualmente podem esclarecer um pouco esta problemática: assim, classificamos deliberadamente as danças sagradas como sendo dependentes da prática gestual mítica; uma outra forma desta mesma atividade mítica, que aparece nos números de acrobacia, situando-se no quadro das atividades do circo, pode ser facilmente interpretada,

com a presença do mundo animal e com as seqüências narrativas da domaçon, como um universo arcaico sobrevivente no meio da modernidade, à maneira dos procedimentos míticos de morte simbólica; a situação da dança folclórica, neste contexto, não pareceria nem mais nem menos confortável que a situação do conto popular em relação ao relato mítico.

Isto nos leva a formular a hipótese de que *toda gestualidade programada que ultrapasse as dimensões do semema/fonema*, na medida em que se encontra *a serviço da comunicação, é de origem mítica*; e mais ainda: que é também a transposição para o eixo da comunicação de enunciados e programas gestuais de conteúdo implicitamente mítico. Daí podemos consolidar a seguinte classificação apriorística, utilizando uma dicotomia sêmica:

SAGRADO	LÚDICO	ESTÉTICO
não-comunicação	comunicação e não-comunicação	comunicação
práxis mítica	ex.: dança folclórica	ex.: ballet

Diríamos então que à dança “arcaica”, que é uma práxis gestual sem intenção de comunicar mas com intenção de transformar os conteúdos nela expressos, opõe-se o ballet, que é uma prática gestual que visa em primeiro lugar a comunicar e não a transformar os seus conteúdos. A dança folclórica ocupa uma posição intermediária na medida em que é ao mesmo tempo *a)* uma comunicação explícita para os espectadores e os participantes; e *b)* um fazer mítico implícito. É dentro deste quadro que se pode interpretar a reforma litúrgica da Igreja católica, cujo intuito é transformar a missa, que tornou-se espetáculo puro, conferindo-lhe o estatuto de uma participação comunitária num fazer mítico.

Nossa hipótese de que as unidades da comunicação lúdica são unidades transpostas de um fazer mítico (e não de um fazer prático) é reforçada pelo fato freqüentemente notado de que tais espetáculos comportam diferenças e deformações gesticulatórias em relação às normas da gestualidade natural ou prática. Em vez de considerar que a acrobacia, e também certos aspectos da dança folclórica ou estética, são constituídos de desvios estilísticos em relação à “natureza”, seria mais simples considerá-los

como manifestações normais da “cultura” presente nos enunciados míticos, mesmo que estes sejam parcialmente ou inteiramente dessemantizados.

Reaparece aqui o problema geral do sentido dos enunciados e dos programas gestuais, a que já nos havíamos referido. Antes de voltar ao exame do estatuto específico da *semiosis*, bastará dizer no momento como se coloca o problema quando está em questão por exemplo a interpretação da dança popular. De maneira restrita, entrevemos desde já duas abordagens que podem contornar as dificuldades.

A primeira abordagem consistiria em reconhecer, a título de hipótese, a existência de *discursos gestuais organizados*, comparáveis às estruturas narrativas dos discursos lingüísticos, e suscetíveis por isso de serem reduzidos a *modelos formais com múltiplas variáveis*; estes modelos, mesmo sendo formais, podem ser interpretados semanticamente e fornecer um quadro geral para uma compreensão dos discursos gestuais. Parece ser esta a linha da equipe internacional que trabalha na descrição formalizada da dança folclórica, sob a condição contudo de que esta descrição seja seguida de uma interpretação semântica. Assim, é de se esperar que haja na descrição dos números de acrobacia feita por Paul Bouissac a formulação de sintagmas narrativos comparáveis aos sintagmas do conto popular.

Uma segunda abordagem consistiria em analisar, através de um procedimento mais paradigmático, as *categorias modais relativas ao estatuto da comunicação* (cf. 5.2.1) para verificar em que medida o conhecimento de seus conteúdos correlatos pode ajudar a compreensão de um *código* mítico implícito. A nível das unidades de tipo fonema/semema, que neste caso preciso podemos designar como *dancemas*, perguntamo-nos então se a hipótese do paralelismo entre as figuras da expressão gestual e as do conteúdo lingüístico não podem ser utilizadas, com as devidas precauções, para o reconhecimento dos seus conteúdos implícitos.

Um problema teórico subsiste porém: é o problema sempre possível da dessemantização dos elementos constitutivos dos enunciados gestuais, que já foi mencionado anteriormente. Assim pode-se perguntar, a propósito da gestualidade que se pretende estética, como por exemplo o ballet, se a “dessacralização” do discurso mítico não produziu a dessemantização dos enunciados gestuais, restando à gestualidade estética significar apenas as formas narrativas do discurso — embora reconhecendo sempre

a natureza de código artificial do ballet, visto ser um sistema compósito, comportando seqüências miméticas evidentes, entre outras, e sobretudo visto que o espetáculo na sua totalidade é um enunciado produzido pelo sujeito da enunciação, o coreógrafo.

### 5.5 A comunicação gestual

Utilizando um pequeno número de critérios estruturais e de categorias semióticas, examinamos as diversas formas da gestualidade sob o ponto de vista único da comunicação. Reconhecemos primeiramente dois tipos de gestualidade:

1. gestualidade de comunicação direta (5.1 e 2)
2. gestualidade de transposição (5.3)

O primeiro tipo, caracterizado no seu estatuto semiótico pela *correlação das categorias* significante/significado, subdivide-se, segundo a sua possibilidade sintática de formar ou modular os enunciados, em:

- a) gestualidade atributiva (5.1)
- b) gestualidade modal (5.2)

O segundo tipo de gestualidade que não pode ser examinado do ponto de vista da comunicação, graças a procedimentos de *transposição de significantes*, subdivide-se, por sua vez, segundo as dimensões das unidades transpostas — signos ou enunciados, em:

1. gestualidade mimética (5.3)
2. gestualidade lúdica (5.4)

A parte hipotética e arbitrária na determinação desta última classe de gestualidade é tão importante quanto inevitável no atual estágio de nossos conhecimentos e não prejudica demasiado o projeto geral de nossa reflexão, que consiste na pesquisa de uma classificação intrínseca das formas da gestualidade baseada somente nas definições semióticas.

Tentamos mostrar igualmente, ao longo do trabalho, que a teoria da comunicação é incapaz de explicar satisfatoriamente os fatos da gestualidade. As categorias e as unidades gestuais, embora reconhecíveis, não são autônomas; têm por função significar atributivamente ou modalmente, e não transmitir conteúdos objetivos. Não constituem de forma alguma um sistema de significação comparável aos sistemas lingüísticos; possibilitam, contudo, a construção de códigos artificiais (miméticos e lúdicos) que na medida em que são utilizados como códigos de comunicação prática, são, por sua pobreza, apenas reflexos pálidos da comunicação lingüística. Organizadas, ao contrário, em códigos de comunicação de conteúdo mítico, as formas gestuais se distanciam da comunicação lingüística e encontram uma nova consistência, devido à aparição do princípio de organização funcional e narrativa que rege todos os discursos, sejam eles da ordem do dizer ou do fazer.

## 6. A SEMIOSIS

Na medida em que estas reflexões conseguiram abrir um pouco o caminho, dando aparência de complexo ao que era inicialmente confuso, deveria ser possível, numa última etapa, estudar as condições de análise e descrição da gestualidade, se uma e outra não estivessem subordinadas *a uma interrogação prévia sobre a natureza da semiosis, que pode definir a gestualidade como uma presença no mundo significante*. Se não colocarmos em primeiro lugar a questão do estatuto semiótico específico da gestualidade, corremos o risco de fazer apenas transposições de modelos metodológicos — da teoria da comunicação, por exemplo — para chegar à constatação negativa da não adequação desses modelos. Também reconhecemos que, na fase do exame da comunicação gestual, esta, no melhor dos casos, apenas se limitava a um fenômeno secundário, não comparável ao universo semântico recoberto pelo corpus da práxis gestual total, tal como se pode imaginá-lo.

### 6.1 A produção e manifestação do texto

Quando se imagina — neste plano da semiosis — uma análise do texto gestual, somos tentados a aplicar-lhe os processos bem

conhecidos e experimentados da descrição fonológica, e considerar a gestualidade como plano da expressão de uma linguagem. É o que B. Koechlin sugere, ao propor como modelo analógico a utilização dos programas de fonação que resultam na realização dos fonemas, para interpretar as operações complexas do corpo humano na produção de gestos-fonemas, então por uma retro-análise, reconhecer sua estrutura fêmica. Embora aceitando que, em grandes linhas, trata-se de um raciocínio bem fundado, criticamos o autor por não tê-lo levado as suas conseqüências extremas.

Admitimos de bom grado que a motricidade programada dos órgãos da fonação seja comparável à gesticulação programada do organismo humano tendo a mesma natureza espacial e apresentando-se da mesma forma como uma rede de relações espaciais. Mas quando comparamos os resultados dos dois programas gesticulatórios, a diferença se manifesta: trata-se, no primeiro caso, da produção da cadeia falada articulável em fonemas, e no segundo, da produção de um encadeamento gestual que será decomposto em gestos. Considere-se o programa gestual do pianista, que produz uma cadeia analisável em sons musicais e o programa do sujeito falante, onde acontece a mesma coisa: os programas gestuais — fonatório e musical — têm por resultado a *transposição* do significante de uma ordem sensível para outra, da ordem visual para a ordem sonora. Pode-se ir mais além e dizer que nos dois casos, do ponto de vista da forma da expressão, os dois significantes — visual e sonoro —, configurações de relações independentes da substância manifestante, são comparáveis e podem ser considerados, em certas condições, como equivalentes. Não ocorre porém transposição alguma no caso da gestualidade semiótica: o programa da manifestação é *simultaneamente* a seqüência manifestada. Tomando por exemplo a estrutura fonológica do texto sonoro, é possível considerar que o *sentido* do programa fonatório, que lhe é anterior, seja justamente a construção de objetos fonológicos — os fonemas e as sílabas —, e que o programa, como um conjunto de sucessões e concomitâncias, seja dirigido em todo o seu percurso por esse *projeto* fonológico. A seqüência gestual enquanto manifestação (enquanto texto semiótico), ao contrário, não passa do programa de manifestação desprovido do projeto fonológico.

Nossa interpretação de que certos programas gestuais específicos podem instaurar, por transposição, uma ordem nova de

expressão, é apenas uma maneira diferente de encarar o problema do arbitrário da função semiótica e do desdobramento dos planos da linguagem, que faz aparecer certas linguagens, notadamente as línguas naturais, como um imbricamento de duas álgebras não-isomorfas. Em outras palavras, é a transposição de uma ordem sensorial para a outra que cria as condições suficientes para uma articulação autônoma do significante, cujas figuras se distanciam desta forma das figuras do conteúdo. E, por outro lado, enquanto não se dá esta transposição, a significação do mundo não consegue separar-se completamente do seu plano fenomenal.

## 6.2 O estatuto simbólico da gestualidade

Na impossibilidade de considerar, para a gestualidade, neste estágio, um plano autônomo da expressão e ao mesmo tempo a construção de uma fono'ogia visual, devemos nos restringir às unidades gestuais recortadas como fonemas e como sememas (cf. os gestos naturais de B. Koechlin); ao menos provisoriamente, aceitamos considerar a gestualidade como *um sistema simbólico e não lingüístico*, de acordo com a terminologia de Hjelmslev; mesmo se for o caso, nada nos impede de postular a existência de uma *forma* gestual por detrás da substância gestual.

Esta forma, já o dissemos, pode ser obtida a partir da substância que constitui o volume global de um gesto natural, reduzindo-o a uma *figura visual* mínima pelo processo de variações de contextos gestuais possíveis. Um gesto natural como o gesto de *nadar* terá sentido de "*nadar*" a nível dos comportamentos práticos, havendo um nadador como sujeito e água como meio; mas como observa C. Bremond, ao deslocar-se nos ares Superman conserva como predicado gestual a mesma figura do *nadar*. Partindo do conteúdo das línguas naturais, ao procurarmos descrever a figura sêmica contida pelo lexema *nadar* na expressão "je nage complètement" (= estou boiando, estou por fora, não compreendo nada — expressão familiar: N. do T.), veremos talvez mais rapidamente que esta figura se reduz a um movimento desordenado dos braços.

A constatação reiterada de que as figuras visuais da expressão correspondem às figuras nucleares do conteúdo lingüístico pode integrar-se agora numa interpretação mais geral: se o plano

da expressão das línguas naturais é formado a partir de programas gestuais (o fonatório, por exemplo) e da transposição destes programas para uma ordem sensorial diferente (a auditiva, por exemplo), o plano do conteúdo é constituído em parte por esses mesmos programas gestuais não transpostos, ocasionando a aparição de sistemas semióticos complexos articulados sobre os dois planos.

Ora, o estabelecimento de uma equivalência entre as figuras do mundo natural e as figuras do conteúdo das línguas naturais (uma vez que as figuras gestuais devem ser completadas por outras figuras visuais do mundo, que, por sua vez, serão completadas pelo conjunto das figuras de todas as ordens sensoriais pelas quais o mundo se apresenta a nós) possibilita entre outras coisas, numa medida razoável, a utilização analógica dos modelos da semântica. Assim como as figuras do conteúdo não são suficientes em si para estabelecer o texto lingüístico (devendo ser organizadas pelas categorias), da mesma forma pode-se supor que a prática gestual não consiste apenas no desdobramento sucessivo de figuras gestuais, mas implica na ordenação de um certo número de categorias semânticas, a começar pela dicotomia *prático* vs *mítico*, que fundava em parte nossa classificação anterior. Por outro lado, paralelamente à decomposição das figuras nucleares do conteúdo em semas e à constituição de categorias sêmicas, pode-se imaginar a existência de um inventário de categorias gestuais, cuja combinatória explicaria a constituição das figuras gestuais; ou então pensar a possibilidade de eliminar, nas figuras duplas, todos os traços gestuais em benefício de uma única categoria pertinente, explicando assim a constituição dos microcódigos gestuais de comunicação.

### 6.3 O estatuto funcional da semiosis gestual

Ao falar dos programas gestuais dos órgãos da fonação, dissemos que o sentido deles consistia na execução de um projeto fonológico. Podemos agora generalizar esta constatação, e precisar que, se é possível conceber uma atividade gesticulatória desordenada e sem sentido, assim como é possível emitir uma cadeia de sons sem sentido, é igualmente evidente que existe uma atividade gestual ordenada, programada, que só pode ser apreendida e definida pelo seu *projeto*. Diremos então que o projeto do pro-

grama gestual é o seu significado e que a seqüência gestual que recobre este significado é o seu significante. A *semiosis* de um programa gestual será conseqüentemente a *relação entre uma seqüência de figuras* gestuais, consideradas como significante, e o *projeto* gestual, considerado como significado. Esta afirmação um pouco abrupta pede alguns esclarecimentos:

1. Não há nada de surpreendente no deslocamento da relação semiótica que, partindo de um significado com dimensões constantes, acaba por reuni-lo a significantes com dimensões variáveis: numa língua natural, um único fonema (*i*, por exemplo) pode entrar na constituição de uma sílaba (*ile*) ou de uma seqüência silábica (*illumine*).

2. A extensão progressiva do significante é acompanhada de um fenômeno que designamos pelo nome de *dessemantização*. Assim, se recortarmos em unidades textuais o programa gestual de um operário diante de sua máquina, surgirão figuras gestuais que podem receber cada uma uma interpretação semântica e remeter a um gesto natural; mas esta motivação segmentada das figuras desaparece no encadeamento programado, sem que as próprias figuras, embora “esvaziadas de sentido”, se modifiquem. É neste sentido que se pode falar, como Julia Kristeva, da natureza anafórica da gestualidade: as figuras gestuais remetem todas a um sentido que existe apenas sob forma de projeto. Conseqüentemente, a dessemantização, que deixa intactas as figuras gestuais, tem relação apenas com as categorias semânticas subentendidas no texto gestual; ao neutralizar os significados parciais, a dessemantização transforma a relação semiótica imediata numa distância semiótica que tem estatuto de relação hipotáxica: cada figura gestual dessemantizada mantém sua posição metonímica relativamente a significado global do programa.

3. Vê-se desde já que a semiosis a que nos referimos não é uma relação simples, constitutiva de um significado e de um significante, mas uma estrutura relacional que já designamos anteriormente<sup>19</sup> como *morfemática*: é ao mesmo tempo uma *relação de significante e significado tomada na sua totalidade* (o programa gestual) e uma *rede de relações que vai do significado a cada figura tomada como parte*.

<sup>19</sup> Cf. *Sémantique Structurale*, p. 105.

4. Além da existência de um projeto, o programa pressupõe o conceito de *economia*: um programa gestual pode ser mais ou menos econômico, mais condensado ou mais desenvolvido, e pode também comportar subprogramas intercalados. Na estrutura já complexa da semiosis se introduz assim uma parte arbitrária cuja natureza funcional só se poderá precisar com um melhor conhecimento dos princípios de organização dos programas gestuais.

Estas considerações sobre o estatuto da semiosis na práxis gestual vêm juntar-se às interrogações referentes aos conteúdos predicativos das línguas naturais, o que é perfeitamente normal: além da correspondência já estabelecida entre as figuras do significante gestual e as figuras do significado das línguas naturais, o aparecimento de uma nova dimensão de comparação permite determinar a natureza funcional da semiótica gestual (o termo de *função* está reservado apenas para os predicados *não-atributivos*). Só podemos concordar com a afirmação de Julia Kristeva de que a análise da gestualidade não faz emergir unidades de base, mas *funções* de base; com a condição porém de esclarecer que a problemática das funções — semiosis, programa, projeto, economia, etc. —, sendo específica da gestualidade, reaparece identicamente a nível da análise dos conteúdos das línguas naturais, onde uma longa tradição nominalista reificante, centrada nos nomes próprios, sempre desprezou o estatuto semiótico original da função, chegando até a reduzi-lo a uma simples relação formal.

É neste sentido que um apelo por uma *semiótica funcional* — a única abordagem possível para a semiótica gestual, mas também dimensão da semântica das línguas naturais — assume toda a sua amplitude.

#### 6.4 Os projetos e os objetos culturais

Podemos considerar a prática gestual como uma predicação transitiva que, tendo o homem como único sujeito, tem por função geral a realização de projetos culturais que resultem na criação de objetos culturais.

1. Considerados no seu aspecto de *projeto cultural*, os diferentes programas gestuais se apresentam como discursos fechados, dos quais uma análise de conteúdo só poderia explicitar as

estruturas narrativas de um tipo específico; podemos representá-los como modelos de um *savoir-faire* prático ou mítico, modelos cujo conjunto organizado poderia explicar um certo modo de existência das estruturas ditas econômicas ou culturais.

2. Considerados nos seus resultados, que são *objetos culturais*, os programas gestuais se apresentam como definições genéticas das coisas e dos acontecimentos (um vestido pode ser definido pelo programa “costurar um vestido”); no plano das línguas naturais, os programas semânticos poderiam definir da mesma forma os objetos literários (romance ou poema). Já os objetos culturais, uma vez realizados, se apresentam como estruturas morfemáticas (um automóvel se compõe de partes e subpartes que comportam cada uma, como definição gestual, um subprograma gestual). Seja como for, a práxis gestual, sendo de natureza predicativa, uma sintaxe capaz de produzir uma infinidade de enunciados sob forma de objetos e acontecimentos culturais de caráter circunstancial.

3. Paralelamente a definições genéticas e morfemáticas, o objeto cultural pode ser determinado pelo seu modo de emprego, ou seja, pela função de adjuvante (o instrumento) ou de substituto do sujeito (a máquina), que pode ser assumida num novo programa gestual. Esta funcionalidade dos objetos culturais possibilita por sua vez considerar *a*) uma hierarquia de programas gestuais e de *savoir-faire* ou também *b*) o estabelecimento das dimensões culturais de uma sociedade definidas como o conjunto de isotopias de *savoir-faire* práticos ou míticos (alimentar, vestir, etc.). Mas a introdução destas novas considerações ultrapassaria o limitado quadro de reflexões que nos colocamos.

## 6.5 A notação simbólica

As perspectivas bastante cativantes que esta reflexão sobre a semiosis abre para a pesquisa semiótica no domínio da gestualidade infelizmente não estão sendo desenvolvidas e continuarão inexploradas por muito tempo antes que um código satisfatório de transposição gráfica seja estabelecido.

Apesar de sua engenhosidade, os exemplos de notação *simbólica* dos gestos que B. Koechlin apresenta e discute parecem meros balbucios frente à importância da tarefa. B. Koechlin parece

pensar que uma arbitrariedade máxima dos signos da notação ajudará a resolver os problemas da descrição fonológica do significante gestual; e esta razão parece ser suficiente para fazê-lo excluir do seu exame a notação proposta pela cinemática americana. Historicamente talvez ele não esteja errado: a lenta e vacilante elaboração da escrita mostra uma certa correlação entre os processos do arbitrário simbólico e o aperfeiçoamento da transposição. No entanto a lentidão da elaboração se explica pela necessidade frente a qual o homem se encontra de inventar uma fonologia simultaneamente implícita e anterior de direito à notação: pode-se supor que, presentemente, a existência de modelos lingüísticos comparáveis nos obrigará a inverter os termos do processo inventivo, dando prioridade à reflexão metodológica sobre a própria notação para acelerar o seu desenvolvimento.

É por esta razão que temos dirigido nossos esforços para o *reconhecimento das unidades* e do seu estatuto semiótico: os novos procedimentos de conservação da gestualidade (o filme) não respondem (apesar da excessiva ênfase de nossa época sobre o que se chama o audiovisual, que corresponde às duas dimensões do mundo sensível suscetíveis de registro) às necessidades da semiótica porque estes procedimentos apenas *registram* a gestualidade: sem *análise* prévia do texto, a gestualidade não pode ser reproduzida, isto é, manipulada em todos os sentidos como uma linguagem científica qualquer. A notação gestual, conseqüentemente, não deve obedecer às exigências práticas que facilitam um registro, mas deve ser aperfeiçoada a fim de servir de base à reflexão científica.

As três notações apresentadas por B. Koechlin, que situam a descrição a nível da *substância*, pecam todas por excesso de precisão e detalhe. Pretendendo descrever unidades gestuais da dimensão dos traços fêmicos, comportam entretanto uma centena de símbolos: quando se pensa que uma escrita fonética pode se satisfazer com algumas dezenas de símbolos-fonemas e que o número dos traços fêmicos pertinentes é necessariamente muito inferior ao número de fonemas, podemos dizer que a notação da gestualidade está francamente iniciada. Também acreditamos que seria necessário retomar o problema sob um outro ângulo e começar por uma notação simples, escolhendo figuras gestuais despojadas como unidades de descrição e tentando desta forma tornar mais maleável a escritura fonemática, fazendo-a mais complexa para responder às necessidades de descrições específicas.

O processo proposto por C. Bremond, que consiste em partir de funções semânticas já conhecidas do relato para estabelecer as invariantes gestuais elementares correspondentes, nos parece plena de interesse e mereceria ser generalizada.

É no mesmo sentido que se inclina o raciocínio de B. Koechlin quando, ao afirmar o engajamento total do corpo humano na produção do gesto, coloca a necessidade de extrair deste volume gestual um pequeno número de traços pertinentes. Segundo R. Cresswell, a aparição do homem é marcada pelo deslocamento do centro da atividade gestual do olhar e da boca, característica do animal, para os braços e as mãos; seguindo esta observação, poderíamos antever, conforme uma classificação provisória dos programas gestuais, a notação de uma gestualidade fundamental, onde somente os gestos dos braços/mãos ou das pernas/pés seriam considerados, para serem depois completados por um inventário de signos diacríticos que, de uma parte, representassem os traços complementares e, por outra, os traços relevantes da substância gesticulatória, que fossem importantes na sua qualidade de variáveis estilísticas para a notação de variações inter- ou intraculturais. Por outro lado, quando se quer anotar tudo, acaba-se no fim por nada anotar.

Trata-se de um desafio respeitável: somente dispondo de uma notação simbólica apropriada é que poderemos pensar seriamente na constituição de uma semiótica do mundo natural — condição de êxito da empresa semiótica em seu conjunto.

Tradução de  
ANA CRISTINA CRUZ CEZAR

## Para uma Sociologia do Bom-Senso\*

---

### 1. Denotação e conotação

**E**MBORA ainda estejam no início as pesquisas sobre o discurso didático, estamos relativamente seguros da benéfica virtude de uma dupla leitura: uma que se estende da primeira à última página de um texto; e outra que remonta o texto em sentido oposto, permitindo uma primeira abordagem, ainda totalmente subjetiva, do sistema que aí se encontra implicitamente manifestado. Numerosas discussões e divergências de interpretação sobre as teorias de Saussure ou de Hjelmslev constituem, em grande parte, lutas oratórias que opõem estes dois tipos de leitura.

Desta forma, o lugar que convém atribuir aos conceitos de *denotação* e *conotação* na teoria hjelmsleviana dependerá amplamente do modo de leitura de seus "*Prolegômenos*".

Hjelmslev, por sua vez, reconhece que suas reflexões sobre a teoria da linguagem, tomando por exemplo, desde o início de sua exposição, a linguagem natural, se ativeram durante muito tempo à hipótese simplificante de que uma língua, quando manifestada diante de nós sob forma de um texto desenvolvido, constitui um *sistema semiótico simples*. De acordo com tal hipótese, um único sistema poderá ser explicitado, a partir de um texto dado, e uma única estrutura dará conta de seu funcionamento: uma língua natural seria, nessas condições, um sistema semiótico *denotativo*.

Ora, isto certamente não ocorrerá assim: um texto, uma vez que se apresente em uma língua natural, poderá implicar, e nor-

\* Estudo destinado a figurar numa *Homenagem a Stefan Zolkiewski*. Publicado em italiano na "*Rassegna Italiana di Sociologia*", 1968, 2.

malmente implica, em vários sistemas ao mesmo tempo. Isto é de tal forma verdadeiro, que a luta contra o caráter logomáquico dos textos, a pesquisa de condições objetivas para o estabelecimento de uma *isotopia* que permita a leitura é uma das principais preocupações da descrição semântica em sua fase inicial. Colocado frente a um texto qualquer, o analista se vê diante de uma escolha: deverá ou bem procurar construir um modelo que dará conta de uma *isotopia denotativa* do texto, e proceder, para tanto, à eliminação de tudo o que, no texto, pertença a outros sistemas semióticos; ou bem considerar — a título de hipótese, ou porque isso corresponde ao estado de avanço dos conhecimentos lingüísticos — como já conhecida a estrutura denotativa, e se ocupar do recenseamento dos elementos que, embora contidos no texto, pertencem a outros sistemas que não o sistema denotativo; procurará então construir modelos interpretativos desses diversos elementos. Observaremos, para voltar a Hjelmslev, que tais elementos estrangeiros são, para ele, *conotadores* e que os sistemas possíveis de serem postulados e descritos a partir de isotopias conotativas são *linguagens de conotação*.

## 2. Sistemas conotativos

Sabe-se que o termo *conotação* é anterior a Hjelmslev e se vê atualmente empregado em múltiplas acepções, às vezes contraditórias. Da mesma forma será necessário ressituar com cuidado este conceito, no quadro da economia geral da teoria semiótica de Hjelmslev, a fim de retirar algum proveito de sua dupla leitura.

1. Somos obrigados a antecipar, inicialmente, algo de bastante óbvio, e insistir sobre o fato de que as linguagens de conotação representam para Hjelmslev sistemas lingüísticos: a brincadeira a que freqüentemente nos entregamos, descobrindo, aqui e ali, na espessa massa dos fatos de conotação, este ou aquele conotador isolado, para logo em seguida nos maravilharmos com a profundidade constatada, vai de encontro à teoria hjelmsleviana cujo patronato, entretanto, queremos invocar. Esta constatação poderá dispensar qualquer argumento: baseia-se num princípio geral suficientemente explícito, segundo o qual o objeto da semiótica é o *estudo dos sistemas semióticos e não dos signos*.

2. Os sistemas conotativos, portanto, constituem *sistemas secundos* em relação aos sistemas denotativos: as linguagens de

conotação são, para Hjelmslev, linguagens das quais um ou vários planos são já linguagens. Observamos que a introdução do conceito de conotação tem por consequência a colocação do problema da *complexidade dos sistemas semióticos* e, ao mesmo tempo, de sua eventual tipologia, que utilizaria o critério do número de planos formais que este ou aquele sistema comporta.

3. Como um sistema semiótico conotativo é um sistema de segundo grau, o modelo que dará conta do mesmo deverá recorrer o sistema denotativo considerado como uma linguagem-objeto; e os contadores (graças aos quais esse sistema funciona e através dos quais se manifesta no texto) deverão ser extraídos de todos os planos dessa linguagem, articulada, como se sabe, segundo as duas categorias dicotômicas fundamentais: *forma vs sentido* (substância) e *expressão vs conteúdo*. Um sistema conotativo irá se manifestar, como consequência, sobre quatro diferentes planos, ao mesmo tempo, ou seja:

*ao nível da forma lingüística:*

no plano da expressão (ou fonológico) e  
no plano do conteúdo (ou gramatical);

*ao nível da substância não-lingüística:*

no plano da expressão (ou do "sentido" fonético) e  
no plano do conteúdo (ou do "sentido" semântico).

Entretanto, o fato de que a extração dos conotadores deveria se efetuar sobre os quatro planos — já que, em conjunto, constituem o plano da expressão do sistema conotativo — não implica necessariamente em que a análise desse novo plano metalingüístico tenha de levar em conta suas próprias articulações estruturais, a distinção dos diferentes planos, e dimensões maiores ou menores de seus signos ou de suas figuras. A linguagem conotativa não é isomorfa à linguagem denotativa; e uma análise levando em conta a estrutura da denotação culminaria na construção de um modelo metalingüístico, mas da mesma forma denotativo. O único procedimento possível parece ser o de considerar o sistema denotativo como um objeto opaco portador de significações segundas que se trata de decifrar. Assim sendo, a título de exemplo, mau porém simples — somente os maus exemplos parecem simples — a conotação designada em francês como "vulgaridade"

(podemos identificá-la a partir da análise de uma subclasse das línguas nacionais designada como “falar popular”) terá como conotadores, simultaneamente:

**a)** ao nível da substância semântica: determinado campo semântico restrito, possuindo configurações bem precisas (conotação dos termos referentes ao trabalho considerado como castigo, à alimentação, à sexualidade);

**b)** ao nível da substância fonética: determinada produção de fonema ou determinada entonação traindo a origem social do locutor;

**c)** ao nível da forma do conteúdo: determinada construção ou determinada estruturação sintática;

**d)** ao nível da forma da expressão: determinada neutralização fonológica, por exemplo.

Observa-se, então, que as dimensões das unidades lingüísticas que se vêem assim conotadas são bastante variadas, não podendo servir de critério a uma classificação dos fatos de expressão conotativa. Observa-se sobretudo que aquilo que se constrói a partir dos conotadores nada mais é do que o plano do conteúdo do sistema conotativo, conteúdo segundo que se manifesta de maneira difusa, através de todos os planos do sistema denotativo.

### 3. As zonas de conotação

Quando nos fazemos a pergunta, bastante natural, sobre o que se deve esperar de tal análise, e que gênero de conteúdos conotados arrastam consigo as línguas naturais, temos de reconhecer como bem pouco desenvolvida a teoria hjelmsleviana relativa aos sistemas de conotação. O pouco do que já se disse a respeito, ou bem não é levado a sério, ou bem se vê passível de várias interpretações: deparamos com um inventário aproximativo e alusivo (estabelecido por Hjelmslev com o único objetivo de “mostrar a existência desses fatos e sua multiplicidade”) com a indicação primeira de que as “diversas partes ou partes de partes de um texto podem ser redigidas de maneira diferente” e comportam, em conseqüência disto, conotações diferentes. Se tentar-

mos, a partir daí, fazer uma idéia dos domínios de conteúdo conotados, chegaremos a distinguir diversas zonas de conotação.

1. A primeira dessas zonas é feita de conotações que poderiam interessar uma disciplina que está nascendo, a sócio-lingüística (que parece procurar, atualmente, tanto seu objetivo como seus métodos). Assim sendo, segundo Hjelmslev, os textos — sabe-se que ele atribui a este termo o sentido geral de processo sintagmático, comparável à infinidade de enunciados da gramática generativa — poderão ser produzidos:

- a) em diversas línguas nacionais;
- b) em diversos tipos vernaculares (língua comum, diversas línguas de meios e de profissões);
- c) em diversas línguas regionais (língua-padrão, dialetos, etc.).

Torna-se possível, no quadro assim delineado, a descrição de sistemas conotativos como uma correlação dos fenômenos lingüísticos com a morfologia social, fenômenos que a fundamentariam e que seriam fundamentados por ela.

2. Um segundo grupo de fatos ditos construtivos de diferentes *gêneros de estilo* (fala, escrita, gestos, etc.) parece abrir a possibilidade, entrevista por Hjelmslev, de descrições semióticas que constituiriam, ao nível do conteúdo conotado, uma nova tipologia, simultaneamente comparativa e interna, das comunidades lingüísticas. Um estudo desses gêneros não levaria em conta senão o critério de manifestação da forma lingüística, nesta ou naquela substância não-lingüística; tal estudo, além disso, não teria por objeto uma classificação dos sistemas de comunicação conforme o plano de expressão utilizado, e sim *o sistema de valores ligados à prática social desses significantes*. A divisão, freqüentemente utilizada, das coletividades humanas em *sociedades com escrita e sociedades sem escrita* se inscreve no quadro das pesquisas assim sugerido; além disso, abre-se para a pesquisa semiótica, desse modo, toda a problemática dos diversos modos de mediação que a escrita introduz nos processos de comunicação (institucionalizando alguns domínios semióticos autônomos — direito escrito, livro sagrado — comparáveis, em última análise, dado o seu peso, à palavra cantada e dançada das sociedades sem escrita).

Já não se trata mais da maneira como tal sociedade se concebe e se articula através da língua que é a sua, mas da maneira como utiliza e aprecia os objetos sociais que se tornam, para ela, as substâncias da expressão informadas por sua linguagem.

3. A terceira zona compreende, à primeira vista, as conotações constitutivas de uma estilística social, tal como era concebida no século XVIII. Assim, segundo Hjelmslev, um texto poderá ser redigido:

a) em “*estilos diferentes* (verso e prosa, ou a mistura destes dois tipos)”;

b) em diferentes *espécies de estilo* (estilo criador ou estilo simplesmente imitativo, dito estilo normal; estilo ao mesmo tempo criador e imitativo, denominado estilo arcaizante);

c) em diferentes *valores de estilo* (estilo elevado e estilo vulgar; estilo neutro, que não é *considerado* nem como elevado nem como vulgar);

d) em diferentes tonalidades.

Estas indicações, redigidas em termos tradicionais, não remetem certamente à tipologia das escrituras tal como a compreende Roland Barthes, nem tampouco às disciplinas que estão atualmente se reconstituindo, como a política ou a retórica: basta transpor a problemática, que nossa zona de conotação parece recobrir, de nossas sociedades com escrita para o quadro das sociedades ditas arcaicas, para observar que se trata, ainda neste caso, do uso corrente (isto é, da prática fundada numa axiologia) da língua comunitária. Deve-se distinguir um estudo das formas literárias ou poéticas, evidenciando sua forma específica e descrevendo seu estatuto estrutural particular, da atitude que uma sociedade adota face aos signos de sua linguagem. Por mais que o filólogo demonstrasse que os “*addâd*”, termos que designam ao mesmo tempo uma coisa e seu contrário, não possuem existência lingüística em árabe, isto não impede que várias gerações de gramáticos se tivessem preocupado em inventariá-los e codificá-los. O sistema de conotação subjacente a cada língua é imamente à comunidade lingüístico-cultural considerada.

4. Poderíamos tentar conceber uma quarta zona a partir de uma indicação, vaga talvez, relativa à diversidade das fisionomias

(com a seguinte especificação: “no que concerne à expressão: diversos *órgãos* e “*vozes*”) ela remeteria a uma espécie de psicofonética, à qual se acrescentaria uma psicosemântica, estabelecida a partir dos conotadores da substância do conteúdo. A descrição da conotação estabeleceria, em todo esse domínio, tipologias idioletais em que se apóia a substância manifestante, ao nível da expressão (tipologia das “vozes” paralela à grafologia) e do conteúdo (retomada, através de uma abordagem conotativa, da tradição caracterológica que remonta à Antigüidade). Não se trata, ainda aí, da análise de estruturas idioletais propriamente ditas ou de universos semânticos individuais, mas da correlação dos fatos lingüísticos com um sistema de juízos sociais culminando numa espécie de personologia social.

As extrapolações que acabamos de fazer — e que nos propomos a continuar fazendo — podem parecer sem medida comum com a lista apenas alusiva de Hjelmslev. E o parecerão ainda mais aos adeptos do pensamento do mestre dinamarquês. Na verdade, é difícil admitir que as páginas consagradas, no quadro dos *Prolegômenos*, às linguagens de conotação sejam apenas a reintrodução de uma pseudo-estilística ultrapassada do que o estabelecimento de uma nova dimensão semiótica na economia geral da teoria da linguagem.

#### 4. O “ser” e o “parecer” dos objetos semióticos

Esta nova dimensão nada mais é do que um segundo plano de significação, que todo objeto semiótico possui. Se bem que em isotopia com o primeiro, este plano é, entretanto, por definição, heteromorfo em relação a ele: pois, caso se manifestasse com o auxílio das mesmas articulações estruturais, não se poderia extrair desse plano nenhuma significação nova. Os sistemas conotativos são, por conseguinte, em relação à forma que constitui o ser dos objetos semióticos, *sistemas deformantes*; e temos o direito de dizer, como não são por isso menos lingüísticos, que todo objeto semiótico, ou qualquer um de seus elementos, é dotado de uma dupla existência e que existe no *modo do ser* e no *modo do parecer* ao mesmo tempo.

Dessa forma, só se pode entrever uma distanciada relação entre o domínio do francês em “*langue d’oc*” e “*langue d’oil*”, segundo o tratamento do *a* acentuado livre, e a “fenomenologia” dos

franceses do Sul e do Norte. A antropologia compreensiva de Griaule, bem detalhada e aprofundada, é tida como suspeita porque não leva em conta a fronteira entre o ser e o parecer das estruturas culturais. E foi precisamente Freud quem melhor mostrou a distância existente entre o sentido latente e o sentido manifesto, resultado de uma elaboração secundária, camufladora e deformante.

O reconhecimento do fenômeno da conotação tem uma dupla importância metodológica: não somente mantém em estado de desconfiança benéfica o pesquisador em busca de objetos semióticos, como também obriga a conceber a análise dos sistemas conotativos como um domínio autônomo de pesquisas; além do mais, permite integrar na pesquisa semiótica, e se fazer beneficiar da metodologia desta última, um campo de significações cuja apreensão científica parece impossível ainda, e que frequentemente invocamos como o nível do vivido e do sentido, do cotidiano e do humano, para contrapô-lo ao caráter abstrato e descarnado da semiótica. O juízo de valor que se fará sobre esse desdobramento de significação não recolocará em questão sua própria existência, mas levará a que se considere esse véu do parecer que nos ajuda a viver como natural e necessário, ou como alienante tanto em seu conjunto como em alguns de seus elementos (abrindo-se, então, o processo de desmitificação).

## 5. A realidade social vivida

A dimensão conotativa da linguagem pode ser postulada, em princípio, nos universos semióticos individuais, assim como nos sociais: pode-se dizer que todo homem camufla seu ser semiótico graças a uma rede de significações alienantes, dentro da qual ele acredita viver, sentir, julgar e crer. As indicações hjelmslevianas, entretanto, remetem nitidamente ao aspecto sócio-cultural das línguas naturais.

Por menos que nos desembaracemos de uma das conotações correntes de nossa época, pela qual a língua é um instrumento de comunicação; por menos que lhe outorguemos o estatuto de uma verdadeira dimensão constitutiva da sociedade, de um local onde se situam, em grande parte, os valores da cultura e a *práxis* cultural; por menos que digamos que os homens não utilizam a língua, mas são, em parte, constituídos por ela — temos de

reconhecer que os sistemas conotativos de caráter social trazem em si e manifestam em seu funcionamento o essencial das representações que, ao mesmo tempo que inscrevem a cultura no homem, a projetam diante dele, sob forma de objetos culturais distanciados.

A lista dos fatos de conotação estabelecida por Hjelmslev parece englobar, nesta perspectiva, dois grandes campos de significação:

1. O primeiro campo é constituído pelas zonas (1) e (4) anteriormente diferenciadas. A língua neste caso serviria para inscrever o homem na sociedade a que pertence, isto com o auxílio de duas taxinomias:

a) a primeira taxinomia consiste na articulação da comunidade lingüística em classes e subclasses, segundo diferentes critérios: estratificação funcional ou social, divisão geográfica, etc. Tal classificação não se confunde nem com as distinções *propriamente lingüísticas*, nem com a articulação das estruturas sociais não lingüísticas; funciona, no entanto, como um sistema de referências ao nível do “vivido”, como uma projeção da comunidade na “consciência” — mais ou menos consciente — dos indivíduos;

b) a segunda taxinomia aparece como uma tipologia social dos indivíduos e serve, portanto, de sistema de referência a uma “psicologia do cotidiano”: os homens são julgados, louvados ou condenados, passam de um compartimento a outro, em virtude dessa taxinomia, ao mesmo tempo formal e essencial. É, talvez, porque as taxinomias desse gênero apresentam como plano da expressão a substância e não a forma lingüística, que as caracterologias que daí resultaram parecem “naturais”, como se participassem da natureza do homem.

Estes dois sistemas conotativos, em suma, *constituem o parecer da sociedade e o parecer do homem*.

2. Os sistemas segundos que acabamos de abordar, oferecendo quadros semióticos à integração do homem na cultura, parecem *abolir de certa forma a distância* que separa a língua da sociedade e do indivíduo; o segundo grupo de conotações, ao contrário, cria essa distância e estabelece um espaço semiótico externo, povoado de objetos culturais opacos, comparável ao mundo das coisas.

a) a tela se vê constituída pelo sistema conotativo que dá conta da diversidade das substâncias através das quais a língua se acha manifestada. Resulta daí uma espécie de reificação da estrutura lingüística: a língua se torna “fato social”, um instrumento mais ou menos imperfeito; algumas zonas semióticas — como o direito e a religião — tomam a aparência de instituições sociais, enquanto outras — como a poesia e o mito — produzem efeitos de sentido de verdade, profunda e/ou sagrada, segundo as comunidades consideradas;

b) sobre esta tela, perfilam-se objetos culturais de toda espécie e, de início, signos lingüísticos de todas as dimensões, desde as palavras, conotadas como cheias de sentido ou dotadas de potência, e provérbios exprimindo verdades eternas até acontecimentos que se tornam históricos a partir de simples estruturas narrativas. Instaura-se, daí, uma *práxis* social variada a partir dos sistemas taxinômicos; os papéis sociais são desempenhados a partir de registros lingüísticos constituídos por “espécies” estilísticas que a semiótica social empresta aos indivíduos. E o homem cai definitivamente na armadilha: ele se acredita dono da palavra, utilizador e juiz dos signos e dos objetos culturais.

Um universo cultural de bom-senso, conotado em seu conjunto como a realidade social vivida, aparece dessa forma ao nível dos efeitos de sentido, como a manifestação da estrutura conotativa de uma língua.

## 6. Acréscimos necessários

O que porventura houver de excessivo na tentativa que aqui fizemos, para traçar as configurações da estrutura conotativa, se explica pelo fato de que, referindo-nos apenas e aparentemente à língua natural (que constitui uma das coberturas essenciais da comunidade cultural), tínhamos presentes no espírito, constantemente, as outras linguagens sociais. Uma sociologia da conotação cultural somente se adapta a seus verdadeiros contornos caso todos os objetos semióticos constitutivos de uma cultura aí estejam integrados. Sendo a forma semiótica indiferente à substância que a manifesta, todos os objetos culturais, quer se apresentem como visuais, auditivos, olfativos ou gustativos, comportam em sua maneira de ser a dupla interpretação. Caso se

possa conceber a cultura como uma semiótica, sua existência vai postular uma estrutura conotativa paralela cujas múltiplas manifestações envolvem o homem de todos os lados, fechando-o num ambiente de realidade tranqüilizadora.

Uma tal sociologia do bom-senso — que, aliás, nada mais é do que a conotação da antropologia social — só terá chances de sucesso se levar a uma tipologia geral das culturas e dos objetos culturais.

Tradução de  
KATIA HAKIM CHALITA

## Estrutura e História\*

---

NÃO CESSA de inquietar a desigualdade de ritmo das curiosidades e insistências nas ciências humanas, o que é sinal de sua fraqueza: durante estes últimos decênios, quando a reflexão filosófica e política, pelo menos na França, tentou delimitar o conceito de história e retirar daí os postulados metodológicos capazes de fundar uma ciência da sociedade, a lingüística, no caso como ciência social, abandonava a dimensão histórica de seu objeto e procurava explorar somente a noção saussuriana de sincronia. E agora que, por razões sobre as quais não nos deteremos no momento, o grande debate da história se acha aliviado de tensão, começamos a reconhecer — na lingüística e no interior da epistemologia estruturalista em geral — os primeiros sintomas de um crescente interesse pela diacronia, os primeiros esforços para ultrapassar esta dicotomia cujos termos pareciam inconciliáveis. Devido a isso, então, as páginas a seguir serão consagradas a considerações às avessas, indo do *atemporal para o temporal*, a extrapolações (mais ou menos justificadas) *a partir da lingüística* e que procuram explorar seus procedimentos de descoberta e seus modelos de descrição, tendo em vista uma reflexão antropológica mais ampla.

### História e permanência

A dicotomia saussuriana da “*langue*” e da “*parole*” pareceu durante muito tempo — e ainda agora parece — fornecer o quadro explicativo que permite dar conta da permanência de uma estrutura subjacente à totalidade dos acontecimentos-mensagens, ao mesmo tempo contingentes e justificados. Este conceito de siste-

\* Publicado sob este título em *Les Temps Modernes*, nº 246, novembro de 1966, p. 815-827.

ma, imanente a um vasto conjunto de comportamentos lingüísticos, via-se, por outro lado, complementado pela evidência da temporalidade linear do discurso: indiferente ao tempo, a estrutura era capaz de produzir, em sua manifestação, seqüências de significações ao mesmo tempo ocorrenciais e temporais, sendo geradora de acontecimentos históricos.

Quanto a este problema de produção da temporalidade a partir das estruturas, as dificuldades surgem, como na maioria das vezes, quando se trata de explorar os postulados de base, integrando-os, como elementos de explicação, em análises parciais. Desta forma, o caráter temporal do discurso se dilui na descrição da sintaxe de uma língua natural. Esta, como sabemos, não opera senão com unidades do discurso que não ultrapassam as dimensões da frase: é fato que as estruturas sintáticas não organizam o discurso em seu conjunto, mas somente os segmentos bem reduzidos daquele. O discurso, portanto, não é uma articulação de estruturas sucessivas, mas a redundância de uma única estrutura hierárquica que é o enunciado. Deste limitado ponto de vista, o ouvinte não percebe a significação como uma extensão no tempo, porém como uma iteração de certo número de *permanências*.

Mesmo que nos coloquemos, abandonando a manifestação gramatical da realidade lingüística, no plano transfrásico das significações cujos elementos parecem bem distribuídos ao longo de toda a linha do tempo e constituem o discurso como manifestação temporal do sentido, vamos aí reencontrar os mesmos condicionamentos que transformam a temporalidade, considerada como meio de transmissão, em simultaneidade, condição extralingüística do recebimento das mensagens encadeadas no discurso. Dessa forma, qualquer apreensão de significação tem por efeito transformar as histórias em permanências: quer se trate da interrogação sobre o sentido de uma vida ou sobre o sentido de uma história (ou da história), a interrogação, ou seja, o fato de nos colocarmos diante de uma manifestação lingüística, na posição do destinatário das mensagens, terá como consequência o seguinte: que os algoritmos históricos se apresentam como estados, ou, em outras palavras, como estruturas estáticas.

Pode-se evitar um juízo quanto ao valor limitativo da concepção brondaliana, pela qual a sincronização da informação, condição necessária para sua estruturação, e, por conseguinte, de seu poder de significação, não pode ultrapassar a apreensão si-

multânea de mais de seis termos: todavia, parece impossível não considerar o fato de que, ao nível sintático, o enunciado sempre se nos apresenta sob forma de um pequeno espetáculo cujo número de atores (sujeito, objeto; destinador, destinatário) é bem limitado; e também o fato de que a significação fundamental de uma história (narrativa, mito, conto, etc.) se reduz a uma articulação homologada simples. No caso do discurso escrito, a temporalidade ou a espacialidade do plano da expressão constituem unicamente os meios de manifestação da significação, que não é, devido a isso, temporal ou espacial.

O problema deverá, portanto, ser colocado de outra maneira: não podemos inferir da temporalidade, aparente, dos comportamentos lingüísticos sua historicidade; a descrição lingüística tendo em vista somente as estruturas, é a partir destas que se deve procurar compreender se e como se vêem ancoradas na história.

### Durações e hierarquias

Interrogar-se, ao sair de uma sessão de cinema, sobre o “sentido” do filme a que acabamos de assistir consiste em organizar, no quadro de sua própria linguagem interna, visando uma percepção totalizante, um número reduzido de elementos essenciais, constitutivos dessa narrativa. Qualquer outro passo ulterior não poderia senão escolher um desses elementos para decompô-lo: uma nova articulação da significação vai então se situar a um nível hierarquicamente inferior, não sendo mais do que a análise de um dos termos já colocados. Todas as teorias da linguagem estão de acordo quanto a este ponto: a linguagem é uma hierarquia. Pouco importa que designemos, segundo os hábitos adquiridos ou o exercício desta ou daquela disciplina, por um procedimento de simbolização visual, o nível elementar dessa permanência como anagógico ou subestrutural ou, pelo contrário, como situado no pico da pirâmide metalingüística e superestrutural: a significação elementar de uma história qualquer, tomada nos limites de sua duração total (o que corresponderia, na ciência histórica, às “longas durações” de Braudel), pode ser colocada como uma invariante, sendo as “durações médias” consideradas como variáveis e as “durações curtas” como variações estilísticas e conjecturais.

Uma tal correlação das *durações* e dos *níveis estruturais* pode parecer tentadora. Um modelo hierárquico único, assim, permitiria

dar conta das transformações diacrônicas em todos os gêneros, interpretadas aquelas como substituições paradigmáticas de variáveis situadas a um nível estrutural determinado. A duração histórica não se veria, portanto, inteiramente abolida, porém transcodificada em uma nova linguagem descritiva, e a própria história seria integrada num universo semântico mais amplo. A periodização, enfim, procedimento de descrição herdado do século XIX, poderia, tornando-se mais flexível, ser reinterpretada como um embricamento de manifestações provenientes de estruturas históricas diferentes.

Infelizmente, tal concepção não resiste inteiramente ao exame.

De início, não se imagina como fundamentar a equação postuladora de que o que dura mais tempo é mais essencial do que o que dura pouco. Os contrastes anteriores quanto a isso se mostram bem instrutivos: para explicar a permanência de alguns fonemas, fazia-se referência à facilidade de sua articulação; porém, em outros casos, pretendia-se que sua dificuldade de fonação, exigindo um esforço suplementar de atenção, garantia sua estabilidade. Quanto a isso, a permanência da forma redonda do pão advogaria em favor da integração da "rotundidade" na estrutura fundamental da civilização mediterrânea: sem que sejam falsas, tais considerações correriam enormemente o risco de provocar "revisões dilacerantes" da história.

Por um outro lado, a articulação das durações em longas, médias e curtas já sublinha, por sua vez, o caráter opcional e não real da conceptualização proposta: os três termos estão semanticamente articulados segundo a categoria subjetiva (ou seja, comportando referência ao locutor) da "mensuração relativa". E caso ampliemos o problema, partindo do exemplo do espectador que se interroga sobre a estrutura de significação de um filme-narrativa, procurando a correlação possível entre os *corpus* coletivos e as estruturas sociais, será o mesmo que a história idioletal de um Mallarmé, onde os níveis fundamental, histórico e estilístico correspondem às mesmas durações relativas.

Sem dúvida, o estabelecimento da correlação entre as durações e as estruturas conserva seu valor ao nível dos procedimentos e facilita a escolha estratégica do nível homogêneo de descrição. Porém a duração assim compreendida não parece passível de servir de ponte que liga a história à estrutura.

## Sincronia e diacronia

A dificuldade encontrada para integrar a dimensão temporal nas considerações relativas ao modo de existência das estruturas de significação não faz mais do que sublinhar a não-pertinência, a nosso ver, da dicotomia saussuriana da sincronia e da diacronia. Caso as tomemos em sua etimologia ou na situação histórica de sua formulação, totalmente impregnada, ainda, do historicismo do século XIX, os dois conceitos antinômicos são pensados, essencialmente, como dois aspectos complementares da temporalidade, sendo o eixo "crônico" logicamente anterior à oposição que se espera que estabeleçam.

O mesmo não ocorre com as teorias da linguagem pós-saussuriana: a estrutura de uma linguagem qualquer não comporta, quanto a elas, nenhuma referência temporal, só se conservando o termo de sincronia por tradição. A descrição de uma estrutura nada mais é do que a construção de um modelo metalingüístico, testado em sua coerência interna e passível de dar conta do funcionamento, no interior da manifestação, da linguagem que nos propomos a descrever. A dimensão histórica para um modelo desse gênero é somente um pano de fundo sobre o qual se inscrevem os comportamentos lingüísticos e cujo estudo, à primeira vista, não parece pertinente.

Devido à distância tomada pela lingüística atual com relação à diacronia, produz-se um verdadeiro mal-entendido quando um historiador se decide a acrescentar a sincronia ao corpo de conceitos que ele costuma manejar. Esta significa, para ele, a reunião de um conjunto de acontecimentos ocorridos ao mesmo tempo, de forma que a descrição de uma sincronia lingüística implicaria, em última análise, no registro de todas as falas pronunciadas, num mesmo instante, por milhares de sujeitos falantes. Mesmo que ele seja obrigado a admitir uma determinada extensão de mensagens na duração, nada lhe permite fixar seus limites. Uma frase, um parágrafo ou um capítulo constituem porventura unidades síncronas? Será atribuído um ano ou dois à duração de uma sincronia? Isto é ocioso e de uso corrente.

A relação entre o funcionamento de uma estrutura e o espaço histórico que ela preenche se acha de certa forma precisada por Hjelmslev, graças ao aprofundamento do conceito de *estado lingüístico*. Um modelo que procure descrever um estado lingüístico, tal como o francês antigo, por exemplo, é geralmente cons-

truído a partir de um procedimento duplo: aparece, ora como uma *hierarquia de sistemas e de valores*, ora como um *conjunto de regras de funcionamento* (de derivação, de produção e de conversão). Porém há erro em considerar estas últimas — embora isto ocorra com freqüência — como diacrônicas: o fato de um dinamarquês ser obrigado, ao atingir a idade de vinte anos, a prestar seu serviço militar não significa que, a um dado momento, todos os dinamarqueses se transformem em soldados. A organização do serviço militar é uma regra tipicamente estática: a regulamentação, portanto, faz parte do estado lingüístico. Existe uma diferença de formulação, e não de natureza, entre a descrição por categorias e a descrição por regras, sendo sempre possível a transcrição de um código a outro. A estrutura de um estado lingüístico surge, então, como uma espécie de mecanismo *acrônico* e que serve para produzir mensagens — e para operar as reconversões destas em mensagens de tipo diferente — em número indefinido, preenchendo, assim, com acontecimentos um espaço histórico correspondente.

Tal interpretação do estado lingüístico, embora introduzindo um certo paralelismo entre a estrutura e a história, não estabelece relação entre os dois conceitos. Ela permite que se veja, é bem verdade, que um grande número de “mudanças” que se tinha tendência a considerar como transformações históricas, na realidade não o são; ela também precisa as condições de uma descrição estrutural da história. No entanto, ela não estabelece em nada a especificidade histórica desta ou daquela estrutura que abarca, entretanto, uma época histórica; ela não indica por que um tal modelo dá precisamente conta do funcionamento do antigo francês — estrutura histórica única — e não de outro estado ou de outra língua. Na verdade, não é impossível conceber que exista, em alguma parte da Amazônia, uma estrutura lingüística idêntica; nem mesmo que tenha existido alguma semelhante na pré-história lingüística. Ao invés de explicar o caráter histórico da estrutura, tal interpretação vai de preferência devolver sua dignidade de estrutura às totalidades significantes localizadas na história.

### A historização das estruturas

Parece que a relação entre a estrutura e a história, e, da mesma forma, uma metodologia comum às ciências sociais e às ciências

históricas, só poderia ser definida se pudéssemos responder de modo satisfatório a duas ordens de perguntas: em que consiste o caráter histórico das estruturas sociais? Como se dar conta das transformações diacrônicas situadas entre estruturas justapostas numa mesma linha de sucessão temporal?

Sabemos que o maior sucesso da lingüística do século XIX foi a reconstrução, fundamentada nos critérios do parentesco histórico, de famílias de línguas, chegando à construção de uma língua indo-européia original, não atestada em sua manifestação, isto é, a construção de uma estrutura histórica que dispensa a história ocorrencial. Embora tenha sido uma obra considerável, pacientemente arquitetada por várias gerações de lingüistas, somente em 1943 sua reinterpretação estrutural foi tentada por Louis Hjelmslev (e publicada vinte anos depois): isto é suficiente para medir a incompatibilidade de disposições que continua a separar as duas lingüísticas. Porém a importância da tentativa nos obriga a resumir agora suas linhas gerais.

É reconhecido, quanto ao parentesco histórico (ou genético, segundo a terminologia de Hjelmslev) das línguas, que ele se situa exclusivamente no plano do significante e consiste no registro das correlações entre as unidades elementares deste plano, ou seja, as sílabas. Como conseqüência, as bases de comparação, que permitem estabelecer o que chamávamos anteriormente a filiação, não constituem somente as unidades constitutivas do significante, mas também os quadros contextuais no interior dos quais elas funcionam. E, bem mais do que isso, o inventário das sílabas de onde extraímos os fonemas visando essa comparação correlacionante vai se mostrar restritivo: levam-se em consideração somente as sílabas que podem, ora isoladas, ora combinadas entre si, funcionar como segmentos do significante encobrendo conteúdos, isto é, as sílabas que servem para a constituição dos signos da linguagem.

Tal definição do parentesco histórico apresenta um valor explicativo inegável. Permite observar, inicialmente, que esse parentesco se distingue do parentesco puramente *tipológico* devido, unicamente, à *restrição* do corpus das sílabas retidas para a descrição: dentre o grande número de possibilidades combinatórias que toda língua possui para constituir seu estoque silábico, são levadas em consideração apenas aquelas que se realizam como suportes de significação. A fundamentação histórica de uma estrutura, seu caráter de estrutura realmente manifestada

num certo "hic et nunc" histórico, vai então se definir, dentro da formulação estruturalista, como uma limitação de suas possibilidades de manifestação.

Por um lado, esta limitação das virtualidades, que a historização das estruturas comporta, situa-se no plano dos signos, isto é, dos "efeitos de sentido", aparência que toma, a nosso ver, qualquer manifestação de universo significante.

Não é difícil transpor nossa reflexão do plano da expressão para o do conteúdo, e falar do parentesco histórico a propósito, não de unidades do significante, mas de unidades do significado: as estruturas de significação somente serão históricas na medida em que o inventário de efeitos de sentido se mostre restrito. Ora, guardadas todas as proporções, o signo desempenha, no interior do universo humano, o mesmo papel do pedaço de cera de Descartes no universo natural: enquanto o signo apresenta os caracteres de uma realidade de certa forma imediata e indiscutível, sua reunião institui um nível de realidade inutilizável e não pertinente para a descrição científica. Os signos — palavras, mensagens, textos — constituem para o semioticista a mesma tela de aparências reais que os objetos do mundo e suas diversas reconversões constituem para o físico. Assim como a estrutura atômica é facilmente concebida como uma combinatória, cujo universo atualmente manifestado nada mais é do que uma realização parcial, também a estrutura semântica, idealizada segundo um modelo comparável, permanece aberta, só recebendo fechamento pela história.

Caso este raciocínio exploratório possua algum valor, a história, ao invés de ser uma abertura, como não se parou de repetir até agora, é pelo contrário um fechamento; ela fecha a porta a novas significações contidas como virtualidades da estrutura da qual participa. Longe de ser um motor, ela seria muito mais um freio. Assim se vê justificado nosso espanto, constatado desde as primeiras páginas, em não encontrar senão permanências em toda a manifestação, ao invés das renovações esperadas. A redundância, como hábito que fixa a todo momento as estruturas em funcionamento, transformando-os em idiotismos, é seguramente um dos elementos explicativos da historicidade; e a sabedoria das nações, segundo a qual, "quanto mais se muda, mais permanece tudo a mesma coisa", apresenta, dessa forma, grande parte de verdade.

## Estruturas e usos

A partir da dicotomia hjelmsleviana, bem pouco explorada é que opõe a estrutura (= o "esquema") ao "uso", tornam-se possíveis novas extrapolações. Pode-se entender por uso, operacionalmente, a utilização que uma comunidade lingüística faz da estrutura de significação de que dispõe, identificando-se então o conceito de uso com a historização da estrutura. Podemos nos utilizar, igualmente, do termo *uso*, como o faz Hjelmslev, para designar a *estrutura fechada pela história*, de forma que, nesse caso, o problema das relações entre a estrutura e sua manifestação histórica parcial se vê situado num plano de reflexão homogênea. Podem ser precisadas as relações entre esses dois conceitos sob a forma de uma dupla constatação: se escolhermos como objeto de descrição um determinado uso, só poderemos explicitar a partir desse uso uma única estrutura imanente a ele. Inversamente, uma única estrutura pode ser manifestada, devido à diversidade de limitações possíveis, sob forma de vários usos, dando lugar, em outras palavras, à realização de várias estruturas históricas diferentes.

Sendo assim, verificamos que uma única estrutura social, o feudalismo, por exemplo, pode se manifestar sob forma de usos particulares que poderemos designar como feudalismo francês, japonês ou indiano. A partir daí, um certo *comparativismo — histórico e acrônico simultaneamente* — parece mais fácil de se conceber do que o comparativismo histórico e diacrônico; pois surgiriam dificuldades teóricas maiores se tentássemos aplicar os mesmos procedimentos de descrição em dois estados estruturais situados numa mesma linha do tempo e sucedendo-se um ao outro: seria então o caso de estabelecer a comparação, não mais entre dois usos, porém entre duas estruturas diferentes. Na verdade, cada estado tomado separadamente é justificável por uma estrutura que lhe é imanente, mas que esse estado se vê longe de esgotar. As mudanças que permitem falar da sucessão de dois estados são transformações de estruturas e não extensões de usos, uma vez que, por definição, não pode haver ruptura no decorrer da história a não ser que o modelo já existente não dê conta dos acontecimentos novamente manifestados, e que um novo modelo deva ser postulado. As categorias da significação sobre as quais operam essas transformações não são necessariamente aquelas que se encontram já realizadas no estado *ab quo*, nem são as mesmas nos dois usos que se sucedem. Não levemos,

entretanto, muito longe os fatos: não é absolutamente impossível que exista uma certa correlação entre dois usos históricos sucessivos e separados: mas, em todo caso, a metodologia estruturalista não parece estar em condições de precisar o estatuto disto, atualmente.

### As transformações das estruturas

A investigação propriamente histórica, que procuraria introduzir o conceito de estrutura no catálogo de seus instrumentos operatórios, não deverá negligenciar a seguinte ordem de prioridades: ou seja, a *descrição das estruturas estáticas* inerentes aos usos é logicamente *anterior aos procedimentos de comparação dos sucessivos estados estruturais*. Mas, à primeira vista, esta segunda etapa não difere da metodologia acrônica utilizada pelo comparativismo tipológico. Em ambos os casos, trata-se da colocação paralela de conteúdos históricos reduzidos a sua forma de modelos. E, sobretudo, o estabelecimento das correlações entre duas estruturas de conteúdo, em ambos os casos, constitui uma operação metalinguística em relação aos próprios conteúdos descritos. É bom não se enganar com as diferenças de atitudes e terminologias. No primeiro caso, trata-se de dar conta das transformações reconhecidas entre dois modelos com o auxílio de uma metateoria da significação, que abarcaria, ao mesmo tempo, os conteúdos estruturados e as transformações efetuadas. Já no segundo caso somos obrigados a admitir — de forma mais ou menos explícita — um sujeito translingüístico cuja intervenção justifica as transformações diacrônicas que separam os estados estruturais, no interior de um contínuo temporal.

O comparativista, preocupado com os instrumentos de sua descrição, faz o possível para mantê-los em níveis de generalidade homogêneos, vendo-se obrigado a reconhecer o caráter metalinguístico dos modelos de transformação; não querendo identificar-se com o sujeito das transformações as quais ele não faz mais do que descrever, multiplica os procedimentos de verificação visando a transferência progressiva de responsabilidades para o modelo que ele procura tornar objetivo. O historiador, e sobretudo o historiador marxista, apresenta a história como imanência: as estruturas do conteúdo e os modelos (dialéticos) de transformação são, para ele, imanentes à manifestação da história: a tarefa de explicitá-los não deixa de permanecer de modo integral.

A construção e a explicitação dos modelos se confundem na práxis de descoberta e de descrição. O que mais falta ao historiador, assim como ao comparatista, por ordem de urgência, é um melhor conhecimento dos modelos de transformação dos quais têm igualmente necessidade. Pois a práxis descritiva comporta um *savoir-faire* sob forma de um catálogo de modelos dos quais se pode dispor à vontade.

É nessa perspectiva exatamente que podemos compreender melhor o sentido das explorações de Claude Lévi-Strauss. Sem renegar a história, como o supõem alguns, nem principalmente o comparativismo histórico, sua pesquisa visa, em definitivo, integrá-los numa tipologia geral das estruturas de significação. Pelo relevo dado à existência de "lógicas concretas", ele forneceu uma idéia precisa da forma como poderiam ser concebidos os repertórios dos elementos constitutivos dessas estruturas históricas do conteúdo, condição prévia, como vimos, de qualquer descrição de suas transformações.

A comparação das narrativas míticas pertencentes a sociedades distintas, que ele atualmente executa, interessa ao semanticista de um duplo ponto de vista: não somente como uma tentativa para ultrapassar os usos e, extraindo as estruturas, tornar possível uma tipologia das superestruturas, mas também como uma explicitação progressiva dos modelos e tipos de transformações que aí são reconhecidos. Longe de constituir um processo a-histórico ou mesmo anti-histórico, a metodologia estruturalista está provavelmente preparando uma renovação de pesquisas históricas. Pois é necessário um melhor conhecimento das regras gerais de transformações estruturais, antes de se poder pronunciar com alguma certeza sobre o caráter específico das transformações diacrônicas. E, às custas disso, será possível a passagem da filosofia da história à ciência da história; o que, por sua vez, já foi experimentado pela lingüística quando, na falta de modelos de descrição, durante séculos, ela se conformou com a contemplação de seus conceitos gerais.

### As transformações diacrônicas

Pode ocorrer que a originalidade das transformações diacrônicas resida no caráter *irreversível* de seu andamento: para tanto, seria suficiente poder definir com precisão um determinado tipo de correlações que permitam estatuir da seguinte forma: dadas

duas estruturas do conteúdo,  $S_1$  e  $S_2$ , e a correlação  $R$  existente entre elas, a estrutura  $S_2$  poderá ser a transformação da estrutura  $S_1$  e não o inverso. Infelizmente ainda estamos longe de poder imaginar tais regras. Na verdade, sabemos que existem compatibilidades e incompatibilidades entre os elementos e as categorias da significação, e que seu conhecimento permitiria estabelecer regras de seleção e de restrição ao nível da manifestação: o debate sobre a assematicidade que há pouco tempo se instaurou em lingüística poderá trazer talvez algum esclarecimento a isto. Por outro lado, sabemos do embaraço dos lógicos diante das relações orientadas com que deparam em seu caminho e que impedem a construção de uma lógica liberta do discurso; aí está, provavelmente, outro domínio onde a história poderia buscar sua justificação. Entretanto, é preciso confessar que o procedimento dialético que surge, à primeira vista, como o próprio tipo do modelo de transformação diacrônica, não apresenta suficientes garantias de irreversibilidade: poderia parecer, a partir das primeiras investigações tentadas, que o procedimento dialético, considerado como destruidor das correlações míticas, na medida em que nega a conjunção dos termos contrários e afirma a possibilidade de novas articulações de conteúdos discretos, tem por corolário o procedimento mitificante inverso, criador de correlações ditas simbólicas e que conciliam os inconciliáveis.

Acreditamos que, dessa forma, esgotamos as principais possibilidades de extrapolação metodológica que poderíamos abordar, sem excesso de otimismo, no momento atual. Essa tentativa de comparação não pôde deixar de evidenciar as lacunas e carências do estruturalismo, assim como aquelas da conceptualização da história: a tarefa de integrar a história na metodologia das ciências sociais só poderá ser bem conduzida se a ciência histórica demonstrar semelhante cuidado em acolher, dentre seus conceitos de base, o conceito de estrutura.

Tradução de  
KATIA HAKIM CHALITA

## A Mitologia Comparada <sup>1</sup>

---

A Georges Dumézil,  
numa homenagem deferente.

**É** DUPLO o interesse que um lingüista ou um semioticista pode atribuir à mitologia — uma vez que o sistema lingüístico nada mais é do que uma estrutura privilegiada dentre tantas outras estruturas semióticas:

Uma mitologia lhe surge como uma metalinguagem “natural”, ou seja, como uma linguagem cujas diversas significações segundas se estruturam servindo-se de uma língua humana já existente como língua-objeto. Procura, então, quais são e como funcionam as “formas” desse novo significante complexo para realizar as significações míticas.

As pesquisas mitológicas além disso o atraem pela maneira evidente e peremptória pela qual a descrição da significação das formas metalingüísticas se impõe em seu campo. Menos indissolivelmente unido a seu significante do que na linguagem comum, o significado mitológico está para ser descoberto e depreendido por um processo de explicitação lento e freqüentemente bem sutil, exigindo uma metodologia segura, à espera de critérios de análise objetivos. Durante muito tempo, como se sabe, a lingüística estrutural se proibiu, por razões de princípio, qualquer pesquisa sobre a significação; e há somente bem pouco tempo ela vem encarando com menos pavor a análise da substância fônica ou semântica.

<sup>1</sup> Publicado sob o título de “*la Description de la Signification et de la Mythologie comparée*”, in “*l’Homme*”, setembro-dezembro de 1963, p. 51-66. Verificamos que este estudo, datado de 1962, é anterior aos *Mythologiques* de Lévi-Strauss. Embora pareçam um tanto envelhecidos os procedimentos de apresentação aí utilizados, o texto, entretanto, apresenta um certo valor didático.

O historiador pode observar como a filosofia pré-socrática emergiu da mitologia. É apaixonante acompanhar a mitologia na execução de uma tarefa paralela e verificar como a interpretação dos mitos faz surgir uma nova linguagem ideológica, já que se trata exatamente disso: uma análise da significação deve se constituir, necessariamente, numa nova "terminologia", numa nova metalinguagem. Em outras palavras, o mitólogo efetua a tradução da linguagem mitológica numa linguagem ideológica. É inevitável o progresso: uma "semiótica conotativa se transforma — empregando a terminologia de Hjelmslev — numa semiologia denotativa". Quem pode o máximo pode o mínimo: dessa forma, a pesquisa mitológica poderia servir de modelo ao estudo das superestruturas e à descrição das ideologias sociais.

Na diversidade dos níveis<sup>2</sup> onde se situam os significantes mitológicos e dentre as numerosas formas que adotam, a atenção se vê naturalmente atraída pelos *mitos*, narrativas de comprimento desigual, onde, num encadeamento sintagmático mais ou menos coerente, encontramos, marcados por redundâncias e repetições, os teologemas, os mitemas e outras unidades do significado ligadas entre si por laços paradigmáticos, apesar das aparências da narrativa. O notável estudo estrutural do mito, realizado já há algum tempo por Claude Lévi-Strauss<sup>3</sup>, não deixa nenhuma dúvida quanto a este ponto: a leitura do mito não deve ser sintagmática nem aderir à linha da narrativa; consiste numa apreensão, inconsciente com frequência para o usuário, de relações entre unidades do significado mítico distribuídas ao longo dessa narrativa. Estas unidades do significado, apesar da riqueza dos significantes, se apresentam na narrativa em número bem limitado, podendo ser reduzida a expressão do mito, dessa forma, a uma proporção matemática. Tomado como exemplo por Lévi-Strauss, o mito de Édipo se vê formulado da seguinte forma:

/relações de parentesco superestimadas/

/autoctonia do homem/

≈

/relações de parentesco subestimadas/

/negação da autoctonia do homem/<sup>4</sup>

<sup>2</sup> As narrativas ou fragmentos de narrativa utilizáveis pela mitologia podem se encontrar, como o deduziu G. Dumézil, por toda a parte e em todos os níveis: nos textos sagrados, nos poemas épicos, nos manuais de rituais e de cerimoniais, nas obras históricas, nas lendas folclóricas, etc. Os estudos sobre a significação são indiferentes à apresentação dos significantes.

<sup>3</sup> "The Structural Study of Myth", in *Journal of American Folklore*, v. 68, 1955.

<sup>4</sup> Colocamos entre barras /-----/ toda palavra ou expressão referente ao significado, isto para evidenciar que não pertencem à própria narrativa mítica, porém à "terminologia" da descrição mitológica. Cf. a esse respeito nossas afirmações nas páginas de conclusão.

Tal formulação do mito supõe duas condições:

1. Do momento em que se considera como acabada a análise do significante mítico, a informação que ele é capaz de encobrir deve se referir a um número reduzido de unidades do significado.

2. Estas unidades significativas devem se organizar numa rede dupla de relações:

a) cada par de unidades da relação aritmética constitui um par oposicional caracterizado pela presença ou ausência de um traço (ou de traços) distintivo do tipo:

A vs não A

b) os dois pares são interligados globalmente por meio de uma *correlação*. A fórmula bem simplificada<sup>6</sup> do mito será então a proporção seguinte:

$$\frac{A}{\text{não A}} \approx \frac{B}{\text{não B}}$$

Propomo-nos a tomar, a título de exemplo, determinado número de narrativas míticas analisadas por G. Dumézil, para verificar se essas narrativas se submetem à formulação única sugerida por C. Lévi-Strauss. Apesar de por vezes se alongar, devido ao caráter polêmico de parte de sua obra, pela necessidade de convencer e de replicar — razões que atualmente não são mais válidas —, a análise de G. Dumézil se mostra de tal riqueza e sutileza que nossa tarefa não vai consistir em inovar, mas unicamente em dar uma formulação diferente, e em utilizar uma terminologia por vezes um pouco diferente.

Por outro lado, propomo-nos a verificar a possibilidade de uma análise mais aprofundada de unidades significativas, tal como foram definidas por Claude Lévi-Strauss, em *traços distintivos* (análise praticada sobretudo em fonologia): sua utilização na descrição estrutural da substância semântica poderia ser eventualmente generalizada.

Finalmente, teremos de abordar as dificuldades dessa análise dupla — em unidades do significado e em traços distintivos — quando se tratar de sua aplicação ao estudo comparativo.

<sup>6</sup> Com a intenção de levar tão longe quanto possível a descrição dos traços distintivos, contentamo-nos com a formulação do mito que resulta da análise consagrada a Édipo, sem nos referir à fórmula generalizada proposta mais adiante, no mesmo estudo, por C. Lévi-Strauss.

## O mito do contrato social

Aqueles que estão um pouco que seja familiarizados com a obra de G. Dumézil conhecem a narrativa indiana da elevação ao poder do rei Prthu, à qual o mitólogo acrescentou em seguida, graças a uma lenta reconstrução, os esquemas paralelos da eleição do rei-censor Servius e da deposição do rei irlandês Bress. Embora discutível por numerosos motivos aos quais voltaremos mais adiante, este exemplo, escolhido inicialmente, apresenta a vantagem da simplicidade: a identidade das unidades do significado e dos traços distintivos em ambas as narrativas indiana e romana permite levantar progressivamente, uma a uma, as dificuldades do comparativismo.

Georges Dumézil demonstra perfeitamente como esta narrativa significa metaforicamente o duplo contrato, ocorrido por ocasião da elevação do rei entre este e seu povo. A narrativa, divisível em duas partes quase simétricas, relata inicialmente a qualificação do rei pelo povo, para em seguida relatar a do povo por parte do rei. A qualificação em si mesma é interpretada como uma reciprocidade, no interior da categoria lingüística da troca de mensagens: o rei é qualificado por elogios; distribui dons (qualificando) em retribuição, ou vice-versa. Devem-se distinguir, no entanto, dois casos: se os dons (e/ou benefícios) precedem a qualificação, diremos então que esta é simples; se, pelo contrário, o elogio qualificante é anterior à distribuição de dons, a qualificação é valorizante (*çams*) e acrescenta um novo vigor ao qualificado, transformando a palavra antecipada em "realidade". Em seguida, este novo vigor será, ainda mais uma vez, simbolicamente designado pela posse da Vaca da Abundância.

O contrato que o rei indiano estabelece com seu povo poderá se formular, então, da seguinte forma:

$$\frac{\text{rei}}{\text{povo}} \simeq \frac{\text{qdV}}{\text{dq}}$$

onde q = qualificação, d = dons, v = valorização ou supervalorização.

A primeira fase do contrato não consagra unicamente o rei, mas o "vigora", enquanto a segunda fase não é mais do que uma simples troca simbólica consagrando os direitos e os deveres do povo. Observamos, daí, que o que distingue uma simples qua-

lificação (dq) da qualificação valorizante (qd) é inicialmente a ordem sintagmática da troca simbólica:

$$(q \rightarrow d) \text{ vs } (d \rightarrow q);$$

e, em seguida, a seqüência da narrativa referente à Vaca da Abundância (que o rei obtém em seguida à sua qualificação), maneira redundante de insistir sobre sua nova potência. Se fizermos abstração, devido à supervalorização deste encadeamento sintagmático, a relação entre a qualificação do rei e a de seu povo aparece como uma relação entre dois termos dos quais o primeiro se caracteriza pela presença do traço distintivo V, enquanto o segundo se vê desprovido dele. Deixa-se formular, então, a categoria do significado assim depreendida:

$$V \text{ (marcado) vs não V (não marcado).}$$

A reconstrução que Georges Dumézil efetua, com a ajuda de elementos e de seqüências pseudo-históricas relativas à vida do rei Servius, permite formular, por sua vez e assim, a efabulação simbólica romana:

$$\frac{\text{rei}}{\text{povo}} \approx \frac{\text{dq}}{\text{qdV}}$$

É o povo, e não o rei, que, em Roma, é qualificado de forma valorizante: Servius, eleito rei graças a suas doações (dq), institui o "census" (q) qualificando os cidadãos conforme sua categoria social e sua riqueza, cuja contrapartida consistirá no afluxo de impostos (d); assim, à Vaca da Abundância corresponderia a Vaca do Império, e a narrativa de sua aquisição e de seu sacrifício se situa cronologicamente após a qualificação do povo (e não do rei), confirmando os elogios do rei dirigidos ao povo romano.<sup>9</sup> A mesma categoria da valorização vai estabelecer, desse modo, a relação entre as duas trocas simbólicas, constituindo assim o contrato social duplamente selado.

Podemos nos indagar se tal formulação que permite dar à comparação entre as narrativas indiana e romana a forma de uma proporção:

<sup>9</sup> Podemos nos perguntar se não seria possível uma datação muito aproximativa dos mitos, ao se tratar de sociedades históricas, levando em conta não o significante, cujos elementos são incontestavelmente muito antigos, mas sua significação global: uma determinada "ideologia" política, por exemplo, se mostra compatível com determinados contextos históricos e incompatível com outros.

$$\text{Índia vs Roma} \simeq \frac{\text{V}}{\text{não V}} \text{ vs } \frac{\text{não V}}{\text{V}}$$

vem acrescentar uma nova luz à análise de Georges Dumézil, segundo a qual o elogio qualificante (*çams-*) consagra e valoriza o rei na Índia, enquanto as mesmas virtudes, em Roma, pelo procedimento do “census”, são dirigidas ao povo e não ao rei.

Certamente nada mudou quanto ao fundo da análise: longe de estar enriquecida, ela poderia estar empobrecida por esta redução. O mesmo não ocorre quanto às precisões metodológicas que esta última provoca: graças à introdução de um simbolismo único na análise das duas narrativas, as condições da comparação que, provavelmente, não estavam mais do que implícitas, aparecem então de maneira evidente; longe de ser, como nos foi durante muito tempo ensinado, somente um recenseamento de semelhanças e diferenças, a comparação constitui, antes de mais nada, uma justaposição de identidades, uma base comum que, somente ela, pode tornar as diferenças mensuráveis e comparáveis.

### O mito do bem e do mal

Nosso segundo exemplo não é menos conhecido: é o famoso mito do “Götterdämmerung” escandinavo, comparado com o conjunto do tema do “Mahabharata” indiano e reinterpretado em função desse paralelismo. Nas duas narrativas, nos dois tipos de combate — um desleal, trapaceado, e outro pelo contrário leal — a que se entregam os deuses ou os heróis, sucedem-se para os humanos dois tipos de idades: uma idade melhor e outra pior. O mito, em ambos os casos, se deixa formular da mesma maneira:

$$\frac{\text{/Luta trapaceada/}}{\text{/Luta leal/}} \simeq \frac{\text{/Mundo pior/}}{\text{/Mundo melhor/}}$$

A formulação única de ambos os mitos só poderá ser atingida pela *colocação em evidência* das identidades que comportam — uma mesma concepção da vida enquanto luta, uma mesma apreciação moral do mundo humano — sendo esta explicitação de identidades necessariamente acompanhada de *uma colocação entre parênteses* provisória das categorias de significação apresentando traços que as diferenciam.

Na verdade, a descrição das unidades do significado que, em seguida, analisamos em traços distintivos, considerando sucessivamente cada uma das relações da proporção, revela as diferenças estruturais apreciáveis e que, às vezes difíceis de distinguir em cada estrutura mítica tomada em separado, aparecem de forma evidente quando da comparação. E assim, levando em conta somente a oposição:

/Mundo pior/ vs /Mundo melhor/

percebemos:

1. Que o julgamento moral sobre o mundo está ligado à categoria do tempo, apresentando não dois porém três termos:

/Passado/ vs /Presente/ vs /Futuro/

2. Que não se está diante da categoria dicotômica /Bem/ vs /Mal/, mas, na realidade, de uma categoria relativa /Melhor/ vs /Pior/ que contém igualmente um terceiro termo complexo:

/Melhor/ ←-----→ /Pior/  
/Positivo/ vs /Complexo/ vs /Negativo/

E se compararmos, agora, as duas categorias, verificaremos que o termo complexo nada mais é, no fundo, do que o tempo presente dos homens considerado como melhor ou como pior, em função do passado ou do futuro.

Um esquema mais amplo, compreendendo as duas categorias abordadas, dentro do qual as oposições indiana e escandinava encontram sua interpretação, pode ser delineada da seguinte forma:

MUNDO	}	negativo	passado	} <i>Concepção indiana</i>
		complexo	presente	
		positivo	futuro	

Daí verificamos que nenhuma das duas categorias (comportando cada uma três termos) está plenamente realizada nos mitos indiano e escandinavo, se tomados separadamente. Deverá, pois, ser postulada uma unidade de significação mais ampla, pertencente à nova metalinguagem "terminológica" que se elabora ao

longo da análise, e da qual os dois mitos apresentam somente realizações incompletas: só esta unidade vai fornecer à descrição seus quadros estruturais.

A primeira parte da relação, /Luta trapaceada/ vs /Luta leal/, valorizando a categoria /leal/ vs /desleal/, aparece, à primeira vista, como o elemento estável da proporção. Entretanto, a análise revela, no significado, um traço complementar que continuaria imperceptível sem a comparação: se o significado /luta/, diversificado em /leal/ vs /desleal/, torna a ser visto nos dois mitos, não mais será distribuída da mesma forma a categoria /Bem/ vs /Mal/ que determina o agente instigador da luta.

*Índia*

LUTA	{	<u>desleal</u> <u>leal</u>		instigador: o <u>Mal</u> instigador: o <u>Bem</u>
------	---	-------------------------------	--	--

*Escandinávia*

LUTA	{	<u>desleal</u> <u>leal</u>		instigador: o <u>Mal</u> instigador: o <u>Mal</u>
------	---	-------------------------------	--	--

No caso indiano, a simetria das duas categorias correlativas qualificando a luta consegue, em parte, camuflar a distinção entre os dois juízos de valor, baseados, um na origem da luta, e outro em seu desenrolar: a luta pode ser, em sua origem, em suas causas, boa ou má, sendo então seu desenrolar leal ou desleal.<sup>7</sup> No caso escandinavo, pelo contrário, a simetria se vê rompida e a luta, seja ela leal ou desleal, será sempre provocada pelo agente do Mal. A categoria do Bem e do Mal, realizada no mito indiano, acha-se *neutralizada* no mito escandinavo, em benefício de seu termo não marcado, /o Mal/. Este se encontra, como diria Hjelmslev, sob a dominância de /Luta/, que, como veremos mais adiante, constitui o termo negativo de uma categoria escandinava do significado /Guerra/ vs /Paz/, em correlação estreita com a categoria /Mal/ vs /Bem/. A guerra e a luta, para os escandinavos, são sempre engendradas pelo Mal, o que, aliás, sublinha com redundância a história de Baldr.

<sup>7</sup> Limitando-nos ao essencial, desistimos de levar mais longe a análise que, neste caso, provocaria o aparecimento de novas oposições, por exemplo, /causador/ vs /causado/, correspondendo o primeiro traço ao instigador da luta e o segundo à própria luta.

## O mito da desmedida

O terceiro exemplo, um pouco mais complexo que os dois primeiros, é o do paralelismo entre o mito escandinavo de Kvasir e o episódio, retirado do Mahabharata, relatando a breve aparição do homólogo indiano de Kvasir, Mada.

Ambos aparecem numa situação de guerra: Kvasir, encarnação da sabedoria, é fabricado pelos deuses para selar a conclusão da paz; Mada, símbolo da embriaguez sobre-humana, obriga os deuses, com seu aparecimento, a concluir a paz. Um e outro, grandes demais para uma situação de paz, são em seguida destruídos, transformando-se Kvasir em Poesia e Mada em quatro paixões humanas: bebida, mulheres, caça e jogo.

Pode-se formular da seguinte forma o mito escandinavo:

$$\frac{\text{/Desmedida/}}{\text{/Medida/}} \approx \frac{\text{/Mundo melhor/}}{\text{/Mundo pior/}}$$

assemelhando-se bastante a ele o episódio mítico indiano:

$$\frac{\text{/Desmedida/}}{\text{/Medida/}} \approx \frac{\text{/Mundo pior/}}{\text{/Mundo melhor/}}$$

Passando de uma versão a outra, constatamos, como no “mito” do Contrato social, uma inversão da relação na segunda parte da proporção. Dado que são as mesmas as unidades do significado em pauta em ambos os casos, pode-se considerar a inversão como uma das modalidades da estrutura do mito.

E, neste momento, passando a uma análise de segundo grau, verificamos que a relação

$$\frac{\text{/Desmedida/}}{\text{/Medida/}} \text{ vs } \frac{\text{/Medida/}}{\text{/Medida/}}$$

é inicialmente interpretada como a relação

$$\frac{\text{/Todo/}}{\text{/Parte/}} \text{ vs } \frac{\text{/Parte/}}{\text{/Parte/}}$$

Na verdade, recorda-se que Mada, assim como tudo o que resta de Kvasir, está simbolicamente *dividido* em partes. No entanto, se Mada estiver “realmente” dividido em quatro partes-paixões, Kvasir vai reaparecer, sob forma de Poesia, como uma diminuição proporcional de seu estado primeiro, e não como uma

fração deste. Estamos, por conseguinte, diante de duas concepções diferentes da *totalidade* e, portanto, de duas relações diferentes do todo com a parte. Para empregar a terminologia de Vigo Brøndal, diremos que o *todo* da desmedida escandinava é um *integral* (cf. *totus*), enquanto o todo do excesso indiano é um *universal* (cf. *omnis*); a relação do Kvasir com a Poesia é da mesma ordem da relação do artigo definido francês com o artigo partitivo, enquanto a desmedida de Mada representa uma totalidade numerável, divisível em frações.

Antes de avançar mais um pouco, já podemos dizer que, se categoria da totalidade é comum aos dois mitos, as duas concepções da desmedida se apresentam como duas articulações diferentes da totalidade: uma totalidade original, harmoniosa encontra correspondência na concepção da totalidade como soma aritmética dos elementos que a compõem. Esta oposição pode ser formulada do seguinte modo:

<i>Escandinávia</i>		<i>Índia</i>
<u>/Integral/</u>	vs	<u>/Partitivo/</u>
	≈	
		<u>/Universal/</u>
		vs
		<u>/Cardinal/</u>

A esta oposição fundamental das duas concepções da totalidade acrescentam-se outros traços distintivos, para fornecer duas concepções diametralmente opostas da Desmedida. Nada podemos acrescentar ao inventário dos traços distintivos organizado por Georges Dumézil; vamos, portanto, nos contentar em reproduzi-lo esquematicamente:

<i>Escandinávia</i>		<i>Índia</i>
<u>/Integral/</u>	vs	<u>/Universal/</u>
<u>/Benéfico/</u>	vs	<u>/Maléfico/</u>
<u>/Espírito/</u>	vs	<u>/Matéria/</u>
<u>/Paz/</u>	vs	<u>/Guerra/</u>

Os três últimos traços distintivos de Kvasir e de Mada se articulam, como podemos verificar, em categorias dicotômicas no interior do que definiremos mais adiante como um arquilexema.\* Como prova marcante de conclusão da narrativa, as mesmas categorias se verão reunidas tais quais na segunda parte da relação:

\* Quanto à definição do termo, cf. ao fim deste ensaio.

*Escandinávia* (Poesia)

/Partitivo/

/Benéfico/

/Espírito/

/Paz/

Poesia

*Índia* (Paixões divididas)

vs /Coleção cardinal/

vs /Maléfico/

vs /Matéria/ (bebida + mulheres)

vs /Guerra/ (caça + jogo)

Quanto à segunda parte da proporção, já conhecemos as duas categorias que a qualificam. Se, por um lado, a categoria /Melhor/ vs /Pior/ se vê realizada aqui da mesma maneira que no mito precedente, a do tempo, que lhe é correlativa, por outro lado, só se mostrará presente com os dois termos, simetricamente utilizados, do passado e do presente.

Além disso, os termos das duas categorias, a do tempo e a do /Melhor/ vs /Pior/, não se acham ligados entre si da mesma maneira em ambos os mitos: o passado é considerado como pior pelos indianos e melhor pelos escandinavos, e inversamente: em relação a este passado, o presente é melhor para os indianos e pior para os escandinavos. O que se exprimia pela inversão da relação, quando da formulação das duas unidades do significado, vai agora se integrar nos quadros de um arquilexema, num esquema que, embora um pouco diferente do que pertence à narrativa anterior, pode dar conta da distribuição dos traços distintos nos dois mitos:

MUNDO	}	negativo passado	} <i>Concepção indiana</i>	
		complexo presente		} <i>Concepção escandinava</i>
		positivo passado		

Como os dois mitos, o do Bem e do Mal e o da Desmedida, apresentam séries correlativas, onde se vêem implicadas as mesmas categorias da significação, sua comparação poderá parecer instrutiva dessas ideologias comparáveis que visam, em primeiro lugar, os estudos de mitologia indo-européia, o que não ocorreria senão para deduzir os primeiros elementos de uma tipologia mitológica.

O que espanta, à primeira vista, é a identidade de apreciação do mundo nos dois mitos indianos. Num e noutro vemos em oposição:

/Mundo negativo passado/ vs /Mundo complexo presente/

Na mitologia indiana, — se a extrapolação não for ousada demais — o Mal se situa no passado, aparecendo o presente

como uma melhora da sorte da sociedade humana. A filosofia da história indiana é — caso se possa dizê-lo — a do Menor Mal Presente.

Os mitos escandinavos, pelo contrário, utilizam as três dimensões do tempo e situam o reino do Bem, com relação ao presente complexo, ora no passado, ora no futuro. Comparando, sob esse ponto de vista, os dois mitos escandinavos, encontramos:

$$\begin{array}{l} \text{no mito da Desmedida: } \frac{\text{/Mundo positivo passado/}}{\text{/Mundo complexo presente/}}, \\ \text{no mito do Bem e do Mal: } \frac{\text{/Mundo complexo presente/}}{\text{/Mundo positivo futuro/}}. \end{array}$$

Pode-se dizer então, ainda generalizando ao extremo, que o primeiro mito seria o da *Decadência do Mundo*, enquanto o segundo seria o da *Salvação do Mundo*, apresentando a mitologia escandinava, nesse aspecto, um impressionante paralelismo com a filosofia da história do Cristianismo.

### Narrativa mítica ou narrativa ritual?

Já é tempo de voltar a nosso primeiro exemplo, à narrativa que relata a conclusão do Contrato social. Já o havíamos voluntariamente simplificado, considerando, de início, unicamente as variantes indiana e romana, deixando provisoriamente de lado as narrativas irlandesas sobre a deposição do rei Bress.

A análise do conjunto dessas narrativas irlandesas, sempre segundo Georges Dumézil, poderá ser completada, então, de duas maneiras: à *deposição* do rei corresponde evidentemente a sua *elevação ao poder*, de forma que podemos nos indagar se a variante irlandesa não permite a reconstituição dos esquemas indiano ou romano da deposição, chegados até nós sob formas mutiladas e incompletas, apresentando traços da deposição dos predecessores de Prthu e de Servius. Podemos igualmente tentar verificar, por outro lado, se a narrativa da deposição do rei irlandês não fornece o esquema da elevação do rei no contexto irlandês; em outras palavras, verificar se a série comparativa:

$$\frac{\text{Vena}}{\text{Prthu}} \sim \frac{\text{Tarquíno}}{\text{Sérvio}} \sim \frac{\text{Bress}}{\text{X}}$$

não possui virtudes heurísticas válidas.

Roman Jakobson, um dos promotores da análise lingüística em traços distintivos, distingue nitidamente entre dois tipos de oposição que permitem considerar como distintivos os termos de uma relação. Por um lado, podemos nos encontrar em presença da relação:

$a$  vs não  $a$

onde  $a$  será considerado como *marcado* porque possui um traço distintivo a mais que *não a*, termo *não marcado*, não possui. Por outro lado, existe uma relação totalmente diferente estabelecida entre:

$a$  vs  $\neg a$

onde  $\neg a$  é a negação de  $a$ .

Analisando o Contrato social concluído quando da elevação do rei, tínhamos diferenciado anteriormente a qualificação valorizante (V) da qualificação simples (não V). A variante irlandesa, que se apresenta como a negação do Contrato social, deverá colocar em oposição na análise arquiêmica com que nos familiarizamos,

$V$  vs  $\neg V$   
 não V vs  $\neg$  não V

permitindo formular a abolição do Contrato social como:

$$\frac{\text{povo}}{\text{rei}} \simeq \frac{\neg \text{ não V}}{\neg V}$$

O que significa simplesmente que, o povo não tendo sido qualificado de forma conveniente, o rei, por sua vez, se acha desqualificado e perde seu vigor inicial.

A reconstrução do esquema da elevação ao poder, no quadro da ideologia irlandesa, poderá ser concebida, a partir de então, sob forma de uma dupla operação: a supressão dos signos da negação e a inversão da relação povo vs rei. Daí pode-se dizer que:

$$\text{Índia vs Roma vs Irlanda} \simeq \frac{V}{\text{não V}} \text{ vs } \frac{\text{não V}}{V} \text{ vs } \frac{V}{\text{não V}}$$

o que permite constatar que o esquema irlandês da elevação é idêntico ao indiano.

Se a passagem da negação à afirmação se mostra perfeitamente normal, a inversão da relação, necessária para integrar a Irlanda na proporção que abarca os esquemas indiano e romano, poderá parecer um tanto inquietante, sob determinado ponto de vista. Na verdade, percebemos que não somente:

$$\frac{\text{Deposição}}{\text{Elevação}} \simeq \frac{\text{Negação}}{\text{Afirmação}}$$

mas também que existe, além disso, uma relação sintagmática (o rei é qualificado inicialmente, o povo em seguida; o povo é desqualificado pelo rei de início, achando-se o rei, em seguida, desqualificado e expoliado) entre os dois termos da relação. Uma análise mais profunda demonstra que vamos igualmente encontrar uma inversão da relação sintagmática num nível mais baixo. A partir dos símbolos já utilizados mais acima, apresenta-se da seguinte forma o esquema irlandês detalhado da deposição:

$$\frac{\text{povo}}{\text{rei}} \sim \frac{\text{d} (-q)}{(-d) (-q) (-V)}$$

Tendo o rei se recusado a qualificar seus súditos, cada um segundo sua categoria social, o episódio seguinte vai relatar, na ordem de sucessão, a hospitalidade insuficiente oferecida pelo rei ao poeta, a desqualificação satírica do rei pelo poeta e, finalmente, o definhamento do rei que bebe o leite da falsa Vaca da Abundância (apresentando os traços que a distinguem da verdadeira Vaca, tais como /Natureza/ vs /Artifício/, /Vigor/ vs /Doença/, etc.). A negação da hospitalidade precede a desqualificação do rei: os dois significantes estabelecem, ainda uma vez, uma relação sintagmática inversa à que encontramos nas narrativas da elevação ao poder.

Essa interferência do sintagmático é perturbadora porque contradiz a definição do mito que havíamos apresentado seguindo Claude Lévi-Strauss: como uma correlação de dois pares de unidades do significado em oposição pertinente entre eles; definição essencialmente paradigmática, que exclui toda relação sintagmática e explica, ao mesmo tempo, coisa de capital importância, o caráter a-temporal do mito.

Por conseguinte, das duas uma: ou bem a definição do mito apresentada não é suficientemente ampla, ou bem a narrativa

contendo a expressão simbólica do Contrato social não é um mito. Vários motivos nos fazem pender para a segunda solução. Simplificamos ainda de outra forma a descrição, feita por Georges Dumézil, da narrativa da elevação ao poder, sempre com a finalidade de demonstração: desejando colocar em relevo, na narrativa indiana, o par oposicional

/qualificação do rei/ vs /qualificação do povo/,

ignoramos voluntariamente o episódio que o precede. Este episódio, para o qual Georges Dumézil encontrou elementos paralelos na história de Sêrvio, aparece como uma comunicação que se estabelece, previamente ao Contrato social, entre os deuses e os homens:

<u>/envio/</u> , pelos deuses,	vs	<u>/reconhecimento/</u> pelos
<u>/dos signos de predestinação/</u>	vs	homens <u>/desses signos/</u>
<u>/emissão/</u>		<u>/recebimento/</u>

Se nos lembrarmos de que o resto da narrativa fundamenta a *soberania sobre o plano humano*, vai naturalmente se impor a idéia de sua correlação possível com a concepção da *soberania de origem divina*. Aparece, então, em nossa narrativa, a oposição entre dois tipos de soberania, a de Varuna (“de outro mundo”) e a de Mithra (“deste mundo”), manifestando, ora a soberania outorgada, de direito divino, ora a soberania contratual, de direito humano. Por conseguinte:

Varuna	/soberania outorgada/
-----	-----
Mithra	/soberania contratual/

≈

Seria, porventura, temerário demais levar mais adiante a comparação e ver nos dois filhos de Mithra, Ariamã (rei e protetor das populações Ária) e Bhaga (a parte que toca a cada um), os dois outros termos da correlação:

Ariamã	/qualificação do rei/
-----	-----
Bhaga	/qualificação do povo/

≈ ?

O que quer que se pense desta última suposição, o paralelismo dos dois planos — teológico e “mítico” — aparece de forma

suficientemente convincente. ° Caracterizada, por um lado, pela presença das relações sintagmáticas e, por outro, pela correlação dessas unidades do significado com a série das unidades teológicas, a narrativa estudada não mais corresponde à definição do mito, mas justamente o contrário: os dois critérios que acabamos de destacar não são suficientes para verificamos naquela narrativa uma *narrativa ritual*, diferente, dado seu tipo estrutural, de uma narrativa mítica? 10

Façamos agora um resumo dos ensinamentos metodológicos que se pode depreender deste estudo. Naturalmente e conforme insistimos desde o início, este estudo, realizado por um não-especialista, somente se justifica se, a priori, ficar postulada a identidade metodológica de toda descrição de substância semântica: somente neste caso podem ser extrapoladas e generalizadas as aquisições da pesquisa mitológicas.

O que depõe a favor da identidade dos métodos não é simplesmente o fato de que a mitologia pertence ao domínio da linguagem: sobretudo a similitude dos pontos de partida na pesquisa. Na verdade, toda descrição do conteúdo deve elaborar sua "terminologia", seu sistema de referências coerente. Essa terminologia é uma metalinguagem de caráter "científico": os termos deste sistema sendo de certa forma arbitrários (ou seja, sem relações necessárias com a "realidade") e, como tais, retificáveis com a ajuda de uma reflexão de nível hierarquicamente superior baseada no conjunto da terminologia, possuem por essa mesma razão um valor universal. E é justamente essa universalidade da terminologia semiótica que a torna utilizável para além das fronteiras lingüísticas, em todas as pesquisas da significação e, mais particularmente, no estudo das mitologias comparadas.

Uma mitologia considerada como uma metalinguagem só poderá ser descrita, sob condição de que se escolham, inicialmente, *unidades de medida*, cuja manipulação — relacionamento e correlacionamento — permitirá reconstituir, pouco a pouco, conjuntos estruturais mais vastos e, finalmente, o sistema mitológico inteiro. Claude Lévi-Strauss, no estudo já várias vezes mencio-

° Da mesma forma no plano comparativo: se a aproximação etmológica, sugerida por G. Dumézil, for válida, poderia ser confirmada pela correlação dos fatos rituais e teológicos:

$$\frac{\text{Çams} \text{ --- } \text{Prthu}}{\text{cens} \text{ --- } \text{Fortuna}} \approx$$

10 Este texto foi escrito antes do aparecimento de *O Pensamento Selvagem*. Determinadas páginas de Claude Lévi-Strauss (sobretudo as p. 46 e 47) teriam permitido, sem dúvidas, cernir ainda mais o problema da narrativa ritual.

nado, reconhece estas *unidades constitutivas* nos significados que correspondem às seqüências da narrativa mítica e que entram como termos, a seguir, na proporção mítica:

$$\frac{A}{\text{não A}} \approx \frac{B}{\text{não B}}$$

Verificamos que essas grandes unidades constitutivas ainda podem, por sua vez, ser analisadas como *traços distintivos*. Se concordássemos, por exemplo, em designar os traços distintivos pelo termo *sema*, poderiam ser chamados *lexemas*<sup>11</sup> os termos das proporções míticas, feixes de semas (dos quais somente uma parte é analisada em cada caso concreto).

Os traços distintivos, por sua vez, somente são pertinentes porque participam de uma relação de oposição, constituída de dois ou mais termos. Os semas constituem, portanto, *categorias sêmicas*. Os lexemas, por sua vez, se transformam em *arquilexemas* caso, em lugar de considerar unicamente os traços distintivos que os compõem, se leve em conta o conjunto das categorias sêmicas que constituem os pares oposicionais lexêmicos. Semas e lexemas, categorias sêmicas e arquilexemas — aí estão, ao que parece, as quatro “unidades de medida” principais utilizadas pelo mitólogo e pelo lingüista na análise do conteúdo.

Suas combinações e suas estruturas elementares podem ser bem variadas. O correlacionamento dos arquilexemas (ou das categorias sêmicas nos casos mais simples) constitui o mito. Outras estruturas são provavelmente possíveis, sobretudo aquelas onde o sintagmático retomaria seus direitos: cabe aos mitólogos fazer este julgamento.

Tradução de  
KATIA HAKIM CHALITA

<sup>11</sup> Sublinhamos de forma diferente, durante este artigo, os *semas* e os *lexemas*. O termo *lexema*, aqui utilizado, foi substituído pelo termo *semema* a partir de nossa *Semântica Estrutural*.

# O Jogo das Restrições Semióticas <sup>1</sup>

*Em colaboração com François Rastier*

---

*Il faut bien se garder de croire que  
l'esprit qui invente marche au hasard.* <sup>2</sup>

DESTUTT DE TRACY

**Nota explicativa:** Ao menos por preocupação de inteligibilidade, podemos imaginar que o espírito humano, para chegar à construção dos objetos culturais (literários, míticos, pictóricos, etc.), parte de elementos simples e segue um percurso complexo, encontrando, em seu caminho, tanto restrições a que tem de se submeter, como escolhas que pode fazer.

Nós procuramos dar uma primeira idéia deste percurso. Podemos considerar que ele conduz da imanência à manifestação em três etapas principais:

*as estruturas profundas*, que definem a maneira de ser fundamental de um indivíduo ou de uma sociedade e que determinam as condições de existência dos objetos semióticos. Pelo que sabemos, os constituintes elementares das estruturas profundas possuem um estatuto lógico definível;

*as estruturas superficiais* constituem uma gramática semiótica que ordena, em formas discursivas, os conteúdos susceptíveis de manifestação. Os produtos desta gramática são independentes da expressão que os manifesta, por isso eles podem, teoricamente, aparecer em qualquer substância e, no que concerne aos objetos lingüísticos, em qualquer língua;

*as estruturas de manifestação* produzem e organizam os significantes. Ainda que possam compreender os "quase-universais", tais estruturas permanecem particulares a tal ou tal língua (precisamente, elas definem as particularidades das línguas), a tal ou tal material. Essas estruturas são estudadas pelas estilísticas superficiais dos lexemas, das formas, das cores, etc.

Não nos preocuparemos, aqui, senão com a primeira instância deste percurso global.

<sup>1</sup> Publicado em inglês, na *Yale French Studies*, nº 41, intitulado *Game, Play, Literature*, 1968, sob o título geral de *The interaction of semiotic constraints*.

<sup>2</sup> É preciso não acreditar que o espírito que inventa caminha ao acaso.

# 1 A ESTRUTURA DO MODELO CONSTITUCIONAL

## 1.1 A estrutura elementar da significação

**S**E A significação S (o universo como significante na sua totalidade, ou um sistema semiótico qualquer) aparece, ao nível de sua primeira apreensão, como um eixo semântico, ela se opõe a  $\bar{S}$ , tomado como uma ausência absoluta de sentido, e como contraditório do termo S.

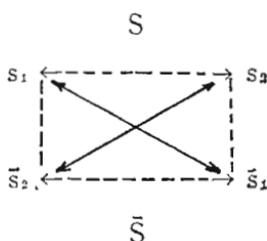
Se admitimos que o eixo semântico S (substância do conteúdo) articula-se, ao nível da forma do conteúdo, em dois semas contrários:

$$s_1 \longleftrightarrow s_2$$

estes dois semas, tomados separadamente, indicam a existência de seus termos contraditórios:

$$\bar{s}_1 \longleftrightarrow s_2$$

levando em conta o fato de que, uma vez situadas às suas articulações, S pode ser redefinido como um sema complexo que reúne  $s_1$  e  $s_2$  por uma dupla relação de disjunção e de conjunção, a estrutura elementar da significação pode ser representada como:



- $\longleftrightarrow$  : relação entre contrários
- $\longleftrightarrow$  : relação entre contraditórios
- : relação de implicação<sup>3</sup>

Este modelo se constrói através da utilização de um pequeno número de conceitos não definidos:

<sup>3</sup> Embora a existência deste tipo de relação pareça indiscutível, o problema de sua orientação ( $s_1 - s_2$  ou  $s_2 - s_1$ ) ainda não está decidido. Uma vez que a sua solução não se faz necessária à continuação da demonstração, nós nos absteremos de falar nisso.

a. Os conceitos de *conjunção* e de *disjunção*, necessários para interpretar a *relação* estrutural;

b. Dois tipos de disjunção, a disjunção dos *contrários* (indicada aqui pela linha pontilhada) e a disjunção dos *contraditórios* (indicada pela linha contínua).

**Observação:** o modelo acima não é senão uma formulação reelaborada daquele que foi proposto anteriormente (Greimas, *Sémantique Structurale*, 1966, Larousse). Sua nova apresentação torna possível compará-lo ao hexágono lógico de R. Blanché (cf. C. Chabrol, *Structures Intellectuelles*, in *Information sur les Sciences Sociales*, 1967, VI-5), assim como também às estruturas designadas, em matemática, como grupo de Klein, e, em psicologia, como grupo de Piaget.

Não tomando em consideração senão a forma do conteúdo e apenas os termos sêmicos simples, podemos chegar a uma formulação ligeiramente diferente da mesma estrutura. Esta aparece, então, como a colocação em correlação de duas categorias acopladas, a correlação, ela própria, definindo-se como uma relação de contradições homologadas:

$$\frac{S_1}{S_1} \approx \frac{S_2}{S_2}$$

Esta nova apresentação torna possível verificar que a estrutura que permite dar conta do modo de existência da significação — enquanto modelo constitucional dos conteúdos investidos — encontra sua aplicação em domínios muito variados: com efeito, é este, também, o modelo do mito proposto por Claude Lévi-Strauss, e a forma da articulação acrônica do conto popular, e, ainda, o modelo que justifica um certo número de universos semânticos particulares (Bernanos, Mallarmé, DeStutt de Tracy). É reconfortante para o estudioso da semiótica constatar que uma perquirição dedutiva encontra, em seu caminho, modelos construídos empiricamente para dar conta de corpus limitados.

## 1.2 A estrutura dos sistemas semióticos

Se as reflexões dedutivas se encontram, assim, com as descrições indutivas, é porque a *estrutura elementar da significação* constitui em sistemas os universos semânticos, no seu conjunto. De fato, cada um dos conteúdos que ela define pode, na quali-

dade de eixo semântico, compreender outros que são, por sua vez, organizados em estrutura isomórfica à estrutura hierarquicamente superior. Assim, a estrutura elementar articula da mesma maneira as categorias sêmicas e as instâncias sistemáticas constitutivas dos sistemas semióticos. Por exemplo, os conteúdos *Vida e Morte* subsumem todo o universo semântico de Bernanos: seja  $S_1$  vs  $S_2$ . Estes termos se articulam, cada um, em duas instâncias sistemáticas (definições negativas e positivas) que se escrevem, respectivamente, como:  $s_1$  vs  $\bar{s}_2$   $s_2$  vs  $\bar{s}_1$ . Tais definições se articulam, por sua vez, em sistemas sêmicos.

Começaremos por precisar as propriedades formais do modelo constitucional; daremos, depois, exemplos de investimentos.

Os *termos* do modelo: a partir de cada um dos quatro termos, poderemos através das duas operações: tomar o *contrário*, tomar o *contraditório*, obter os três outros. Sua definição é formal, e anterior a qualquer investimento.

As *relações*:

a) *hierárquicas*:

- uma relação hipo-nímica é estabelecida entre  $s_1$ ,  $s_2$  e  $S$ ; uma outra, entre  $\bar{s}_1$ ,  $\bar{s}_2$  e  $\bar{S}$ ;

b) *categóricas*:

- uma relação de *contradição* é estabelecida entre  $S$  e  $\bar{S}$ ; e, ao nível hierarquicamente inferior, entre  $s_1$  e  $\bar{s}_1$ , entre  $s_2$  e  $\bar{s}_2$ ;
- uma relação de *contrariedade* articula  $s_1$  e  $s_2$  de um lado, e  $\bar{s}_1$  e  $\bar{s}_2$ , de outro lado. Nos termos de Hjelmslev, ela pode ser identificada como a solidariedade ou dupla pressuposição.

**Observação:** As duas operações, tomar o contraditório, tomar o contrário, são involutivas: o contrário do contrário de  $s$  é  $s$ ; o contraditório do contraditório de  $s$  é  $s$ .

- uma relação de implicação é estabelecida entre  $s_1$  e  $\bar{s}_2$  de um lado, e entre  $\bar{s}_2$  e  $s_1$  de outro:  $s_2$  implica  $\bar{s}_1$ ;  $s_1$  implica  $\bar{s}_2$ , ou inversamente.

As *dimensões*: por suas definições relacionais, os termos sêmicos se agrupam dois a dois segundo seis dimensões sistemáticas. Podemos distinguir:

— dois *eixos*, S e  $\bar{S}$ . Eles estão em relação de contradição.  $\bar{S}$  pode ser chamado eixo do complexo: ele compreende  $s_1$  e  $s_2$ .  $\bar{S}$  é o eixo dos contraditórios  $\bar{s}_1$  e  $\bar{s}_2$  (de  $s_2$  e  $s_1$ ); ele é, portanto, o eixo do neutro em relação a  $s_1$  e  $s_2$ , porque pode ser definido por: nem  $s_1$ , nem  $s_2$ ;

— dois *esquemas*:  $s_1 + \bar{s}_1$  definem o esquema 1;  $s_2 + \bar{s}_2$ , o esquema 2. Cada um dos esquemas é constituído por uma relação de contradição.

— duas *deixis*: a primeira é definida pela relação de implicação entre  $s_1$  e  $\bar{s}_2$ ; a segunda, pela implicação entre  $s_2$  e  $\bar{s}_1$ .

Temos então:

RELAÇÕES CONSTITUTIVAS	DIMENSÕES ESTRUTURAIS	ESTRUTURAS SÊMICAS
contrariedade	eixo S (complexo) eixo $\bar{S}$ (neutro)	$s_1 + s_2$ $\bar{s}_1 + \bar{s}_2$
contradição	esquema 1 esquema 2	$s_1 + \bar{s}_1$ $s_2 + \bar{s}_2$
implicação simples	deixis 1 deixis 2	$s_1 + \bar{s}_2$ $s_2 + \bar{s}_1$

Podemos prever as relações entre as diferentes dimensões sistemáticas.

Os dois eixos, constituídos cada um por relações de contrariedade, estão, entre eles, em relação de contradição.

Os dois esquemas, definidos cada um por relação de contradição, estão, entre eles, em relação de contrariedade.

Propomos chamar de *semiosis* a dupla pressuposição dos dois esquemas. Nós nos reservamos estudar posteriormente se esta dupla pressuposição corresponde àquela do conteúdo e da expressão lingüística, considerados como os dois esquemas de um modelo único.

### 1.3 A tipologia das regras

Todo sistema comporta, por definição, um conjunto de regras; elas se definem positivamente, mas podemos, também, defini-las negativamente pelo que elas não são: seja  $S$  a definição positiva das regras do sistema, e  $\bar{S}$ , sua definição negativa. Por exemplo, todo mundo concorda, hoje em dia, em pensar que uma gramática deve compreender não somente uma definição da gramaticalidade mas, também, uma definição da agramaticalidade.

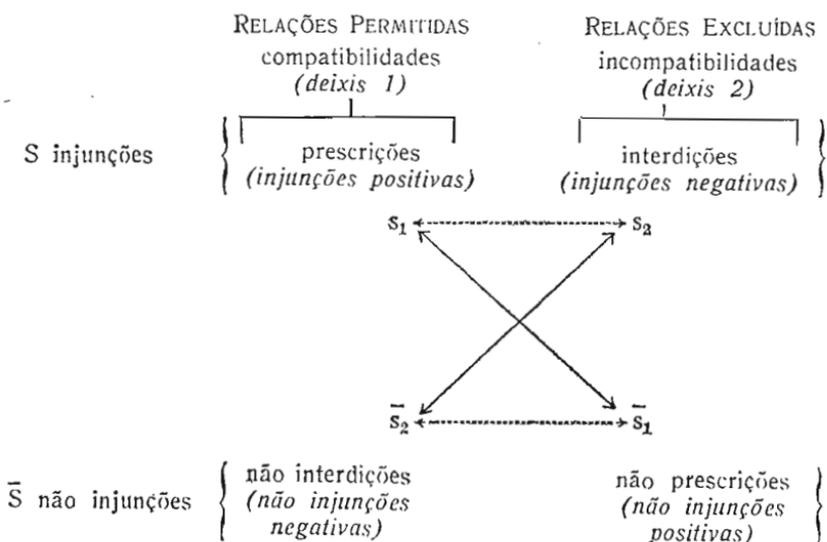
Infelizmente, o conceito de agramaticalidade pode recobrir muitas coisas, tanto regras de proibição, constitutivas do sistema gramatical considerado, quanto as infrações às suas prescrições e, mesmo, a validade insuficiente da gramática em questão.

Poderemos dizer que, relativamente à manifestação,  $S$  aparece como um conjunto de injunções, e  $\bar{S}$ , como um conjunto de não-injunções.

As regras de injunção de um sistema descrevem, por definição, compatibilidades e incompatibilidades (um sistema sem incompatibilidades não seria ordenado). Relativamente à manifestação, tais regras aparecem respectivamente como prescrições (injunções positivas; digamos  $s_1$ ), e interdições (injunções negativas; digamos  $s_2$ ).

Cada um destes dois tipos de regras implica uma instância sistemática contraditória: seja  $\bar{s}_2$  e  $\bar{s}_1$ , que são, relativamente à manifestações, não-interdições e não-prescrições, respectivamente.

Podemos constituir este quadro:



### Exemplos:

— nos sinais de tráfego dos cruzamentos, o verde significa prescrição (seja  $s_1$ ), o vermelho, interdição de passar (seja  $s_2$ ), e o alaranjado, ora não-prescrição — quando ele vem depois do verde, ora não-interdição, quando ele vem depois do vermelho, ora  $\bar{s}_1 + \bar{s}_2$ , quando ele funciona sozinho.

— na medida em que os dois modos de articulação sêmica que distinguimos são formalmente idênticos aos modos de articulação fêmicas<sup>4</sup> (pelo menos segundo a descrição de R. Jakobson: por exemplo o traço *compacto* opõe-se a todos os traços do sistema fonológico onde ele entra como  $s_1$  a  $\bar{s}_1$ ; e se opõe ao traço *difuso* como  $s_1$  a  $s_2$ , por uma relação de dupla pressuposição) o que dissemos pode valer também para a forma da expressão lingüística. Num sistema fonológico, teríamos:

- $ph_1$ : sistema de agrupamentos fêmicos distintivos;
- $ph_2$ : sistema de agrupamentos fêmicos interditos;
- $\underline{ph}_1$ : sistema de agrupamentos pertinentes não realizados;
- $\underline{ph}_2$ : sistema de agrupamentos de femas redundantes constitutivos das variantes fonêmicas.

## 2. O INVESTIMENTO DOS CONTEÚDOS

### 2.1 O sistema das relações sexuais

Começaremos por dar um exemplo de investimentos do modelo constitucional estudando as relações sexuais de um grupo humano consideradas do ponto de vista semiótico.

#### A. O modelo social das relações sexuais

Admitimos, segundo a descrição de C. Lévi-Strauss, que as sociedades humanas dividem seus universos semânticos em duas dimensões, a Cultura e a Natureza, a primeira definida pelos conteúdos que elas assumem e onde se investem, a segunda por aqueles que elas rejeitam.

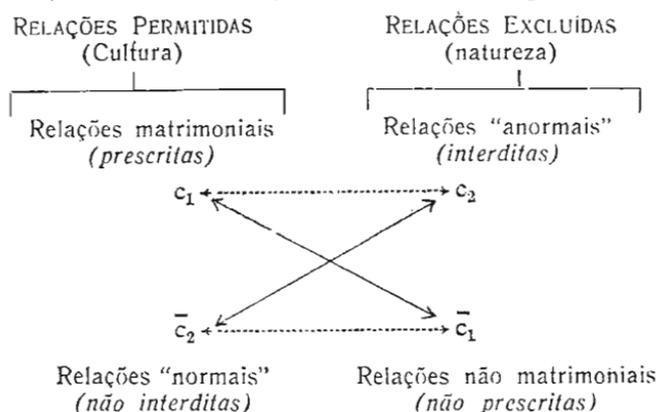
<sup>4</sup> Paralelamente ao termo *sema*, utilizado para denominar os traços mínimos pertinentes do conteúdo, empregamos o termo *fema* para designar o traço pertinente da expressão (ficando entendido que os femas, assim como os semas, pertencem ao domínio da semântica).

No caso que nos ocupa, a cultura compreende, portanto, as relações sexuais permitidas e a natureza, as relações excluídas. Temos:

Cultura (relações permitidas) vs Natureza (relações excluídas).

As relações excluídas são codificadas diferentemente: a sociedade as regulariza pela prescrição das relações matrimoniais de um lado, admitindo, por outro lado, outras relações "normais".

A estes dois tipos de relações se opõem, na *deixis* natural, as relações proibidas (o incesto, por exemplo) e as relações não prescritas (não matrimoniais). O modelo social pode formular-se:



**Observação:** Por exemplo, na sociedade tradicional francesa, temos as seguintes equivalências:

- $c_1 \approx$  amores conjugais;
- $c_2 \approx$  incesto, homossexualidade;
- $\bar{c}_2 \approx$  adultério do homem;
- $\bar{c}_1 \approx$  adultério da mulher.

Qualquer que seja o investimento do modelo, trata-se, tanto no caso da natureza, como no da cultura, de valores sociais (e, não, da rejeição da natureza para fora da insignificação).

Os termos do modelo social não têm conteúdo "objetivo": assim, a homossexualidade é ora proibida (Inglaterra), ora não proibida (pelos Bororo): ela se situa, entretanto, sempre num outro esquema que não o das relações matrimoniais, onde somente a heterossexualidade é admitida.

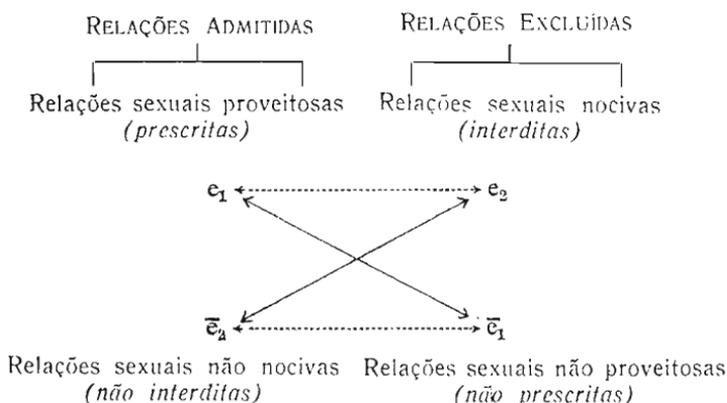
O esquema 1 do modelo parece reservado para as relações sexuais socializadas (definidas em relação ao casamento); em compensação, o esquema 2 compreende as relações "naturais" ou, mais precisamente, não socializadas, sejam "anti-sociais" (rela-

ções proibidas), sejam as que não se relacionam diretamente com a estrutura social (relações permitidas outras que não as matrimoniais). A descrição de C. Lévi-Strauss se atém às relações heterossexuais socializadas (esquema 1) que definem o parentesco; o esquema 2 não é definido senão negativamente; por exemplo, a propósito da proibição do incesto.

Estudaremos agora as relações entre o modelo social dos valores sexuais e as subestruturas semióticas susceptíveis de interação com ele.

### B. O modelo econômico das relações sexuais

O sistema dos valores econômicos é, também ele, um sistema social que regulariza as relações sexuais. Se admitimos que o proveito advém das prescrições e a perda, das proibições (as consumações de riquezas parecendo transgressões rituais), o sistema dos valores econômicos pode se formular assim:



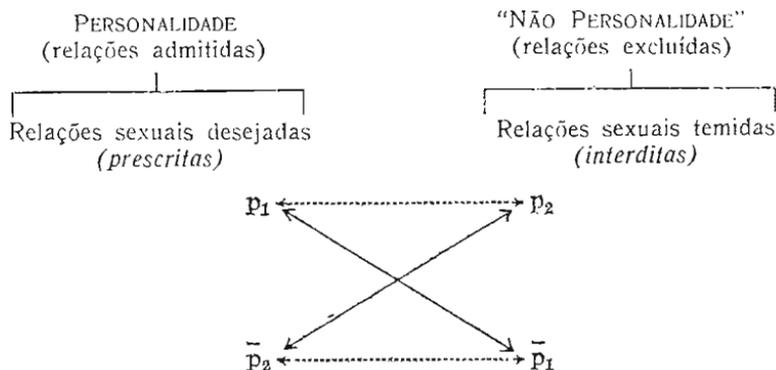
Na medida em que são as relações sexuais socializadas que dão lugar à troca de bens (dote, etc.), a subestrutura econômica está em relação com o esquema 1 do sistema de valores sociais. Podemos prever oito possibilidades de relação:

Relações matrimoniais	{	$c_1 \cong e_1$ (proveitosas) $c_1 \cong e_2$ (nocivas) $c_1 \cong \bar{e}_1$ (não proveitosas) $c_1 \cong \bar{e}_2$ (não nocivas)
Relações não matrimoniais	{	$\bar{c}_1 \cong e_1$ (proveitosas) $\bar{c}_1 \cong e_2$ (nocivas) $\bar{c}_1 \cong \bar{e}_1$ (não proveitosas) $\bar{c}_1 \cong \bar{e}_2$ (não nocivas)

**Observação:** Podemos, também, prever que relações do tipo  $c_2$  e  $c_1$  combinam-se com os termos do sistema econômico; donde, oito outras combinações possíveis. Por exemplo, a Rabouilleuse, de Balzac, mantém, com seu patrão, relações não prescritas e proveitosas. Nesse caso, entretanto, não há conformidade entre o sistema social dos valores sexuais e sua subestrutura econômica: suas prescrições estão em relação de contradição.

### C. O modelo dos valores individuais

Tomamos por hipótese que o indivíduo se define, de maneira análoga à sociedade, pela assunção de conteúdos em que ele se investe e que constituem sua personalidade; o indivíduo define-se igualmente pela negação de outros conteúdos que ele rejeita. Esta cultura e esta natureza individuais definem respectivamente relações permitidas e relações excluídas; os desejos estão compreendidos nos primeiros e as fobias, nas segundas. O sistema dos valores individuais poderia, pois, propor-se como:



Relações sexuais não temidas  
(*não interditas*)

Relações sexuais não desejadas  
(*não prescritas*)

Os termos deste sistema parecem articular-se com o esquema 2 dos valores sociais na medida em que o indivíduo se manifesta fora das relações socializadas. Temos, ainda, oito possibilidades de relações:

Relações proibidas	}	$c_2 \approx p_1$ (desejadas) $c_2 \approx p_2$ (temidas) $c_2 \approx \bar{p}_1$ (não desejadas) $c_2 \approx \bar{p}_2$ (não temidas)
Relações não proibidas	}	$\bar{c}_2 \approx p_1$ (desejadas) $\bar{c}_2 \approx p_2$ (temidas) $\bar{c}_2 \approx \bar{p}_1$ (não desejadas) $\bar{c}_2 \approx \bar{p}_2$ (não temidas)

Podemos ainda prever combinações com os termos  $c_1$  e  $\bar{c}_1$ , donde oito outras possibilidades.

Procuraremos, agora, precisar a estrutura das combinações realizadas pela interação dos diferentes sistemas. Sejam A e B os dois sistemas em questão; *pr* designa as prescrições e *i* as interdições. Vários tipos de relações podem ser previstos:

— relações entre termos homólogos:

$$(1) \text{ pr. (A) + pr. (B); i. (A) + i. (B).}$$

$$(2) \bar{\text{pr. (A) + } \bar{\text{pr. (B); } \bar{\text{i. (A) + } \bar{\text{i. (B).}}$$

— relações entre termos não homólogos pertencentes a uma *deixis* homóloga:

$$(3) \text{ pr. (A) + } \bar{\text{i. (B); pr. (B) + } \bar{\text{i. (A).}}$$

$$(4) \text{ i. (A) + } \bar{\text{pr. (B); i. (B) + } \bar{\text{pr. (A).}}$$

Podemos chamar *equilibradas* as relações dos grupos (1) e (2), e *compatíveis*, as relações dos grupos (3) e (4).

— relações entre termos não homólogos pertencentes a *deixis* não homólogas: podemos chamá-las relações *conflituosas*.

Distinguimos dois tipos de *conflitos entre termos contrários*, conforme se trate do eixo das injunções ou do eixo das não-injunções:

$$(5) \text{ pr. (A) + i. (B); pr. (B) + i. (A) (conflitos fortes).}$$

$$(6) \bar{\text{pr. (A) + } \bar{\text{i. (B); } \bar{\text{pr. (B) + } \bar{\text{i. (B) (conflitos fracos).}}$$

e dois tipos de *conflitos entre termos contraditórios*, conforme se trate de um esquema de proibições, ou de prescrições:

$$(7) \text{ pr. (A) + } \bar{\text{pr. (B); pr. (B) + } \bar{\text{pr. (A)}}$$

$$(8) \text{ i. (A) + } \bar{\text{i. (B); i. (B) + } \bar{\text{i. (A).}}$$

Tomemos o caso das relações sexuais permitidas socialmente; se consideramos uma invaviante  $c_1$ , o casamento permitido, e  $c_2$  como sujeito a substituição de valores individuais, obtemos quatro tipos de casamentos possíveis:

FÓRMULA DA COMBINAÇÃO $c_1 + \bar{c}_2$	ESTRUTURA DA COMBINAÇÃO
$c_1 + p_1$ (desejado)	equilibrada (1)
$c_1 + p_2$ (fóbico)	conflitual (5)
$c_1 + \bar{p}_1$ (não desejado)	conflitual (7)
$c_1 + \bar{p}_2$ (não fóbico)	compatível (3)

Tomemos um outro exemplo. Se consideramos  $c_2$  como uma invariante e  $c$  como sujeito a variante (com substituições econômicas), obtemos quatro tipos de relações sexuais possíveis:

FÓRMULA DA COMBINAÇÃO $\bar{c}_2 + c_1$	ESTRUTURA DA COMBINAÇÃO
$\bar{c}_2 + e_1$ (proveitoso)	compatível (3)
$\bar{c}_2 + e_2$ (nocivo)	conflitual (8)
$\bar{c}_2 + \bar{e}_1$ (não proveitoso)	conflitual (6)
$\bar{c}_2 + \bar{e}_2$ (não nocivo)	equilibrada (2)

Uma combinatória generalizada dos termos dos três sistemas produziria dezesseis situações possíveis para as relações sexuais permitidas socialmente; veremos, entretanto, que todas as combinações não podem encontrar-se igualmente manifestadas.

Tal combinatória poderia, por exemplo, fornecer um *organon* adequado para a descrição das relações interpessoais na narrativa. Assim, quando descrevemos as relações sexuais nos romances de Balzac, nós nos apercebemos de que, em geral, a situação dos protagonistas é dissimétrica: por exemplo, as relações do Père Rigou com sua criada serão não proibidas, desejadas e não nocivas; as da criada com o Père Rigou, não permitidas, temidas e não proveitosas; por isso, há conflito, seja qual for a manifestação das relações. A não homologia das situações semióticas pode servir à definição da "insatisfação romântica"; o amor perfeito é a manifestação de relações dos grupos (1) ou (3).

## 2.2 O indivíduo e a sociedade

### A. As subestruturas integradas e as subestruturas correlatas

O sistema dos valores econômicos e dos valores individuais não regularizam apenas as relações sexuais; e, por outro lado, eles se combinam, preferencialmente, o primeiro com as relações sexuais socializadas, o segundo, com as relações não socializadas.

Estas duas subestruturas devem ser distinguidas, porque elas não se colocam na mesma relação com o sistema social.

Os valores econômicos são *integrados* ao sistema social de conjunto (embora o egoísmo econômico exista): por exemplo, dificilmente se concebe que, numa sociedade em que o incesto é proibido, ele possa ser proveitoso; certas combinações teoricamente possíveis, como as do grupo (5), não poderão se encontrar manifestadas.

Em compensação, o sistema dos valores individuais não parece necessariamente integrado ao sistema social, e as relações do grupo (5) nele são possíveis: elas podem, por exemplo, se encontrar manifestadas como transgressões. O sistema individual será dito *correlato* ao sistema social (a personalidade compreende, aliás, instâncias socializadas).

### B. O mundo humano

Como o esquema 1 do sistema social compreende relações socializadas, o esquema 1 do sistema individual pode ser dito individualizado, na medida em que o indivíduo se investe dos seus desejos.

Se estudamos as compatibilidades entre os dois sistemas (relações entre termos não homólogos situados em deixis homólogas), obtemos as seguintes correlações:

$$\begin{aligned} p_1 &\approx \bar{c}_2 && \text{(os desejos não são proibidos)} \\ c_1 &\approx \bar{p}_2 && \text{(as prescrições sociais não são temidas)} \\ \bar{p}_1 &\approx c_2 && \text{(o que é proibido não é desejado)} \\ \bar{c}_1 &\approx p_2 && \text{(o que é não prescrito não é temido).} \end{aligned}$$

Noutros termos, o esquema investido pelo sistema social define negativamente o esquema investido pelo sistema individual. O

esquema 1 do sistema individual e o esquema 2 do sistema social se recobrem, as injunções de um estando combinadas com as não-injunções do outro; o mesmo se passa com o esquema 2 do sistema individual e o esquema 2 do sistema social.

Nesta situação, os eixos dos sistemas são correlatos: o eixo complexo do sistema social com o eixo neutro do sistema individual; o eixo neutro do sistema social com o eixo complexo do sistema individual.

A conjunção das duas deixis culturais (social e individual) define os valores humanos; a das duas deixis naturais define o mundo inumano.

A conjunção da cultura individual e a da natureza social define o *espaço de transgressão*; a da cultura social e da natureza individual, o *espaço da alienação*.

**Observação:** Ao descrevermos o conto popular russo, notamos que a transgressão e a alienação são, ali, correlativas. É que, no universo semiótico descrito, o gozo dos valores é definido pela compatibilidade dos sistemas sociais e individuais, tal como  $c_1 \simeq \bar{p}_2$ , e  $\bar{c}_2 \simeq p_1$ . Mas então, aí, não pode haver transgressão sem alienação; se temos:

$$(a) \quad c_1 \simeq \bar{p}_1, \text{ e } \bar{c}_2 \simeq p_2,$$

devemos ter:

$$(b) \quad c_2 \simeq \bar{p}_2, \text{ e } \bar{c}_1 \simeq p_1.$$

Reciprocamente, se temos (b), devemos ter, também, (a).

Estas reflexões poderiam ser estendidas às relações equilibradas ou conflituosas entre indivíduo e sociedade; no caso de relações equilibradas, por exemplo, há homologação dos dois sistemas, do que decorre a definição de um indivíduo inteiramente socializado.

### 3. RUMO À MANIFESTAÇÃO

#### 3.1 A interação dos sistemas semióticos

O conceito do uso foi introduzido por Hjelmslev para dar conta do âmbito da manifestação relativamente às possibilidades que a estrutura define.

As raras tentativas de estudar o uso foram empreendidas por meio do cálculo aleatório: mostrou-se, por exemplo, que certa população hindu de duzentos membros não pode esgotar as possibilidades de um sistema matrimonial que permite milhões de combinações. Isto não quer dizer que — no interior do sistema — os casamentos sejam realizados ao acaso; é provável que a situação histórica determine a escolha de alguns casamentos e não de outros, igualmente possíveis. Vamos procurar definir esta *historicidade*.

Não é preciso deprender das conjecturas precedentes relativas às relações sexuais que a manifestação de um sistema é definida unicamente pelas relações que ela permite: nesse caso, a manifestação seria simplesmente o produto de regras do tipo  $s_1$  e  $\bar{s}_2$ . Isto é pouco provável, porque a *deixis* do permitido é definida em relação à do excluído. É por isso, sem dúvida, que certos lingüistas americanos não escolhem seus corpus (conforme, por hipótese, às relações permitidas do sistema descrito), mas criam, para seu uso, corpus não gramaticais que manifestam as regras “escondidas” do tipo  $s_2$  e  $\bar{s}_1$ .<sup>5</sup>

Um traço pode nos orientar: que se trate de falas ou de casamentos, nada permite que uma manifestação semiótica dependa de um só sistema ao mesmo tempo. E na medida em que ela depende de vários, podemos atribuir o âmbito de suas possibilidades de manifestação à interação dos diferentes sistemas que a produzem. Tomemos, por exemplo, uma relação sexual não proibida qualquer; ela é possível, mas nada diz que irá se manifestar. Ela pode não coincidir com as relações permitidas do sistema econômico em presença, ou do sistema dos valores individuais de cada um dos protagonistas. No caso de uma combinação livre, há uma chance sobre oito de que as relações permitidas dos três sistemas coincidam, e uma chance sobre sessenta e oito de que um termo do modelo social se encontre manifestado em uma combinação equilibrada. Podemos prever que numerosas combinações encaradas acima não iriam se encontrar manifestadas: por exemplo, uma relação social, socialmente proibida, economicamente nociva e individualmente fóbica.

Propomos chamar *uso* à interação das estruturas semióticas, responsáveis pelas manifestações — assim como pelas não manifestações. Vários tipos de interações são previsíveis:

<sup>5</sup> Cf. M. Gross, *Langages*, 9, p. 5: “Em um artigo de lingüística moderna, há tantos exemplos não gramaticais quantos exemplos aceitáveis”.

— Ausência de permissão dos dois sistemas em presença: temos as combinações (1b); (2a); (4). Parece que, aí, não pode haver manifestação.

— Permissão de um sistema, mas exclusão de um outro: temos as combinações (5); (6); (7); (8). Não podemos dizer se a manifestação tem lugar.

Permissão dos dois sistemas: temos (1a); (2b); (3). A manifestação pode ter lugar.

O inventário das combinações que podem provocar a manifestação restringe-se, ainda, se tomamos por hipótese que seja preciso, ao menos, uma prescrição para que ela tenha lugar: não resta senão (1. a) e (3).

Eis aqui um exemplo de uso: no sistema fonológico do francês, a variante (R) do fonema (r) é não proibida nas classes populares e não prescrita na “boa sociedade”. Ela é conotada pelo conteúdo “rusticidade”. A variante se encontrará, pois, manifestada ou não, conforme as classes sociais; a interação do sistema axiológico social e do sistema fonológico aparece claramente aqui.<sup>6</sup>

O funcionamento do uso deve ser precisado. Em nossa apresentação das relações sexuais, os diferentes sistemas em presença mantêm, entre eles, uma relação hierárquica: relativamente à manifestação, cada conteúdo do sistema social dos valores aparece mediatizado por dois apoios, ou subestruturas, os sistemas econômico e individual. Resta saber o que determina a hierarquia dos sistemas.

Este problema tem um interesse: a hierarquia dos sistemas permite decidir, no caso de combinações conflituosas [(5); (6); (7) e (8)], se há manifestação. Um casamento conforme às prescrições sociais mas, ao mesmo tempo, fóbico (ou não desejado) e proveitoso será realizado? Em Balzac, vemos vários exemplos de casamento por dinheiro; isto significa que, na sociedade que ele inventa ou descreve, o sistema dos valores econômicos prepondera sobre o dos valores individuais. Há, inclusive, preponderância do sistema de valores econômicos sobre o dos valores sexuais e sociais (prostituição, etc.).<sup>7</sup>

Propomos chamar *episteme* (aqui a episteme burguesa ou balzaqueana, como quisermos) a estrutura que define a hierarquia

<sup>6</sup> Ainda que fatos deste gênero sejam citados várias vezes nos *Phonological Studies* de Jakobson, não conhecemos estudo científico a seu respeito; sem dúvida, os fonólogos preferiram eliminar as não-injunções dos sistemas estudados.

<sup>7</sup> No Código Civil francês, o primeiro parágrafo do capítulo *Meios de adquirir a propriedade* é intitulado: “o Casamento”.

dos sistemas semióticos em presença. Ela comanda as manifestações que podem se encontrar manifestadas; e portanto não somente a limitação da manifestação (definição negativa de uso pelas não-manifestações), mas a natureza das manifestações realizadas (definição positiva do uso).

**Observação:** Podemos chamar *escolhas* aos processos que produzem as manifestações realizadas e definem positivamente o uso (as *restrições* determinam a assemantividade, ou incompatibilidade dos termos na interação dos sistemas).

A episteme dá conta da historicidade das manifestações; sua componente social aparece como um senso comum, implícito ou não, um sistema axiológico e dialético imanente a todas estruturas semióticas da sociedade considerada.

### 3.2 O estatuto dos conteúdos manifestados

Acabamos de ver em que condições um conteúdo pode se encontrar manifestado.

Podemos, agora, precisar um pouco melhor em que consiste a manifestação semiótica e como é que passamos das estruturas profundas às estruturas superficiais.

Um ator, um produtor de objetos semióticos move-se no interior de uma episteme que é resultante de sua individualidade e da sociedade em que ele se inscreve. Ele tem possibilidades de proceder a escolhas limitadas, que têm, por primeiro resultado, o investimento de conteúdos organizados, isto é, dotados de valências (possibilidades de relações).

Sem, com isso, querer fazer conjecturas sobre a estrutura da gramática semiótica, acreditamos que é importante precisar como estes conteúdos aparecem na manifestação.

Não consideraremos senão os casos mais simples.

Uma vez que cada termo de uma estrutura semiótica é definido por relações de conjunção e de disjunção, ele poderá aparecer sob o modo do conjunto ou sob o modo do disjuncto.

**a)** o modo do *disjuncto*: cada conteúdo de uma estrutura semiótica pode se encontrar manifestado:

— disjuncto dos três outros termos; ele está, então, isolado na manifestação; por exemplo, temos  $s_1$  (vs  $s_2$ ,  $\bar{s}_1$ ,  $\bar{s}_2$ ). Ou seja, uma manifestação possível para cada um dos quatro termos;

— disjuncto de um outro termo; ele entra no interior de uma oposição distintiva; temos, por exemplo:  $s_1$  vs  $s_2$ ;  $s_1$  vs  $\bar{s}_1$ ;  $s_1$  vs  $\bar{s}_2$ . As outras possibilidades de manifestação da mesma estrutura são  $\bar{s}_1$  vs  $\bar{s}_2$ ;  $\bar{s}_1$  vs  $s_2$ ;  $\bar{s}_2$  vs  $s_2$ . Ou sejam, seis manifestações possíveis;

b) o modo do *conjunto*: às seis dimensões imanentes da estrutura constitucional podem corresponder, na manifestação, seis conjunções binárias que definem o que nós chamamos de os termos complexos. Teríamos, então, dois complexos dêiticos, dois complexos de contrários e dois complexos de contraditórios.

O termo neutro, que é um termo simples na descrição de Brøndal, seria, na realidade, o complexo ( $\bar{s}_1 + \bar{s}_2$ ).

Não sabemos se o que Brøndal chama de termo complexo em equilíbrio é a manifestação conjunta de dois contrários ou de dois contraditórios; a experiência limitada da descrição permitiu identificar complexos dos dois tipos, do gênero de (“branco” + “preto”) e do gênero de (“branco” + “não branco”).

Devemos encarar agora o problema de *extensão*: Brøndal define, e eles são freqüentes, termos complexos de dominância positiva ou negativa; talvez sejam eles produzidos pela interação de sistemas hierarquicamente desiguais.

Estas reflexões exploratórias podem-se prolongar em duas direções.

É preciso estudar, primeiro, como a produção de um objeto semiótico encontra, com as estruturas superficiais, um segundo plano de restrições e de escolhas: trata-se das estruturas processuais (narrativas, por exemplo). Elas dão conta do aspecto sintagmático da manifestação. São elas que impõem a escolha de certas operações, como a determinação dos papéis (*rôles*) (conteúdos dos actantes), e das “arquifunções” (conteúdos das funções).

Em seguida, é preciso estudar as relações entre a forma das estruturas profundas e as regras da gramática semiótica utilizada: a estrutura profunda poderia, por exemplo, definir a orientação dos algarismos dialéticos.

Antes, porém, será conveniente definir o modo de existência dos conteúdos ao nível das estruturas superficiais e, uma vez descrito seu estatuto lógico, estabelecer o cálculo de suas combinações.

Tradução de  
CLARA DE ANDRADE ALVIM

# Elementos de uma Gramática Narrativa\*

---

## 1. A NARRATIVIDADE E A TEORIA SEMIÓTICA

### 1.1 Histórico

**O** INTERESSE, cada vez maior, manifestado desde há alguns anos pelos estudos sobre a narratividade desenvolve-se paralelamente às esperanças e projetos de uma semiótica geral que se precisam pouco a pouco, cada dia.

Em um primeiro tempo, a comparação entre os resultados de pesquisas independentes — as de V. Propp sobre o folclore, as de Lévi-Strauss sobre a estrutura do mito, as de Étienne Souriau sobre o teatro — permite a afirmação da existência de um domínio de estudos autônomo. Novos aprofundamentos metodológicos — os de Claude Bremond, que interpretam a narração na perspectiva de uma lógica decisional, ou de Alan Dundes, que visam dar à organização da narrativa a forma de uma gramática — vieram, em seguida, diversificar as abordagens teóricas. Enquanto isso, a nossa própria preocupação era a de estender o mais possível o campo de aplicação da análise narrativa e a de formalizar cada vez mais os modelos parciais estabelecidos ao longo das pesquisas: pareceu-nos, sobretudo, importante insistir na afirmação do caráter semio-lingüístico das categorias utilizadas na elaboração destes modelos, garantia de sua universalidade e meio de integração das estruturas em uma teoria semiótica generalizada.

### 1.2 A narratividade e sua manifestação

O enriquecimento metodológico da análise narrativa e a possibilidade de aplicá-la a domínios outros que não os do folclore

\* Publicado em *l'Homme* 1969, IX, 3.

ou da mitologia tiveram, por conseqüência, fazer aparecerem problemas consideráveis, que recolocavam em questão as concepções mais generalizadamente aceitas pela lingüística.

Em primeiro lugar, era preciso admitir que as estruturas narrativas podem ser reconhecidas em manifestações do sentido que se efetuam fora do domínio das línguas naturais: nas línguas cinematográfica e onírica, na pintura figurativa, etc. Tal reconhecimento, entretanto, implicava em aceitar a necessidade de uma distinção fundamental entre dois níveis de representação e de análise: um *nível aparente* da narração, onde as diversas manifestações desta se submetem a exigências específicas das substâncias lingüísticas através das quais ela se exprime; e um *nível imanente*, que constitui uma espécie de tronco estrutural comum, onde a narratividade se encontra situada e organizada anteriormente a sua manifestação. Um nível semiótico comum se distingue, portanto, do nível lingüístico e lhe é logicamente anterior, seja qual for a língua escolhida para a manifestação.

Por outro lado, se as estruturas narrativas são anteriores a sua manifestação, esta, para se efetuar, deve utilizar-se das unidades lingüísticas cujas dimensões são mais vastas que as dos enunciados: unidades que constituiriam "uma grande sintagmática", segundo a expressão de Ch. Metz falando de cinema. Às *estruturas narrativas* correspondem, portanto, ao nível da manifestação, as *estruturas lingüísticas da narrativa* e a análise da narrativa tem, por corolário, a análise do discurso.

### 1.3 A narratividade e a semiótica

Verificamos pois que, por menos que admitamos que a significação seja indiferente aos modos de sua manifestação, somos obrigados a reconhecer um plano estrutural autônomo, lugar de organização de vastos campos de significação, que deverá ser integrado a toda teoria semiótica geral, na medida em que esta visa a dar conta da articulação e da manifestação do universo semântico como totalidade de sentido de ordem cultural ou pessoal. Este reconhecimento revoluciona, por outro lado, a economia geral da teoria: enquanto, antes, podíamos considerar que o projeto lingüístico consistia em estabelecer um mecanismo de caráter combinatório ou generativo que, a partir de elementos simples e de núcleos originais, desse conta da produção de um

número ilimitado de enunciados — estes, por sua vez, transformando-se e se combinando para instituir seguimentos de enunciados enquanto discursos — agora, ao contrário, é preciso imaginar as instâncias *ab quo* da geração da significação de tal maneira que, a partir de aglomerados de sentido o menos articulados possível — descendo por planos sucessivos —, possamos obter articulações significativas cada vez mais refinadas, a fim de atingir simultaneamente os dois objetivos a que visa o sentido ao se manifestar: aparecer como *sentido articulado*, isto é, como significação, e como *discurso sobre o sentido*, isto é, como uma grande paráfrase desenvolvendo, a sua maneira, todas as articulações anteriores do sentido. Em outras palavras:

*A geração da significação não passa antes pela produção dos enunciados e sua combinação no discurso; em seu percurso, ela é revezada pelas estruturas narrativas e são estas que produzem o discurso significativo, articulado em enunciados.*

A partir do exposto, verificamos que a elaboração de uma teoria da narratividade, capaz de justificar e fundar a análise narrativa como um domínio de pesquisas auto-suficiente, não deve consistir apenas no aperfeiçoamento e na formalização dos modelos narrativos obtidos pelas descrições cada vez mais numerosas e variadas, nem uma tipologia destes modelos, apta a conter todos eles; mas também, e sobretudo, tal elaboração deve consistir na instalação de estruturas narrativas enquanto *instância autônoma* no interior da economia geral da semiótica, concebida como ciência da significação.

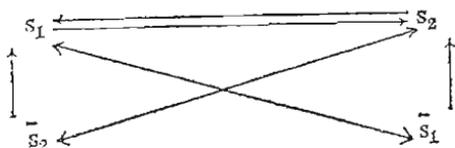
#### 1.4 As instâncias de uma semiótica geral

Para tanto, deveremos conceber a teoria semiótica de tal maneira que, entre as instâncias fundamentais *ab quo*, onde a substância semântica recebe suas primeiras articulações e se constitui em forma significante, e as instâncias últimas *ad quem*, onde a significação se manifesta através das múltiplas linguagens, um vasto espaço seja preparado para a instalação de uma *instância de mediação*. Ai, seriam situadas as estruturas semióticas que possuem um estatuto autônomo — entre as quais, as estruturas narrativas; tal instância se constituiria no lugar onde se elaborariam as articulações complementares de conteúdos e uma espécie de gramática, ao mesmo tempo geral e fundamental, que presidiria à instauração dos discursos articulados.

O projeto estrutural relativo a esta instância de mediação é, portanto, duplo: trata-se, de um lado, de esboçar a construção dos modelos da articulação dos conteúdos, tal como eles são imagináveis a este nível do percurso do sentido. E trata-se, por outro lado, de estabelecer modelos formais capazes de manipular estes conteúdos e de ordená-los de tal forma, que eles possam comandar a produção e a segmentação dos discursos; e que possam, também, organizar, sob certas condições, a manifestação da narratividade. Em outras palavras: a teoria semiótica não se tornará satisfatória senão quando ela souber preparar, no seu interior, um lugar para uma *semântica e uma gramática fundamentais*.

### 1.5 Por uma semântica fundamental

O projeto de uma semântica fundamental, diferente da semântica da manifestação lingüística, não pode senão apoiar-se sobre uma teoria do sentido. Tal projeto está, portanto, diretamente ligado à explicitação das condições da apreensão do sentido e à *estrutura elementar da significação* que pode ser deduzida e que se apresentará, em seguida, como uma axiomática. Esta estrutura elementar deve ser descrita e analisada anteriormente, e concebida como o desenvolvimento lógico de uma categoria sêmica binária, do tipo *branco vs preto*, cujos termos estão, entre eles, numa relação de contrariedade; ao mesmo tempo, cada um deles estará apto a projetar um novo termo que seria seu contraditório, os termos contraditórios podendo, por sua vez, contratar uma relação de pressuposição em relação ao termo contrário oposto:



(onde  $\longrightarrow$  marca a pressuposição e  $\longleftrightarrow$  a contrariedade).

A suposição seguinte é a de que esta estrutura elementar de significação fornece um modelo semiótico capaz de dar conta das primeiras articulações do sentido no interior de um *micro-universo semântico*

Aqui, impõe-se uma precisão, no que diz respeito a nossa concepção de universo semântico. Em um primeiro tempo (cf. nossa *Semântica estrutural*), havíamos proposto considerá-lo como a totalidade da “substância semântica” chamada a significar somente pela rede de articulações que a recobre: o sentido não podendo ser apreendido senão quando é articulado. Estas articulações do sentido podendo explicar-se, pensávamos, como o resultado de uma combinatória, realizada a partir de um inventário de categorias sêmicas. Um passo a mais pode ser feito hoje, sugerindo uma representação um pouco mais refinada desta cobertura de articulações. Com efeito, imaginaremos que *cada categoria constitutiva da combinatória* — que, já o vimos, pode a todo instante desenvolver-se em estrutura elementar — seja apta a se transformar em um *modelo semiótico constitucional* e, subordinando outras categorias do mesmo inventário para lhe servir de subarticulações, conter, assim, um vasto campo de significação, servir de cobertura a um micro-universo semântico. O inventário fundamental das categorias sêmicas, necessário para a articulação do universo semântico em sua totalidade, é, em consequência, ao mesmo tempo o inventário virtual de todos os micro-universos possíveis, cada cultura, cada personalidade podendo favorecer, através de articulações privilegiadas, tal micro-universo em detrimento de tal outro (a cultura do vinho na França, a exploração da água de fonte na Turquia).

Por isso, o modelo constitucional não é senão a estrutura elementar da significação utilizada, enquanto forma, para a articulação da substância semântica de um micro-universo. A isotopia dos termos da estrutura elementar garante e funda, de certo modo, o micro-universo enquanto unidade de sentido e permite considerar, no interior de nossa tentativa axiomatizante, o modelo constitucional como uma forma acrônica, como uma instância de partida para uma semântica fundamental.

Não faz parte de nosso propósito atual examinar as condições de uma tal semântica. Trata-se, somente, de distinguir nitidamente os dois planos da exploração em que nos empenhamos — o semântico e o gramatical. Assim, será preferível marcar esta distinção por uma disjunção terminológica, falando de *valores de conteúdo* cada vez que se trate de unidades sêmicas retiradas do interior de um micro-universo por meio das articulações do modelo constitucional e reservando a expressão *termo* estrutural somente para as unidades formais do modelo semiótico.

## 1.6 Por uma gramática fundamental

Mas, se a estrutura elementar serve, assim, de modelo para a articulação de conteúdos que são as substâncias semânticas, se ela está apta a pôr o sentido em estado de significar, nem por isso deixa de ser uma forma semiótica, que nós podemos considerar fora de qualquer investimento de sentido. Ela é este “princípio semiótico” que, segundo Hjelmslev, institui e organiza toda língua, no sentido mais geral deste termo. Isto explica que, mesmo se encontrando — enquanto modelo constitucional — na base da organização dos conteúdos, a estrutura elementar seja ao mesmo tempo este modelo formal que, graças às suas categorias constitutivas, manipula os conteúdos organizados sem se identificar com eles. Já havíamos, em outra ocasião, chamado a atenção para o fato de que as categorias necessárias à formalização da estrutura elementar da significação são as mesmas categorias epistemológicas utilizadas para a construção de toda teoria semiótica. É a partir destes “universais da linguagem” constituídos em modelo semiótico — instância original de toda manipulação do sentido — que poderemos considerar a elaboração das primeiras premissas de uma gramática fundamental.

## 2. ELEMENTOS DE UMA GRAMÁTICA FUNDAMENTAL

### 2.1 O núcleo taxinômico

É difícil, no momento atual, elaborar uma axiomática sobre a qual repousariam as estruturas narrativas; seria necessário dispor, antes, de uma teoria semiótica acabada. Não podemos, portanto, senão esboçar, referindo-nos à concepção global de uma tal semiótica, as principais instâncias articulatórias e os encadeamentos operacionais previsíveis numa gramática narrativa em estado de projeto.

Toda gramática apresenta, de maneira mais ou menos explícita, dois componentes: uma morfologia e uma sintaxe. A morfologia possuindo o caráter de uma taxinomia cujos termos são interdefinidos, e a sintaxe constituindo-se em um conjunto de regras operatórias ou de modos de manipulação dos termos da morfologia.

Para ilustrar o que possa vir a ser um modelo taxinômico deste gênero, iremos nos referir à análise estrutural do mito de

Édipo, efetuada em 1955 por Claude Lévi-Strauss, análise que conduziu à construção de um modelo acrônico simples, a partir do qual, segundo o autor, todos os mitos de Édipo — inclusive o freudiano — podem ser gerados. Este modelo, resultado de uma leitura paradigmática do discurso mítico, pode ser definido — nós já o examinamos noutras ocasiões — como o correlacionamento de termos contraditórios acoplados.

É fácil verificar que um tal modelo é totalmente comparável ao modelo constitucional a que já nos referimos, e que pode ser interpretado através da utilização das mesmas categorias relacionais. Assim, chamando *esquema* à estrutura que compreende dois termos reunidos pela relação de contradição ( $s_1 \leftrightarrow \bar{s}_1$  ou  $s_2 \leftrightarrow \bar{s}_2$ ), e *correlação* à relação entre dois esquemas cujos termos, tomados um a um, estão em relação de contrariedade com os termos correspondentes do outro esquema (cf. 1.5), poderemos dizer que o modelo taxinômico é uma estrutura de quatro termos que são mutuamente interdefinidos por um entrelaçamento de relações precisas, que podemos descrever como a *correlação entre dois esquemas*.

Dentro do espírito dos escritos de C. Lévi-Strauss, já o verificamos, um tal modelo dá conta da apreensão acrônica da significação de todas as narrativas possíveis pertencentes ao domínio de um dado micro-universo semântico. Trata-se de um modelo formal: ele não faz senão articular os conteúdos investidos. E, mais, ele é independente de seu modo de manifestação: o discurso que o manifesta pode ser uma narrativa mítica mas, também, o discurso didático de Freud; ele pode, perfeitamente, estar presente, sob forma difusa, nos intermináveis discursos antropológicos e psicanalíticos.

Em outras palavras: tal modelo se constitui nesta instância taxinômica primeira, a partir da qual podem ser articulados e manifestados, no modo estático, os sistemas de valores ou *axiologias*, e os processos de criação de valores recorrentes ou *ideologias*. Sendo capaz de engendrar formas discursivas não narrativas, a instância taxinômica é, também, uma base necessária a todo processo dinâmico, gerador da *sintaxe narrativa*.

## 2.2 A narrativização da taxinomia

Em virtude da estabilidade das relações que definem seus termos estruturais, vemos que o modelo taxinômico pode ser considerado

como o primeiro núcleo de uma morfologia elementar. Entretanto, o exame das condições da apreensão do sentido mostra, perfeitamente, que se, na medida em que procuramos encontrá-la no objeto, ela aparece como uma articulação de relações fundamentais estáveis, a significação pode, ao mesmo tempo, ter uma representação dinâmica, se a considerarmos como uma apreensão ou como uma produção do sentido pelo sujeito.

Levando em conta este aspecto dinâmico, poderemos estabelecer uma rede de equivalências entre as *relações* fundamentais constitutivas do modelo taxinômico e as projeções destas mesmas relações — as *operações*, que se realizam, então, sobre termos já estabelecidos desta mesma morfologia elementar; operações cuja regulamentação constituiria a sintaxe. Assim, a contradição, enquanto relação, serve, no nível da taxinomia, ao estabelecimento de esquemas binários; enquanto operação de contradição, ela consiste, no nível sintático, em negar um dos termos do esquema e em afirmar, ao mesmo tempo, seu termo contraditório. Uma tal operação, quando efetuada sobre termos cujos valores já são investidos tem, por resultado, transformar os conteúdos, negando os que são propostos e fazendo surgir, em seu lugar, novos conteúdos afirmados como verdadeiros.

Podemos, portanto, dar o primeiro passo, provisório, na formulação de uma sintaxe fundamental ao dizer que ela põe em movimento o modelo taxinômico através das transformações dos conteúdos investidos sobre os quais opera.

**Observação:** Vimos que a apreensão, dita acrônica, do mito é uma instância instável; vimos que a sua estrutura “dogmática” está sempre pronta a se desenvolver em narrativa. Os estudos efetuados sobre certos gêneros menores (provérbios, wellerismos, manchetes de *fait divers*, etc.) que parecem, à primeira vista, puras manifestações axiológicas, mostram, ao contrário, sua grande instabilidade e pronunciada tendência à narrativização.

### 2.3 A orientação das operações sintáticas

A representação da sintaxe como seqüência de operações efetuadas sobre os termos definidos de uma estrutura taxinômica permite-nos dela depreender uma nova propriedade: *as operações sintáticas são orientadas*.

Assim, no quadro de um só esquema taxinômico, podemos prever duas operações sintáticas e duas transformações de conteúdo possíveis:

$$\begin{aligned} & \text{seja } s_1 \implies \bar{s}_1 \\ & \text{seja } \bar{s}_1 \implies s_1 \end{aligned}$$

Como, por outro lado, o modelo taxinômico é constituído por dois esquemas, a questão da prioridade lógica não deixa de se propor: as operações orientadas podem começar

$$\begin{aligned} & \text{seja pelo primeiro esquema: } s_1 \implies \bar{s}_1 \text{ ou } s_1 \implies s_1 \\ & \text{seja pelo segundo esquema: } s_2 \implies \bar{s}_2 \text{ ou } \bar{s}_2 \implies s_2 \end{aligned}$$

o que dá lugar, como vemos, a uma primeira combinatória de operações sintáticas.

Finalmente, o conhecimento das propriedades relacionais da estrutura elementar — que são as mesmas das operações sintáticas — prescreve o seguinte: a operação de contradição que, ao negar, por exemplo, o termo  $s_1$ , propõe ao mesmo tempo o termo  $\bar{s}_1$ , deve ser seguida de uma nova operação de pressuposição, fazendo surgir, e conjugando ao termo  $\bar{s}_1$ , o novo termo  $s_2$ . — Assim, as operações sintáticas são não somente orientadas mas, também, organizadas em séries lógicas.

## 2.4 As características de uma gramática fundamental

As características que acabamos de explicitar, e que são aptas a servir de base à elaboração de uma gramática fundamental, podem ser resumidas assim:

1. A gramática narrativa se compõe de uma *morfologia elementar* fornecida pelo modelo taxinômico, e de uma sintaxe fundamental, que opera sobre os termos taxinômicos anteriormente interdefinidos.

2. A sintaxe narrativa consiste em operações efetuadas sobre os termos passíveis de serem investidos de valores de conteúdo; portanto, ela os transforma e os manipula, negando-os e afirmando-os ou — o que dá no mesmo — disjuntando-os e conjugando-os.

3. As operações sintáticas, situadas no quadro taxinômico estabelecido, são orientadas e, portanto, previsíveis e calculáveis.

4. Tais operações são, ainda, *ordenadas em séries* e se constituem em processos segmentáveis em *unidades sintáticas operacionais*.

Essas determinações mínimas, condições de uma gramática fundamental, embora incompletas, permitem-nos abordar os problemas relativos à construção de uma gramática de superfície.

### 3. ELEMENTOS DE UMA GRAMÁTICA NARRATIVA DE SUPERFÍCIE

#### 3.1 O problema dos níveis de gramática

De posse de uma gramática fundamental, seria possível imaginar níveis de gramática mais “baixos” que, especificando melhor as categorias utilizadas ou transcrevendo-as de maneira mais complexa, iria aproximando-se progressivamente da gramática tal como ela se encontra manifestada, por exemplo, nas línguas naturais. Assim, simplificando bastante, podemos dizer que a gramática fundamental, que é de ordem *conceitual*, para poder produzir narrativas manifestadas sob forma *figurativa* (onde os atores humanos ou personificados cumpririam tarefas, seriam submetidos a provas, atingiriam objetivos), deve, antes, receber, a um nível semiológico intermediário, uma representação *antropomórfica*, mas não figurativa. Designaremos este nível antropomórfico com o nome de *gramática narrativa superficial*, observando que o qualificativo “superficial”, nada tendo de pejorativo, indica apenas que se trata de um estágio semiótico, cujas definições e regras gramaticais são susceptíveis de — através de uma última transcodagem — ser transportadas diretamente para os discursos e enunciados lingüísticos.

Será preciso definir, primeiramente, o termo *nível gramatical*. Se dizemos que uma gramática pode ser construída em dois níveis diferentes, isto quer dizer que é possível construir duas metalinguagens diferentes que dão conta de um só e mesmo fenômeno lingüístico presente em um terceiro nível — no nosso caso — o da manifestação. Diremos, ainda, que estas duas metalinguagens são *equivalentes* porque são isótopas mas, não, isomorfas, indicando, assim, que um determinado segmento de uma metalinguagem pode ser transcodificado em um segmento isótopo de uma

outra linguagem, sem que os elementos constitutivos dos dois segmentos sejam, por isso, formalmente idênticos.

As categorias constitutivas de uma tal gramática superficial se distinguem, dizíamos, por seu *caráter antropomórfico*, do *caráter lógico* próprio das categorias da gramática fundamental.

### 3.2 Os enunciados narrativos

#### 3.2.1 O fazer antropomórfico

Ora, se um dos conceitos de base da gramática *fundamental* é o da operação sintática, ele irá corresponder, no nível *superficial*, ao *fazer* sintático.

O estabelecimento da equivalência entre a operação e o fazer constitui a introdução, na gramática, da dimensão antropomórfica. Este fato pode ser interpretado de duas maneiras diferentes:

**a)** enquanto uma operação lógica é concebida como um processo metalingüístico autônomo, permitindo-nos colocar entre parênteses o sujeito da operação (ou a utilização de um operador “qualquer”), um fazer, seja ele prático ou mítico, implica — enquanto que atividade — um *sujeito humano* (ou, ao menos, antropomorfizado: “o lápis escreve”). Em outras palavras: o fazer é uma operação especificada pelo acréscimo do clasema “humano”.

**b)** quando falamos do fazer, é evidente que não pensamos no fazer “real”, situado no nível da semiótica do mundo natural, mas no *fazer lingüístico* (seja qual for a linguagem, natural ou não, em que ele se encontre manifestado), no fazer transcodificado em mensagem. Que se trate — quanto ao sistema semiótico de referência — de um *fazer agido* ou de um *fazer falado*, o seu estatuto de fazer metasemiótico (porque descrito) torna-o uma mensagem-objetivo, situada no interior do processo de comunicação, implicando um destinador e um destinatário.

O fazer é, portanto, uma operação duplamente antropomórfica: enquanto atividade, ele pressupõe um sujeito; enquanto mensagem, ele é objetivado e implica o eixo de transmissão entre destinador e destinatário.

### 3.2.2 *Enunciado narrativo simples*

A conversão — a passagem de um nível gramatical a outro — pode, assim, ser definida como uma equivalência entre a operação e o fazer, o que atribui às implicações do conceito do fazer a forma de um *enunciado narrativo simples*:

$$EN = F(A)$$

onde o fazer, enquanto processo de atualização, é denominado *função* (F) e onde o sujeito do fazer, enquanto potencialidade do processo, é designado como *actante* (A). Diremos, portanto, que toda operação da gramática fundamental pode ser convertida em um enunciado narrativo cuja forma canônica mínima é F(A). Fica, entretanto, entendido que os enunciados narrativos são enunciados sintáticos, isto é, independentes do conteúdo investido em tal ou tal fazer, e que os elementos constitutivos do enunciado, F e A, são isótopos: toda restrição semântica de F irá repercutir necessariamente sobre A, e vice-versa. O actante é, para dar um exemplo, isótopo a sua função, da mesma maneira que o nome do agente o é do seu verbo (cf. pescador — pescar).

### 3.2.3 *Enunciados modais e enunciados descritivos*

Assim, uma tipologia de enunciados narrativos — e, ao mesmo tempo, de actantes — pode ser construída através da introdução progressiva de restrições semânticas determinadas. Se, por exemplo, uma certa classe de funções encontra-se especificada pelo acréscimo do classema “querer”, os actantes, isótopos destas funções, constituirão uma classe restritiva que poderá ser designada como a dos *actantes-sujeitos*. De fato, querer é um classema antropomórfico (mas não necessariamente figurativo, cf. “tal regra exige que...”) que instaura o actante como sujeito, isto é, como operador eventual do fazer. Conseqüentemente podemos, ao lado dos enunciados descritivos (ED), constituir um novo tipo de enunciados narrativos: os *enunciados modais* (EM).

Com efeito, do ponto de vista lingüístico, querer é um predicado modal que rege enunciados propriamente descritivos. Por exemplo:

- (1) João quer que Pedro parta
- (2) Pedro quer partir.

Tais enunciados lingüísticos, uma vez transcritos em enunciados semânticos, se apresentam como:

(1) F: querer/S: João; O (F: partida; A: Pedro)/

(2) F: querer/S: Pedro; O (F: partida; A: Pedro)/

Vemos que, lingüisticamente, a introdução do clasema querer é algo diverso de uma sobredeterminação do predicado, que tal introdução requer a construção de dois enunciados distintos, dos quais o primeiro é um enunciado modal e o segundo, um enunciado descritivo que, hipotático em relação ao primeiro, serve-lhe de *Actante-Objeto*. Se, por agora, não levamos em conta o fato de que, no primeiro exemplo, os sujeitos semânticos são diferentes e, no segundo caso, idênticos, podemos interpretar o enunciado modal como “o desejo de realização” de um programa que está presente sob forma de enunciado descritivo e que faz, ao mesmo tempo, parte — enquanto objeto — do enunciado modal.

Isto já nos permite especificar formalmente enunciados modais como

$$EM = F: \text{querer} /S; O/$$

São enunciações de programas virtuais explicitados no quadro dos actantes-objetos, ficando entendido que o actante-objeto do enunciado modal pode, a qualquer momento, ser convertido num enunciado descritivo qualquer.

Se introduzirmos, agora, uma restrição suplementar, postulando que o sujeito semântico do enunciado descritivo deve ser o mesmo do enunciado modal, poderemos dizer, de certa maneira, que o fazer sintático consiste na transformação de um programa *virtual* em um programa *atualizado*.

Uma vez que o enunciado descritivo é concebido como um programa que permanece inalterado, a transformação poderá ser interpretada como a substituição do enunciado modal de função “querer” por um *enunciado modal de existência* que é, como sabemos, um pressuposto implícito de todo enunciado descritivo.

### 3.2.4 *Enunciados atributivos*

A constatação de que o Objeto do desejo, presente como Actante-Objeto, é, em realidade, um enunciado-programa impõe que nos

détenhamos um pouco neste ponto. Outros exemplos nos permitirão introduzir novas características desses enunciados descritivos:

(3) Pedro quer uma maçã

(4) Pedro quer ser bom

Tais enunciados lingüísticos podem ser representados semanticamente como:

(3) F: querer/S: Pedro; O (F: aquisição; A: Pedro; O: maçã)/

(4) F: querer/S: Pedro; O (F: aquisição; A: Pedro; O: bondade)/

A explicitação semântica, como vemos, permite estabelecer, ao lado dos enunciados já mencionados e cuja função é da *ordem do fazer*, a existência de dois outros tipos de enunciados descritivos caracterizados por suas funções, que são ora da *ordem do ter*, ora da *ordem do ser*. Podemos designá-los, enquanto subclasse de enunciados descritivos, como enunciados atributivos (EA). O que diferencia estes dois tipos de enunciados, no nível da descrição semântica, são, menos as especificações de suas funções — trata-se, nos dois casos, de uma relação de atribuições entre o sujeito e o objeto semânticos — do que a natureza externa ou interna dos objetos atribuíveis. Na medida em que — reunindo as funções dos dois enunciados, modal e descritivo, para interpretá-las — podemos dizer que o enunciado de posse institui o objeto de uma posse virtual como um *valor*, vemos que *a maçã* é um valor externo em relação ao sujeito do desejo, enquanto que *a bondade* é um valor interno do sujeito. Tal diferença irá exprimir-se em termos sintáticos ao dizermos que a relação entre o sujeito e o objeto do enunciado atributivo é, no primeiro caso, hipotática e, no segundo, hiponímica.

Em resumo, diremos portanto o seguinte:

a) a introdução, na gramática superficial, da modalidade do querer permite a construção de enunciados modais de *dois actantes*: o *sujeito* e o *objeto*. O eixo do desejo que os reúne autoriza, por sua vez, que os interpretemos, semanticamente, como um virtual *sujeito executor* e um *objeto instituído como valor*;

b) se a modalidade do querer valoriza o objeto, este objeto, enquanto actante do enunciado modal, pode ser convertido seja

em um enunciado *descritivo do fazer* (exemplos 1 e 2) — e o fazer, enquanto tal, encontra-se valorizado; seja em enunciados atributivos (exemplos 3 e 4) — e a atualização do querer se exprime, então, pela posse dos objetos-valores indicados nos enunciados atributivos;

c) a distinção de dois tipos — *hipotática* e *hiponímica* — de atribuição dos objetos-valores deve ser guardada: ela oferece um critério formal para distinguir duas ordens de valores — objetivos e subjetivos — de uma importância capital para a compreensão da estrutura narrativa.

### 3.2.5 *Enunciados modais em função de enunciados atributivos*

Resta-nos completar a nossa lista de exemplos de enunciados narrativos por

(5) Pedro quer saber (alguma coisa)

(6) Pedro quer poder (alguma coisa).

Vemos imediatamente, sem transcrição semântica, que a particularidade deste tipo de enunciados reside no fato de que um enunciado modal pode ter por objeto, não um enunciado descritivo simples, mas um outro enunciado modal, funcionando como enunciado descritivo e, por isso mesmo, susceptível de ser valorizado por sua vez.

Um certo número de constatações pode ser feito a este propósito:

1. No estado atual de nossos conhecimentos, parece que apenas as modalidades do *saber* e do *poder* devem ser tomadas em consideração na construção da gramática superficial.

2. Entre as propriedades destas modalidades devemos reter as seguintes:

a) a possibilidade de formar enunciados modais canônicos:

EM (s ou p) = F: saber ou poder/S; O (F: fazer; O)/

b) a possibilidade de serem objetos de enunciados modais do querer:

EM (q) = F: querer/S; O (F: saber ou poder; A; O)/

c) a possibilidade de serem objetos de enunciados atributivos:

EA = F: atribuição/S; O: um saber ou um poder/

### 3.3 As unidades narrativas

#### 3.3.1 A execução e seu caráter polêmico

Para acabar de situar as unidades elementares da gramática superficial equivalentes às da gramática fundamental e passar à construção de unidades maiores é preciso insistir sobre a representação polêmica que recebe, a este nível de superfície, a relação de contradição. O eixo de contradição que nós designamos com o nome de esquema é, já o sabemos, o lugar de negação e de asserção de termos contraditórios. Se admitimos que a representação antropomórfica da contradição é de natureza polêmica, a seqüência sintagmática — que corresponde à transformação dos valores do conteúdo, resultando, no nível da gramática fundamental, nas operações de negação e de asserção — deverá aparecer, aqui, como uma seqüência de enunciados narrativos, a cujas restrições semânticas caberá a tarefa de lhes conferir um caráter de afronta e de luta. Este seguimento sintagmático, para se constituir, postula:

a) a existência de dois sujeitos  $S_1$  e  $S_2$  (ou de um Sujeito e de um Anti-Sujeito), que corresponde aos dois *fazer*s contraditórios, a relação de contradição sendo, como sabemos, uma relação não orientada;

b) a restrição semântica do fazer sintático, por meio do estabelecimento da equivalência entre a operação da *negação* e a função de *dominação*, resultado do antagonismo polêmico;

c) o reconhecimento do princípio da *orientação*, válido para os dois níveis da gramática: a tal operação de operações lógicas corresponde tal escolha arbitrária do sujeito negador e do domínio de um dos sujeitos sobre o outro;

d) a admissão de que o procedimento dialético, segundo o qual a negação de um termo é, *ao mesmo tempo*, a asserção do termo contraditório, encontra-se representado, no nível da gramática superficial, por dois enunciados narrativos independentes, dos quais o primeiro, com a sua função de *dominação*, corres-

ponde à instância de negação, e o segundo, com sua função de atribuição, à instância de asserção.

Conseqüentemente, o seguimento sintagmático chamado *execução* pode-se representar assim:

$$EN_1 = F: \text{confrontação } (S_1 \leftrightarrow S_2)$$

**Observação:** Este enunciado narrativo, exprimindo antropomorficamente a relação de contradição entre dois termos, é, em realidade, o sincretismo de dois enunciados modais próprios a cada um dos sujeitos.

$$EN_2 = F: \text{dominação } (S_1 \rightarrow S_2)$$

**Observação:** O enunciado corresponde ao impulsionamento da operação de negação orientada, onde  $S_1$  nega  $S_2$ , ou inversamente; a negação, já o vimos, consiste na transformação do virtual em atualizado ou, o que dá no mesmo, na substituição do EM do querer pelo EM de existência — substituição do desejo de dominar pelo domínio.

$$EN_3 = F: \text{atribuição } (S_1 \leftarrow O)$$

**Observação:** O último enunciado corresponde à instância de asserção: esta é expressada antropomorficamente pela atribuição de um Objeto-valor.

### 3.3.2 *Os elementos constitutivos da execução*

Nesse esboço de gramática superficial, a ênfase foi colocada, tomando a título de exemplo um só sintagma, sobre o estabelecimento das correspondências — termo a termo — entre os dois níveis gramaticais, assim como, também, sobre as categorias antropomórficas que se substituem aos termos e às operações lógicas. O resultado é a construção de uma unidade narrativa particular, a *execução*: pelo fato de ela constituir o esquema operatório da transformação dos conteúdos, trata-se, provavelmente, da *unidade mais característica da sintaxe narrativa*.

Assim definida, a execução é uma unidade sintática, um esquema formal apto a receber os conteúdos mais diversos. Por outro lado, os dois sujeitos da execução são intercambiáveis, um ou outro podendo ser o dominante ou o dominado; também a classe do objeto é submetida à variação, segundo os modos distintos da atribuição sintática.

Do ponto de vista de seu estatuto sintático, a execução tem a forma de um seguimento de enunciados narrativos construídos

segundo a forma canônica: o enunciado narrativo é uma relação entre actantes. Esta relação, designada sob o nome de função, é susceptível de receber certas especificações semânticas que são transmitidas, em decorrência da isotopia do enunciado, aos actantes e chegam a determinar o seu número.

Se as funções e os actantes são os *elementos* constitutivos desta gramática narrativa, se os *enunciados narrativos* constituem suas formas sintáticas elementares, as unidades narrativas — cuja amostra aqui é representada pela execução — são seguimentos sintagmáticos de enunciados narrativos.

### 3.3.3 *As relações constitutivas da execução*

O problema das relações entre enunciados que se constituem em unidades narrativas não deixa de se colocar aqui. Já vimos que a execução, enquanto unidade narrativa, corresponde ao esquema taxinômico e que, por isso, os enunciados que a constituem são equivalentes às operações lógicas situadas no interior do esquema. Vimos, também, que as operações lógicas constitutivas do esquema eram orientadas.

Ora, é preciso constatar que a esta *orientação*, que é uma regra da gramática fundamental, corresponde a relação de *implicação*, no nível da gramática superficial, fazendo-se, entretanto, a ressalva de que se a orientação segue a ordem dos enunciados:

$$EN_1 \rightarrow EN_2 \rightarrow EN_3$$

a implicação é orientada no sentido inverso:

$$EN_3 \supset EN_2 \supset EN_1.$$

Esta conversão, que permite definir a unidade narrativa como um seguimento de implicações entre enunciados, tem certa importância prática no momento da análise narrativa ao nível da manifestação, quando ela fundamenta as regras da elipse e da catálise: os enunciados narrativos logicamente implicados no quadro de uma execução podem ser elípticos na manifestação; a presença do último elo da cadeia de implicações ( $EN_3$ ) é suficiente para que se proceda, em vista da reconstrução da unidade narrativa, a uma catálise que a restabeleça na sua integridade.

### 3.3.4 A modalização das execuções

Um recuo ao já observado e uma reflexão sobre as propriedades dos enunciados modais irá nos permitir estabelecer a distinção entre dois tipos possíveis de execuções. Lembramo-nos de que os enunciados modais, que têm, por função, o querer, instauram o sujeito como uma virtualidade, enquanto que os dois outros enunciados modais, caracterizados pelas modalidades do saber e do poder, determinam esse fazer eventual através de duas maneiras diferentes: como um fazer proveniente do saber, ou como um fazer que se funda sobre o poder.

Estas duas modalizações diferentes do fazer podem ser reconhecidas, em seguida, nas execuções. Por isso, distinguiremos as execuções modalizadas graças ao *saber-fazer* ( $P_s$ ) — em que o sujeito executante agirá, ao nível da manifestação, por astúcia ou engano — das execuções cumpridas graças ao *poder-fazer* ( $P_p$ ), em que o sujeito executante não utiliza senão a sua energia e seu poder, real ou mágico.

## 3.4 Os seguimentos das execuções

### 3.4.1 Uma sintaxe da comunicação

Até agora consideramos o enunciado narrativo terminal da execução ( $EN_3$ ) — que é o equivalente, no plano superficial, da asserção lógica da gramática fundamental — como um enunciado atributivo (EA). Poderíamos nos perguntar, entretanto, se tal formulação é satisfatória.

Uma tal atribuição — ou a aquisição, pelo sujeito, do objeto — parece apresentar-se como um fazer reflexivo: o sujeito executante se atribui a ele mesmo, considerando-se como sujeito do enunciado descritivo, um objeto-valor. Se é assim, a atribuição reflexiva não é senão um caso particular de uma estrutura de atribuição muito mais geral, bem conhecida em lingüística como o *esquema da comunicação* ou, mais generalizadamente ainda, como a *estrutura de troca*: representada, como sabemos, na sua forma canônica como um enunciado de três actantes — destinatador, o destinatário e o objeto de comunicação.

ET = F: transferência ( $D_1 \rightarrow O \rightarrow D_2$ )

A possibilidade de utilizar um esquema de grande generalidade é uma primeira vantagem desta nova formulação. Ela permite, além disso, distinguir nitidamente dois níveis sintáticos diferentes: a) o nível onde se encontra situado o operador sintático da asserção, traduzido em gramática de superfície como o sujeito executante da atribuição (ele é, em realidade, um metassujeito e a causa das transferências realizadas); e b) o nível em que se operam as transferências, elas mesmas. Os termos de destinatador e destinatário, de fato, não fazem senão camuflar a distinção.

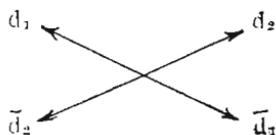
O segundo nível — que é o nível descritivo e não operacional — pode, a partir de então, receber uma representação topológica antropomorfizada: os actantes são concebidos, não mais como operadores, mas como lugares onde se situar os objetos-valores, lugares para onde estes podem ser levados e de onde podem ser retirados. A transferência é, nesse caso, susceptível de ser interpretada *ao mesmo tempo* como uma privação (no nível superficial) ou como uma disjunção (no nível fundamental) e como uma atribuição (no nível superficial) ou como uma conjunção (no nível fundamental).

Uma tal interpretação, que substitui os enunciados atributivos pelos *enunciados translativos* (ET), parece oferecer uma representação mais correta da execução: a consequência desta (EN<sub>3</sub>) não é mais uma simples aquisição de valor, mas uma transferência: se o objeto-valor é atribuído ao sujeito dominante, é porque o sujeito dominado está, ao mesmo tempo, privado dele; as duas operações lógicas se encontram, assim, resumidas em um só enunciado.

#### 3.4.2 A sintaxe topológica dos valores objetivos

Uma tal representação topológica da circulação dos objetos-valores resulta em identificar as *deixis* das transferências aos termos do modelo taxinômico, considerados como unidades morfológicas passíveis de investimentos de conteúdos. Vimos, anteriormente, que os investimentos de valores se distribuíam segundo dois esquemas em correlação. Diremos agora que, no nível antropomórfico, os esquemas correspondem aos *espaços isotópos*, que são lugares onde se desenvolvem as execuções, e que cada espaço é constituído de duas *deixis* que são *conjuntas* (porque

elas correspondem ao mesmo eixo de contradição), mas não conformes: elas equivalem, no nível fundamental, aos termos contraditórios:



Por outro lado, os eixos hipotáticos  $\bar{d}_2 \rightarrow d_1$  e  $\bar{d}_1 \rightarrow d_2$  constituem *espaços heterotópicos* cujas *deixis* são *disjuntas*, porque não pertencem aos mesmos esquemas, mas *conformes*, porque ligadas pela relação de pressuposição.

Conseqüentemente, a circulação de valores, interpretada como um seguimento de transferências de objetos-valores, pode seguir dois caminhos:

$$(1) F (d_1 \rightarrow O \rightarrow \bar{d}_1) \longrightarrow F (\bar{d}_1 \rightarrow O \rightarrow d_2)$$

o que, no caso particular dos contos russos de Propp, pode ser interpretado assim: a sociedade ( $d_1$ ) sofre uma perda, o traidor ( $\bar{d}_1$ ) rapta a filha do rei (O) e a transfere para outro lugar a fim de escondê-la ( $d_2$ ).

$$(2) F (d_2 \rightarrow O \rightarrow \bar{d}_2) \longrightarrow F (\bar{d}_2 \rightarrow O \rightarrow d_1)$$

o que quer dizer: o herói ( $\bar{d}_2$ ) encontra em algum lugar ( $d_2$ ) a filha do rei (O) e a devolve a seus pais ( $d_1$ ).

Assim, o conto russo manifesta uma *transmissão circular de valores*, utilizando sucessivamente dois sujeitos executantes e valorizando um dos espaços conformes (o do herói), em prejuízo do outro (o do traidor). Vemos, entretanto, que isto não é senão um desdobramento da narrativa. Os mitos de origem consideram, geralmente, a ausência de tal ou tal objeto de valor como uma situação original e a aquisição de valores se realiza seguindo um só percurso (2). Tal fato se compreende, aliás, perfeitamente: o que constitui aquisição de valor para a *deixis*  $d_1$  é necessária, e simultaneamente, privação de valor para a *deixis*  $d_2$ , e inversamente. Seguindo a perspectiva adotada, o mesmo percurso das transferências de valores é passível de duas interpretações: a narrativa é, ao mesmo tempo, narrativa de vitória e de derrota. A determinação da escolha de uma das interpretações não decorre

da sintaxe narrativa, mas da articulação axiológica dos valores de conteúdo: o investimento de um dos dois *espaços conformes* é dado inicialmente como *eufórico* e, o do outro, como *disfórico*.

Não considerando, por ora, senão os valores objetivos, podemos dizer que a sintaxe topológica das transferências, duplicando os percursos da apreensão do sentido, descritos sob a forma de operações lógicas no nível da gramática fundamental, organiza a narração enquanto processo criador de valores. É ela, conseqüentemente, que é encarregada de atribuir sentido à narrativa e que se constitui em sua armadura principal. Assim, do ponto de vista formal, como os enunciados translativos são os enunciados terminais das execuções e as implicam logicamente, os percursos sintáticos expressos sob a forma de transferências constituem, na verdade, *seguintos sintagmáticos de execuções*: isto é, unidades sintáticas de uma ordem hierárquica superior.

### 3.4.3 A instituição dos operadores sintáticos

Uma tal operação topológica é, entretanto, puramente descritiva: insistimos sobre isso quando retiramos todo caráter operacional dos actantes dos enunciados translativos que designamos, a fim de evitar qualquer equívoco, *como deixis* e, não, como destinatários ou destinatários.

Uma *sintaxe dos operadores* deve, pois, ser construída independentemente da *sintaxe das operações*: um nível metasemiótico deve ser organizado para justificar as transferências de valores.

Nesse nível, os operadores sintáticos serão concebidos como sujeitos dotados de uma virtualidade do fazer particular, que os tornará aptos a realizar a operação de transferência prevista. Esta virtualidade do fazer não é senão uma modalidade: o saber ou o poder; podemos formulá-la, já o vimos, de duas maneiras diferentes: seja como um enunciado modal que representa o saber-fazer ou o poder-fazer do sujeito; seja como um enunciado atributivo que assinala a aquisição de um valor modal pelo sujeito.

Se os sujeitos se transformam em operadores em seguida à atribuição de um valor modal (atribuição que acabamos de substituir pela função, mais satisfatória, de transferência), então, a instituição dos operadores pode se fazer segundo o mesmo modelo da sintaxe topológica das transferências; com a diferença

de que os lugares de transferência não são mais, aqui, as *deixis*, mas os actantes-sujeitos. O operador, assim instituído, e dotado de um saber-fazer ou de um poder-fazer, torna-se, então, apto a realizar a execução para a qual ele acaba de ser criado.

Conseqüentemente, duas séries de execuções podem ser distinguidas: a) as execuções destinadas à aquisição e à transmissão dos valores modais e b) as execuções caracterizadas pela aquisição e transferência dos valores objetivos. As primeiras instituem os sujeitos como operadores e as segundas efetuam, em seguida, as operações; as primeiras criam virtualidades, as segundas as atualizam.

Assim, ao lado de um percurso topológico previsto para a transferência dos valores objetivos e que institui, como vimos, um primeiro seguimento sintagmático das execuções, um segundo percurso do mesmo tipo pode ser previsto para a transferência dos valores modais.

Não podemos nos estender aqui sobre a origem do primeiro actante-operador que desencadeia o percurso sintático: isto nos conduziria a examinar de perto a unidade narrativa particular que é o *contrato*, que institui o sujeito do desejo pela atribuição da modalidade do querer, atualização provável de um “fazer-querer” do destinador original.

Será suficiente observar, por ora, que é o querer do sujeito que o torna apto para cumprir a primeira execução, marcada pela atribuição do valor modal do saber ou do poder.

Uma primeira hierarquia dos valores modais pode ser indicada; ela orienta assim o percurso sintático:

*querer* → *saber* → *poder* → *fazer*

e serve de base à organização do seguimento sintagmático das execuções. Certas implicações de uma tal orientação são imediatamente visíveis:

**a)** somente a aquisição do valor modal do poder torna o sujeito operador apto a realizar a execução que lhe atribui o valor objetivo;

**b)** disso resulta que a aquisição do valor modal do saber traz, por conseqüência, a atribuição do poder-fazer. Esta última particularidade permite distinguir duas espécies de sujeitos: os sujeitos “sábios”, cuja aptidão para realizar as execuções provém

de um saber-fazer inicialmente adquirido, e os sujeitos “poderosos” por natureza.

**Observação:** A aquisição de um valor modal pelo sujeito (ou anti-sujeito), que se manifesta, por exemplo, pela obtenção de um agente mágico ou de uma mensagem-objeto do saber, institui este sujeito como *adjuvante* (ou como *oponente*), apto a passar para a execução seguinte.

Um tal seguimento sintagmático, estabelecido fora do quadro formal dos enunciados translativos, isto é, sem considerar os actantes implicados, já permite precisar a natureza das relações entre dois tipos diferentes de execuções; um seguimento de execuções é *orientado*, uma vez que a execução que institui o operador sintático é seguida pela execução que efetua a operação sintática; ao mesmo tempo, a execução objetiva *implica* a execução modal.

#### 3.4.4 A sintaxe topológica dos valores modais

Dada a natureza polêmica da narratividade, dois operadores são necessários para o estabelecimento de uma sintaxe narrativa: efetivamente, já havíamos previsto dois sujeitos ( $S_1$  e  $S_2$ ) para a construção da execução. Conseqüentemente, é o eixo da troca entre esses dois sujeitos que constitui o lugar de transferências dos valores modais; a atribuição de um valor modal qualquer a  $S_1$  supõe que  $S_2$  está sendo, ao mesmo tempo, privado deste valor.

Dois percursos para a transferência dos valores modais serão, então, previstos para o caso em que se trate de um sujeito “sábio”, ou “poderoso”, isto é, conforme a prioridade atribuída à aquisição de uma ou de outra das duas modalidades em questão:

a) no primeiro caso, o seguimento sintagmático será orientado como:

$ET_1 (S_1 \rightarrow O: \text{saber} \rightarrow S_2) \longrightarrow ET_2 (S_1 \rightarrow O: \text{poder} \rightarrow S_2)$

O seguimento será interpretado como a aquisição, por  $S_2$ , de um poder, graças a um saber anteriormente obtido; e, ao mesmo tempo, como a perda, por  $S_1$ , de todo poder, em conseqüência do saber perdido;

b) no segundo caso, a orientação será invertida:

$$ET_1 (S_2 \rightarrow O: \text{poder} \rightarrow S_1) \longrightarrow ET_2 (S_2 \rightarrow O: \text{saber} \rightarrow S_1)$$

O seguimento pode ser interpretado como a aquisição, por  $S_1$ , de um saber, graças a um poder reconhecido; e, inversamente, como a perda, por  $S_2$ , de todo saber, em consequência à perda do poder.

Uma das seqüências é suficiente para constituir, combinando-se com a série de transferências de valores objetivos, a narrativa acabada. Se, entretanto, escolhemos como destinatários dos valores modais dois sujeitos diferentes para cada um dos percursos ( $S_1$  e  $S_2$ ) — esta escolha é, evidentemente, arbitrária — nós o fizemos para dar conta, ao mesmo tempo, da organização particular da *narrativa desdobrada*, tal como ela se apresenta, por exemplo, sob a forma do conto popular russo estudado por V. Propp. Aí verificamos, com efeito, primeiramente o sujeito  $S_2$ , axiologicamente denominado *traidor*, fazer a aquisição dos valores modais em prejuízo de  $S_1$ :

$$S_2 = O_1: \text{saber} \rightarrow O_2: \text{poder}$$

para, em seguida, ceder seu lugar ao sujeito  $S_1$ , denominado *herói*, que o priva progressivamente dos referidos valores, anteriormente adquiridos:

$$S_1 = O_1: \text{poder} \rightarrow O_2: \text{saber}$$

### 3.4.5 A forma geral da gramática narrativa

Acabamos de traçar as grandes linhas de uma sintaxe narrativa superficial ou, melhor, de uma parte apenas desta sintaxe, relativa ao próprio corpo da narrativa. O que falta neste esboço, e que nós não podemos senão indicar brevemente aqui, é o exame e o estabelecimento das unidades sintáticas do enquadramento da narrativa, correspondentes às seqüências inicial e final de uma narrativa manifestada.

A esse propósito, tratar-se-ia de dar conta de unidades sintáticas correspondentes ao que são, no nível da gramática profunda, as relações hipotáticas do modelo taxinômico; isto é, às relações que podem se estabelecer, neste modelo, entre os termos

$s_2$  e  $s_1$  de um lado, e entre os termos  $s_2$  e  $s_1$  do outro. A impulsão da narrativa seria, aí, representada como o estabelecimento de uma relação contratual *conjuntiva* entre um destinador e um destinatário-sujeito, seguida de uma *disjunção* espacial entre os dois actantes. A finalização da narrativa seria marcada, ao contrário, por uma *conjunção* espacial e uma última transferência de valores, instituindo um novo contrato através de uma nova distribuição dos valores, tanto objetivos como modais.

Ainda que permanecendo inacabada, a nossa tentativa deve, ao menos, dar alguma idéia do que possa ser uma organização sintática da narrativa. Reconhecemos dois tipos de *seguintos sintagmáticos orientados*, que organizam as transferências dos valores, tanto os modais como os objetivos, no quadro de uma sintaxe de caráter topológico. Os objetos-valores são situados no quadro de enunciados narrativos terminais, representando as conseqüências das execuções, e implicando-as logicamente; portanto, tais seguintes sintagmáticos são, na realidade, liquidações de execuções que, enquanto unidades sintáticas, são recorrentes e formalmente idênticas. Um outro princípio de organização sintagmática foi igualmente reconhecido: as execuções são dispostas de tal maneira, que a primeira, caracterizada pela atribuição de um valor modal que institui o *sujeito-operador*, deve ser seguida por uma segunda, que atualiza a *operação*.

Quanto à unidade sintática típica que é a execução, vimos que ela pode ser concebida como um seguimento de três enunciados narrativos, que são unidos por implicações. Examinando os enunciados narrativos, foi-nos possível esboçar sumariamente sua tipologia; introduzindo as determinações semânticas suplementares de suas funções, e fazendo variar o número e as especificações de seus actantes, distinguimos três principais tipos de enunciados narrativos: os enunciados descritivos, os enunciados modais e os enunciados translativos; todo enunciado representa, no plano da gramática narrativa superficial, seja uma relação, seja uma operação da gramática fundamental.

Tal gramática narrativa, uma vez acabada, teria uma forma dedutiva e analítica, ao mesmo tempo; ela traçaria um conjunto de percursos para a manifestação do sentido: a partir das operações elementares da gramática fundamental que tomam as vias do processo de atualização da significação, através das combinações dos seguintes sintagmáticos da gramática superficial, que não são senão representações antropomórficas destas opera-

ções, os conteúdos se investem, por intermédio das execuções, nos enunciados narrativos, organizados em seguimentos lineares de enunciados canônicos ligados entre eles, como elos de uma só cadeia, por uma série de implicações lógicas. Quando possuímos tais seqüências de enunciados narrativos, poderemos imaginar — com a ajuda de uma retórica, de uma estilística mas, também, de uma gramática lingüística — a manifestação lingüística da significação narrativizada.

Tradução de  
CLARA DE ANDRADE ALVIM

# Por uma Teoria da Interpretação da Narrativa Mítica \*

Em homenagem a  
Claude Lévi-Strauss

---

## 1. A TEORIA SEMÂNTICA E A MITOLOGIA

OS PROGRESSOS alcançados recentemente nas pesquisas mitológicas, graças sobretudo aos trabalhos de Claude Lévi-Strauss, vêm trazer materiais e elementos de reflexão à teoria semântica que coloca, como se sabe, o problema da *lisibilidade* dos textos e procura estabelecer um inventário dos procedimentos de sua descrição.

Ora, parece que a metodologia de interpretação dos mitos se situa, em virtude de sua complexidade, fora dos limites atribuídos à semântica, no momento atual, pelas teorias mais em voga nos E.U.A., notadamente as de J. J. Katz e J. A. Fodor.

1. A teoria semântica que procurasse dar conta da leitura dos mitos, longe de limitar-se à interpretação dos enunciados, deve operar com seqüências de enunciados articulados em narrativas.

2. Em lugar de excluir qualquer referência ao contexto, a descrição dos mitos é levada a utilizar informações extratextuais sem as quais o estabelecimento da isotopia narrativa seria impossível.

3. O sujeito que fala (= o leitor), enfim, não pode ser considerado como o invariante da comunicação mítica, pois esta transcende a categoria de *consciente* vs *inconsciente*. O objeto da descrição situa-se ao nível da transmissão, do *texto-invariante*, e não ao nível da recepção, do *leitor-variável*.

\* Publicado em *Communications*, nº 8, 1966; destinado originalmente a uma antologia de textos sobre a mitologia e a narrativa, a ser publicado em inglês sob a direção de Pierre Maranda.

Somos obrigados, por conseguinte, a partir não de uma teoria semântica constituída, mas de um conjunto de fatos descritos e de conceitos elaborados pelo mitólogo; nós procuramos:

1º Se uns e outros podem ser formulados em termos de uma semântica geral suscetível de dar conta, entre outras, da interpretação mitológica;

2º Que exigências as conceptualizações dos mitólogos colocam a esta teoria semântica.

Escolhemos para isso o mito de referência bororo que serve a Lévi-Strauss, em *Le Cru et le Cuit*, de ponto de partida para a descrição do universo mitológico tomado em uma de suas dimensões: a da cultura alimentar. Entretanto, enquanto que Lévi-Strauss se tinha proposto inscrever este mito-ocorrência no universo mitológico progressivamente constituído, nosso objetivo será o de partir do mito de referência considerado como uma unidade narrativa, tentando explicitar os procedimentos de descrição necessários para alcançar, por etapas sucessivas, a lisibilidade máxima deste mito. Nesta pesquisa metodológica, nosso trabalho consistirá essencialmente no reagrupamento e na exploração de descobertas que não nos pertencem.

## 2. AS COMPONENTES ESTRUTURAIS DO MITO

### 2.1 As três componentes

Toda descrição do mito deve levar em conta, segundo Lévi-Strauss, três elementos fundamentais: 1º a armadura; 2º o código; 3º a mensagem.

Nós nos perguntaremos portanto 1º como interpretar, no quadro de uma teoria semântica, estes três componentes do mito e 2º que lugar atribuir, a cada uma delas, na interpretação de uma narrativa, mítica.

### 2.2 A armadura

É preciso entender por *armadura* (que é um elemento invariante) o estatuto estrutural do mito na qualidade de narração. Este

estatuto parece ser duplo: 1º pode-se dizer que o conjunto das propriedades estruturais comuns a todos os mitos-narrativas consitiu um modelo narrativo, 2º mas esse modelo deve dar conta simultaneamente (a) do mito considerado como unidade discursiva transfrásica e (b) da estrutura do conteúdo que é manifestado por meio dessa narração.

1. A narrativa, unidade discursiva, deve ser considerada como um *algoritmo*, isto é, como uma sucessão de enunciados cujas funções-predicados simulam lingüisticamente um conjunto de comportamentos orientados para um objetivo. Na qualidade de uma sucessão, a narrativa possui uma *dimensão temporal*: os comportamentos que ali estão repartidos entretêm entre eles relações de anterioridade e de posteridade.

A narrativa, para ter um sentido, deve ser um todo de significação; ela apresenta-se, por isso, como uma *estrutura semântica simples*. Disso resulta que os desenvolvimentos secundários da narração, não encontrando seu lugar na estrutura simples, constituem uma camada estrutural subordinada: a narração, considerada como um todo, terá por contrapartida uma estrutura hierárquica do conteúdo.

2. Uma subclasse de narrativas (mitos, contos, peças de teatro, etc.) possui uma característica comum que pode ser considerada como a propriedade estrutural desta subclasse de *narrativas dramatizadas*: a dimensão temporal, sobre a qual se encontram situadas, é dicotomizada em *um antes vs um depois*.

A este *antes vs depois* discursivo corresponde o que se chama uma “reviravolta da situação” que, sobre o plano da estrutura implícita, não é outra coisa senão uma inversão dos signos do conteúdo. Uma correlação existe assim entre os dois planos:

$$\frac{\text{antes}}{\text{depois}} \approx \frac{\text{conteúdo invertido}}{\text{conteúdo colocado}}$$

3. Restringindo, uma vez mais, o inventário de narrativas, encontra-se que um grande número delas (o conto popular russo, mas também nosso mito de referência) possuem uma outra propriedade que consiste em comportar uma seqüência inicial e uma seqüência final situadas sobre planos de “realidade” mítica diferentes do corpo da narrativa ela mesma.

A esta particularidade da narração corresponde uma nova articulação de conteúdo: aos dois *conteúdos tópicos* — dos quais um é colocado e o outro, invertido — encontram-se adicionados dois outros conteúdos *correlatos* que estão, em princípio, na mesma relação de transformação entre si do que os conteúdos tópicos.

Esta primeira definição de armadura, que não está em contradição com a fórmula geral do mito proposta há pouco tempo por Lévi-Strauss, mesmo se não é inteiramente satisfatória — pois não permite ainda, no estado atual de nossos conhecimentos, estabelecer a classificação do conjunto das narrativas considerado como *gênero* — constitui entretanto um *elemento de previsibilidade* da interpretação não negligenciável: pode-se dizer que a primeira etapa dos procedimentos, no processo da descrição do mito, é a divisão da narrativa mítica em seqüências às quais deve corresponder, a título de hipótese, uma articulação previsível dos conteúdos.

### 2.3 A mensagem

Uma tal concepção da armadura deixa prever que a mensagem, isto é, a significação particular do mito-ocorrência, se situa, ela também, sobre duas isotopias simultaneamente e dá lugar a duas leituras diferentes, uma sobre o plano discursivo, a outra sobre o plano estrutural. Talvez não seja inútil precisar que por *isotopia* entendemos um conjunto redundante de categorias semânticas que torna possível a leitura uniforme da narrativa, tal como ela resulta das leituras parciais dos enunciados após a resolução de suas ambigüidades, esta resolução ela mesma sendo guiada pela procura da leitura única.

1. A isotopia narrativa fica determinada por uma certa perspectiva antropocêntrica que faz com que a narrativa seja concebida como uma sucessão de acontecimentos cujos atores são seres animados, agentes ou pacientes. Neste nível, uma primeira categorização: *individual* vs *coletivo* permite distinguir um herói associal que, separando-se da comunidade, aparece como um agente graças ao qual se produz a reviravolta da situação, que se coloca, dito de outra forma, como mediador personalizado entre a situação-antes e a situação-depois.

Vê-se que esta primeira isotopia reencontra, do ponto de vista lingüístico, a *análise de signos*: os atores e os acontecimentos

narrativos são lexemas (= morfemas, no sentido norte-americano), analisáveis em sememas (= acepções ou “sentidos” das palavras) que se encontram organizados, por meio de relações sintáticas, em enunciados unívocos.

2. A segunda isotopia se situa, ao contrário, no nível da estrutura do conteúdo postulado a este plano discursivo. Às seqüências narrativas correspondem conteúdos cujas relações recíprocas são teoricamente conhecidas. O problema que se apresenta à descrição é o da equivalência a estabelecer entre os lexemas e os enunciados constitutivos das seqüências narrativas e as articulações estruturais dos conteúdos que lhes correspondem, e é a resolvê-lo que vamos nos empregar. Por enquanto basta dizer que esta transposição supõe uma *análise em semas* (= traços pertinentes da significação) que somente ela pode permitir a colocação entre parênteses das propriedades antropomórficas dos lexemas-atores e dos lexemas-acontecimentos. — Quanto às performances do herói que ocupam a parte central na economia da narrativa, só podem corresponder às operações linguísticas de transformação, dando conta das inversões de conteúdo.

Uma tal concepção da mensagem que seria lisível sobre duas isotopias distintas, das quais a primeira seria apenas a manifestação discursiva da segunda, não é talvez senão uma formulação teórica. Ela pode corresponder somente a uma subclasse de narrativas (os contos populares, por exemplo), enquanto que uma outra subclasse (os mitos) seria caracterizada pela imbricação, em uma única narrativa, das seqüências situadas ora sobre uma, ora sobre outra das duas isotopias. Isto nos parece secundário na medida em que (a) a distinção que acabamos de estabelecer enriquece nosso conhecimento do modelo narrativo e pode mesmo servir de critério à classificação das narrativas, (b) na medida em que, igualmente, ela separa nitidamente dois procedimentos de descrição distintos e complementares, contribuindo assim à elaboração de técnicas de interpretação.

#### 2.4 O código

A reflexão mitológica de Lévi-Strauss, desde seu primeiro estudo sobre a *Structure du Mythe* até os *Mythologiques* de hoje, está marcada por uma mudança de interesse: dirigida inicialmente

sobre a definição da estrutura do mito-narrativa, compreende agora a problemática da descrição do universo mitológico; centrada primeiro sobre as propriedades formais da estrutura acrônica, encara atualmente a possibilidade de uma descrição comparativa que seria simultaneamente geral e histórica. Esta introdução do comparativismo contém contribuições metodológicas importantes que é necessário explicitar.

#### 2.4.1 A definição das unidades narrativas

A utilização, por via de comparação, dos dados que pode fornecer o universo mitológico é, à primeira vista, apenas uma exploração, concebida sob um certo ângulo, das informações do contexto. Nesta perspectiva, pode tomar duas formas diferentes: (1) pode-se procurar elucidar a leitura de um mito-ocorrência comparando-o a outros mitos ou, de maneira geral, porções sintagmáticas da narrativa a outras porções sintagmáticas; (2) pode-se colocar em correlação tal elemento narrativo com outros elementos comparáveis.

O estabelecimento da correlação de dois elementos narrativos não idênticos pertencendo a duas narrativas diferentes leva a reconhecer a existência de uma disjunção paradigmática que, operando no interior de uma categoria semântica dada, faz com que se considere o segundo elemento narrativo como a transformação do primeiro. Entretanto — e isto é o mais importante — constata-se que a transformação de um dos elementos tem por consequência provocar transformações em cadeia ao longo de toda a seqüência considerada. Esta constatação, por sua vez, comporta duas consequências teóricas seguintes:

1º ela permite afirmar a existência de relações *necessárias* entre os elementos cujas conversões são concomitantes;

2º permite delimitar os *sintagmas narrativos* da narrativa mítica, definíveis simultaneamente por seus elementos constitutivos e por seu encadeamento necessário;

3º finalmente, permite definir os próprios elementos narrativos não mais somente por sua correlação paradigmática, isto é, no fundo, pelo procedimento da comutação, há pouco proposto por Lévi-Strauss, mas também por sua colocação e sua função no interior da unidade sintagmática da qual fazem parte. A dupla

definição do *elemento narrativo* corresponde, como se vê, ao enfoque convergente, pragueano e dinamarquês, da definição do fonema.

É inútil insistir sobre a importância desta *definição formal* das unidades narrativas cuja extrapolação e aplicação a outros universos semânticos não podem deixar de se impor. No estágio atual, ela só pode consolidar nossas tentativas de delimitação e de definição de tais unidades a partir das análises de V. Propp. Não podendo proceder aqui a verificações exaustivas diremos simplesmente, a título de hipótese, que três tipos caracterizados de sintagmas narrativos podem ser reconhecidos:

- 1º os sintagmas performanciais (provas);
- 2º os sintagmas contratuais (estabelecimentos e rupturas de contrato);
- 3º os sintagmas disjuncionais (partidas e regressos).

Vê-se que a definição dos elementos e dos sintagmas narrativos não é obtida a partir do conhecimento do contexto, mas da metodologia geral de estabelecimento das unidades lingüísticas e que as unidades assim definidas o são com vantagem para o modelo narrativo, isto é, a armadura.

#### 2.4.2 *Delimitações e reconversões*

O conhecimento teórico das unidades narrativas pode desde logo ser explorado ao nível dos procedimentos de descrição. Assim, a colocação em paralelo de duas seqüências quaisquer, das quais uma é a seqüência a interpretar e a outra, a seqüência transformada, pode ter dois objetivos diferentes:

1º se a seqüência a interpretar parece situar-se sobre a isótopia presumida para o conjunto da narrativa, a comparação permitirá determinar, no interior da seqüência dada, os limites dos sintagmas narrativos que ali estão contidos.

É preciso entretanto prevenir contra a concepção segundo a qual os sintagmas narrativos, correspondendo às seqüências do texto, seriam eles mesmos contínuos e amalgamados: sua manifestação, ao contrário, toma com freqüência a forma de signi-

ficantes descontínuos, de tal modo que a narrativa, analisada e descrita como uma série de sintagmas narrativos, deixa de ser sícrônica e isomorfa em relação ao texto tal como se apresenta em estado bruto.

2º se a seqüência a interpretar parece invertida em relação à isotopia presumida, a comparação, confirmando esta hipótese, permitirá proceder à reconversão do sintagma narrativo reconhecido e ao restabelecimento da isotopia geral.

Utilizando o termo de reconversão, proposto por Hjelmslev no seu *Langage*, nós esperamos introduzir uma nova precisão, a fim de distinguir as verdadeiras transformações, isto é, as inversões dos conteúdos, correspondendo seja às exigências do modelo narrativo, seja às mutações intermíticas, das manifestações antifrásicas dos conteúdos invertidos e cuja reconversão, necessária ao estabelecimento da isotopia, não muda em nada o *status* estrutural do mito.

Notemos aqui, rapidamente, que o procedimento de reconversão que acabamos de examinar não deixa de levantar o problema teórico mais geral, o da existência de dois *modos narrativos* distintos que se poderiam designar como o *modo deceptivo* e o *modo verídico*. Embora se apoiando sobre uma categoria gramatical fundamental, a do *ser vs parecer*, que constitui, como se sabe, a primeira articulação semântica das proposições atributivas, o jogo da decepção e da verdade provoca o imbricamento narrativo, bem conhecido em psicanálise, que constitui freqüentemente uma das principais dificuldades da leitura, porque cria, no interior da narrativa, camadas hierárquicas de decepção estilística, cujo número resta em princípio indefinido.

### 2.4.3 Contexto e dicionário

A exploração das informações fornecidas pelo contexto mitológico parece, por conseguinte, situar-se ao nível dos elementos narrativos que se manifestam no discurso sob a forma de lexemas. É preciso ainda distinguir as características formais, que eles comportam necessariamente, de suas características substanciais. As primeiras são (1) ou propriedades gramaticais que fazem com que os lexemas sejam, por exemplo, ou bem actantes ou bem predicados, (2) ou *propriedades narrativas* que eles tiram

da definição funcional do papel que assumem tanto no interior do sintagma narrativo quanto na narrativa considerada em seu conjunto. Assim, os actantes podem ser Sujeitos-heróis ou Objectos-valores, Destinadores ou Destinatários, Oponentes-traidores ou Adjuvantes-forças benéficas. A estrutura actancial do modelo narrativo faz parte da armadura, e os jogos das distribuições, das acumulações e das disjunções dos papéis fazem parte do *savoir-faire* do descritor anteriormente à utilização do código.

Estas precisões são introduzidas apenas para estabelecer uma nítida separação entre exploração do contexto e exploração dos conhecimentos relativos ao modelo narrativo. O contexto apresenta-se sob a forma de conteúdos investidos, independentes da própria narrativa e assumidos *a posteriori* pelo modelo narrativo. Estes conteúdos investidos são, ao mesmo tempo, já conteúdos constituídos: do mesmo modo que um romancista constitui pouco a pouco, prosseguindo sua narrativa, seus personagens a partir de um nome próprio arbitrariamente escolhido, assim a efabulação mítica ininterrompida constitui os atores da mitologia, providos de conteúdos conceituais, e é este conhecimento difuso dos conteúdos, que os bororos possuem e não o descritor, que forma a matéria primeira do *contexto* e que se trata de organizar em *código*.

Sendo dado que estes conteúdos constituídos estão manifestados sob a forma de lexemas, pode-se considerar que o contexto em seu conjunto é redutível a um *dicionário mitológico* no qual a denominação “jaguar” estaria acompanhada de uma definição comportando (1), de um lado, tudo que se sabe sobre a “natureza” do jaguar (o conjunto de suas qualificações) e (2), do outro, tudo o que o jaguar é suscetível de fazer ou sofrer (o conjunto de suas funções). O verbete “jaguar” não seria, nesse caso, muito diferente do artigo “mesa”, cuja definição, proposta pelo *Dictionnaire général de la langue française*, é:

1º *qualificativa*: “superfície plana de madeira, pedra, etc., suportada por um ou diversos pés” e

2º *funcional*: “sobre a qual colocam-se objetos (para comer, escrever, trabalhar, brincar, etc.)”.

Este dicionário (com a condição de que não comporte os *etc.*) poderia prestar grandes serviços:

1º permitindo resolver, em uma certa medida, *ambigüidades de leitura* dos enunciados míticos, graças aos procedimentos de seleção de compatibilidades e de exclusão de incompatibilidades entre os diferentes sentidos de lexemas;

2º facilitando a *ponderação* da narrativa, isto é, permitindo (a) preencher as lacunas devidas à utilização litótica de certos lexemas e (b) condensar certas seqüências em expansão estilística, os dois procedimentos paralelos visando a estabelecer um equilíbrio econômico da narração.

#### 2.4.4 Dicionário e código

Infelizmente, um tal dicionário, para ser constituído e utilizado, pressupõe uma classificação prévia dos conteúdos constituídos e um conhecimento suficiente dos modelos narrativos. Assim, limitando-se unicamente aos lexemas-actantes, poder-se-ia dizer que eles surgem todos de um “sistema dos seres” do qual fala Lévi-Strauss, de um sistema que classificaria todos os seres animados ou suscetíveis de animação, indo dos espíritos sobrenaturais até os “seres” minerais. Mas percebe-se imediatamente que uma tal classificação não seria “verdadeira” em si: dizer, por exemplo, que o jaguar pertence à classe dos animais não tem sentido, mitologicamente falando. A mitologia não se interessa senão pelos quadros classificatórios, ela só opera com os “critérios de classificação”, isto é, categorias sêmicas, e não com os lexemas que se encontram assim classificados. Este ponto, metodologicamente importante, merece ser precisado.

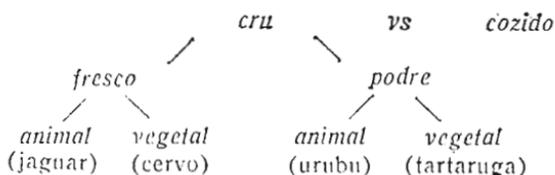
1. Suponhamos que uma oposição categórica, a de *humanos* vs *animais*, encontra-se posta em correlação, no interior de uma narrativa, com a categoria do modelo narrativo: *anterioridade* vs *posterioridade*. Neste caso, ele funcionará como uma articulação dos conteúdos tópicos em conteúdos colocados e conteúdos invertidos: segundo os termos correlatos, dir-se-á que os humanos eram antigamente animais, ou inversamente. Sobre o plano lexicográfico entretanto, o jaguar poderá passear ao longo de toda a narrativa sem mudar de denominação: na primeira parte, ele será um ser humano, na segunda, um animal, ou inversamente. — Dito de outro modo, o conteúdo do lexema “jaguar” não é somente *taxinômico*, ele é ao mesmo tempo *posicional*.



mas. O dicionário, para ser completo, deveria portanto poder indicar as séries de denominações equivalentes, elas mesmas resultado das transformações reconhecidas ao nível do código. Resulta disso que o dicionário, cuja necessidade para a interpretação automática dos mitos pareceria imperiosa, só se pode constituir em função dos progressos conseguidos em nosso conhecimento da armadura e do universo mitológico articulado em códigos particulares: um verbete de dicionário só terá consistência no dia em que for solidamente enquadrado por um conjunto de categorias semânticas elaboradas graças às outras componentes da teoria interpretativa dos mitos.

#### 2.4.5 *Código e manifestação*

Nossos esforços para precisar as condições nas quais um dicionário mitológico seria possível e rendável permitem-nos compreender melhor o que é preciso compreender, na perspectiva de Lévi-Strauss, por código e, mais particularmente, por código alimentar. O código é uma estrutura formal (1) constituída por um pequeno número de categorias sêmicas (2) cuja combinatória é suscetível de dar conta, sob a forma de sememas, do conjunto de conteúdos investidos que fazem parte da dimensão escolhida do universo mitológico. Assim, a título de exemplo, o código alimentar poderia ser apresentado, parcialmente, sob forma de uma árvore:



Caso se considere que cada percurso, de cima para baixo, dá conta de uma combinação sêmica constitutiva de um semema e que cada semema representa um conteúdo investido como “objeto de consumação”, vê-se que a combinatória visa a esgotar, nas condições estabelecidas *a priori*, todos os conteúdos-objetos de consumação possíveis.

A cada semema corresponde, por outro lado, sobre o plano da manifestação narrativa, lexemas particulares (que colocamos entre

parênteses). A relação que existe entre o lexema e o semema que dá conta de seu conteúdo é constrangedora de duas maneiras diferentes:

1º o lexema manifestado aparece cada vez como sujeito de consumação em relação ao semema que é o *objeto* de consumação. Trata-se pois de uma relação constante, definida semanticamente e que se pode considerar como a *distância estilística* entre o plano da manifestação e o plano do conteúdo;

2º a escolha desta ou daquela figura animal para manifestar tal combinação códica do conteúdo não depende da estrutura formal, mas constitui entretanto um fechamento do corpus mitológico como se encontra manifestado numa comunidade cultural dada. Isto quer dizer que o inventário lexemático de uma mitologia (quer dizer, o dicionário) representa uma combinatória relativamente aberta. Compreende-se deste modo que o mesmo código pode dar conta de diversos universos mitológicos comparáveis, mas manifestados de maneira diferente e que constitui assim, desde que seja bem construído, um modelo geral que fundamenta o comparativismo mitológico.

A armadura e o código, o modelo narrativo e o modelo taxinômico são, por conseguinte, as duas componentes de uma teoria da interpretação mitológica e a lisibilidade maior ou menor dos textos míticos é função do conhecimento teórico dessas duas estruturas cujo encontro tem o efeito de produzir as mensagens míticas.

### 3. A MENSAGEM NARRATIVA

#### 3.1 A práxis descritiva

Teoricamente, pois, a leitura da mensagem mítica pressupõe o conhecimento da estrutura do mito e a dos princípios organizadores do universo mitológico do qual é a manifestação realizada nas condições históricas dadas. Praticamente, este conhecimento é apenas parcial, e a descrição aparece assim como uma *práxis* que, operando conjuntamente com a mensagem-ocorrência e os modelos da armadura e do código, consegue aumentar simultaneamente nosso conhecimento da mensagem e o dos modelos que

lhe são imanentes. — Seremos portanto obrigados a partir do plano manifestado e de suas isotopias variadas, procurando ao mesmo tempo atingir a isotopia estrutural única da mensagem e definir, na medida do possível, os procedimentos permitindo efetuar esta passagem.

Após ter dividido o texto em seqüências correspondentes às articulações de conteúdo previsíveis, tentaremos analisar cada seqüência separadamente, procurando delimitar, com a ajuda de uma transcrição normalizada, os elementos e os sintagmas míticos que contém.

### 3.2 A divisão em seqüências

A articulação presumida do conteúdo segundo as duas categorias de

conteúdo tópico vs conteúdo correlato  
conteúdo colocado vs conteúdo invertido

permite a divisão do texto em quatro seqüências. As duas seqüências tópicas parecem entretanto suscetíveis de uma nova subdivisão, cada uma comportando séries de acontecimentos situados sobre duas isotopias aparentemente heterogêneas: a primeira compreende duas expedições sucessivas do herói, a segunda separa espacialmente os acontecimentos relativos ao retorno do herói, situando alguns na aldeia, outros na floresta. Esta segunda divisão pragmática, que teremos de justificar mais tarde, permite pois desarticular a narrativa em seis seqüências:

NARRATIVA MÍTICA					
		<i>Conteúdo invertido</i>		<i>Conteúdo colocado</i>	
CONTEÚDOS	Conteúdo Correlato	Conteúdo tópico		Conteúdo tópico	Conteúdo Correlato
Seqüências narrativas	Inicial	Ninho das almas	Ninho das araras	Retorno	Vingança Final

### 3.3 A transcrição em unidades narrativas

A transposição que vamos operar consiste:

1º na apresentação do texto sob a forma canônica de *enunciados narrativos* comportando cada um sua função, seguida de um ou vários actantes;

2º na organização dos enunciados em algoritmos constitutivos de *sintagmas narrativos*.

Uma tal transcrição é de natureza seletiva: só extrai do texto as informações que são *esperadas* em vista do conhecimento das propriedades formais do modelo narrativo. (Tentaremos aplicar aqui à análise da narrativa mítica as formulações das unidades narrativas, obtidas essencialmente como resultado do reexame da estrutura do conto popular de Propp; cf. nossa *Sémantique structurale*, Larousse, 1966). A narrativa assim transcrita apresenta apenas, por conseguinte, a armadura formal do mito, abandonando provisoriamente ao texto os conteúdos da mensagem propriamente ditos.

As finalidades dos procedimentos propostos são as seguintes:

1º permitindo separar as unidades narrativas, ele constitui os quadros formais no interior dos quais os conteúdos poderão em seguida ser vertidos e corretamente analisados;

2º retendo somente as unidades narrativas reconhecidas, ele permite a eliminação dos elementos da narrativa não pertinentes à descrição e à explicação de outros elementos que lhe são indispensáveis;

3º ele deve permitir, finalmente, a identificação e a redistribuição das propriedades semânticas dos conteúdos que lhe provêm do modelo narrativo, seja da posição dos conteúdos no interior da narrativa, seja das transformações comandadas pelo modelo.

Os limites deste artigo não nos permitem justificar plenamente esta transcrição. Precisemos somente que, preocupados em primeiro lugar pelo estabelecimento dos sintagmas narrativos, procedemos, em uma primeira etapa, à normalização das funções que poderemos reunir em algoritmos, para retomar em seguida a análise dos actantes da narrativa.

### 3.4 A transcrição das seqüências

#### 3.4.1 A seqüência inicial

“Em tempos muito antigos, aconteceu que as mulheres foram à floresta, para colher as palmas que serviam à confecção de “meias”: protetores do pênis entregues aos adolescentes por ocasião da iniciação. Um rapazinho seguiu sua mãe às escondidas, surpreendeu-a e violou-a.

Quando esta chegou de volta, seu marido notou as plumas arrancadas, ainda presas ao cinto de casca de árvore e semelhantes àquelas com que se ornamentam os jovens. Suspeitando de alguma aventura, ordenou que se fizesse uma dança, para saber que adolescente usava um ornamento semelhante. Mas, para seu grande estupor, constata que somente seu filho estava neste caso. O homem reclama uma nova dança, com o mesmo resultado”.

#### 1. DECEPÇÃO

##### a) *Disjunção*

Partida [mulheres] + deslocamento deceptivo [filho].

##### b) *Prova*

Combate + Vitória [filho; mãe] (violação)

Conseqüência: marca invertida [mãe] (a mãe é marcada, não o filho).

#### 2. REVELAÇÃO

##### a) *Conjunção*

Retorno [mãe; filho] + Reconhecimento da marca [pai; mãe].

##### b) *Prova*

Prova glorificante simulada e invertida [pai; adolescentes]  
(dança e não luta; traidor e não herói).

Conseqüência: revelação do traidor [filho] (e não do herói).

#### CONSEQÜÊNCIAS GERAIS

Punição do traidor [pai; filho].

#### *Comentário:*

A comparação da seqüência transcrita com o esquema narrativo permite ver que esta corresponde, na economia geral da narrativa, ao nível do conteúdo invertido, à *decepção do poder* e, ao nível do conteúdo colocado, à *punição do traidor*: o possuidor encontra-se privado, pelo comportamento deceptivo do antagonista, de um objeto mágico (não natural) que lhe conferia

um certo poder. O sujeito “frustrado” não o pode recuperar a não ser se o traidor é inicialmente reconhecido e, a seguir, punido. — A parte tópica da narrativa que daí decorre será a punição do filho-traidor, ordenada pelo pai que se tornou impotente (de um modo não natural).

### 3.4.2 Expedição ao ninho das almas

“Persuadido de seu infortúnio e desejoso de vingar-se, ele envia o filho ao “ninho” das almas, com a missão de lhe trazer o grande chocalho de dança (bapo), que deseja. O rapaz consulta sua avó, e esta revela-lhe o perigo mortal que se liga à empresa; recomenda-lhe conseguir a ajuda do beija-flor.

Quando o herói, acompanhado do beija-flor, chega à morada aquática das almas, espera na margem, enquanto o beija-flor voa com presteza, corta o cordão pelo qual está suspenso o chocalho: o instrumento cai n’água e ressoa “jo!” Alertadas pelo ruído, as almas atiram suas flechas. Mas o beija-flor voa tão depressa que reganha a margem indene, com sua presa.

O pai ordena então a seu filho que lhe traga o pequeno chocalho das almas, e o mesmo episódio se reproduz, com os mesmos detalhes, o animal ajudante sendo desta vez a juriti de vôo rápido (*Leptoptila sp.*, uma pomba). No decorrer da terceira expedição, o rapaz se apodera dos butoré: guizos barulhentos feitos com casco de caititu (*Dycotyles torquatus*) enfiados num cordão e que se usa enrolado em torno do tornozelo. Foi ajudado pelo gafanhoto (*Ecridium cristatum*, E.B., vol. 1, p. 780), cujo vôo é mais lento que o dos pássaros, de modo que as flechas o atingiram diversas vezes, mas sem matá-lo”.

1. CONTRATO  
Proposição [pai] vs Aceitação [filho].
2. PROVA QUALIFICANTE  
Prova hipotática [avó; filho] (consulta)  
Conseqüência: recepção do ajudante (3 ajudantes).
3. DISJUNÇÃO  
Partida [filho] + Deslocamento horizontal rápido [filho + ajudantes].
4. PROVA PRINCIPAL  
Luta + vitória [filho; espíritos aquáticos] (em sincretismo)  
Conseqüência: liquidação da falta [filho] (roubo dos enfeites).

## 5. *bis.* CONJUNÇÃO

Deslocamento horizontal rápido + Retorno [filho].

## 1. *bis.* REALIZAÇÃO DO CONTRATO

Liquidação da falta [filho]

Não restabelecimento do contrato [Pai].

CONSEQÜÊNCIA GERAL:

Qualificação do herói.

### *Comentário:*

1. Encontramos nesta seqüência um certo número de características estruturais da narração bem conhecidas: *a)* o caráter muitas vezes implícito da prova qualificante que só se manifesta pela conseqüência, *b)* a inversão sintagmática resultante do caráter deceptivo da prova, em que o roubo, seguido da perseguição, substitui-se à luta aberta, *c)* o sincretismo das funções que constituem a perseguição, analisável em luta + deslocamento rápido, *d)* a triplicação da seqüência, cuja significação só pode ser encontrada por uma análise sêmica dos ajudantes (ou dos objetos do desejo).

2. Em relação à economia geral, a seqüência transcrita deve corresponder à qualificação do herói.

### 3.4.3 *Expedição ao ninho das araras*

“Furioso por ver seus planos frustrados, o pai convida o filho para ir com ele capturar araras que fazem seus ninhos no flanco do rochedo. A avó não sabe bem como enfrentar o novo perigo, mas entrega ao neto um bastão mágico ao qual ele se poderá segurar, em caso de queda.

Os dois homens chegam ao pé da muralha; o pai ergue uma longa vara e ordena ao filho subir nela. Logo que este atinge a altura dos ninhos o pai retira a vara; o rapaz tem apenas tempo de enfiar seu bastão numa rachadura. Ele fica suspenso no vazio, gritando por socorro, enquanto o pai vai embora.

Nosso herói percebe um cipó ao alcance da mão; alcança-o e içá-se penosamente até o cume. Após ter repousado, põe-se à procura de alimento, confecciona um arco e flechas com ramos, caça os lagartos que abundam sobre o platô. Mata grande quan-

tidade deles, e pendura os excedentes em sua cintura e nas faixas de algodão que cercam seus braços e tornozelos. Mas os lagartos mortos apodrecem, exalando um mau cheiro tão abominável que o herói desmaia. Os urubus carniceiros (*Cathartes urubu*, *Corygyps atratus foetens*) abatem-se sobre ele, devorando primeiro os lagartos, e depois atacando o próprio corpo do infeliz, começando pelas nádegas. Reanimado pela dor, o herói expulsa seus agressores, mas não antes que eles tivessem devorado completamente sua parte traseira. Assim satisfeitos, os pássaros tornam-se salvadores: com seus bicos, levantam o herói pelo cinto e pelas faixas dos braços e das pernas, retomam o voo e o depositam docemente ao pé da montanha.

O herói volta a si, “como se acordasse de um sonho”. Tem fome, come frutas selvagens, mas percebe que, privado da parte traseira, não pode guardar o alimento: este escapa de seu corpo mesmo sem ter sido digerido. Inicialmente perplexo, o rapaz lembra-se de um conto de sua avó, em que o herói resolvia o mesmo problema modelando-se um posterior artificial, com uma massa feita de tubérculos esmagados.

Após ter, deste modo, reencontrado sua integridade física e enfim se alimentado...”

## 1. SUSPENSÃO DO CONTRATO

### a) *Contrato*

Proposição [pai] + Aceitação [filho].

### b) *Prova qualificante*

Prova hipotática [avó; filho] (consulta)

Conseqüência: recepção do ajudante [filho] (o bastão).

### c) *Disjunção*

Partida [filho; pai] + Deslocamento ascensional [filho].

### d) *Prova principal*

Combate + Vitória [pai; filho] (confronto deceptivo: inversão dos papéis)

Conseqüência: retomada do deslocamento [filho].

### e) *Conseqüência contratual*: suspensão do contrato.

## 2. ALIMENTAÇÃO ANIMAL

### a) *Prova negativa*

Luta + Vitória [filho; lagartos] (caça e absorção da carne crua animal)

Conseqüência: fracasso da prova (morte do herói).

b) *Prova positiva*

Luta + Vitória [urubus; filho] (caça e absorção do cru podre)  
Conseqüência: sucesso da prova.

3. ALIMENTAÇÃO VEGETAL

a) *Disjunção*

Deslocamento descensional [filho] (em sincretismo com a prova precedente: comportamento benfazejo dos oponentes > ajudantes).

b) *Prova negativa*

Luta simulada [filho; frutos selvagens] (colheita e não caça).  
Vitória deceptiva [filho] (absorção de alimento vegetal fresco)  
Conseqüência: fracasso da prova (impossibilidade de alimentar-se).

c) *Prova positiva*

Prova qualificante hipotática [avó; filho] (consulta em lembrança)  
Conseqüência: recepção do ajudante [filho] (ajudante vegetal)  
Prova principal:  
Luta simulada redundante + Vitória [filho; frutos selvagens]  
Conseqüência: sucesso da prova (liquidação da falta:  
impossibilidade de alimentar-se).

CONSEQÜÊNCIA GERAL:

Liquidação da falta (aquisição de certos modos de alimentação).

*Comentário:*

1. A transcrição semântica desta seqüência faz ressaltar uma das características estruturais do mito estudado: ele aparece cada vez mais como uma construção hipotática desenvolvendo, em diversos níveis, os mesmos esquemas narrativos. Assim, a seqüência da qual nos ocupamos no momento corresponde, na economia geral da narrativa, à prova principal; considerada em si mesma, ela realiza entretanto, sozinha, o esquema narrativo no qual o algoritmo "suspensão do contrato" toma lugar como prova qualificante; este, por sua vez, aparece após a transcrição, como uma narrativa autônoma comportando uma prova qualificante e uma prova principal. Resulta daí a manifestação do esquema narrativo sobre três níveis hierárquicos diferentes: um sintagma narrativo, seguindo o nível em que sua leitura está situada, é pois susceptível de receber sucessivamente diversas interpretações.

2. Uma outra característica do modelo narrativo: a *prova pelo absurdo*, que ainda não tínhamos encontrado, aparece pela primeira vez nesta seqüência.

### 3.4.4 O retorno do herói

“... Ele volta à sua aldeia, mas encontra o lugar abandonado. Por muito tempo, ele vagueia à procura dos seus. Um dia, nota marcas de passos e de um bastão, que reconhece como sendo o de sua avó. Segue os traços, mas, temendo mostrar-se, transforma-se num lagarto cujos movimentos intrigam longamente a velha e seu segundo neto, irmão mais moço do precedente. Decide-se enfim manifestar-se a eles sob seu aspecto verdadeiro. (Para reencontrar a avó, o herói transforma-se sucessivamente em quatro pássaros e uma borboleta, não identificados, Colb. 2, págs. 235-236).

Nesta noite, houve uma violenta tempestade acompanhada por um aguaceiro, e todos os fogos da aldeia se apagaram, com exceção do da avó, a quem, na manhã seguinte, todo o mundo veio pedir brasas, notadamente a segunda mulher do pai assassino”.

#### 1. RETORNO DO HERÓI

##### a) *Retorno negativo*

Partida [filho] + Deslocamento horizontal [filho]  
(a partir do lugar da prova)  
Retorno deceptivo [filho] (não conjugação pelo fato da ausência do ponto *ad quem*).

##### b) *Retorno positivo*

Partida redundante [filho] + Deslocamento [filho]  
Prova hipotática [avó; filho] (consulta)  
Conseqüência: recepção do ajudante [filho] (marcas do bastão)  
Retorno verdadeiro incógnito [lagarto] (lagarto = filho)  
Reconhecimento da marca [avó; filho].

#### 2. LIQUIDAÇÃO DA FALTA

##### a) *Liquidação negativa*

Atribuição da água malfazeja + Privação do fogo benfazejo.

##### b) *Liquidação positiva*

Atribuição do fogo benfazejo [avó; comunidade]  
Reconhecimento do herói marcado [madrasta]  
Não revelação do herói [pai; filho] (acolhimento comum e não glorificante).

#### CONSEQÜÊNCIA GERAL:

Revelação do traidor e sua punição.

### Comentário:

1. Notar-se-á inicialmente o paralelismo entre as seqüências 3 e 4: à duplicação das provas negativa e positiva corresponde aqui, primeiramente, o retorno negativo e positivo e, em seguida, a liquidação da falta sob suas duas formas negativa e positiva.

2. Notar-se-á, como procedimento característico, a demonstração pelo absurdo da impossibilidade de restabelecer o contrato, devido à ausência do destinador ao qual o objeto da busca deveria ser entregue, o que necessita uma nova busca de um novo destinador (avó).

3. Notar-se-á ainda, como característica deste mito particular, o fato de que situa o conteúdo invertido (isto é, pelo que sabemos a este estágio da análise, a ausência do fogo) não no tempo mítico de antigamente, mas no cotidiano de hoje e apresentado como uma extinção acidental do fogo. A descrição deve, em casos como este, operar a reconversão do cotidiano em mítico: vê-se que o procedimento ele próprio se define, à primeira vista, como uma *conversão estilística*.

#### 3.4.5 A vingança

“Ela reconheceu seu enteado, tido por morto, e correu para advertir o marido. Como se não fosse nada, este apanha seu chocalho ritual e acolhe seu filho com os cantos destinados a saudar o retorno dos viajantes.

Entretanto, o herói sonha em se vingar. Um dia, quando passeia na floresta com seu irmão menor, quebra um galho da árvore api, ramificado como chifres. Agindo segundo instruções do mais velho, o menino solicita e obtém de seu pai que ordene uma caça coletiva; transformado em pequeno roedor meá, localiza sem se deixar ver o lugar onde seu pai se coloca à espreita. O herói arma então sua testa com os falsos chifres, transforma-se em cervo, e ataca seu pai com tal impetuosidade que o espeta. Sempre galopando, dirige-se a um lago, onde precipita sua vítima”.

#### 1. CONTRATO DECEPTIVO

Decepção [irmão] + Submissão [pai] (decepção do “querer”)  
Ordem [pai] + Aceitação [homens] (pai: falso mandante).

## 2. DISJUNÇÃO

Partida [pai; homens] + Deslocamento horizontal [pai; homens]  
(disjunção dos lares da aldeia).

## 3. PROVA QUALIFICANTE

Transformação do ajudante em deceptor [irmão → me] +  
Extorção das informações [me] (decepção do "saber":  
o caçador torna-se caçado)

Conseqüência: recepção do ajudante (falsos chifres de madeira)

Prova qualificante [filho] (Transformação do herói em  
vítima simulada: cervo).

## 4. PROVA PRINCIPAL

Luta [pai; filho] (o falso caçador contra o falso caçado)

Vitória [filho] (a falsa vítima sai vitoriosa)

Conseqüência: deslocamento [pai] (disjunção da comunidade).

CONSEQÜÊNCIA GERAL:

Punição do traidor.

### Comentário:

1. A seqüência inteira desenrola-se sobre o modo deceptivo. Somente, contrariamente ao que se passa em outras narrativas, a decepção não se apresenta aqui *a*) nem como a conversão do conteúdo da seqüência, tal como se manifesta na Expedição ao ninho das almas, em que o elemento narrativo invertido, provocando as outras transformações, é o objeto da falta (*água vs instrumentos*), nem *b*) como inversão do sintagma narrativo, caracterizada pela inversão das funções em que, por exemplo, o roubo seguido da perseguição situa sintagmaticamente a conseqüência antes da própria prova — mas como uma inversão na distribuição dos papéis aos actantes previsíveis. Assim, o pai comporta-se como o organizador da caçada, enquanto é o filho que a organiza de fato; o pai considera-se como caçador, enquanto na realidade é a vítima vigiada por antecipação; o herói, caçador verdadeiro, disfarça-se, ao contrário, em vítima-cervo. — Insistimos sobre este esquema, bastante freqüente, porque permite abordar, no futuro, uma *tipologia da decepção*.

2. A leitura da seqüência, impossível sem a utilização do código, pode ser entretanto facilitada pela *formulação de hipóteses*, seja comparando-as às seqüências precedentes, seja pro-

curando determinar, pelo registro das redundâncias, a isotopia própria à seqüência estudada apenas.

a) o retorno do herói foi seguido, lembremo-nos disto, da liquidação negativa da falta sob forma de dois efeitos complementares: afirmação da água malfazeja e negação do fogo benfazejo. A liquidação positiva da falta apareceu como a afirmação do fogo benfazejo: é lógico supor que a seqüência estudada neste momento seja destinada à manifestação do termo complementar, isto é, à denegação da água malfazeja. A hipótese a reter será pois a identificação entre

disjunção do pai = negação da água malfazeja

o que permite supor a correlação entre o pai e a água malfazeja.

b) a procura das redundâncias permitindo estabelecer a isotopia própria apenas à seqüência em estudo permite supor um *eixo vegetal* (o herói e seu irmão menor transformam-se em vegetarianos; a arma punitiva do traidor é de origem vegetal). Se isto acontece, a este eixo opõe-se logicamente um *eixo animal* que deve ser aquele onde se situa o antagonista que, com efeito, se define positivamente, como caçador, como o consumidor de alimento animal. Se, além disso, se observar que se trata de ambos os lados de comedores do cru (isto é evidente para o cervo e o mea, mas convém igualmente ao pai que se encontra distanciado do fogo dos lares), a figura do pai parece entrar em correlação com o cru animal (hipótese que, vê-lo-emos, só se verificará parcialmente).

### 3.4.6 A seqüência final

“Imediatamente, este é devorado pelos espíritos buiogoê que são os peixes canibais. Do festim macabro resta apenas no fundo da água uma ossada descarnada, e os pulmões que sobrenadam, sob forma de plantas aquáticas cujas folhas, diz-se, parecem-se a pulmões.

De volta à aldeia, o herói vingá-se também das esposas de seu pai (das quais uma é sua própria mãe).

#### 1. DISJUNÇÃO

Partida [pai; filho] + Deslocamento horizontal rápido [pai; filho]  
Chegada ao lugar da prova [pai] (imersão = conjunção com a água).

## 2. PROVA NEGATIVA

Luta + Vitória [piranhas, pai] (absorção da parte carnal = cru animal)  
Conseqüência: morte do herói-traidor.

## 3. PROVA POSITIVA

Luta + Vitória [pai; piranhas] (não absorção da parte essencial:  
pulmões + ossada)  
Conseqüência: sobrevivência do herói-traidor.

## 4. DISJUNÇÃO DEFINITIVA

Partida descensional + Transformação em espírito aquático(?) (ossada)  
Partida ascensional + Transformação em planta aquática.

### *Comentário:*

Se analisamos em duas provas distintas o combate do traidor com os espíritos canibais, é *a)* para melhor separar as duas conseqüências divergentes da prova, mas também *b)* para estabelecer um certo paralelismo estrutural com as seqüências precedentes.

### 3.5 Os actantes e as relações contratuais

A transcrição à qual acabamos de proceder permitiu compreender o encadeamento das funções constitutivas dos sintagmas narrativos. Mas ao mesmo tempo negligenciamos o segundo aspecto desta normalização, a transcrição dos actantes que deixamos provisoriamente sob a forma de atores da narrativa, subdividindo assim o procedimento proposto em duas etapas sucessivas.

Esta codificação dos actantes, se ela é pouco rendável para os sintagmas-provas cujo estatuto é simples e cuja estrutura, redundante, encontra sua importância quando se tratam das unidades contratuais às quais cabe o papel da organização de conjunto da narrativa. As funções que os definem constituem um jogo de aceitações e recusas de obrigações entre as partes contratantes e provocam, em cada momento, novas distribuições e redistribuições de papéis. Assim, não é senão no nível destas distribuições de papéis que se pode esperar poder resolver o problema, difícil à primeira vista, da transformação do filho-traidor em herói e aquela, paralela, do pai-vítima em traidor.

Adotando o sistema de abreviaturas simples para notação dos actantes da narrativa:

D<sub>1</sub> (destinador) vs D<sub>2</sub> (destinatário)  
 S (sujeito-herói) vs O (objetivo-valor)  
 A (ajudante) vs T (opponente-traidor)

poder-se-á apresentar, sob forma condensada, as principais obrigações contratuais e as distribuições correlativas de papéis na parte tópica da narração.

SEQÜÊNCIAS	FUNÇÕES	ACTANTES
<i>Partida para o ninho das almas</i>		
Contrato aceito	{ Punição do traidor Proposição Aceitação e partida	Filho = T Pai = D <sub>1</sub> Filho = D <sub>2</sub> + (S) + T <i>Obs.:</i> Colocamos entre parênteses o herói não qualificado.
<i>Partida para o ninho das araras</i>		
Contrato aceito	{ Proposição Aceitação e partida	Pai = D <sub>1</sub> Filho = D <sub>2</sub> + S + T
Contrato suspenso	{ Combate deceptivo Conseqüência	Pai = D <sub>1</sub> + T Filho = D <sub>2</sub> + S <i>Obs.:</i> O papel T passa do Filho ao Pai.
<i>Retorno do herói</i>		
Contrato recusado	{ Retorno Ausência do pai	Filho = D <sub>2</sub> + S Pai = (D <sub>1</sub> ) + T
Novo contrato	{ Busca do destinador Retorno e dom	Filho = D <sub>2</sub> + S Avó = (D <sub>1</sub> ) <i>Obs.:</i> O destinador ausente e o novo destinador não manifestado estão entre parênteses.
Antigo contrato rompido	{ Distribuição do fogo Não glorificação do herói	Avó = D <sub>1</sub> Pai = T
<i>Vingança</i>		
Novo contrato invertido	{ Proposição Aceitação e partida	Filho = D <sub>1</sub> Pai = D <sub>2</sub> + S + T

A redundância que marca a ruptura do contrato (contrato suspenso → contrato recusado → contrato rompido) e a procura do novo destinador impedem de ver nitidamente a simetria da narrativa devida ao paralelismo das redistribuições dos papéis entre o pai e o filho. Podem-se resumi-las da maneira seguinte:

Atores	Contrato-punição		Dupla transformação	Contrato-punição	
Filho	T	D2 + (S) + T	D2 + S	D1	
Pai	D1		D1 + T	T	D2 + (S) + T

*Comentário:*

1. Basta reconhecer que existem duas formas distintas do contrato, (1) contrato voluntário que origina uma missão de salvação e (2) contrato involuntário do qual decorre uma missão de resgate, e ver na vingança esta segunda forma de obrigação contratual, para se dar conta de que existe uma *articulação contratual* do modelo narrativo em seu conjunto. A parte tópica do mito aparece então como a execução do contrato primitivo, decorrente da seqüência inicial; a seqüência final, por sua vez, encontra-se ligada da mesma maneira ao corpo da narrativa. Daí, pode-se formular uma nova correspondência entre a manifestação narrativa e a estrutura do conteúdo que está assim manifestado: *às correlações entre conteúdos não isótopos* do mito, ao nível de sua estrutura, *correspondem às relações contratuais*, no nível da narração.

2. A passagem de um contrato a outro efetua-se graças a uma dupla transformação, isto é, graças à substituição paradigmática dos termos sêmicos que operam no interior de duas categorias simultaneamente: 1) o pai torna-se traidor, e o filho, qualificado, herói completo ( $S \rightleftharpoons T$ ); 2) o traidor não podendo ser destinador (*incompatibilidade* estrutural que havíamos já observado analisando um *corpus* psicodramático), o pai se transforma em destinatário, passando o papel de destinador a seu filho ( $D_1 \rightleftharpoons D_2$ ). A hipótese que havíamos formulado servindo-nos de informações tiradas de análises anteriores não mitológi-

cas, mas literárias, e segundo a qual *a prova é a manifestação*, sobre o plano narrativo, *da transformação* dos conteúdos, confirma-se aqui: a dupla transformação que formulamos aqui ao nível dos actantes corresponde, com efeito, à prova deceptiva na narrativa.

**Observação:** O espaço limitado não nos permite desenvolver a teoria dos actantes, que mostraria que a primeira transformação é, na realidade, a de  $A \rightleftharpoons T$  (e não de  $S \rightleftharpoons T$ ) como indicamos por simplificação.

## 4. A MENSAGEM ESTRUTURAL

### 4.1 A biisotopia da narração

A transcrição formal não nos deu a chave de uma leitura isotópica única, bem ao contrário: a narrativa parece ser concebida propositalmente de tal maneira que manifesta sucessivamente, em sua parte tópica, duas isotopias simultaneamente. Pode-se mesmo perguntar se as variações de isotopias, correspondendo às seqüências da narrativa, não constituem um dos traços distintivos que permitem opor a narrativa mítica aos outros tipos de narração, como o conto popular, por exemplo.

Assim, se a seqüência “expedição ao ninho das almas” pudesse ser considerada, após sua reconversão, segundo a equivalência *procura da ossada*  $\simeq$  *procura da água*, como manifestando a isotopia da água (e do fogo), a seqüência “expedição ao ninho das araras” abandona a missão aparente da procura dos enfeites e não se ocupa mais senão de problemas de regime alimentar, animal e vegetal. O retorno do herói, por sua vez, é marcado pela doação do fogo (e da água), mas a seqüência “vingança” que se segue é quase ilisível: é com esforço que se pode encontrar nela, graças a formulações dedutivas, a preocupação da disjunção da alimentação vegetariana e carnívora.

A parte tópica da narração apresenta-se assim:

ISOTOPIAS	NINHO DAS ALMAS	NINHO DAS ARARAS	RETORNO	vingança
Código natural	_____		_____	_____
Código alimentar	_____		_____	_____

Duas isotopias, revelando a existência de duas codificações diferentes da narrativa, aparecem assim nitidamente. A interpretação do mito terá por finalidade, neste estágio, o estabelecimento da equivalência entre os dois códigos e a redução do conjunto da narrativa a uma isotopia única. Ela propõe ao descritor o problema da *escolha estratégica*, a saber: qual é a isotopia *fundamental*, na qual é preciso traduzir a segunda isotopia, considerada como aparente?

Duas ordens de considerações pleiteiam em favor da escolha do código alimentar:

1. A transcrição formal permite constatar a diferença de níveis em que se situam os conteúdos a analisar nas duas isotopias: caso se considere que esses conteúdos se manifestam na mensagem narrativa, sob a forma canônica das conseqüências das provas e, por conseguinte, dos objetos de procura, vê-se que, no primeiro caso, os objetos são apresentados sob forma de *lexemas* (água, fogo), e, no segundo, sob a forma de *combinações de semas* (cru, cozido, podre, fresco, etc.). Pode-se dizer que a análise do conteúdo tendo atingido o nível sêmico é mais profunda do que a que se situa ao nível dos signos: é pois o nível da análise sêmica que deve ser retido como fundamental.

2. A economia geral do modelo narrativo prevê, no desenrolar da narrativa, a sucessão de três tipos de provas:

---

PROVA QUALIFICANTE	PROVA PRINCIPAL	PROVA GLORIFICANTE
"ninho das almas"	"ninho das araras"	"vingança"

---

Parece evidente que é a prova principal que está encarregada de tratar do conteúdo tópico do mito: sua isotopia tem portanto fortes razões de manifestar o conteúdo no nível fundamental.

Mas, definitivamente, é a convergência destas duas ordens de considerações que constitui o elemento decisivo da escolha estratégica. Vamos, por conseguinte, começar a explicação e a integração do código a partir desse lugar privilegiado que é a seqüência correspondente à prova principal.

## 4.2 O objeto da procura

Sem nos preocuparmos mais com a unidade contratual que introduz a prova principal da narrativa, só temos que analisar a própria seqüência, cortada em dois segmentos graças à disjunção espacial, os quais se articulam cada um sob a forma de provas notificando o fracasso ou o sucesso de um certo modo de alimentação:

### ALIMENTAÇÃO

ANIMAL (NO ALTO)		VEGETAL (EMBAIXO)	
fracasso	sucesso	fracasso	sucesso

Admitindo-se a hipótese segundo a qual as quatro provas assim distribuídas são apenas manifestações narrativas das transformações estruturais, dir-se-á que os dois fracassos devem ser considerados como *negações* e os dois sucessos, como *afirmações* de certos modos alimentares.

1. O regime alimentar negado em primeiro lugar é o consumo do *cru animal*; é negado, porque *canibal*: o código, mas também o contexto discursivo, nos informam que o herói, tendo-se tornado “mestre da água” graças à prova qualificante, é na realidade um lagarto, miniaturização terrestre do crocodilo, e, com efeito, é sob forma de lagarto que ele se apresenta na volta à avó. Pode-se dizer que *o canibalismo é a manifestação narrativa da conjunção das identidades* e que a morte e a putrefação resultante é de fato a morte, a desapareção do sentido.

2. O regime alimentar, afirmado em prosseguimento, é o consumo do *cozido animal*. O herói morto constitui-se em alimentação que se define como o *cru animal podre*. Os urubus carniceros, só consumindo a parte “crua e podre” do herói (os lagartos restantes e o traseiro “podre”), realizam pois a disjunção *podre vs fresco* e a negação do cru podre. Esta operação, que poderia parecer canibal à primeira vista, não o é na realidade, pois os urubus são, no mundo invertido de antes, os mestres do fogo. Sem entrar nos detalhes do contexto que o leitor de Lévi-Strauss já conhece e, notadamente, sem insistir demais sobre seu

papel de feiticeiros, capazes de operar a purificação pelo fogo e a ressurreição dos mortos, pode-se dizer que sua vitória é a vitória dos consumidores do cozido e, por conseguinte, a afirmação do consumo do *cozido animal podre*. A transformação que corresponde a esta prova é a substituição do termo *cru* pelo termo *cozido* no interior da categoria sêmica *cru vs cozido*.

3. Não é inútil notar, nesta ocasião, o fenômeno estilístico freqüente de conotação redundante. Assim, a disjunção *alto vs baixo* que corresponde à deposição do herói no sopé da montanha encontra-se em outras narrativas bororos. Estes eram antigamente araras que, uma vez descoberto seu segredo, jogaram-se na fogueira ardente transformando-se assim, com disjunção, em pássaros (alto) e plantas (baixo) encontrados entre as cinzas. Por outro lado, os sacerdotes bororos ajudam a procurar alimentos: “como araras, colhem os frutos”: o herói-arara, ao revelar-se embaixo, reencontra pois a parte vegetal complementar de sua natureza.

4. O regime alimentar que é negado pela segunda vez é o consumo do *cru vegetal*. Mais precisamente, não é o objeto a consumir (os frutos selvagens) que são postos em questão, mas o consumidor em sua qualidade de objeto de consumo (para os urubus). O herói, como se sabe, está desprovido de posterior, negado enquanto *cru* e *podre*. O paradigma de substituição é assim aberto ao nível do corpo do herói: a parte *podre* já estando ausente ainda não foi substituída pela parte *fresco*.

5. A transformação do consumidor cuja parte animal *crua* e *podre* é substituída, com a ajuda de um ajudante (que se identifica com esta parte nova de sua natureza) vegetal, *cru* e *fresco*, e a possibilidade de se alimentar assim reencontrada constituem pois a afirmação do consumo do *cru vegetal fresco*.

Em conclusão, pode-se dizer que (a) a disjunção *alto vs baixo* opera a disjunção entre dois eixos de consumo: *animal vs vegetal*; (b) a primeira série de provas consiste na transformação do *cru em cozido*; (c) a segunda série de provas recobre a transformação do *podre em fresco*.

#### 4.3 A construção do código

Suspendendo momentaneamente a análise, pode-se experimentar agora organizar o que já conseguimos a fim de ver se já é

possível a construção de um código dando conta do conjunto da manifestação tópica do mito.

1. Observar-se-á inicialmente que a seqüência estudada coloca o problema da alimentação sob forma de *relação* entre o consumidor e o objeto consumido e que as categorias que postulamos para articular o conteúdo de diversos objetos de consumo (*cru vs cozido; fresco vs podre*) só puderam ser estabelecidas afirmando-se ou negando-se a possibilidade desta ou daquela relação. Sendo assim, o fogo e a água aparecem, em relação ao objeto de consumo, na *relação* que é a do produtor com o objeto produzido: é o fogo que transforma, com efeito, o cru em cozido, é a água que, a partir do fresco, produz o podre. O objeto de consumo situa-se assim entre

$$\frac{\text{Destinador}}{\text{(produtor)}} \rightarrow \text{Objeto} \rightarrow \frac{\text{Destinatário}}{\text{(consumidor)}}$$

Desde agora pode-se dizer que a manifestação narrativa em seu conjunto se situa ora ao nível dos conteúdos que articulam os objetos de consumo, ou ao nível das articulações dos destinatores ou destinatários. Nesse sentido, a definição da isotopia geral do discurso que propusemos em outro lugar e pela qual esta não é a iteração de uma única categoria semântica, mas de um feixe de categorias organizado, parece aplicável à narrativa mítica: o objeto de consumo que está em causa no discurso está estilisticamente presente ora com seu conteúdo próprio, ora sob forma de conteúdos *distanciados* com a ajuda de relações que se podem definir categoricamente. O estabelecimento da leitura única consistirá pois na redução desses afastamentos estilísticos.

2. Ao considerar de mais perto as duas funções de purificação pelo fogo e de putrefação pela água, percebe-se que uma pode ser denominada como *vital* e a outra, como *mortal* e que a distância que separa o cru do cozido é a da oposição da vida e da morte. Uma nova conotação, mais geral, das categorias elementares, devida a seu caráter vital e benéfico ou mortal e maléfico, parece possível. Com efeito,

$$\begin{aligned} \text{se } \textit{cozido} \simeq V \text{ então } \textit{cru} \simeq \text{ não } V, \text{ e} \\ \text{se } \textit{podre} \simeq M, \text{ então } \textit{fresco} \simeq \text{ não } M. \end{aligned}$$

Por outro lado, a nova categoria conotativa permite, graças à colocação entre parênteses da distância estilística entre o pro-

dutor e o objeto produzido, uma distribuição paralela dos termos sêmicos recobertos pelos lexemas de fogo e de água. O quadro abaixo resumirá brevemente os resultados desta redução que conduz à construção de um código bivalente, mas isomorfo. Este não poderá ser considerado como corretamente estabelecido senão na medida em que permitirá dar conta do conjunto de conteúdos tópicos manifestados.

	VIDA	MORTE	
V	cozido fogo vital	cru fogo mortal	não V
não M	fresco água vital	podre água mortal	M

#### 4.4 A transformação dialética

No quadro assim estabelecido, o conjunto das transformações contidas na seqüência estudada é suscetível de ser compreendido sob a forma de um *algoritmo dialético*. Com efeito, as provas que se seguem consistem em:

- (1) negar o termo cru (não V)
- (2) afirmar o termo cozido (V)
- (1) afirmar o termo fresco (não M)
- (2) negar o termo podre (M).

A asserção dialética, oferecendo a síntese, consistirá então em postular a existência de uma relação necessária entre o *cozido* e o *fresco* (V + não M), termos pertencentes a categorias de conteúdo originalmente distintas, afirmando que sua conjunção constitui a vida, isto é, a cultura alimentar, ou, transpondo no código paralelo, que a conjunção do fogo do lar e da chuva benfazeja constituem as condições "naturais" desta cultura.

Esta análise torna ao mesmo tempo evidentes as manifestações lexemáticas dos atores assumindo ao mesmo tempo as funções do produtor e do consumidor: assim o urubu-carniceiro que, enquanto comedor do cru podre, é o pássaro da morte, uma vez situado em um antes mítico, assume as funções do produtor do fogo e torna-se o pássaro da vida, operando ressurreições. Do

mesmo modo, o jaguar come-cru e a tartaruga come-podre constituem, com inversão, o par cultural perfeito. Não é de admirar a partir daí que nosso herói tenha o nome do consumidor transformado no de destinador, o de Geriguiguiatugo, isto é, de jaguar-tartaruga. (A interpretação de jaguar = fogo e de tartaruga = lenha constitui uma conotação paralela, categorizável sem referência a seu estatuto de consumidor).

#### 4.5 A liquidação da falta

1. Viu-se que o comportamento deceptivo do destinador-pai teve como consequência desdobrar tanto o retorno do herói quanto a liquidação da falta apresentando-os sob formas negativa e positiva:

$$\frac{\text{Retorno negativo}}{\text{Dom negativo}} \simeq \frac{\text{Retorno positivo}}{\text{Dom positivo}}$$

Resulta daí que o primeiro dom do herói é o dom da morte, e não da vida: é somente por intermédio do novo destinador-avó que renovará seu dom, desta vez positivo.

Observar-se-á que o algoritmo dialético do dom encontra-se duplamente invertido em relação ao da procura porque: 1º enquanto dom, está invertido sintagmaticamente, e a afirmação aí precede a negação e assim sucessivamente; 2º enquanto dom negativo, está invertido em seus termos: afirma as propriedades de morte, e não de vida. Consiste pois em

- (1) afirmação de M (podre  $\simeq$  água mortal)
- (2) originando a negação de não M (fresco  $\simeq$  água vital)
- (1) a negação de V (cozido  $\simeq$  fogo vital)
- (2) implicando a afirmação de não V (cru  $\simeq$  fogo mortal).

O dom negativo estabelece, por conseguinte, a relação necessária entre dois conteúdos afirmados, isto é, entre M + não V, o que é a definição mesma da morte e, por isso mesmo, da anticultura.

2. Desse modo, pode-se supor que o dom positivo terá a mesma estrutura sintagmática operando sobre conteúdos diferentes, afirmando a vida, e não a morte. A distribuição do fogo,

realizada pela avó, pode-se transcrever como constituindo a primeira parte do algoritmo:

- (1) afirmação de V (cozido  $\simeq$  fogo vital)
- (2) implicando a negação de não V (cru  $\simeq$  fogo mortal).

O episódio da caça deceptiva só pode ser logicamente a manifestação da segunda parte do algoritmo, isto é:

- (1) afirmação de não M (fresco  $\simeq$  água vital)
- (2) comportando a negação de M (podre  $\simeq$  água mortal).

Uma tal interpretação, se bem que muito possível, não leva entretanto a adesão do descritor como uma evidência. Em aparência pelo menos, tudo se passa como se a operação caça tivesse sido montada para pôr em presença o *cru* vs o *fresco* e não o *podre* vs o *fresco*. Com efeito, o pai, tendo recusado glorificar o herói, não participa necessariamente dos benefícios do fogo, permanece “cru”. De maneira redundante, sua crueza encontra-se confirmada pela disjunção dos homens em relação aos fogos da aldeia, onde se encontravam em situação de caçadores do cru.

Se a descrição apresenta, nesse ponto, alguma dificuldade, é porque o código que construímos está ainda incompleto: só estabelecemos o isomorfismo entre as categorias alimentares articulando o objeto de consumo, e as categorias “naturais” diferenciando os produtores, deixando de lado a articulação que permite descrever, de maneira isomorfa, os consumidores que apresentam, em relação ao objeto, um afastamento estilístico comparável ao dos produtores. Somos pois obrigados a abandonar provisoriamente a análise começada para tentar completar inicialmente nossos conhecimentos do código sobre este ponto preciso.

#### 4.6 A cultura sexual

1. Introduzindo a categoria *vida* vs *morte*, pudemos constituir uma classificação cultural que, sempre articulando o código do mito segundo duas dimensões diferentes, possui entretanto um caráter mais geral do que a cultura alimentar que ela organiza.

Sendo assim, pode-se tentar aplicar esta classificação ao plano da cultura sexual procurando estabelecer equivalências entre va-

lores culinários e sexuais que só serão reconhecidos como isomorfos se puderem comportar uma distribuição formalmente idêntica. É preciso precisar imediatamente que se trata aqui da cultura sexual, isto é, do conjunto de representações relativas às relações sexuais, que é de natureza lingüística e axiológica, e não da estrutura de parentesco que lhe é logicamente anterior. O quadro abaixo colocará em evidência o isomorfismo proposto:

V	cozido esposo	cru criança masc.	não V
não M	fresco mãe (avó)	podre esposa	M

Uma tal distribuição apresenta-se, sem nenhuma dúvida, como uma simplificação grosseira: ela deveria, em princípio, bastar para justificar o isomorfismo entre as duas dimensões culturais do universo mitológico e tornar possível a transcodagem de um sistema no outro. Assim como está, o quadro dá conta de um certo número de fatos: (a) a mulher bororo é um fruto podre; (b) enquanto mãe, ela é doadora de alimento e, embora mantendo sua natureza vegetal, constitui o termo complexo M + não M (enquanto que a avó, não sendo mais esposa, corresponde ao único termo não M); (c) o comportamento sexual no interior do casamento é vital: é um cozimento que, pela conjunção com o podre, provoca a fermentação e a vida; (d) o macho solteiro e, sobretudo, a criança não iniciada são rejeitados para o lado do cru e do fogo mortal.

2. A violação, graças a este código bivalente (ou trivalente), pode ser interpretado como uma prova, que manifesta uma série de transformações que se podem reunir em um único algoritmo dialético:

- (1) a negação do cozido (V) (o filho substitui-se ao esposo)
- (2) levando à afirmação do cru (não V) e
- (1) a afirmação do podre (M)
- (2) comportando a negação do fresco (não M)  
(a mulher é negada como mãe).

O ato sexual extraconjugal seria pois a expressão da conjunção do cru e do podre, e identificar-se-ia com a asserção dialética instaurando a morte; não somente o filho afirma assim sua natureza anticultural; acontece o mesmo com o pai, cuja qualidade de “cozinheiro” é negada e que, ligando-se a partir de então com sua mulher (e, sobretudo, com sua nova esposa que aparece a propósito), não poderá senão reproduzir a asserção não V + M. Em seguida à violação, os dois protagonistas machos encontram-se portando definidos da mesma maneira, mas enquanto que o filho, passando — se bem que sobre uma outra dimensão cultural — por uma série de provas heróicas, se transformará para tornar-se o contrário daquilo que era no início, o pai ficará sempre com sua natureza crua e podre.

3. Esta extrapolação, na medida em que é correta, permite um certo número de constatações relativas tanto ao estatuto da narração quanto aos procedimentos de descrição: (1) vê-se que a construção do código pressupõe o estabelecimento de uma classificação cultural de generalidade suficiente para que possa integrar as codificações isomorfas não somente dos conteúdos tópicos, mas também dos conteúdos correlatos; (2) vê-se que ao encaideamento sintagmático que interpretamos como uma relação de causa e efeito (o contrato punitivo) corresponde a passagem de uma dimensão cultural a uma outra (cultura sexual em cultura alimentar).

4. O estabelecimento da equivalência entre diferentes códigos permite-nos, por outro lado, compreender melhor certos procedimentos estilísticos da narração. Assim, os dois elementos constitutivos da natureza dos protagonistas — e que, no nível do código sexual, correspondem à natureza masculina e à natureza feminina — encontram-se entre si em uma relação que se pode generalizar sob a forma da categoria *agente vs paciente*. Isto permite interpretar as inversões de papéis que se podem observar nos episódios de caça:

a) enquanto *crus*, os atores são *caçadores* (caça aos lagartos, caça ao cervo);

b) enquanto *podres*, eles são *caçados* (pelos urubus, pelo cervo).

Pode-se voltar agora à análise deixada em suspenso e reler o episódio da caça final: se o pai, enquanto caçador, afirma bem

sua natureza de *cru*, a informação trazida pelo ajudante-deceptor mea sobre o lugar em que ele se encontrava à espreita transforma-o em ser caçado, isto é, em *podre*. A vitória do cervo, armado de falsos chifres (= madeira fresca) dá conta, por conseguinte, da transformação que se inscreve como a negação do *podre*, correlativa da afirmação do fresco.

#### 4.7 Qualificação e desqualificação

Resta-nos examinar a última seqüência que consagra a disjunção do pai-traidor (não V + M) da comunidade. Já se notou que o estatuto do pai é, neste ponto da narrativa, simétrico ao do filho em seguida à violação: (a) do ponto de vista do conteúdo, definem-se todos os dois como agentes da morte, como simultaneamente crus e podres, (b) do ponto de vista da estrutura sintagmática da narrativa, são objeto de vingança, isto é, obrigados a executar um contrato-punição. Resulta daí que as seqüências “expedição ao ninho das almas” e “imersão no lago” consecutivas das duas disjunções devem ser, em princípio, comparáveis. Pode-se então tentar justapô-las e interpretá-las simultaneamente, pondo em evidência as identidades e as diferenças.

**Observação:** Do ponto de vista das técnicas de descrição, procuramos valorizar assim o procedimento do *comparativo interno* à narrativa: já o praticamos, analisando sucessivamente os dois aspectos da liquidação da falta, enquanto procura e enquanto dom.

##### Expedição ao ninho das almas

Disjunção em seguida a uma vitória  
— da sociedade anticultural  
Conjunção com os espíritos aquáticos — em vista de uma posição disjuntiva (combate)

##### Qualificação do herói

Procedimento analítico:  
articulação em elementos constitutivos por adjunção (sob forma de ajudantes)

##### 1. *Beija-flor*

Disjunção máxima em relação aos espíritos aquáticos (alto)

##### Seqüência final

Disjunção em seguida a uma derrota — da sociedade cultural  
Conjunção com os espíritos aquáticos — em vista de uma posição conjuntiva (integração)

##### Desqualificação do herói

Procedimento analítico:  
articulação em elementos constitutivos por disjunção (desarticulação)

##### 1. *Ossada*

Conjunção máxima em relação aos espíritos aquáticos (baixo)

(antiágua = fogo = vida absoluta)

## 2. *Pomba*

Disjunção em relação ao podre (pombo = destruidor de água mortal)

## 3. *Gafanhoto ferido*

Disjunção em relação ao cru:

a) afirmação do cru: gafanhoto = destruidor dos jardins = seca = fogo mortal

b) possibilidade de afirmação do fresco: o ferimento, pelos espíritos aquáticos, é a negação do cru absoluto

### *Conseqüências:*

Aquisição complementar, pelo herói, das qualidades em oposição a sua natureza: possibilidade da cultura humana

(ossada = espíritos aquáticos = morte absoluta)

## 2. *Pulmões — Plantas aquáticas*

Conjunção com o podre (o lago-pântano é a manifestação do podre)

## 3. *Piranha*

Conjunção com o cru:

a) afirmação do cru: piranha = podre = fogo mortal

b) conjunção das identidades: a parte crua do herói é absorvida e não substituída (cf. canibalismo dos urubus)

### *Conseqüências:*

Identificação das qualidades do herói com as da natureza: possibilidade da anticultura não humana

### *Comentário:*

O procedimento que consistiu em utilizar o quadro comparativo para a exploração dos dados contextuais ao nível dos lexemas permitiu separar a articulação geral das duas seqüências.

a) viu-se que a disjunção do herói em relação à sociedade dos homens tem por conseqüência sua conjunção com a sociedade dos espíritos. Resulta disto a confrontação da natureza do herói com as qualidades correspondentes da supranatureza.

b) os dois heróis, idênticos quanto à sua natureza, terão entretanto um comportamento diferente. Esta diferença só pode provir de seu estatuto sintagmático enquanto actantes-sujeitos que se encontra polarizado da maneira seguinte:

### Sujeito-herói

encarregado de uma potencialidade de *vida*  
herói vitorioso  
à conquista de uma cultura  
provoca as provas  
adquire qualidades  
que arranca dos espíritos

### Sujeito-herói

encarregado de uma potencialidade de *morte*  
herói derrotado  
à conquista de uma anticultura  
sofre as provas  
perde qualidades  
que transmite aos espíritos

c) uma tal análise mantém-se entretanto ao nível lexemático e aparece, por este fato, insuficiente. A descrição procura atingir o nível da articulação sêmica dos conteúdos e dar conta das transformações subjacentes às seqüências narrativas. As questões que se apresentam desde o início são as seguintes: a que corresponde, ao nível das transformações estruturais, a qualificação do herói? Que transformações comporta, por seu lado, a desqualificação do herói?

## 4.8 A qualificação do herói

Segundo as previsões fornecidas pelo modelo narrativo, a seqüência que se intercala entre a partida do herói e a defrontação da prova principal é destinada a *qualificar* o herói, isto é, a acrescentar-lhe qualidades das quais estava desprovido e que o tornarão capaz de superar a prova. Entretanto, caso se considere a composição sêmica do conteúdo de nosso herói antes e depois da qualificação, não se encontra aí diferença notável: o herói é, em um caso como em outro, *cru + padre*.

Em que consiste este caso de qualificação? Parece bem que só pode residir na aquisição das qualidades virtuais que, embora sendo contraditórias e complementares em relação à natureza, conferem entretanto ao herói o poder de afirmar e de negar, transformando-o em *meta-sujeito das transformações dialéticas* (o que indicam, além disso imperfeitamente, as designações tais como “mestre do fogo” ou “mestre da água”). O herói qualificado comportaria pois, na sua natureza, e seu conteúdo próprio, e os termos contraditórios suscetíveis de negá-lo. Seria apenas em seguida à sua qualificação que se tornaria verdadeiramente *mediador* cujo conteúdo categórico seria *complexo*, compreendendo ao mesmo tempo os termos *s e não s* de cada categoria.

— O caráter hipotético de nossas formulações provém, sem dúvida, da ausência quase total de conhecimentos relativos à articulação do modelo narrativo neste permenor, e nossos esforços tendem mais a detectar as propriedades estruturais do modelo do que a interpretar a seqüência.

1. O herói que é *podre* (M) no momento em que decide enfrentar a primeira prova qualificante não pode a este título opor-se aos espíritos aquáticos que, eles também, comportam a determinação M. A defrontação só é possível graças ao ajudante *beija-flor* que, pelo fato de sua disjunção máxima em relação à água (mas também porque é não bebedor e muito frequentemente “mestre do fogo”), representa o termo diametralmente oposto a M, isto é, o termo V. Pela adjunção à sua natureza da propriedade V, que define o ajudante *beija-flor*, o herói se transforma no termo complexo  $M + V$ , isto é, em um ser ambíguo, mediador entre a vida e a morte. — É esta natureza complexa que lhe permite em seguida apresentar-se como *pombo*, isto é, ao mesmo tempo consumidor e nagador do *podre*. Isto permite-nos dizer que o herói, neste estágio, é

<i>Estaticamente</i>	<i>Dinamicamente</i>
M + V	$\overline{M}$

em que o signo da negação indica o poder que possui a vida de negar a morte. Traduzido em termos cotidianos, isto quer dizer que o herói se tornou mestre eventual da água maléfica.

2. O herói, que é ao mesmo tempo *cru* (não V), identifica-se por sua vez como o *gafanhoto*, destruidor de jardins que, estes, só são possíveis graças à água benéfica. É a este título que ele é *ferido* pelos espíritos aquáticos, isto é, tornado inapto a destruir completamente os efeitos da água benéfica. Enquanto *gafanhoto ferido*, o herói vê o termo *cru* de sua natureza transformar-se no termo complexo  $não V + não M$ , o que quer dizer que, no segundo aspecto de sua natureza, ele é

<i>Estaticamente</i>	<i>Dinamicamente</i>
não V + não M	$\overline{não V}$

em que a negação indica o poder da água vital de negar o caráter absoluto do fogo mortal.

3. O protocolo da transcrição dos conteúdos comportando categorias complexas e de suas transformações não estando estabelecido, diremos ingenuamente que o herói qualificado apresenta-se seja como

$$(M + V) + (\text{não } V + \text{não } M)$$

seja como negador dos conteúdos "mortais":

$$\overline{M + \text{não } V} = \overline{(M + \text{não } V)}$$

Esta última transcrição visualiza melhor a permanência da natureza "mortal" do herói, à qual veio ajuntar-se uma segunda natureza que o institui como meta-sujeito.

#### 4.9 A cultura "natural"

A desqualificação do pai, herói da aventura aquática, é devida essencialmente, como se viu, à sua falta de combatividade, a seu estatuto de herói derrotado que se encaminha para a morte. O episódio sob a água corresponde, sabe-se, ao duplo enterramento (da carne e dos ossos) praticado pelos bororo. Em lugar de adquirir novas propriedades que o qualificariam, o herói desarticula-se e reúne cada um dos termos definindo sua natureza com o termo correspondente no mundo dos espíritos. À *conjunção dos termos contraditórios* que caracteriza a qualificação corresponde aqui a *conjunção dos termos idênticos*, isto é, a neutralização do sentido. A simetria encontra-se, uma vez mais, mantida: o termo *neutro* da estrutura elementar da significação é com efeito simétrico ao termo *complexo*.

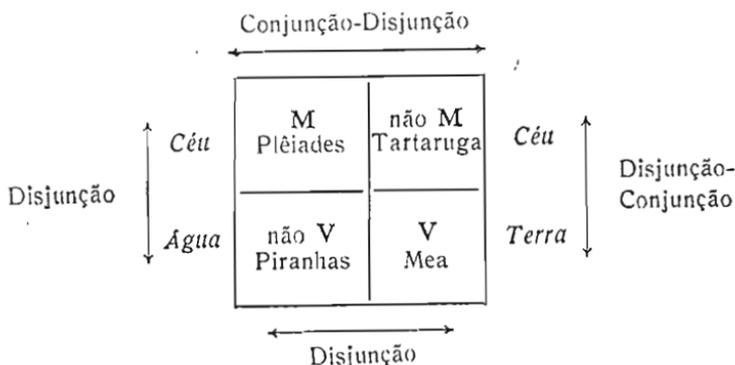
As possibilidades oferecidas pelo comparativismo estando assim exploradas, pode-se interrogar agora sobre a significação da seqüência enquanto se apresenta como *conteúdo correlato* da parte tópica positiva do mito. Os dois conteúdos, tópico e não tópico, são supostos exprimir a instauração de uma certa ordem, situada sobre duas dimensões do universo mitológico diferentes. Restam-nos pois responder a duas questões: qual é a ordem assim instaurada, correlativa da instituição da cultura alimentar? Qual é a dimensão em que se encontra situada esta ordem?

1. O encontro do herói com as piranhas constitui ao mesmo tempo uma análise e um deslocamento de sua natureza: cons-



Duas precisões podem ser acrescentadas para explicar a nova disposição: (a) a relação entre a Tartaruga (não M) e o Ramo de Flores (M) é, não o esqueçamos, a de relações contratuais estabelecidas entre o destinador (filho) e o destinatário (pai) encarregado de uma missão de resgate, e a natureza malfazeja está subordinada à natureza benfazeja; (b) o herói só pôde deixar a terra porque aí deixou seu irmão menor, aparecido, pelo processo da duplicação, no próprio momento do retorno do herói: o mea preencheria pois, sobre a terra, as funções do protetor do fogo dos lares (V), permanecendo ao mesmo tempo ligada, pelos laços do sangue, à água benfazeja (não M). — Resta finalmente a última disjunção, complementar de uma inversão espacial, a do fogo maléfico e benéfico; o primeiro, dominado, porque está fixado na água (piranhas), o segundo, presente sobre a terra, pois sua conjunção com a água seria nefasta.

4. Resulta daí que a instauração da cultura natural consiste na inversão topológica da ordem da natureza. Utilizando duas categorias das quais uma é topológica (alto vs baixo) e outra biológica (vida vs morte), a "civilização" da natureza consiste no enquadramento dos valores naturais nos dois códigos simultaneamente, que só são isomorfos com inversão de sinais:



A disjunção topológica fundamental consiste em separar os valores mortais (M e não M), remetidos ao céu, dos valores vitais (V e não V), situados aqui embaixo, colocando assim (a) a impossibilidade da asserção  $M + \text{não } V$  que destruiria a cultura e (b) ressaltando entretanto, graças aos laços de sangue, uma possibilidade de conjunção cultural  $\text{não } M + V$ . Uma segunda distinção (a) opera a disjunção entre não V, situado

na água, e V, situado sobre a terra, duplamente disjuntos, pois sua conjunção ameaçaria a cultura e (b) opera uma conjunção (no céu) entre M e não M, porque se encontra em uma relação da subordinação cultural.

Em conclusão, pode-se dizer que a cultura natural, introduzindo um novo código, consolida o caráter discreto dos valores naturais afirmando a impossibilidade das conjunções “contra natureza” e a possibilidade de certas outras relações “segundo a natureza”. Poderia ser representada simbolicamente como

$$(n\tilde{a}o\ M \rightarrow M) \text{ vs } (n\tilde{a}o\ V \text{ vs } V).$$

**Observação:** Os limites deste estudo não permitem insistir (a) nem sobre o caráter *descontínuo* (e singular) dos valores culturais (Tartaruga, Mea) opondo-se ao caráter *contínuo* (e plural) dos valores culturais (Ramo de Flores, Piranhas); (b) nem sobre a instauração da ordem diacrônica das estações que resultam das relações de subordinação sintagmática entre não M e M. Cl. Lévi-Strauss é suficientemente explícito a esse respeito.

## 5. A ESTRUTURA DA MENSAGEM

Apresentaremos, sob a forma de um quadro, os principais resultados obtidos na interpretação deste mito bororo:

CONTEÚDOS	<i>invertidos</i>		<i>colocados</i>
	<i>correlatos</i>	<i>tópicos</i>	<i>correlatos</i>
Resultado das Transformações	não V + M	M + não V	V + não M $n\tilde{a}o\ M \rightarrow M$ $n\tilde{a}o\ V \text{ vs } V$
Dimensão cultural	sexual	culinária	natural
Perspectiva estilística	consumidor	objeto de consumo	produtor

## POST-SCRIPTUM

Não podemos deixar em silêncio, por razões deontológicas, o fato de que Claude Lévi-Strauss, à leitura deste texto, exprimiu reservas concernentes a nossa interpretação dos fatos míticos bororo e, mais particularmente, daqueles relativos às seqüências inicial e final da narrativa. Uma vez que nossa competência nesse domínio, mais do que limitada, não pode medir-se pela dele, o leitor fica assim prevenido contra uma adesão completa a nossa interpretação de um mito-ocorrência. Mantemos entretanto o princípio utilizado como hipótese interpretativa: existe uma correlação entre os conteúdos tópicos da narrativa e os conteúdos manifestados nas seqüências periféricas.

Tradução de  
MARIA ZÉLIA BARBOSA PINTO

# A Busca do Medo<sup>1</sup>

## *Reflexão sobre um grupo de contos populares*

---

### NOTAS PRELIMINARES

AS REFLEXÕES que se seguem, apresentadas sob a forma de uma pré-análise, devem ser consideradas apenas como sugestões ou hipóteses. Duas direções diferentes as orientam:

a) procuram aumentar nosso conhecimento sobre modelos narrativos;

b) visam acrescentar alguns elementos ao difícil e delicado problema das possíveis relações entre folclore e mitologia.

O corpus em que se baseiam estas reflexões está constituído por trinta e três variantes do conto popular lituano que tem como tema as aventuras do Herói sem Medo.<sup>2</sup> Este tema, muito difundido, faz parte da galeria de imagens e da narrativa populares de toda a Europa: isto dispensa a apresentação aqui do texto do próprio conto, e permite supor que as considerações relativas à sua estrutura narrativa tenham alcance mais geral. Na medida, no entanto, em que se considera o conteúdo propriamente “maravilhoso” ou mítico do conto, as conclusões eventualmente tiradas têm caráter restritivo e só se aplicam ao contexto cultural lituano: se extrapolações ou aproximações com fatos pertencentes à área européia ou à mitologia indo-européia, às vezes possíveis, ultrapassam os limites deste ensaio.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Texto escrito para uma homenagem a Claude Lévi-Strauss, a ser publicada.

<sup>2</sup> Cinco variantes deste conto são encontradas na obra de J. Basanavicius, *Apie gyvenima vėliau bei vėliu*, Chicago, 1905. O resto das variantes deve-se à gentileza do Instituto de Língua e Literatura Lituanas da Academia de Ciências da Lituânia cujos arquivos possuem vinte e sete outras variantes manuscritas. Uma última variante foi publicada, em tradução polonesa, por M. Dowojna Sylwestrowicz, *Podania Zmuidzkie*, vol. II, p. 419.

<sup>3</sup> Confessamos nosso desconhecimento do conteúdo da importante obra que M. M. Ivanov e Toporov consagraram à mitologia bielorrussa, muito próxima da lituana.

## 1. A ESTRUTURA NARRATIVA

Uma das formas de explorar um domínio desconhecido é, evidentemente, partir do conhecido. Ora, o que conhecemos de melhor no campo do conto popular ainda é o que vem de Propp, que analisou o grupo de contos russos tradicionalmente reunidos sob a denominação de contos maravilhosos. E é este caráter de “maravilhoso” que o pequeno grupo de contos sobre o qual se baseia nossa reflexão possui em comum com os contos explorados por Propp: poder-se-ia pensar que nosso conto é apenas um subgrupo do gênero “maravilhoso”. Infelizmente o caráter maravilhoso em si dos contos não pôde ser descrito, de fato, por Propp, por não conhecer suficientemente seu código (universo semântico a que pertencem), acrescentando-se que uma das originalidades da análise de Propp consiste precisamente na definição formal do conto (considerado como um gênero particular, como um dos tipos possíveis da estrutura narrativa), independentemente do seu conteúdo.

Procurando explorar a descoberta de Propp, tentamos destacar as principais categorias semânticas que constituem o quadro formal da estrutura narrativa.<sup>4</sup> Também será útil retomar uma por uma as principais categorias levantadas, para ver como se comportam no discurso das façanhas do Herói sem Medo.

### 1.1 O herói e a ordem social

A situação inicial do conto maravilhoso parece comportar certo número de constantes:

1. Afirma a existência de uma ordem social, manifestada pela distinção entre classes de idade, e baseada no reconhecimento da autoridade dos anciãos.
2. Caracteriza-se pela ruptura desta ordem, devido à desobediência dos representantes da nova geração (mas não do próprio herói) e pelo aparecimento consecutivo de uma desgraça, de uma alienação da sociedade.
3. O papel do herói — um indivíduo que se separa assim da sociedade — consiste a se encarregar de uma missão, com

<sup>4</sup> Cf. nossa *Semântica Estrutural*, Paris, Larousse, 1966, sobretudo os três últimos capítulos que tratam das estruturas narrativas.

a finalidade de suprimir a alienação e restabelecer a ordem social perturbada.

Considerado sob este ângulo, o conto estudado por Propp aparece como fazendo parte de uma *subclasse de narrativas* (contendo igualmente narrativas míticas, literárias, ou simplesmente estórias que os homens se contam) que podemos denominar como narrativas da restauração da ordem social.

Em relação a esta subclasse, o conto do Herói sem Medo apresenta diferenças bastante nítidas:

1. Comporta realmente, de início, a afirmação de uma ordem social baseada na autoridade em sentido amplo: obediência aos anciãos e medo do sagrado.

2. No entanto esta ordem social, se rompida, não o é pela nova geração, mas pela conduta insólita do herói cujo caráter associal é nitidamente marcado. Talvez seria melhor dizer que na verdade não vemos nem a ruptura da ordem social nem suas funestas conseqüências. A ruptura e a alienação não se situam ao nível da sociedade, mas ao nível do indivíduo: o não-reconhecimento (em que vive) da autoridade profana e sagrada é experimentada pelo herói como uma carência, como uma alienação; constitui assim a mola da narrativa, que se apresenta como uma busca da autoridade a ser reconhecida.

3. O herói, privado de função social, tenta suprimir sua própria alienação, reencontrar o princípio da ordem na qual se poderá integrar.

O Herói sem Medo não procura portanto restaurar a ordem social, mas encontrar uma ordem no mundo.

## 1.2 A ausência de contrato e a busca do destinador

Destes dados iniciais resulta uma importante e previsível transformação da estrutura da narrativa.

A narrativa da *restauração* da ordem social se organiza sobre dois eixos semânticos fundamentais:

1. O destinador (autoridade social que encarrega o herói de certa missão salvadora) investe o herói do papel de destinatário,

e estabelece assim uma relação contratual, estando entendido que a realização do contrato será sancionada por uma recompensa (a narrativa tomando assim a forma, mais freqüente, de troca).

2. O contrato institui o eixo da busca, manifestação narrativa do desejo do sujeito de atingir o objeto; explicando assim a presença do corpo do discurso que se articula como uma atividade programada.

A narrativa que procura instaurar uma *nova* ordem se apresenta diferentemente:

1. Quer o herói parta para a aventura por iniciativa própria, quer seja expulso sem uma missão, fica evidente a ausência do destinador e o herói é privado de sua qualidade, geralmente exigida, de destinatário. O eixo *destinador vs destinatário* não é portanto manifestado e não pode justificar a busca. O herói é assim, de certa forma, a encarnação da vontade e da liberdade pura de agir.

2. A primazia do eixo *sujeito vs objeto* só pode provocar sincretismos de actantes de que o narrador é a primeira vítima. Assim o herói sem contrato se torna seu próprio destinador: durante suas façanhas, não apenas recusa a recompensa (desqualificando assim os destinadores acidentais), como recompensa ele próprio aqueles que lhe indicam onde encontrar o medo. Há portanto sincretismo do sujeito e do destinador. Por outro lado, que o objeto da busca seja o medo significa que o sujeito procura alguma coisa ou alguém que — metonímica ou diretamente — lhe cause medo, ou seja, alguém cuja autoridade possa reconhecer. Sua busca é, em suma, a busca do destinador: há portanto sincretismo do objeto e do destinador.

E desenvolvendo este raciocínio, podemos dizer que o desejo de encontrar o destinador implica no desejo de se tornar destinatário: a busca é a de um contrato.

### 1.3 A prova: Vitória ou Fracasso

A análise de Propp da estrutura narrativa destacou a existência, à parte do contrato, de um outro sintagma narrativo fundamental: a prova. Ao partir em busca, o herói realiza uma série de feitos

que, graduados de certa forma, devem conduzir à vitória que se segue à apropriação do objeto da alienação. Nosso subgrupo de contos possui sem dúvida alguma esta estrutura sintagmática elementar situada no eixo do desejo: o desejo constitui, na verdade, no plano do comportamento externo, a razão de ser da combatividade do herói e de sua vontade de vencer. Para ser verdadeiramente herói, deve desejar vencer e inclusive, no gênero de discurso a que nos referimos, ser vitorioso.

Ora, o medo é o objeto da sua busca e as provas que procura são todas concebidas para causar-lhe medo. O oponente, nestas provas, é apenas o eventual destinador (ou sua emanção, sua manifestação hiponímica). A situação a que chega o discurso é portanto paradoxal: o herói se encontra em presença de duas exigências contraditórias; deve desejar a vitória, mas, uma vez vitorioso, não atingirá o objeto de sua busca; para realizar sua tarefa, ele deve deixar-se vencer; mas, se for vencido, deixa de ser herói. Dois princípios regem simultaneamente este gênero narrativo: a) o caráter heróico do herói (regra da estrutura actancial) e b) a necessidade, do discurso, de ter um fim, ou seja, de realizar a prova pela obtenção do objeto (regra da estrutura funcional); e os dois princípios, parecem, neste caso, excluir-se mutuamente.

O problema é, à primeira vista, sem solução, e podemos até nos perguntar se o gênero de discurso tratado é adequado à manifestação de tais conteúdos. Voltaremos ao assunto.

Ressaltemos em todo o caso a dificuldade do narrador colocado diante desta contradição. Tivemos ocasião de ver, por outro lado<sup>6</sup>, colocando-nos do ponto de vista do narrador, que a geração do discurso o obriga a levar em conta ao mesmo tempo as compatibilidades e as incompatibilidades entre este começo e o fim do discurso, e que é mais difícil considerar o fim que o começo, pelo simples fato de que o número de variáveis a dominar é maior.

É normal, portanto, que a maior parte das variantes do nosso conto *prefiram o herói vitorioso à sua vitória final* (quer dizer, em suma, ao seu fracasso) e que o conto sofra durante o processo de narração um desvio que faz esquecer o objeto da busca, ao mesmo tempo que a sua finalidade: o herói, vencedor de Velnias ( $\simeq$  ao diabo), é recompensado por seu êxito e obtém a filha do rei e as rédeas do poder. Apenas seis das trinta e

<sup>6</sup> Cf. adiante a *Estrutura dos actantes da narrativa*.

três variantes conhecidas se lembram do objetivo que o herói se havia proposto, e acrescentam ao discurso uma seqüência-epílogo sem relação — no nível da estrutura narrativa superficial — com o discurso em si, mas que tenta salvar, desta maneira não canônica, sua estrutura profunda.

Vemos que a inversão da situação inicial que provoca a permutação sintagmática das estruturas narrativas — situando o contrato após, e não antes da prova — tem como resultado suscitar as contradições estruturais e leva ao fracasso do discurso considerado no seu estatuto formal.

#### 1.4 O espaço heróico: o maravilhoso ou o mítico

Um último elemento estrutural que entra na definição da narrativa enquanto gênero: a disjunção espacial. A narrativa está necessariamente situada sobre duas isotopias diferentes e disjuntas: o lugar em que está estabelecida a sociedade e o lugar onde o herói realiza seus feitos. Este espaço heróico — onde aliás se situa quase todo o “maravilhoso” do conto analisado por Propp — é um espaço fechado e está delimitado por uma deixis social que marca a volta do herói. Em relação a um *aqui* social, é um *outro lugar* que permite o isolamento do herói e a realização das transformações de valores, que repercutem em seguida por sua vez sobre o ser axiológico da sociedade.

O subgrupo de contos que consideramos é, ao contrário, caracterizado pelo não-retorno do herói. Com algumas exceções, a partida do herói é definitiva, qualquer que seja a solução final que o narrador encontra para terminar o conto. Isto aliás é coerente, já que o herói é o negador dos valores sobre os quais está baseada a sociedade: a autoridade profana representada pelo pai e a autoridade sagrada cujo detentor, o sacerdote, é apenas um simulador decepcionante. Falta-lhe, por outro lado, para ser um herói esotérico, o desejo de transformar a sociedade.

Vemos que acontece, no plano da narração, um desvio de narrativa que, devido a um herói sem contrato e sem compromisso de retorno, tem que engendrar um segundo conto sem relação com o primeiro. Porém esta segunda narrativa, assim destacada, perdeu imediatamente sua finalidade. Os feitos do herói — ainda que dispostos de uma variante a outra, segundo certos princípios simples de gradação — aparecem por isso como episódios des-

contínuos que poderiam ser dispostos numa única cadeia, como “fatos e gestos” gratuitos de um herói (cujas atividades constituem um leque de manifestações predicativas ilustrando sua maneira de ser permanente e remetem à sua “natureza”), e não mais como provas que expressem, de uma maneira antropomórfica, as transformações dos conteúdos tópicos. Ou seja, a segunda narrativa, situada no espaço heróico, parece servir mais, se reunimos o conjunto das variantes conhecidas, para uma análise qualificada, taxinômica, que para uma análise funcional e ideológica.

Também podemos nos perguntar se a inversão sintagmática já constada não tem por corolário uma transformação semelhante dos valores atribuídos às duas isotopias da narrativa; e se o espaço fechado da narrativa não é o da breve permanência do herói na sociedade humana onde teria por função lembrar, pela negação dos valores estabelecidos, a existência de um outro sistema de valores possível. O “maravilhoso”, que é um outro lugar, adquiriria assim a significação de um mítico onipresente.

Sem ir tão longe, formularemos a seguinte hipótese: o conto que consideramos possui um conteúdo mítico, anterior ou difuso, manifestado com a ajuda de estruturas narrativas convencionais que não lhe são inteiramente adequadas. O conjunto das seqüências da narrativa, situadas dentro do espaço mítico do conto (considerado na totalidade das suas variantes), constituem os elementos de um inventário que, ainda que incompleto, deve em princípio permitir a reconstituição parcial do código mitológico.

Assim, restringindo o alcance das nossas reflexões apenas ao contexto cultural lituano, tentaremos ver que elementos míticos podemos extrair do referido conto e que procedimentos podem ser empregados para fazê-lo.

## 2. O UNIVERSO MÍTICO

### 2.1 O espaço mítico

A partida do herói o introduz num universo fundamentalmente diferente do que ele acaba de deixar.

1. A diferença mais sensível consiste na distribuição particular dos seres humanos em classes segundo a categoria *vida vs morte*, e que é de tipo ternário: ao lado do mundo dos vivos,

existe o mundo dos mortos e, situado entre os dois, o mundo dos mortos-vivos, dos *vélés* (almas mortas que levam uma vida paralela à dos vivos e são dotadas de uma presença física). Além dos *vélés*, participam desta vida os *velniai* (que se confundem em parte com os diabos cristãos) e o mestre de todos eles, *Velnias*.

2. Uma segunda característica deste universo o aproxima dos outros universos míticos: a taxinomia dos seres formal e não necessária: porque se as classes de seres existem em si, os seres particulares são suscetíveis de passar de uma classe a outra (assim os vivos passam por encantamento à classe dos mortos-vivos, os mortos-vivos à classe dos mortos, e inversamente). Estas transformações não dependem da vontade dos próprios seres, mas unicamente do poder dos dois protagonistas do conto: *Velnias* (e, por delegação de poder, seus acólitos) e o Herói sem Medo.

A fronteira que separa o mundo dos vivos do mundo dos *vélés* pode ser traçada com a ajuda de categorias temporais (*noite vs dia*) ou espaciais (*alto*, o mundo sob o sol, *vs baixo*, o mundo subterrâneo), ou de diversas combinações de categorias. Esta fronteira em todo caso ainda é relativa: quando um homem encontra em pleno dia outro homem, não sabe do que se trata: de um vivo, de um *vélé* ou de um *velniai*. O único critério que parece pertinente para distinguir um vivo é o medo que ele tem dos não-vivos. Apenas sob este ponto de vista, o herói, que não tem medo de nada, não pertence à classe dos vivos. E ainda mais: ele é o que nega deliberadamente e em qualquer circunstância a existência da fronteira entre os dois mundos; seu comportamento é o mesmo com todo mundo: nem as aparências estranhas, nem as ações anormais o surpreendem; e as palavras que profere são sempre marcadas por uma intenção de normalidade. O herói participa portanto de uma vida dupla; a disjunção da vida e da morte não lhe diz respeito.

Tal concepção da vida e da morte está em conformidade com as crenças lituanas ainda correntes no séc. XIX: a participação dos *vélés* na vida de todo o dia era coisa certa; este mundo do além era conhecido por uma classe de *videntes* (de que faziam parte, por exemplo, aqueles que nascessem entre a quinta-feira santa e o domingo de Páscoa, mas onde se podia ingressar por meio de técnicas precisas). O maravilhoso do conto popular se

confunde portanto inteiramente com o real mítico; a novidade do conto nem sequer está no fato de que o herói possa penetrar neste universo mítico, mas nos poderes consideráveis que ele detém aí sem qualquer qualificação prévia. Parece-nos que este fato constitui um argumento em favor da hipótese proposta (cf. 1.4).

## 2.2 Do emprego adequado das estruturas narrativas

O espaço no qual o herói evolui se apresenta como um universo em grande parte pré-cristão em que não existe nem a oposição dualista da vida e da morte, nem a fixidez das classificações ontológicas; podemos tentar ver se o comportamento do herói e dos seus oponentes permite que se aprofunde seu conhecimento.

O procedimento que adotaremos numa análise preliminar deste tipo consistirá:

1º em só considerar as seqüências narrativas em si mesmas, independentemente de sua localização em cada conto-ocorrência e da significação funcional que adquirem por isso, e em reunir as seqüências semelhantes dispersas nas diferentes variantes, a fim de constituir com elas (à maneira da análise da cadeia praticada em lingüística) uma seqüência única o mais longa e complexa possível;

2º em só utilizar parcialmente a organização seqüencial da narrativa, para explicitar o código e não a mensagem.

Uma olhada superficial sobre as disposições típicas dos contos-variantes permite reconhecer dois tipos de organizações seqüenciais:

a) a estrutura binária: o herói encontra inicialmente os *vélés* e só em seguida deve enfrentar os *velniai*; b) a estrutura ternária que se manifesta sob a forma, bem conhecida, de triplicações, o herói devendo, por exemplo, passar três noites sucessivas num lugar e submeter-se aí a uma série de provas graduadas.

No primeiro caso, o crescendo da narrativa pode ser interpretado taxinomicamente como a manifestação de uma relação hierárquica entre os *vélés* e os *velniai* e permite assim distinguir

uma classe dos senhores deste universo, no segundo caso, o processo de triplicação — com a significação paradigmática de totalidade e sintagmática, de realização acabada — indica claramente que a última prova subsumirá as precedentes e permitirá a solução definitiva.

Ora, nas narrativas de triplicação, ainda que as provas das noites precedentes se achem distribuídas de maneira diferente de uma variante para outra, a terceira noite é consagrada ao confronto do herói com Velnias. Isto nos basta para considerar que o Herói sem Medo está situado hierarquicamente no mesmo plano de poder que Velnias, senhor até agora incontestável do universo onde se encontram os dois protagonistas.

Daí resulta uma conseqüência prática para o prosseguimento da análise: em vez de procurar, entre as diferentes seqüências, as que representam o estado arcaico e as que são versões modernas do conto — tarefa que pode se mostrar necessária, mas que introduz critérios historicistas e, com eles, as dificuldades que muitas vezes desanimam os pesquisadores —, bastará escolher os contos que situem no seu ponto culminante a luta do herói com Velnias; falta completar então, pelo procedimento indicado no começo deste parágrafo, as diferentes seqüências do grupo de variantes que constituem nosso conto de referência.

### 2.3 Dois mestres em artes

O episódio relatando o encontro do Herói com Velnias (em cinco variantes muito próximas) surpreende pelo seu caráter inesperado e quase insólito. Vamos resumi-lo brevemente.

1. A epifania de Velnias é o oposto do habitual pandemônio de inspiração cristã: Velnias é um velho de grande estatutura, às vezes um gigante, com uma longa barba branca que lhe chega aos joelhos.

2. A prova para a qual se põem previamente de acordo tem lugar numa forja subterrânea, e não no lugar encantado onde se situava a espera do herói: a confrontação exige portanto uma verdadeira disjunção espacial.

3. O contrato estabelecido entre os protagonistas prevê que, no caso da derrota do herói, Velnias lhe revelará o segredo do

medo, mas que ele terá que pagá-lo com a morte. O herói aceita o contrato, sem que isto afete em nada seu desejo de vencer: aliás *Velnias* reconhece que o conhecimento do medo, sancionado pela morte, não depende do mundo sobre o qual reina.

4. O confronto será uma prova de força: mas, de comum acordo, a luta de mãos vazias é eliminada em favor de um confronto mediatizado por um instrumento: o machado (ou o martelo) e a bigorna. Ora o herói, em numerosas variantes, se apresenta como um ferreiro; a forma de luta escolhida não só põe os combatentes em pé de igualdade, como indica que participam da mesma esfera de atividade e de poder.

5. O herói sai vencedor da prova não porque crave mais profundamente a bigorna na terra, mas porque a barba do velho fica presa na fenda que ele abriu no meio da bigorna. A vitória não provém portanto nem de uma força física superior nem de qualquer operação mágica, mas apenas da engenhosidade do herói.

Temos a impressão de assistir a um confronto de dois mestres ferreiros cujas manifestações de poder são semelhantes e cujos domínios de atividade se invadem mutuamente.

#### 2.4 O herói cultural

É pensando neste confronto que se deve considerar os acontecimentos das noites anteriores. Os feitos do herói aparecem desde então muito mais como demonstrações de uma certa *habilidade* que como provas-lutas. Seu número e sua distribuição mudam aliás de uma variante para outra, por isso vamos tomar como referência os adjuvantes que o herói escolhe para passar as três noites no castelo encantado. Estes adjuvantes, em número de três:

1. o fogo
2. a banquetta
3. a lima

correspondem aos três feitos do herói; as duas triplicações — três noites no castelo encantado, três provas — não se superpõem portanto e deixam o episódio da luta com *Velnias* fora da estrutura dos feitos preparatórios.

A função dos adjuvantes na organização actancial da narrativa consiste em servir de manifestações hiponímicas, de exteriorizações, sob a forma de objetos ou seres, dos atributos da natureza profunda do herói; assim estes três adjuvantes, tomados num todo, se apresentam como instrumentos de um mestre de artes e ofícios, como prolongamentos mediatizantes do poder próprio do herói do mundo cultural.

As provas em que tomam parte estes adjuvantes apenas confirmam esta primeira impressão. Falta-nos espaço para reproduzi-las em detalhe: assim apenas extraímos delas os elementos que nos parecem particularmente significativos:

1. A banqueta serve para o herói capturar (para *matá-los* e atirá-los num pântano) dois gatos negros (evidentemente, acólitos de Velnias), aí prendendo suas patas a fim de limar-lhes as unhas: o herói aceita as propostas de jogar cartas, mas os persuade, primeiro, por razões de conveniência, a tirarem as unhas.

2. A lima serve para polir os crâneos dos mortos de que os insólitos visitantes noturnos se servem para jogar bola, com as tíbias como tentos. Aí também, antes de participar do jogo, o herói transforma em objetos culturais as caveiras cuja significação poderia parecer obscura se não as encontrássemos em outras seqüências (a cabeça é, na morfologia mítica do corpo, a deixis onde se situa o princípio vital do *velé*: para que ele “reencontre a paz”, é preciso cortar-lhe a cabeça e colocá-la, no caixão, entre as pernas, senão ele passa as noites a se encontrar uivando no cemitério). Ainda que o contexto não esteja explícito, podemos supor que o herói tira assim as cabeças dos *velés* das mãos dos *velniai* e lhes dá repouso.

3. O fogo parece ter o papel principal: o episódio da ressurreição da morte, a ele ligado, é também mais detalhado; está isolado, em inúmeras outras variantes. É o fogo familiar; serve para a preparação da refeição noturna. É durante o cozimento da carne — em concomitância ou em contigüidade — que o morto se despenca, aos pedaços, da chaminé: se o herói autoriza o morto a cair, ele o previne entretanto para que não caia na panela, operando assim a disjunção da *carne cozida* (que o herói prepara e os vivos comem) e da *carne crua* (a carne humana — e não os ossos — é o alimento dos *velniai*). O fogo, enquanto calor, entra, por outro lado, na primeira fase da operação de ressurreição: o herói, na verdade, depois de ter recom-

posto o morto, o põe de pé para esquentar-se perto do fogo (mas a ressurreição se deve finalmente ao calor do corpo do herói que se deita ao lado do morto na cama ou no caixão).

Os adjuvantes são portanto os atributos essenciais da natureza do herói: o fogo é o princípio vital, interiorizado enquanto calor vivificante do corpo, mas também é o meio de transformação da natureza em cultura; os instrumentos são a expressão da engenhosidade e do gênio técnico do herói que deslumbra até os seres não humanos e humaniza o mundo. A natureza do herói e a esfera em que se exerce seu poder estão assim precisadas.

## 2.5 O Senhor da Vida e da Morte

A ênfase colocada nos meios de que dispõe o herói nos obrigou a deixar para mais tarde a investigação sobre o sentido que se deve atribuir aos seus feitos. Eles nos aparecem como demonstrações de um *savoir-faire*. Porque, por um lado, o feito não se situa no momento do jogo de cartas ou do jogo de bolas — que seriam assim provas simuladas —, mas antes do momento de confronto. A ressurreição, por outro lado, não é a libertação da alma, no sentido cristão, das garras do demônio: o ressuscitado odeia o herói e luta com ele. Os feitos do herói são atos gratuitos, manifestações do seu poder.

A disposição das três provas e da conseqüência final se situa sobre um mesmo eixo, e faz o herói aparecer como o senhor da vida e da morte. Este eixo é o eixo semântico sobre o qual repousa a articulação dos seres em classes segundo sua forma de existência; e o herói é o metassujeito que opera transformações, fazendo-os passar de uma classe para outra. Se a primeira transformação consiste em mandar os ajudantes de Velnias para a morte absoluta (considerada como o pólo negativo), a vitória sobre Velnias livra do encantamento e, por conseguinte, transforma os seres que se achavam em estado de *vélés* — de mortos-vivos — em vivos (a vida situando-se no pólo positivo). As duas outras transformações consistem em transgredir a fronteira nos dois sentidos, entre dois tipos de morte: o herói dará a morte-reposo às cabeças dos *vélés*, transformando os mortos-vivos em mortos; dá o estatuto de *vélé* ao ressuscitar um morto deitado no caixão ou cortado em pedaços. (O descontentamento

deste e sua luta pelo direito de sentar-se perto do fogo — uma das representações lituanas comuns da morte tranqüila — mostram suas origens e sua preferência pela verdadeira morte).

Dois transformações no sentido da vida, duas no sentido da morte — das quais uma está de acordo com os desejos do interessado, e a outra vai contra a sua vontade —: é um conjunto convincente.

## 2.6 Herói ou Deus?

Se insistimos aqui sobretudo sobre os gestos e feitos do herói, considerando seus comportamentos como signos reveladores da sua natureza, e tentamos aprofundar o conhecimento deste campeão sem nome cujas armas são as ações, é porque seu antagonista, *Velnias*, senhor da magia, é muito mais conhecido. Seu confronto final adquire relevo: possuindo força mais ou menos igual, ocupam, na hierarquia dos seres, posição semelhante. São dois senhores dotados de um poder supremo, do poder da vida e da morte: que permanece ainda hoje, com relação aos nossos presidentes da república, o símbolo evidente do poder soberano. Este poder se manifesta pelo manejo de técnicas comparáveis porém diferentes: a engenhosidade se opõe à magia. Cada qual possui um domínio próprio para o exercício do seu poder:

um domina a vida antes da morte, e o mundo solar,

o outro, a vida depois da morte, o mundo noturno e subterrâneo; mas cada um invade o domínio do outro e enfrenta aí uma luta, que não tem razões para deixar de ser.

Cabe a outros dizer se os elementos do código mítico assim apontados permitem dar um passo além, e dar a este inimigo de *Velnias* o nome mitológico de *Perkūnas*: herói que também trava, segundo outras fontes, um eterno combate contra *Velnias*. Se esta hipótese tem valor, os elementos de nossa pesquisa poderiam ainda completar a lista das comparações entre *Velnias* e *Veruna*.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Esta equivalência nos foi lembrada por R. Jakobson que a retomou de Saussure para desenvolvê-la, e a quem agradecemos aqui por ter dado origem a estas reflexões.

### 3. EPÍLOGO

#### 3.1 A recompensa precede o contrato

A grande maioria das variantes deste conto esquece a situação inicial, e conclui a narrativa com a vitória do herói, que se torna regente do reino e genro do rei. Existem no entanto seis variantes que mantêm presente a finalidade do conto e permitem ao herói encontrar o medo numa seqüência que lhe é acrescentada, sem relação narrativa com o corpo do discurso.

Com respeito a este epílogo, duas atitudes são possíveis: podemos considerá-lo como uma racionalização humorística, ou como os restos de um segundo nível da narrativa que, se pudesse ser reconstituído, talvez nos desse a chave de um gesto mítico. A escassez do material de que dispomos, o conhecimento insuficiente dos elementos do código mítico tornam tal reconstituição bastante arriscada. Tentaremos entretanto esboçar suas linhas gerais, porque a omissão deste episódio poderia induzir ao erro os leitores que não têm acesso às fontes lituanas; por outro lado, o risco de uma tentativa de reconstrução é considerável: é o caso de se perguntar se, a partir de dados estruturais apenas, pode-se ou não prever um ponto de convergência em que se situaria uma terceira divindade do panteon lituano (já se afirmou que este panteon devia possuir uma estrutura ternária, mas esta proposta é geralmente considerada como uma invenção romântica).

Ora, o episódio humorístico que consiste em assustar o herói despejando sobre ele, enquanto está dormindo, um balde de água fria, adquire significação nova quando, em vez de tratá-lo isoladamente, o integramos ao corpo da narrativa mítica. A partir daí, com efeito, a regência que o herói obtém como recompensa da sua vitória sobre Velnias não se dá no interior da sociedade humana, mas antes exprime, vamos ver, seu poder de senhor do mundo solar.

Ao contrato firmado pelo casamento falta uma das partes contratantes, o Destinador: o herói continua aliás a invocar o medo, e é este apelo, apresentado como uma obsessão, que faz com que sua mulher entre em ação. A filha do rei é, já sabemos, o objeto cuja transmissão sela o contrato: mas ela é ao mesmo tempo o objeto do desejo do herói, ou seja, o representante metonímico do destinador, portanto o mestre do Medo. É a

autoridade do rei mítico, de quem é filha, que deve reconhecer o herói para legitimar seu reinado sobre os vivos e completar o contrato (que se apresenta sob a habitual forma permutada na qual a recompensa precede a aceitação).

### 3.2 De quem o herói tem medo?

Até agora, não utilizamos qualquer dos elementos do código, nos contentamos com extrapolar os dados estruturais da narrativa, de acordo com a hipótese de que o episódio considerado faz parte de um único e mesmo discurso. Utilizemos agora o pouco que podemos saber.

A filha do rei age de acordo com os conselhos de uma mendiga, um desses seres errantes entre os quais em geral se recrutam os *videntes*. Ver, poder penetrar com o olhar os mistérios do além, está ligado à ordem do saber. Assim, por uma substituição hiponímica (a mendiga sendo adjuvante da filha do rei, e esta uma manifestação do destinador) podemos chegar a considerar o destinador-rei como o termo que falta na estrutura ternária: ele representa o *Saber* ao lado do *Querer* (que o herói encarna ao agir) e do *Poder* (de natureza mágica e, como tal, potencialidade de Velnias).

A prova a que é submetido o herói o surpreende *dormindo*, ou seja, incapaz de agir (o que estaria na sua natureza de herói), e *deitado*; estes dois termos, reunidos, constituem o estado que corresponde, no mundo dos vivos, ao que já conhecemos na morte: o repouso. Se existe uma divisão do universo, se o herói é o senhor do mundo dos *vivos* e Velnias do dos *vélés*, dos *mortos-vivos*, resta ao destinador — que procuraremos junto com o herói — o mundo dos *mortos*, que também deve ter seu senhor. Se Velnias se manifesta no mundo dos vivos por uma presença noturna e escandalosa, o domínio da intervenção do destinador é o do sono: e sabemos que o sono é povoado de sonhos — considerados muitas vezes pelas crenças lituanas como equivalentes da vidência — graças aos quais podemos alcançar parcelas do saber.

A presença metonímica do destinador na prova se manifesta sob a forma da água fria onde, a conselho da mendiga, se agitam peixinhos ou girinos. Se esta presença buliçosa é fácil de interpretar como princípio vital que coexiste com água fria,

a morte é também uma forma de existência (e os girinos estariam aí para ressaltar todas as metamorfoses possíveis); o frio da morte se opõe ao calor da vida. Uma vez que a terra e o mundo subterrâneo já foram atribuídos a Velnias, e que o herói, na medida em que pode ser assimilado a Perkūnas, divindade celeste e espécie de Jupiter Tonans, é o senhor do fogo, resta ao destinador um domínio não atribuído: o da água.

Eis o medo conhecido, o horror sagrado diante do senhor da morte experimentada, o destinador reconhecido, e aceito o contrato que legitima a regência do herói sobre o mundo dos vivos. A organização do poderio divino repousa portanto sobre uma tripartição funcional, em correlação com a articulação de três maneiras distintas das formas possíveis da existência humana, sobre uma taxinomia do inteligível organizando a vida agitada e mutante. O conto do Herói sem Medo seria então a narrativa da instauração da ordem sagrada, ao mesmo tempo divina e humana.

Nem nós mesmos sabemos o que pensar destas hipóteses. O narrador — ou o transcritor — de um dos contos, um bravo prussiano racionalista à maneira do séc. XIX, termina a narrativa ressaltando que existem, infelizmente, muitas pessoas estúpidas que têm medo da água fria. Medo natural ou cultural?

Tradução de  
ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES

# A Estrutura dos Actantes da Narrativa<sup>1</sup>

## *Tentativa de abordagem gerativa*

---

### 1. ANALISE PRELIMINAR

#### 1.1 Constituição e característica do corpus

**P**ARA aumentar nosso conhecimento sobre os modelos de constituição e agenciamento dos personagens dentro do discurso narrativo, propomo-nos a verificar se, a partir de uma estrutura de base, podemos dar conta ao mesmo tempo da geração dos actantes de uma narrativa e do número de narrativas possíveis segundo a distribuição diferenciada desses actantes.

Constituímos, para tal, um corpus experimental de dimensões reduzidas. Comporta onze variantes de uma seqüência narrativa tirada da versão lituana do conto popular conhecido no conjunto das comunidades lingüísticas européias da Finlândia até à Sicília, e que já tivemos oportunidade de estudar: seu tema pode ser caracterizado como a Busca do Medo.

Não vamos analisar, neste caso, a situação inicial da narrativa: ela apresenta as seguintes características mínimas:

- a) a estrutura familiar reduzida a dois atores: o Pai e o Filho;
- b) o caráter a-social do herói filho: recusa da ordem profana (desobediência ou indisciplina); ignorância da ordem sagrada (desejo de conhecer o Medo).

A partir dessa situação inicial produz-se, em cada uma das trinta e três variantes conhecidas da versão lituana, uma disjunção espacial: o herói deixa o local de sua moradia habitual e parte à procura do *Medo* num *outro lugar* sem relação alguma com o *aqui* da seqüência inicial.

<sup>1</sup> Publicado em *Festschrift André Martinet, World*, vol. 23, nº 1-2-3.

## 1.2 A autonomia da seqüência

Dentre as trinta e três variantes recenseadas, vinte e duas apresentam essa disjunção como partida voluntária de um herói ativo, enquanto as onze restantes intercalam, entre a seqüência inicial e o começo da busca, uma seqüência adicional que será o objeto de nossa análise. *Grosso modo*, o pai do herói envia seu filho a um personagem possuidor das características da autoridade sagrada, com vistas a um aprendizado do medo, ficando explícito que tal aprendizado se fará com o auxílio de uma prova simulada deceptiva.

Um número determinado de características de categoria permite recortar, na cadeia do discurso-narrativa, uma seqüência narrativa autônoma, justificando assim a constituição do corpus abordado. São elas as seguintes características:

a) à categoria *atividade vs passividade*, qualificando o herói, corresponde seletivamente *ausência vs presença* da seqüência deceptiva;

b) à disjunção espacial binária da narrativa comum (que caracterizamos como *aqui vs em outro lugar*) acrescenta-se um terceiro termo que se poderia designar como um *ai*: a seqüência deceptiva possui dessa forma uma deixis autônoma;

c) a seqüência comporta enfim uma característica externa que a diferencia de todas as demais: contém uma prova deceptiva na qual o Oponente é modalizado pela categoria *ser vs parecer*: seu ser-profano é camuflado por um ser-sagrado.

Essas determinações são suficientes para nos permitir extrair a seqüência em questão, considerada como uma unidade narrativa autônoma ao nível do discurso-narrativa.

## 1.3 A descrição

Para apresentar a seqüência integralmente, em sua manifestação lingüística, escolheremos uma variante do conto denominada C<sub>3</sub>.

No entanto, para facilitar a compreensão das considerações a seguir, apresentaremos a versão francesa do texto da seqüência já recortada e organizada em sintagmas narrativos (cujo caráter

suficientemente geral se depreendeu das análises precedentes da narrativa).

0. *Segmento inicial: D' = pai; S = filho*

Era uma vez um pai e um filho. O filho não conhecia o medo.

1. *Substituição do destinatário: D' = pai; D'' = padre*

Ele então o confiou a um padre: talvez este o fizesse conhecer o medo. Ele o conduziu até o padre, deixando-o lá com ele.

2 A. *Estabelecimento do contrato*

2.1. *Missão positiva: D'' → S.*

O padre começou a mandá-lo buscar cerveja, todas as noites, após a meia-noite.

2.2. *Missão negativa: D'' → O.*

O padre mandou que uma criada da cozinha se vestisse com roupas brancas e ordenou que ela se instalasse sob o pórtico (da igreja e da residência paroquial), dizendo para ela: "Quando ele chegar, não o deixe passar".

3. *Prova*

3.1. *Confronto dos antagonistas: S vs O.*

Ela então se coloca sob o pórtico, no meio da entrada. O rapaz volta da cidade e percebe alguém de branco ali parado.

3.2. *Interpelação*

Ele se aproxima e diz: "O que você está fazendo aí? Retire-se e deixe-me entrar!" — Ela não se retira.

3.3. *Ameaça*

Ele então lhe diz: "Retire-se ou te dou um golpe na cabeça com esta moringa e te mato!"

3.4. *Vitória (sem consequência):*

A jovem teve medo e se retirou.

**Observação:** Reconhecemos a duplicação da prova marcada por um *crêscendo*.

2 B. *Cumprimento do contrato*

2.1. *Missão positiva: cumprida*

2.2. *Missão negativa: não cumprida*

Ele foi para junto do padre, ao que este lhe perguntou: “Você viu alguém ao entrar?” — Responde aquele: “Não, não vi ninguém. Ou por outra, havia alguém de branco, de pé, no meio da porta, mas eu o ameacei com a moringa e ele se retirou”.

## DUPLICAÇÃO

### 2 A. bis. *Estabelecimento do contrato*

#### 2.1. *Missão positiva*

Na noite seguinte, foi novamente mandado à cidade...

#### 2.2. *Missão negativa*

E novamente foi ordenado à jovem que se vestisse com roupas brancas e que se pusesse no meio da passagem e não se retirasse dali.

### 3 bis. *Prova*

#### 3.1. *Confronto dos antagonistas*

O rapaz volta e verifica que há alguém de branco em seu caminho.

#### 3.2. *Interpelação*

Ele lhe diz: “Você aí novamente?”

#### 3.3. *Ameaça*

“Retire-se ou te dou um golpe com a moringa e te mato”.  
Desta vez a moça não se retirou.

#### 3.4. *Vitória (com conseqüência)*

Ele então desferiu um golpe com a moringa sobre sua cabeça, matando-a.

### 2 B bis. *Cumprimento do contrato*

#### 2.1. *Missão positiva: não cumprida*

#### 2.2. *Missão negativa: não só cumprida, como também não cumprida.*

O rapaz voltou para junto do padre. Este então lhe disse: “O que foi feito de minha cerveja e da moringa?” Ao que retrucou o rapaz: “Percebi que havia alguém de branco que permanecia de pé sob o pórtico. Assim, dei-lhe um golpe na cabeça com a moringa: esta se quebrou, porém eu matei essa (aparência) branca”.

#### 4. *Fim da seqüência*

O padre teve medo: foi buscar a jovem e enterrou-a às escondidas.

**Observação:** note-se a inversão, ou seja, é o destinatário-padre que tem medo, e não o destinatário-filho.

### 1.4 Primeiro comentário

Superpusemos à seqüência, que é uma unidade lingüística do discurso, uma rede de unidades narrativas de ordem semântica, que decorrem de nosso conhecimento da armadura da narrativa em geral. Esta seqüência, como vimos, comporta todos os elementos necessários à existência de uma narrativa; são em número de três: *disjunção*, *contrato* e *prova*. A seqüência é, por conseguinte, — e aí está uma de suas definições possíveis — uma unidade do discurso narrativo autônoma, passível de funcionar como uma narrativa e podendo igualmente se ver integrada, como uma dessas partes constitutivas, numa narrativa mais ampla: o lugar ocupado neste caso é que determinará sua função na economia global da estrutura narrativa.

Da mesma forma, a seqüência ocorrencial aqui apresentada também oferece uma certa distribuição dos *atores* (unidades lexicalizadas), a partir de *actantes* (unidades semânticas da montagem da narrativa). O actante sujeito-herói é representado pelo ator Filho, enquanto o actante destinador é representado, ao mesmo tempo, pelo ator Pai e pelo ator Padre. Um quarto ator, a criada da cozinha, representa o oponente, sem que para tanto a função do traidor Ihe seja exclusivamente atribuída: diríamos, ao invés disso, que o oponente-traidor, enquanto actante, é lexicalizado simultaneamente pela Moça e pelo Padre.

Se quisermos levar mais adiante a elucidação das relações entre atores e actantes, teremos de recorrer a um certo comparativismo, ou seja, à superposição do conjunto das onze variantes disponíveis, para ver quais são as diferentes distribuições dos atores aí encontradas.

## 2. OS PERSONAGENS

### 2.1 Abordagem distribucional

GRUPO	VARIANTES	HERÓI	DESTINADOR		TRAIADOR
		S	D'	D''	O
A	C <sub>8</sub>	Filho	Pai	Padre	Uma moça
	C <sub>5</sub>	Filho	Pai (Alemão)	Padre	Uma moça
	C <sub>21</sub>	Filho	Pai (Alemão)	Padre	Uma moça
	C <sub>22</sub>	Filho	Pai	Padre	Velho grisalho
B	C <sub>21</sub>	Irmão caçula	Irmão mais velho-padre	Um Alemão	Alguém
C	C <sub>13</sub>	Filho	Pai-sacristão	Pai-sacristão	Pai-sacristão
	C <sub>25</sub>	Filho	Pai-sacristão	Pai-sacristão	Pai-sacristão
D	C <sub>20</sub>	Filho	Pai	Sacristão	Sacristão
	C <sub>28</sub>	Filho	Pai	Sacristão	Sacristão
E	C <sub>27</sub>	Filho	—	—	Um moço da lavoura
	C <sub>20</sub>	Irmão caçula	—	—	Irmão mais velho

Este quadro comparativo, destinado, em primeiro lugar, a facilitar a compreensão esquemática do conjunto das variantes da seqüência, oferece igualmente outras vantagens: 1º dá conta, em certa medida, da distribuição dos atores e 2º permite reduzir as onze variantes a cinco grupos, A, B, C, D e E, dentro dos quais somente subsistem *variações estilísticas* (*Moço da lavoura*

vs *Irmão mais velho* no grupo E) ou alguns *hapax* (o cadáver do velho grisalho no grupo A), etc.

O estudo comparativo dos atores procura integrá-los em classes de actantes; pode ser comparado aos procedimentos distribucionais da lingüística, comportando suas vantagens e encontrando também suas dificuldades. Dessa forma, podemos dizer que todos os atores "Filho" ou "Irmão caçula" constituem uma única classe H e, por conseguinte, um único actante Herói, pois esta afirmação pode ser controlada, no plano formal, pela distribuição idêntica dos atores e por sua não comutabilidade com os atores inscritos em outras colunas; o herói não pode ser nem destinador, nem traidor. Por outro lado, esse procedimento perde sua eficácia quando se trata da discriminação entre D" e O ou entre D' e D". No primeiro caso (D" vs O), pode-se afirmar, a partir das ocorrências dos grupos A e B, que se trata de dois actantes não comutáveis e que as ocorrências dos grupos C e D não são mais do que casos de sincretismo. Entretanto, partindo dos grupos C e D, pode-se ver em D" e O somente um único actante, representando as ocorrências dos grupos A e B o mesmo actante em distribuição complementar.

A mesma ambigüidade de interpretação é encontrada quando se deseja verificar formalmente se existe uma relação entre as colunas D' e D". Esta dificuldade não é relativa somente à semântica, mas a toda descrição lingüística; a decisão final, quando é o caso, por exemplo, de se pronunciar quanto à existência de um ou dois fonemas, refere-se de modo geral a outros critérios, externos ao procedimento utilizado, tais como a simplicidade ou a eficácia da descrição. Para contornar esse obstáculo, ao invés de recorrer à descrição do actante considerado como um *arquitor*, é possível tomar de empréstimo uma outra via: procurar deprender unidades semânticas menores, espécies de *subatores*, cujo agenciamento daria conta da manifestação diversificada dos atores e facilitaria dessa forma a compreensão dos actantes-invariantes.

## 2.2 Os atores e os papéis

Caso se reserve ao termo *ator* seu estatuto de unidade léxica do discurso, definindo seu conteúdo mínimo pela presença dos semas: a) *entidade figurativa* (antropomórfica, zoomórfica ou outra), b) *animado* e c) suscetível de *individuação* (concretiza-

do, no caso de algumas narrativas, sobretudo literárias, pela atribuição de um nome próprio), percebe-se que tal ator é capaz de assumir um ou vários papéis: assim, no grupo C, um único ator, — que não é dotado de nome próprio, como normalmente ocorre nos contos populares — é ao mesmo tempo Pai e Sacristão; no grupo B, um ator assume os papéis do Irmão mais velho e do Padre. Podemos, a partir daí, tentar definir o conceito de *papel*: ao nível do discurso, manifesta-se por um lado como uma qualificação, um atributo do ator, sendo por outro lado esta qualificação, do ponto de vista semântico, a denominação que assume um campo de funções (ou seja, comportamentos realmente observados na narrativa ou simplesmente subentendidos). O conteúdo semântico mínimo do *papel* é, conseqüentemente, idêntico ao do ator, *com exceção, entretanto, do sema de individuação* que ele não comporta: o papel é uma entidade figurativa animada, porém anônima e *social*; o ator, por outro lado, é um *indivíduo* integrando e assumindo um ou vários papéis.

Assim sendo, o jogo narrativo se desenrola não somente em dois níveis, mas em *três níveis* distintos: os *papéis*, unidades actanciais elementares correspondendo aos campos funcionais coerentes, entram na composição de dois tipos de unidades mais amplas: os *atores*, unidades do discurso, e os *actantes*, unidades da narrativa.

Resta saber se é rentável esta nova distinção do ponto de vista da análise.

### 2.3 Os papéis e sua interpretação

Se tentarmos aplicar as conclusões acima à elucidação do problema do destinador, e observarmos as colunas D' e D'', perceberemos que, abstração feita a qualquer distribuição dos atores, aí se manifestam nitidamente dois tipos de *papel*:

Padre	vs	Pai
Sacristão		Irmão mais velho

**Observação:** Deixamos de lado, por enquanto, o *Alemão, deceptor característico do folclore lituano*.

Os papéis assim agrupados em colunas provêm, de certo modo, da análise das funções (o pai se comporta como pai, o padre tem comportamento de padre), e entram por outro lado, devido

a seus conteúdos investidos, em permanente oposição entre si. Esta oposição, manifestada ao nível da narração, pode ser transferida ao nível da estrutura do conteúdo e expressada com a ajuda de uma categoria sêmica simples tal como:

*sagrado* ( $s_1$ ) vs *profano* ( $s_2$ )

Assim os papéis constituem somente a manifestação, do ponto de vista narrativo, de uma categoria *sagrado* vs *profano*, situada no eixo da autoridade.

Caso se considere, então, que o sacristão e o irmão mais velho são lexicalizações atenuadas do padre e do pai, respectivamente, podem-se utilizar as maiúsculas para indicar as manifestações *fortes* e as minúsculas para as manifestações *atenuadas*. Considerando que os dois papéis podem ser combinados e manifestados de maneira sincrética por um único ator, ou se apresentar como disjuntos, sob forma de dois atores, obtém-se um esquema que apresenta todas as possibilidades teóricas de manifestação decorrentes da categoria de articulação proposta:

GRUPO	SINCRETISMO: D' = D''	DISJUNÇÃO: D' vs D''	GRUPO
B	$s_2 + S_1$	$s_2$ vs $S_1$	X
$\alpha$	$S_2 + S_1$	$S_2$ vs $S_1$	A
C	$S_2 + s_1$	$S_2$ vs $s_1$	D

**Observação:** O grupo E, não possuindo destinador explícito, não é levado em consideração.

### 3. O PROBLEMA DO DESTINADOR

#### 3.1 A formulação teórica

Estes primeiros resultados nos levam a atribuir à interpretação aqui delineada um método mais nitidamente gerativo. Uma tal interpretação deve satisfazer inicialmente a duas condições:

a) deve indicar o termo *ab quo*, ou seja, a estrutura de base a partir da qual todas as demais estruturas podem ser geradas;



No primeiro caso (1), trata-se da transformação da estrutura complexa equilibrada em *estrutura complexa negativa*:

$$S_2 + S_1 \implies (1) S_2 + s_1$$

No segundo caso (2), a mesma estrutura complexa e equilibrada se transforma em *estrutura complexa positiva*:

$$S_2 + S_1 \implies (2) s_2 + S_1$$

Uma segunda possibilidade consiste na disjunção de dois papéis que serão manifestados sob forma de dois atores distintos, o pai e o padre. Trata-se, neste caso, (3) da transformação da estrutura complexa em *estrutura elementar*, ou seja, em uma categoria sêmica que manifesta separadamente cada um de seus termos:

$$S_2 + S_1 \implies (3) S_2 \text{ vs } S_1$$

A estrutura elementar, por sua vez, tomada como modelo de manifestação, pode provocar, a partir daí, novas transformações de segundo grau. Sua estrutura complexa negativa transforma-se em *estrutura elementar negativa*:

$$S_2 + S_1 \implies (1) S_2 + s_1 \implies (4) S_2 \text{ vs } s_1$$

ou bem a estrutura complexa positiva poderá se transformar em *estrutura elementar positiva*:

$$S_2 + S_1 \implies (2) s_2 + S_1 \implies (5) s_2 \text{ vs } S_1$$

Caso se compare, agora, o conjunto das transformações possíveis com as transformações efetivamente manifestadas, percebe-se que somente a estrutura resultante da transformação (5) não se acha manifestada sob forma de uma variante autônoma da seqüência. A explicação desse fenômeno pode ser dupla: a) ou bem essa variante não possui manifestação, ou, ainda mais simplesmente, não a conhecemos porque não está registrada; b) ou bem existem razões objetivas, proibições que ainda não reconhecemos e que impedem essa manifestação.

## 4. O PROBLEMA DO TRAIADOR

### 4.1 A transformação dos conteúdos

O modelo proposto para solucionar o problema do destinador apresenta-se como a colocação de uma primeira geração de atores dando conta da situação inicial da narrativa, organizando assim uma das estruturas essenciais da narração: o *contrato*. O prosseguimento da análise, aplicando os mesmos métodos à medida que progride a narrativa, só pode evidenciar novas complicações do modelo.

Estas provêm das propriedades fundamentais da própria narrativa. Na medida em que se reconhece o caráter algorítmico da narração e que se entende por narrativa um discurso fechado, tendo simultaneamente uma finalidade e um fim, deve-se admitir que o narrador não é livre para dispor à vontade dos atores colocados na fase inicial: deve considerar, ao mesmo tempo, a solução final que pretende dar. Uma análise que procure reduzir o processo de elaboração da narrativa em seu conjunto deve, por conseguinte, descrever ao mesmo tempo as transformações a partir da situação inicial e as transformações com vistas à solução final.

Isso já limita em larga escala o alcance do método que tentamos aplicar: o conhecimento prévio das propriedades estruturais do modelo narrativo é cada vez mais necessário, só podendo ser obtido pelos procedimentos interpretativos da descrição. Quanto ao narrador este, antes de narrar seja o que for, deve possuir o que se pode classificar como a faculdade narrativa, ou seja, em suma, o conhecimento implícito do modelo narrativo.

O narrador deve saber sobretudo que o estabelecimento do contrato, isto é, do destinador que transforma o herói em destinatário, deve ser seguido do sintagma narrativo protocolar denominado *prova*. Sendo a prova, como já tentamos demonstrar, somente a manifestação superficial — situada no plano antropomórfico — da transformação dos conteúdos profundos da narrativa, o narrador, para conduzir os atores já instituídos para a prova, deve prever de que maneira seu confronto se efetuará a fim de produzir a transformação final desejada.

Na seqüência que estudávamos, os fatos se passam da seguinte forma: o destinador, que é o representante da autoridade sagrada ( $S_1$ ), manda o destinador-herói cumprir uma missão quando

será então submetido a uma prova. Porém envia, paralelamente, um outro destinatário-oponente com a missão de provocar o fracasso desta prova. Logo surge o destinador — aos ouvintes e não ao herói — como representante do falso sagrado ( $\bar{S}_2$ ); e poder-se-á dizer que o objetivo da prova, caso tenha êxito, é a revelação de sua falsidade, ou seja, a transformação de  $S_1$  em  $\bar{S}_1$ . Mas o herói só poderá obter este resultado, por meio da prova, se atacar o oponente que, na verdade, não implica no sagrado (seu conteúdo será dito, portanto, um  $S_2$  bis, mas se apresenta com toda a aparência do não profano  $S_2$  bis). E é unicamente eliminando essa falsa aparência e negando o caráter não profano do oponente que ele terá alguma chance de revelar a impostura do destinador.

Resulta daí que a estrutura do traidor, ao nível dos conteúdos investidos, é dupla e que, em seguida ao êxito da prova, o traidor deve aparecer como simultaneamente ( $\bar{S}_1$ ) e ( $S_2$  bis); estes papéis podem se ver manifestados no discurso narrativo, seja de forma conjunta, sob a forma de um único ator, seja de forma disjunta, sob forma de dois atores.

#### 4.2 A manifestação do traidor

Estas considerações sobre a prova e suas conseqüências permitem que se volte atrás e se retomem os atores da primeira geração, no ponto onde foram deixados. Face ao herói-destinatário podemos colocar, teoricamente, cinco atores-destinatários, representantes do sagrado (S), encarando, portanto, cinco diferentes narrativas possíveis. Como a estrutura do traidor comporta necessariamente o papel ( $\bar{S}$ ) e sendo este papel unicamente a transformação negativa do papel (S) — que já é o papel assumido pelos cinco destinadores-atores — é natural que são os mesmos atores que deverão aparecer, no final da narrativa, como traidores desmascarados. O único ponto ainda incerto consiste em saber se o segundo papel de traidor será assumido pelo mesmo ator ( $S_1 \rightarrow \bar{S}_1$ ), ou por um novo ator feito exclusivamente para esse papel ( $S_2$  bis). Isto significa que, teoricamente, o traidor pode se manifestar:

seja como estrutura complexa ( $\bar{S}_1 + S_2$  bis)

seja como estrutura elementar disjunta ( $\bar{S}_1$  vs  $S_2$  bis)



#### 4.3.1 Uma nova regra de incompatibilidade

Para facilitar a leitura do esquema, a estrutura de base (à esquerda da linha central e envolta num círculo), foi tomada como ponto de partida fundamental e simultaneamente jamais manifestado: admitimos, a título de hipótese, que ocorresse uma restrição histórico-social na sociedade católica camponesa, não deixando constatar que o padre pudesse ser, ao mesmo tempo, o pai do herói. A transformação (1) (cujos prolongamentos se situam sobre a linha inferior) vem transformar o padre em sacristão para tornar possível a narrativa. A transformação (2) (cujos prolongamentos constituem a linha superior) transforma o pai em irmão mais velho, permitindo-lhe, assim, continuar padre.

Curiosamente, não são realizadas as variantes possíveis na linha superior; ou, caso a situação inicial seja admitida, elas fracassam com a continuidade. Já verificamos que a transformação (5), a qual distingue dois atores (o *irmão mais velho* que envia o caçula ao *padre* para que este lhe ensine o medo), não se acha realizada, o que de certa forma não é tão espantoso: com o prosseguimento, uma tal narrativa seria confundida com a situação resultante da transformação (3): pouco importa que a autoridade profana seja encarnada pelo pai ou pelo irmão mais velho; o herói, uma vez junto ao padre, não está mais ligado, em seu comportamento, à sua família, que representa a autoridade profana.

Em contrapartida, o fracasso da variante resultante da transformação (2) pede uma justificativa. A situação inicial existe perfeitamente na variante  $C_{21}$ : o irmão mais velho, que é ao mesmo tempo padre, preocupa-se com a ausência total de medo constantemente proclamada por seu irmão. Teoricamente são possíveis, a partir daí, duas soluções: ou bem ele se identificará ao oponente e tentará, ele próprio, amedrontar o herói (7); ou bem ele enviará em seu lugar um oponente profano, uma criada da cozinha, por exemplo, o que identificaria a seqüência narrativa com o conto de referência ( $12 = 8$ ). Ora, na realidade, nenhuma das duas soluções é adotada, e a variante se desenrola de forma desequilibrada: surge um novo destinador (um Alemão), que envia "alguém" durante a noite ao campanário da igreja com o objetivo de atemorizar o herói: e o herói o mata. A solução é duplamente desequilibrada; pois se o ator-Alemão se comporta, pelo lugar de prova escolhido, como ator-sacristão (9), o assas-

sínio que a finaliza aproxima a narrativa da solução (8). A variante é interessante como exemplo característico da narração compósita e mereceria ser estudada mais de perto, já demonstrando, a partir daí, que: a) o corpo da narrativa, ou seja, a prova não leva absolutamente em conta a estrutura inicial e que, além do mais, b) a conseqüência será o fracasso da narrativa: o traidor (será o Alemão? ou será o irmão mais velho?) não é desmascarado.

**Observação:** O recurso ao deceptor — o Alemão é, no folclore lituano, ora representante da falsa autoridade sagrada (uma das aparências do diabo), ora o da falsa autoridade profana — merece ser igualmente destacado. Ele indicaria uma das funções narrativas do deceptor: salvar, por sua natureza ambígua, uma situação narrativa embaraçosa.

Uma hipótese poderia justificar esses fracassos: o conjunto das variantes que têm por destinador o padre-irmão mais velho do herói não pode se realizar porque: a) se o oponente se visse disjuncto do padre, as variantes levariam a uma solução que se confundiria com a transformação (8); b) se o padre fosse, ao mesmo tempo, oponente, a prova teria como conseqüência o *assassinio do padre*, solução esta *incompatível com o contexto histórico dado*.

Esta hipótese pode ser válida ou não; ao formulá-la, queremos sublinhar sobretudo que a narrativa folclórica, na medida em que está solidamente enquadrada em seu contexto histórico, pode encontrar incompatibilidades que impeçam a manifestação de certas variantes teoricamente possíveis; e, além do mais, estas regras de incompatibilidade podem ser previstas, perfeitamente, tanto pela análise da situação inicial como da final.

#### 4.3.2 O fracasso da prova

A linha que parte horizontalmente da estrutura de base e comporta a transformação (3) corresponde à solução adotada por nosso conto de referência. Para a preparação da prova, são necessárias duas soluções: ou bem vai o próprio padre assumir o papel de oponente (10) e será, portanto, morto (o que, segundo nossa hipótese, não é imaginável nem será realizado); ou bem ele enviará um oponente disjuncto (8). Esta única solução possível culmina, pois, na vitória aparente do herói e no fracasso

da prova em si mesma: a negação do não profano que se exprime pelo assassinio do oponente é realizada, porém a disjunção dos dois papéis do traidor não permite a revelação do falso sagrado. Ao nível estrutural da narrativa, isto implica na duplicação da prova (que, aliás, ocorre efetivamente). O fato de não ser pertinente o assassinio do oponente demonstra que o que tratamos inicialmente como uma variante autônoma (o grupo B) é na verdade uma variante estilística: o padre envia o herói à catacumba da igreja para buscar a tabaqueira que ele esqueceu de propósito na cabeceira do cadáver de um velho de barba grisalha. O fato do oponente já estar morto ou de que o herói o mate não muda em nada a situação, tanto assim que a prova é incapaz de provocar a revelação do traidor.

No entanto, pode-se constatar para melhor entendimento da narração que é a não pertinência estrutural do sintagma narrativo que permite o aparecimento de *variações estilísticas* e a reaparição dos “hapax”<sup>2</sup>; o velho de barba grisalha aparece, em outras variantes, bem vivo e mesmo senhor de um determinado universo sagrado.

#### 4.3.3 O sucesso da prova

Portanto, é a terceira possibilidade inicial — que consiste na redução do sagrado e em sua lexicalização sob forma de sacristão (1 e 4) — que finalmente aparece como a única realmente rentável, uma vez que permite engendrar duas variantes diferentes da narrativa (6 e 9). Observemos de imediato que, dentre as quatro soluções finais possíveis, duas se acham eliminadas, ou seja, não realizadas ou não conhecidas: são as transformações que implicam na disjunção estrutural do traidor. O sacristão, encarregado de incutir o medo do sagrado, não está em condições de enviar em seu lugar um oponente-substituto: do ponto de vista estrutural, uma tal transformação (11) culminaria na solução (8) (já cogitada para o padre) e que culmina no fracasso da prova. O que é notável é o fato do narrador nem mesmo sentir a necessidade de tomar de empréstimo esse trajeto, colocando o sacristão no lugar do padre, embora a narrativa seja possível sob esta forma superficial e possa se desenrolar num cenário externo diferente.

<sup>2</sup> “Hapax legomenon” — expressão grega designando uma palavra ou expressão da qual só se conhece um exemplo: o que foi dito uma única vez. (N. do T.).

As duas provas que são efetivamente realizadas e as duas narrativas que se podem considerar como bem sucedidas possuem, ao nível da estrutura dos actantes, uma característica comum: o traidor assume neste caso e sucessivamente os dois papéis de falso destinador e de oponente. Distinguem-se, porém, no fato de que, no primeiro caso (6), o traidor-sacristão é ao mesmo tempo o pai do herói, enquanto que, no segundo caso (9), ele não o é. Relativamente a essa distinção, as duas provas e suas conseqüências se desenvolvem diferentemente em sua manifestação:

<i>Grupo</i>	<i>Traidor</i>	<i>Lugar</i>	<i>Atitude do oponente</i>	<i>Forma da vitória</i>	<i>Conseqüência para o herói</i>	<i>Tipo da prova</i>
C	Sacristão-pai	igreja	agressividade	assasínio	Ele é expulso	Prova decisiva
D	Sacristão-não pai	campa-nário	passividade	ferimento	Ele é mandado embora (c/ dinheiro)	Prova qualificante

A comparação destas duas narrativas traz alguns esclarecimentos sobre determinados pontos:

**a)** na medida em que se pode, como já havíamos proposto inicialmente, considerar a seqüência como uma narrativa autônoma comportando sua própria finalidade, o objetivo da narrativa é atingido nas duas variantes: conforme as previsões e o desejo implícito do narrador, as duas narrativas têm por conseqüência final a revelação do falso sagrado e a punição da impostura;

**b)** as duas narrativas também se apresentam como fundamentalmente diferentes, no que a segunda servirá unicamente para desvendar a impostura do sagrado, enquanto a primeira nega simultaneamente a autoridade profana representada pelo pai. Na verdade, é a escolha inicial da forma pela qual será manifestado o destinador (estrutura elementar e dois atores; ou estrutura complexa e um único ator) que decide a seqüência da narrativa: vemos que os dois percursos da narrativa são paralelos e, em

suma, lineares. Na medida em que o oponente ( $S'_2$  bis) se identifica com a natureza do pai ( $S_2$  bis) (ou seja, com a autoridade profana em sua manifestação forte), a prova é igualmente sancionada de maneira forte, ou seja, pelo assassinato do pai. No segundo caso, onde o oponente ( $S_2$  bis) nada mais é do que o substituto atenuado dessa autoridade, a sanção toma a forma de uma *marca*: o oponente é marcado pelo ferimento que permite reconhecer em seguida o falso sagrado. Da mesma forma, no primeiro caso, o herói liberto de qualquer laço é mandado para um outro lugar definitivo; enquanto que, no segundo caso, após se haver qualificado para o eventual encontro com o verdadeiro sagrado, ele é mandado de volta a seu pai que facilita sua partida definitiva dando-lhe dinheiro para a viagem. Dessa forma, a primeira forma surge como decisiva e a segunda somente como qualificante.

#### 4.3.4 A funcionalidade da seqüência

Somos levados, desta forma, a estabelecer uma correlação entre o número e o tipo das variantes realizadas, por um lado, e, por outro, o número e a natureza das provas características desse gênero de narrativas. Nossa hipótese é a de que o pequeno número de variantes conhecidas não é devido ao acaso ou à falta de imaginação do narrador, mas a propriedades estruturais restritivas da narrativa. Assim, tentando simplificar o modelo interpretativo do conto maravilhoso proposto por Propp, sugerimos uma primeira tipologia das provas, podendo ser consideradas, estas, segundo a função que assumam na economia geral da narrativa como:

*qualificantes,  
decisivas ou  
glorificantes*

Caso se acrescente a esta lista o quarto tipo, a *pseudoprova*, caracterizada por seu insucesso e provocando a duplicação, chegamos a encarar, no todo, somente quatro provas possíveis.

Cada seqüência narrativa pode constituir por si mesma uma narrativa autônoma, com sua própria finalidade e, igualmente, se situar no interior de uma narrativa mais vasta, preenchendo, aí, uma função particular. A partir daí, toda seqüência narrativa,

na medida em que comporta uma prova, poderá receber uma espécie de segunda significação funcional devido à sua situação no conjunto narrativo. É curioso constatar que, a essa tipologia funcional das provas, corresponde, no conto que utilizamos a título de exemplo, uma tipologia dos oponentes e lugares da prova:

Nº	PROVA	OPONENTE	LUGAR	GRUPO DE VARIANTES
1	indefinida	alguém s/ destinador	cemitério	E
2	pseudo- prova (para du- plicação)	criada da cozinha	claustro	A (e B)
3	quali- ficante	sacristão- não pai	campanário	D (e B)
4	decisiva	sacristão- pai	igreja- altar	C
5	glori- ficante	represen- tante do sagrado	o outro mundo	—

Dentre as cinco provas levadas em consideração, pedem um breve comentário as provas (1) e (5):

(1) O grupo de variantes E apresenta o fenômeno da degradação dos contos — marcado, neste caso, pelo enfraquecimento do sagrado — e levanta o problema metodológico referente à sua reconstituição. Esta última nos parece possível, no entanto ultrapassaria o quadro deste artigo: ela somente reconheceria, dentre as variantes indeterminadas, um dos três tipos possíveis: (2), (3) ou (4).

(5) Somente para memória inscrevemos a prova glorificante: situa-se não no início, mas no final da narrativa tomada em seu conjunto, exigindo a revelação não do traidor mas do herói.

Vemos, por conseguinte, que a seqüência considerada em sua funcionalidade só pode apresentar três saídas: a primeira convida à duplicação da prova para sugerir sua dificuldade; a segunda qualifica o herói para a aventura principal; a terceira, enfim, significando a recusa total tanto do falso sagrado como do falso profano, exclui o herói e sua busca da comunidade, socialmente determinada, dos seres vivos.

#### 4.3.5 *A correlação entre os atores e as provas*

Uma última correlação deverá ser observada: ela se estabelece entre os tipos de provas e soluções finais possíveis, por um lado, e por outro o número de atores colocados no início da narrativa.

a) a variante cuja prova é decisiva comporta unicamente dois atores: o filho-herói e o pai, ao mesmo tempo destinador e traidor. Ela sintetiza a narrativa ao extremo, conferindo-lhe uma autonomia quase total: com relação à continuação da narrativa, a seqüência nem pressupõe nem é pressuposta.

b) a variante cuja prova é qualificante comporta três atores: o herói, seu pai e o sacristão. O aumento do número de atores provoca uma abertura da narrativa: pressupõe-se que o herói, uma vez qualificado, efetue outras proezas. A seqüência pressupõe mas não é pressuposta.

c) a variante cuja prova termina por um fracasso compreende quatro atores: o filho, o pai, o padre e a criada. Devido a seu insucesso, ela convida ao recomeço da narrativa. Inútil se considerada em si mesma, a seqüência, em princípio, tanto pressupõe quanto é pressuposta. Sua função parece ser a de prolongamento e complicação da narrativa: ela permite introduzir, na seqüência seguinte, novos atores e novas provas; sua duplicação assinala formalmente, como efeito de sentido, a dificuldade do empreendimento.

Essa correlação entre a situação inicial e a situação final, entre o número de atores e o tipo de provas às quais estão ligados não deixa de colocar, já então, um novo problema: o da *densidade* da narrativa.

Tradução de  
KATIA HAKIM CHALITA

# A Lingüística Estrutural e a Poética \*

---

## 1. A ESPECIFICIDADE DA POESIA

### 1.1 A lingüística estrutural e a poética

**A**S RELAÇÕES entre a lingüística estrutural e a poética têm que ser íntimas: não somente a identidade do objeto descrito, de natureza lingüística nos dois casos, mas também a forma de considerar seu modo de existência (a saber: um sistema de relações, ou seja, uma estrutura complexa), permitem pensar que uma mesma metodologia de base pode servir à análise dos objetos lingüísticos e poéticos; e que os procedimentos de descrição da poética devem ser, pelo menos na fase inicial, a aplicação e o prolongamento dos procedimentos elaborados pela lingüística.

### 1.2 O universo semântico e o domínio literário

Os objetos poéticos, embora possuindo sua especificidade, pertencem ao domínio literário, que se destaca, com sua articulação própria, do universo semântico, que compreende a totalidade das significações recobertas por uma língua natural. O próprio domínio literário se distingue dos outros domínios autônomos (religião, direito, etc.) porque ele não se caracteriza por uma zona particular da substância do conteúdo. Ao contrário, as "formas" do conteúdo que à primeira vista parecem definir seu domínio (tropos e gêneros) são metalingüísticos em relação às línguas naturais e fazem parte das propriedades estruturais gerais da linguagem.

A comunicação lingüística compreende, de um modo geral, uma forte redundância que se pode considerar do ponto de vista da

\* Publicado na *Revue Internationale des sciences sociales*, vol. XIX, nº 1, 1967.

informação como uma “falta a obter”. A originalidade dos objetos “literários” (o termo é absolutamente impróprio) parece poder definir-se por outra particularidade da comunicação: o enfraquecimento progressivo da informação, correlativo ao desenvolvimento do discurso. Este fenômeno geral é sistematizado pelo *fechamento* do discurso: a suspensão do fluxo de informações dá nova significação à redundância, que, em vez de constituir uma perda de informação, valoriza os conteúdos selecionados e fechados. O fechamento portanto transforma o discurso em objeto estrutural e a história em permanência.

Sabemos que a “literatura” escrita ou oral não constitui um domínio semântico, mas um conjunto de estruturas lingüísticas utilizadas como categorias de construção, ou como regras de funcionamento, e que organizam os conteúdos que se manifestam no interior de seqüências discursivas fechadas.

### 1.3 Pesquisa literária e pesquisa poética

Se a chamada pesquisa literária visa à descrição de esquemas e modelos estruturais construídos a partir da *forma do conteúdo* e que servem para a organização da sua substância, a pesquisa poética opera a partir de um subconjunto de seqüências discursivas fechadas, e caracterizadas por uma organização paralela à da *forma de expressão*. Ainda que a poética trabalhe sobre um corpus empiricamente mais restrito, ela se apresenta como um empreendimento mais vasto e mais complexo: ela deve constituir um instrumento metodológico e tecnológico que permita não apenas descrever as articulações formais dos dois planos do significante e do significado, mas também dar conta da correlação específica que o objeto estabelece entre estes dois planos.

## 2. A COMUNICAÇÃO POÉTICA

### 2.1 Unidades lingüísticas e unidades poéticas

A mensagem poética se transmite sob a forma de um discurso articulado numa língua natural qualquer. Além das unidades lingüísticas propriamente ditas nas quais este discurso pode ser dividido, *novas unidades* poéticas, que desdobram as primeiras, aparecem nos dois planos da expressão e do conteúdo. Suas

características são as seguintes: *a*) elas são reconhecíveis pela redundância sintagmática (no interior de um texto fechado) ou paradigmática (que permite superpor vários textos comparáveis); *b*) elas não são concomitantes nem com as articulações sintáticas nem com as articulações prosódicas do discurso natural e *ultrapassando* os quadros frásicos constituem grandes seqüências discursivas; *c*) são unidades estruturais, portanto caracterizadas pela existência de uma relação entre pelo menos dois termos.

Semelhante concepção da comunicação poética (síntese das definições de estilo dadas por Bloch e por Hill) omite o problema do conteúdo da mensagem poética transmitida por estas unidades — o que é normal nesta etapa —; também não coloca o problema da significação das estruturas da expressão que fazem parte da mesma mensagem, e, ao afirmar a natureza lingüística das unidades poéticas, não se pronuncia nem sobre suas dimensões nem sobre sua articulação interna; levanta-se assim o problema dos níveis da comunicação poética e da tipologia estrutural de suas unidades.

## 2.2 Unidades poéticas: esquemas sintagmáticos

Se aceitarmos como ponto de partida a interpretação distribucionalista (Levin) segundo a qual as unidades poéticas são apenas projeções dos esquemas sintagmáticos (*patterns*) reconhecidos no plano da análise dos signos, podemos distinguir, nos dois planos da expressão e do conteúdo, dois níveis hierárquicos de comunicação poética caracterizados cada um deles pela presença de unidades poéticas que diferenciam suas dimensões sintagmáticas de origem:

	PLANO DA LINGUAGEM	EXPRESSION	CONTEÚDO
DIMENSÕES			
Sintagma		Esquemas fonemáticos	Esquemas gramaticais
Enunciado		Esquemas prosódicos	Esquemas narrativos

Um certo isomorfismo parece assim estabelecer-se entre os esquemas da expressão e os esquemas do conteúdo; pode-se vê-lo construindo um paralelo das unidades de dimensões comparáveis: aos esquemas fonemáticos, constituídos por distribuições particulares de fonemas que constituem grupos silábicos, correspondem, em grupo, os esquemas sintáticos ou morfológicos (os “acoplamentos” de Levin); aos esquemas prosódicos, que utilizam ora as frases de modulação, ora os acentos de grupos silábicos (com a superposição dos dois níveis da expressão no caso dos esquemas institucionalizados da poesia ao mesmo tempo rimada e ritmada), correspondem os esquemas narrativos, que seriam apenas a aplicação das categorias constitutivas do enunciado às seqüências discursivas transfrásicas. É evidente que uma subdivisão dos níveis descritos e uma classificação mais sofisticada dos esquemas poéticos são possíveis e até previsíveis: tanto uma quanto a outra repousam, na verdade, sobre os princípios bastante conhecidos da análise lingüística em constituintes imediatos.

### 2.3 Análise dos esquemas sintagmáticos

Além do estabelecimento do catálogo dos esquemas poéticos, a tarefa da poética é dupla nesta etapa da análise: descrição dos níveis de comunicação poética, cada um destes níveis tomado separadamente; e estabelecimento das correlações entre cada um dos níveis poéticos e o nível lingüístico correspondente, tal como se acha manifestado no plano dos signos. A *distorção* da comunicação que esta comparação mostra — alguns vêem nisso um dos elementos possíveis para a definição do estilo — é inevitável, já que os mesmos esquemas assumem cada vez uma dupla função: no interior dos limites da frase (comunicação ordinária) e no interior das unidades discursivas maiores. A análise buscará portanto reconhecer estas distorções e estabelecer sua pertinência. No entanto ela não deve ser confundida com o levantamento das correlações entre os diferentes níveis de comunicação poética.

---

### 2.4 A transformação das hipotaxes em equivalências

Uma vez estabelecido o inventário dos esquemas poéticos, o problema da sua significação não pode ser evitado. Tudo que

se pode dizer sobre isso é diretamente fruto do impulso revolucionário dado às pesquisas pela definição de linguagem poética como uma projeção das equivalências sobre a cadeia sintagmática (R. Jakobson). Se considerarmos que a manifestação discursiva da linguagem consiste o mais das vezes no estabelecimento de relações *hierárquicas*, a aproximação destas relações hipotáticas pela comunicação poética as transforma em relações de *equivalência*, ou seja, em resumo, em relações de conjunção e de disjunção. Os esquemas fonemáticos e gramaticais se transformam assim em matrizes poéticas, e os esquemas prosódicos e narrativos em modelos de “gêneros”. Este duplo estatuto das unidades poéticas — que são ao mesmo tempo esquemas sintagmáticos e modelos paradigmáticos — apenas confirma a observação de Lévi-Strauss segundo a qual toda metáfora acaba em metonímia, e vice-versa.

## 2.5 A estrutura paradigmática da substância poética

Este fato assume toda a sua significação se considerarmos que as relações assim transformadas são metalingüísticas: elas ligam entre si as *classes* de fonemas, ou de lexemas (morfemas), e não simples ocorrências. Também se podem interpretar tais transformações de relações, quando elas afetam dois fonemas ou dois lexemas, como subversões da *estrutura* interna destas unidades: elas neutralizam as relações hipo- ou hipertáticas entre os femas ou semas no interior dos fonemas ou dos lexemas; elas valorizam os traços distintivos idênticos (conjuntivos) ou opostos (disjuntivos). Semelhantes reestruturações da substância podem ser reconhecidas e registradas pelo procedimento geral de homologação, segundo o qual  $A:A'::B:B'$ , e do qual o “acoplamento” (Levin) é apenas uma espécie.

As relações poéticas têm portanto por função a *organização paradigmática da substância investida*, tanto a do conteúdo quanto a da expressão. Assim, numa primeira etapa, os esquemas constituídos por assonâncias e aliterações ou por semelhanças e aproximações semânticas podem ser analisados e reconstruídos, operando-se com seus traços pertinentes, em matrizes fêmicas ou sêmicas, compostas de identidades e de oposições. Entretanto a redundância não é somente a iteração de formas, mas também de *substâncias*; ela constitui uma isotopia fundamental na qual

se situa, tanto sobre o plano do conteúdo quanto sobre o da expressão, a comunicação poética.

## 2.6 A isotopia poética e o plano do discurso

Achamos indispensável o conceito de isotopia da comunicação para estabelecer, no plano do *conteúdo*, não apenas a tropologia, como também o cânone das estruturas narrativas fechadas. Pode-se calcular a distância que separa esta isotopia (concebida como um feixe redundante de categorias sêmicas) das manifestações discursivas particulares, e definir por esta distância o estatuto estrutural dos tropos, para construir em seguida, graças a uma tipologia das relações poéticas (sinédoques, metonímias, antifrases, etc.) já levantadas na manifestação sintagmática do discurso, um inventário completo destes. Por outro lado, foi através da determinação do nível isotópico que Lévi-Strauss pôde estabelecer a análise do mito de Édipo; e determinado soneto de Louise Labé pôde mostrar-se constituído por uma série de transformações isotópicas de um único enunciado: “Eu te amo” (Ruwet).

Os mesmos procedimentos de descrição podem ser aplicados ainda mais facilmente ao plano da *expressão*: permitindo assim estabelecer, a partir de uma isotopia fonética, articulada em termos de traços distintivos e não de fonemas, tanto as estruturas de “tonalidade geral” dos objetos poéticos quanto uma “tropologia” da expressão.

## 2.7 As “escrituras” e os “códigos” poéticos

Esta inversão das relações entre a isotopia da comunicação poética (ou “literária”) e o plano da manifestação discursiva remete à antiga tradição em matéria de poética (e de retórica); isso provocou uma recente retomada das pesquisas neste campo.

Ao nível das relações formais constitutivas das unidades poéticas, o conceito de escritura (Barthes) poderia permitir a classificação das formas literárias e poéticas de caráter coletivo, e tornar possível uma tipologia dos “estilos”.

Ao nível da isotopia da substância do conteúdo, um certo número de pesquisas convergentes destacam certas categorias da isotopia semântica (categorias de gênero e de número, de ani-

mado e de inanimado, de material e de moral), baseada na projeção das relações morfo-sintáticas do enunciado (concordância e reação). Mas estas pesquisas chegam assim a determinar a existência das isotopias semiológicas, que consistem na utilização, pela comunicação poética, de códigos isomorfos em larga medida e traduzíveis uns pelos outros (Bachelard, Lévi-Strauss) que organizam as diferentes ordens sensoriais; conferindo assim o estatuto estrutural à velha noção metafísica de "correspondências".

O desenvolvimento previsível da pesquisa poética nestas duas direções paralelas e a transposição dos mesmos conceitos ao plano da expressão vão apenas demonstrar ainda mais a natureza plurilinear da comunicação discursiva.

### **3. A CORRELAÇÃO ENTRE A EXPRESSÃO E O CONTEÚDO**

#### **3.1 A restrição da combinatória e a coocorrência das formas**

Todo mundo concorda em dizer que a distinção entre o literário e o poético não é de ordem apenas quantitativa, e que a poesia não se define, na sua relação com a literatura, pelo acréscimo de um plano da expressão suplementar (mesmo que este possua uma articulação paralela e às vezes isomorfa ao plano do conteúdo), mas que resulta antes da "fusão íntima" dos dois planos. Este último conceito, bastante vago, precisa ser traduzido em termos de lingüística estrutural.

O fechamento de todo objeto poético constitui o primeiro elemento de interpretação: o universo poético fechado possui dois inventários limitados de categorias (fêmicas e sêmicas) e duas estruturas (da expressão e do conteúdo). Só a partir destes dois inventários fechados pode-se operar uma combinatória poética que dê lugar à manifestação poética discursiva, que se situa ao nível dos signos. Todo discurso poético é portanto a manifestação de duas combinatórias restritas paralelas; daí resulta uma probabilidade teoricamente grande de que os esquemas poéticos da expressão e do conteúdo estejam em posição concomitante. A coocorrência das formas dos dois planos é um dos elementos da definição da linguagem poética.

### 3.2 A adequação estrutural da expressão e do conteúdo

Esta coocorrência deve, além disso, ser definida no seu estatuto estrutural. Para conservar seu caráter lingüístico, ela não deve situar-se ao nível das interjeições, em que a fusão do sentido e do som seria total (Ruwet); também não pode ter todas as características da dupla articulação: ela atingiria assim a arbitrariedade dos signos das línguas naturais. É portanto ao nível das matrizes fêmicas e sêmicas (resultantes elas próprias das transformações dos esquemas fonemáticos e gramaticais), que se manifesta a adequação estrutural entre as distribuições homologadas da expressão e do conteúdo. Estas matrizes, obtidas através de um jogo de identidades e de oposições categóricas, são evidentemente estruturas formais que articulam, por um lado, a substância da expressão e, por outro, a do conteúdo. A adequação das matrizes (abundantemente ilustrada pelas análises de sonetos feitas por Jakobson, Lévi-Strauss e Ruwet) foi posta em evidência também no campo da etimologia (Guiraud), não somente na consideração das onomatopéias em vista da sua articulação lingüística, mas também ao nível das estruturas subjacentes que, sob o nome de "etimologias populares", redistribuem em novas classes os étimos de origem diversa. O mesmo fenômeno se encontra, em outro nível e com um tratamento menos sofisticado, nos trocadilhos.

O que existe de comum em todos estes fenômenos é a redução da distância entre o significante e o significado: dir-se-ia que a linguagem poética, ainda que permanecendo linguagem, tenta retomar o "grito original" e se situa assim a meio caminho entre a articulação simples e a articulação lingüística dupla. Daí resulta um "efeito de sentido", comum aos diferentes exemplos citados, que é o de uma "verdade redescoberta", originária ou original, dependendo do caso. É nesta significação ilusória de "sentido profundo", oculto e inerente ao plano da expressão, que se poderia situar, especialmente, o problema dos anagramas. A pesquisa poética infelizmente não está desenvolvida o bastante para que se possa entrever já a solução do problema (levantado por Jakobson) da *significação* das formas poéticas: *uma das maneiras de resolvê-lo seria conferir a significação "verdade" à adequação do conteúdo e da expressão.*

Esta adequação, cujo estatuto estrutural a poesia intrafrásica define progressivamente, deve ser pesquisada também ao nível

transfrásico, em que a poética será obrigada a renovar a velha problemática dos gêneros poéticos, tradicionalmente definidos também, pela adequação "do fundo e da forma".

#### 4. O OBJETO POÉTICO

##### 4.1 A convergência das estruturas determinantes

É dupla a finalidade da poética: por um lado, ela procura compreender e descrever, em termos de lingüística estrutural, a comunicação poética; por outro lado, ela deve ser capaz de dar conta da condição estrutural de todo objeto poético particular.

Qualquer objeto poético (dístico, soneto ou epopéia) aparece ao mesmo tempo como ponto de convergência de todos os níveis de comunicação poética, e como lugar de seleção de certas unidades poéticas com a exclusão de outras. Esta escolha parece estar condicionada por dois tipos de determinações: *a*) as que vêm da língua natural utilizada e limitam assim a escolha dos conteúdos e das expressões possíveis, e se manifestam sob a forma de uma escritura social, imposta a priori (podendo esta escritura ser negada, mas não ignorada); *b*) as que vêm ainda da língua natural, apreendida e assumida de forma idioletal pelos indivíduos, e podem ser consideradas como oriundas de um estilo individual, imposto pela estrutura lingüística da personalidade, e que deve sua originalidade tanto a esta estrutura quanto às interações modificadoras das outras estruturas semióticas, não lingüísticas, próprias a cada indivíduo.

Vemos que estas determinações (formuladas por R. Barthes) são bastante fracas: a convergência de dois tipos de estruturas diacríticas complexas provoca a aparição de um acontecimento — objeto poético de caráter probabilístico. A análise do objeto poético pressupõe portanto, teoricamente, o conhecimento da escritura social subentendida, assim como a descrição prévia da estrutura lingüística da personalidade do poeta. Na prática, os dois tipos de pesquisa são conduzidos paralelamente e se completam.

Um conhecimento insuficiente destes condicionamentos e a natureza probabilística do objeto manifestado não permitem ainda, parece, colocar corretamente o problema do valor estético do objeto poético, pelo menos se o tentarmos deduzir seja da escolha

de níveis ou de unidades poéticas, seja das correlações simétricas ou assimétricas percebidas entre os níveis registrados.

#### 4.2 Descrição formal e substancial

É inevitável que na nossa análise dos objetos particulares, a poética chegue a confundir a descrição dos esquemas e das estruturas formais com a das substâncias que aí se acham investidas, fazendo convergir assim as preocupações da semântica e da fonética. Assim os melhores exemplos de descrições recentes (*Os gatos*) compreendem ao mesmo tempo pesquisas poéticas *stricto sensu* e explorações semânticas. Da mesma forma — embora sem tanta habilidade — escolas inteiras (a neocrítica francesa, por exemplo) se consagram às descrições semânticas de universos poéticos fechados.

Este desvio é apenas a extrapolação da concepção jakobsoniana da poesia como prejeção de equivalências no discurso: considerado como um todo fechado, o discurso poético é assim imediatamente perceptível e facilmente memorizável como uma estrutura acrônica, como um “objeto total”. As análises parciais revelam a existência de matrizes paradigmáticas cuja homologação tem apenas um sentido e só pode ter como resultado a descrição do discurso poético sob a forma de uma estrutura hierárquica: sua articulação formal é — ou breve virá a ser — previsível; a substância lingüística aí investida constitui sua *unicidade*. Assim a poética, na medida em que se propõe dar conta não apenas da comunicação poética, mas também da estrutura dos objetos poéticos, é levada a ampliar o campo de suas investigações — e a incluir nele a descrição da substância lingüística (semântica e fonética) tal como esta se manifesta nos objetos poéticos; ela encara ao mesmo tempo a possibilidade de uma tipologia dos conteúdos e das “tonalidades musicais” dos sistemas fechados que são os objetos poéticos.

#### 4.3 Estruturas acrônicas e estruturas diacrônicas

Foi, que se saiba, no campo da análise dos conteúdos semânticos que se puderam registrar progressos essenciais nos últimos tempos. Seria desejável que a descrição da expressão, ultrapassando o nível fonético de caráter impressionista, procurasse le-

vantar as estruturas fonemáticas comparáveis, baseadas na análise dos traços distintivos.

Diversas pesquisas recentes (as de Jakobson e Lévi-Strauss, sobretudo) puseram em evidência a existência, nas obras fechadas, ao nível da articulação do conteúdo, da possibilidade de uma dupla leitura do mesmo objeto poético (ou "literário"). No primeiro caso, o objeto aparece como um "sistema fechado" cujas articulações parciais se integram numa estrutura paradigmática. No segundo caso, o objeto é passível de leitura como um "sistema aberto", manifestando, num dado momento do seu desenvolvimento discursivo, uma continuidade que pode ser considerada como uma transformação diacrônica do conteúdo, constitutivo de um antes e um depois semânticos. A esta possibilidade, à primeira vista insólita, de uma dupla leitura corresponde uma dupla esquematização do poema. Assim uma nova distinção — desta vez funcional — entre as unidades poéticas é estabelecida graças à análise da isotopia, implícita ou explícita, do objeto. Por outro lado, ao conceito de isotopia, postulado ao nível da comunicação, corresponde o conceito de taxinomia, dando conta do objeto poético, considerado como um sistema fechado; e as estruturas da isotopia podem ser interpretadas como transformações linguísticas operando sobre conjuntos taxinômicos.

## 5. A EUFORIA POÉTICA

### 5.1 A conotação eufórica e disfórica

Se é incontestável que a comunicação poética é, na sua totalidade, criadora de euforia, não há dúvida que a substância fonética e semântica que é o objeto desta comunicação se acha conotada, ao nível de todas as suas articulações, pela categoria proprioceptiva que manifesta ora seu termo eufórico, ora seu termo disfórico. A aparente contradição poderia ser resolvida, se admitíssemos, como propusemos, a existência de uma *significação das formas* poéticas, diferente da *significação da substância*: enquanto a substância é conotada pelas variações isotópicas ao mesmo tempo eufóricas e disfóricas, a forma poética (manifestada fundamentalmente pela redundância, e pela adequação da expressão e do conteúdo) que provoca os "efeitos de sentido" de permanência e de verdade seria pura euforia.

Tradução de  
ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES

# A Escritura Cruciverbista <sup>1</sup>

---

## 1. COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÃO

### 1.1 A comunicação cruciverbista

**T**ODO problema cruciverbista se compõe: a) de um quadriculado de denominações e b) de um inventário de definições. Se nos limitarmos, como tencionamos fazê-lo, unicamente à exploração das relações existentes entre estes dois componentes <sup>2</sup>, simplificando bastante, podemos dizer que o cruciverbista-produtor, a uma dada etapa da construção do problema, deve constituir um inventário de definições a partir de um quadriculado inteiramente preenchido, enquanto que o cruciverbista-consumidor, ao contrário, terá à sua disposição um inventário de definições e deverá reconstituir integralmente o quadriculado. Entre estes dois estados, diacronicamente distintos, situam-se os procedimentos que podemos considerar, no primeiro caso, como os de uma *codificação* e, no segundo, como os de uma *decodificação*: estes dois termos que designam a transcodificação não diferem entre eles, em princípio, senão sob o ponto de vista da orientação das operações. Podemos, entretanto, também utilizar um outro vocabulário e dizer que o procedimento se resume, tanto num caso como no outro, em um algoritmo de procedimentos que, a partir de instruções iniciais, desenvolvem-se como regras de um *savoir-faire* implícito que nos parece importante formular.

Seja como for, a comunicação cruciverbista aparece como uma *comunicação diferida* e caracterizada pela presença de uma mensagem-objeto mediatizada, intercalada entre o destinador e

<sup>1</sup> Publicado com este título em *To Honor Roman Jakobson*, La Haye-Paris, Mouton et Co., 1967.

<sup>2</sup> Deixaremos, por isso, de lado o problema da estrutura grafemática do quadriculado e o de seu papel nos procedimentos de descoberta.

o destinatário e que, por isso, necessita da intervenção de procedimentos de reconversão.

## 1.2 Comunicação cruciverbista e comunicação poética

Que a arte cruciverbista se sirva de uma expressão grafemática própria a diferir a comunicação<sup>3</sup> e, ainda, que os dois planos da expressão e do conteúdo se encontrem encaixados no momento da comunicação — tais fatos a aproximam, aparentemente, da linguagem poética. As diferenças, entretanto, saltam aos olhos:

1. O encaixe dos planos da expressão e do conteúdo se manifesta, nas palavras cruzadas, ao nível do quadriculado, a partir do qual o autor opera a transcodificação da significação; em poesia, ao contrário, a “fusão” das estruturas do conteúdo e da expressão se dá no momento da manifestação, tal como se apresenta ao leitor.

2. Uma segunda diferença decorre da primeira: enquanto a comunicação poética, de natureza sintagmática, pressupõe um código paradigmático implícito, a decodificação da significação, na leitura cruciverbista, visa, igualmente, a reconstituir um quadriculado, isto é, uma espécie de código. No primeiro caso, entretanto, o código pertence ao domínio do significado e faz as vezes de um quadriculado para a interpretação da poesia; no segundo caso, ao contrário, o quadriculado é puramente grafemático e, como tal, desprovido de significação.

Não obstante o caráter bastante sumário destas generalizações, podemos adiantar que a comunicação cruciverbista não é *apoética*, mas *antipoética*: através de alguns de seus traços característicos mais importantes, ela aparece como a inversão negativa dos princípios da organização poética. Assim, sua leitura se propõe, a partir do sentido, a obter um não-sentido e, a partir da manifestação livre revelada pelo inventário inarticulado de suas definições, a encontrar um código limitador. A leitura poética, ao contrário, ao menos em algumas de suas formas que nos são próximas, parte do não-sentido aparente em busca da significação e se impõe um sistema de cânones limitador do significante, lugar da manifestação das escolhas supostamente livres.

<sup>3</sup> Nisto ela é comparável a um subconjunto de comunicações ditas, em falta de um termo mais adequado, estéticas (tais como as comunicações poética, pictórica, fílmica, etc.).

Semelhanças entre a arte cruciverbista e a linguagem poética existem, também, em quantidade: algumas são mais ou menos implícitas e serviram de base à descoberta das divergências; outras, ao contrário, ainda que parciais, são evidentes. Elas não dizem respeito, na realidade, senão ao plano do conteúdo e não concernem senão ao aspecto literário da comunicação poética. Com efeito, o problema das relações entre um elemento do quadriculado e o elemento correspondente do inventário se coloca em termos comparáveis àqueles que deveremos introduzir quando emprendermos o estudo das figuras ditas estilísticas da linguagem literária. Estudando um corpus muito simples constituído de palavras cruzadas para francês "cultivado"<sup>4</sup>, podemos tentar uma abordagem simplificada de certos problemas estilísticos.

### 1.3 Definição e denominação

As unidades lingüísticas do quadriculado e do inventário se apresentam, respectivamente, como palavras e como expansões sintagmáticas destas palavras. O inventário oferecido ao leitor aparece como um dicionário invertido, constituído de uma lista de definições (Df), a que corresponde um quadriculado que contém as denominações (Dn).

A linguagem literária apresenta freqüentemente situações comparáveis: um número bastante considerável de suas unidades é constituído, não de palavras, mas de segmentos mais longos, que podemos considerar como expressões sintagmáticas. É o caso, principalmente, das comparações, das imagens, de certos símbolos poéticos. Conseqüentemente, propondo como hipótese que a figura estilística pode ser compreendida como a distância entre duas expressões diferentes de um mesmo conteúdo, podemos tentar assimilar estas expressões literárias a definições, procurando estabelecer, para cada uma das Df, uma Dn correspondente. Utilizando denominações artificiais, poderíamos, assim, dar os primeiros passos no sentido da elaboração de um *dicionário* da língua poética, limitando a *corpus* definidos, que daria conta, ao mesmo tempo, da polissemia e das possibilidades de reconstrução entre os códigos múltiplos.

Não subestimamos as dificuldades de uma tal empresa, a primeira das quais residindo no fato de que a expansão sintagmática não constitui nem o único critério, nem o mais importante para a avaliação da distância entre Df e Dn.

<sup>4</sup> Com efeito, escolhemos 40 problemas comuns dos *Mots croisés* de Max Favalelli, 2ª seleção, 1964, ed. do *Livre de Poche*.

## 1.4 Equivalência e distância

A distância, termo de que nos servimos para designar provisoriamente a relação entre  $D_n$  e  $D_f$ , é visivelmente uma noção ambígua. Ela indica ao mesmo tempo: que os dois termos  $D_n$  e  $D_f$  são, de certa maneira, equivalentes, uma vez que é possível, partindo de um, encontrar o outro; e que tal equivalência se encontra, entretanto, escondida, já que se trata justamente de encontrá-la.

**Observação:** A distância, mesmo quando ela não é apreendida senão de maneira intuitiva, aparece como uma variável, que pode servir eventualmente para caracterizar e para colocar em oposição certos subgêneros semióticos: assim, ela parece máxima em certas adivinhas armênicas em que a equivalência, ainda que exigida, é praticamente impossível de ser definida; ela diminui, até, às vezes, desaparecer completamente, em certos dicionários científicos.

Podemos tentar precisar o conceito de distância, opondo-o ao conceito de equivalência. Diremos, então, que a equivalência entre  $D_n$  e  $D_f$  é uma regra de jogo implícita: ela constitui, para o leitor, um objetivo, um estado *ad quem*; o autor, ao contrário, parte da equivalência como de um estado *ab quo*, e procura complicar o jogo obscurecendo-a. Trata-se, num caso, de *criar a distância*, tornando implícita a equivalência e, no outro, de *suprimir a distância*, explicitando os itinerários da complicação.

Num caso, como no outro, a tarefa do lingüista consiste em descrever os procedimentos de manipulação de conteúdos propostos como equivalentes enquanto núcleos de  $D_n$  e  $D_f$ , e que sofrem uma série de conversões e de transformações para serem finalmente recobertos, na sua manifestação lexemática, por expressões diferentes, distanciadas, freqüentemente irreconhecíveis. Pouco importa que o resultado dessa explicitação das manifestações seja apresentado sob a forma de regras de conversão ou de uma descrição de redes de relações: basta que estas manifestações não sejam consideradas como *orientadas*, uma vez que, pelo menos teoricamente, o procedimento criador do autor emprega os caminhos que o procedimento interpretativo do leitor deve reencontrar e percorrer no sentido inverso.

Nossa hipótese de trabalho consiste, pois, em dizer que uma vez proposta a equivalência entre os conteúdos  $D_n$  e  $D_f$ , esta não pode ser estabelecida senão pela expressão da distância ( $D_i$ ):

$$C(D_n) \simeq C(D_f) - D_i$$

Agora, será necessário ver, de maneira mais precisa e mais detalhada, em que consiste esta distância.

## 2. A DISTÂNCIA SINTÁTICA

### 2.1 O estatuto sintático da definição

Se a Df é uma expansão sintagmática da Dn, a definição pode ser caracterizada pela unidade sintática cujas dimensões ela assume. Tomando o enunciado simples como unidade de medida, três casos podem-se apresentar. Df pode ser:

- a) seja mais extensa que o enunciado simples;
- b) seja igual ao enunciado;
- c) seja não constituir senão uma parte do enunciado.

O caso *a)* é, em nosso *corpus*, estatisticamente raro; como, além disso, todo enunciado complexo pode ser reduzido à forma canônica de enunciado simples, não nos ocuparemos agora deste caso.

No caso *b)*, em que Df possui a estrutura do enunciado completo, Dn está presente no enunciado sob a forma de uma anáfora correspondente a um dos elementos deste enunciado.

No caso *c)*, estatisticamente o mais freqüente, Df se apresenta

- 1º seja como uma unidade sintática da mesma natureza que Dn;
- 2º seja como uma unidade de natureza diferente.

Vemos que, neste último caso *c)*, podemos falar seja de isomorfismo, seja de heteromorfismo sintático (esta divisão corresponde à distinção que Jakobson estabeleceu entre metáfora e metonímia).

Antes de prosseguir em nossa reflexão, será conveniente apresentar um número suficiente de amostras do *corpus*.

## 2.2 Definições frásicas

### a) Derivados de primeiro grau.

(1) Dn = A<sub>1</sub> (Sujeito)

Felizmente, *ele* não é destituído de tato — *Cego*  
Dos anos, *ela* é o ultraje irreparável — *Ruga*

(2) Dn = A<sub>2</sub> (Objeto)

Pode-se tomá-lo, sem prejudicar a ninguém — *Impulso*  
Nem sempre é fácil remediá-lo — *Esquecimento*

(3) Dn = A<sub>4</sub> (Destinatário)

A *ele* devemos ter sido esclarecidos em  
muitos pontos — *Edson*  
Acontece-lhe estar com fogo em algum lugar — *Cassarola*

(4) Dn = C (Circunstante)

Sáimos *deles* com as mãos limpas — *Toilettes*  
A *bergère* aí pode ser vizinha do *crapaud*\* — *Quarto*

### b) Derivados de segundo grau\*

(1) Dn = Adjunto Adnominal

*Sua* passagem é silenciosa — *Anjo*  
*Seus* loucos vão e vêm com toda facilidade — *Volante*

(2) Dn = Adjunto Adnominal

Um *tal* estilo nada tem de agradável — *Abrupto*

\* As palavras *bergère* e *crapaud* significam, respectivamente, pastora e sapo; podem, entretanto, assumir a acepção de "poltrona em cujo assento se sobrepõe uma almofada" e "poltrona muito baixa", e é nessa última isotopia que se estabelece a equivalência entre a definição e a denominação. Preferimos não fazer sua tradução a fim de evitar a eliminação da ambigüidade característica deste tipo de definição cruciverbista. (N. do T.).

\* Substituímos os termos que, no texto, designam as funções sintáticas pelos seus correspondentes em português. Assim, traduzimos complément du nom por adjunto adnominal, de acordo com o contexto em que se coloca o termo em apreço; à função sintática de épithète, fizemos corresponder a de adjunto adnominal e à de attribut, a de predicativo. Quando, a seguir (2.3.1. Observações), Greimas alude ao predicat attributif, traduzimos por predicado nominal. (N. do T.).

(3) Dn = Substantivo do grupo nominal

*Os da Lusácia foram germanizados* — *Servos*  
*O último não admite recursos* — *Set*

(4) Dn = Predicativo

*O francês se envaidece de sê-lo* — *Desembaraçado*  
*É raro que a preguiça seja uma* — *Vantagem*

**Observações:** 1. A Df frásica apresenta, de certa maneira, em estado puro as relações gramaticais que existem entre Dn e Df; Dn estando presente no enunciado sob a forma anafórica, a relação entre as duas fica, assim, estabelecida sobre o plano sintático; a equivalência de conteúdo entre Dn e Df estando, por outro lado, colocada, evidencia-se, ao mesmo tempo, uma relação de não-equivalência sintática que aparece como uma relação de parte (Dn) ao todo (Df).<sup>7</sup> Verificamos, em todo caso, que as relações de equivalência e de distância hipotática encontram-se, assim, assinaladas. 2. A ausência do verbo, na amostra de definições apresentadas, e, mais generalizadamente, do grupo predicativo não decorre de uma omissão de nossa parte, pois trata-se de uma característica da escritura cruciverbista estudada. Poderíamos dizer que tais ausências ou que presenças numericamente fracas podem servir de índices a partir dos quais uma tipologia, relativa, das escrituras poderia ser concebida. Na medida em que uma figura “literária” se define estatisticamente, o estabelecimento das normas relativas: a) à língua natural utilizada (o francês moderno utiliza aparentemente muito menos anáforas que o francês antigo, por exemplo); b) e às regras do gênero estudado (o cruciverbista “cultivado” tem tendência a utilizar o “estilo substantivo” do século XX), poderia permitir o cálculo dos desvios significativos que caracteriza uma escritura específica. 3. Enfim, um último traço característico: os exemplos escolhidos, representativos do corpus inteiro, evidenciam que a presença de uma anáfora é quase sempre acompanhada, no mesmo enunciado, pela presença de um indefinido; em outras palavras: Quando Df se apresenta como um enunciado sintaticamente completo, este enunciado aparece como que esvaziado de uma parte de seu conteúdo e não guarda senão os valores gramaticais tais como: *se, nós, etc.*; assim, tal enunciado se torna semanticamente equivalente às expansões subfrásicas que iremos ilustrar em seguida.

## 2.3 Definições subfrásicas

### 2.3.1 *Relações Isomorfas*

Depois de haver dividido, a partir de um ponto de vista sintático, as expansões de Df em isomorfas e heteromorfas, iremos primeiro

<sup>7</sup> Quanto às relações próprias dos derivados de segundo grau, cf. adiante, 2.3.1.3.

constituir uma amostragem das primeiras. Fica entendido que, consideradas como partes do enunciado simples, estes sintagmas aparecem ora como derivados de primeiro grau, ora como derivados de segundo grau.

a) *Derivados de primeiro grau.*

(1) Df = Grupo nominal; Dn = A<sub>1</sub> (Sujeito)

Objeto de pequeninas mentiras  
Transporte medieval

— *Idade*  
— *Ira*<sup>\*</sup>

(2) Df = Grupo verbal; Dn = F (Verbo)

Procure a pequena caça  
Prepare a queda

— *Mire*  
— *Solape*

b) *Derivados de segundo grau*

(1) Df = Grupo adjetival; Dn = A<sub>1</sub> (Sujeito)

Polido quando sai do leito  
Mais rápida depois da interpelação

— *Calhau*  
— *Confissão*

(2) Df = Grupo adjetival; Dn = Adjunto adnominal  
ou Predicativo

Proibido a menores de quinze anos  
Adquirido sem nenhum esforço

— *Ousado*  
— *Inato*

**Observações:** 1. Embora habitualmente separemos o enunciado em sujeito e predicado, não nos pareceu aqui possível considerar o sintagma predicativo como assimilável ao grupo verbal. O segmento Df, extraído do enunciado, tanto pode ser considerado como predicativo, quanto como sujeito em expansão. Generalizando esta observação, poderemos dizer, dentro da tradição jakobsoniana, que o predicado nominal coloca primeiro a equivalência (embora seu conteúdo possa aparecer, em seguida, como hponímico); já o predicado verbal é, antes de tudo, uma hipotaxe, ainda que seu conteúdo possa revelar uma equivalência implícita. 2. Disto resulta que o procedimento utilizado em todos os casos para criar a distância entre Dn e Df seja uma *substituição*: dois conteúdos, considerados como equivalentes, são sintaticamente manifestados em dois níveis diferentes de derivação. 3. Dentro desta perspectiva, o problema dos derivados de segundo grau poderia ser solucionado ao menos provisoriamente: as Df deste gênero, ainda que substitutivas e postulando, por isso, uma equivalência sintática, são francamente hponímicas quanto a seu conteúdo, porque a relação entre substantivo e adjunto adnominal aparece como a atribuição de uma qualificação possível, constitutiva da "substância" do actante.

<sup>\*</sup> Assim como em português, o francês *transport* designa veículo e sentimento violento. A denominação correspondente, no original, *ire*, traduz-se, em português, por ira. A palavra francesa, porém, é arcaica e, por isso, passível de receber, na definição, a qualificação de medieval. (N. do T.).

### 2.3.2 Relações Heteromorfas

O segundo subgrupo das Df, cujas ocorrências possuem o traço comum de se constituírem em expansões sintáticas, distingue-se do primeiro pelo fato de, aí, o quadro do enunciado simples não ser mais o lugar de *substituições paradigmáticas*; ele oferece, entretanto, as possibilidades de intercâmbios, de *permutações sintagmáticas*.

Apresentaremos os exemplares característicos deste *corpus*:

#### a) Derivados de primeiro grau

- (1) Df = Grupo predicativo; Dn = A<sub>1</sub> (Sujeito)  
Não teve nenhum motivo para ser ciumenta — *Eva*  
Permite um contato na clandestinidade — *Joelho*  
*Prendre la mouche*\* — *Truta*
- (2) Df = grupo circunstancial; Dn = A<sub>1</sub> (Sujeito)  
Frequentemente nos dois extremos da existência — *Leito*  
No lugar do coração — *Abismo*

#### b) Derivados de segundo grau

- (1) Df = Grupo predicativo; Dn = Adjetivo  
Tem resposta para tudo — *Erudito*  
Torna certo aperto desagradável — *Úmido*

**Observações:** 1. Não podendo, com esta amostragem, dar conta da importância numérica de cada tipo de definições, assinalamos que as Df predicativas constituem o essencial deste subgrupo. Com efeito, as Df circunstanciais são pouco numerosas e podem ser interpretadas, pela explicitação da cópula, como Df atributivas. Por outro lado, as raras Df cujas Dn se apresentam como derivadas de segundo grau ou são agramaticais (Úmido), ou convertem o derivado de segundo grau em derivado de primeiro grau (Erudito). O subgrupo se reduz, então, no essencial, ao tipo único das Df predicativas. 2. Não queremos, no momento, tomar partido no debate sobre a natureza da relação sintática entre o sujeito e o predicado; será suficiente dizer que a distância entre Dn e Df pode ser interpretada, para este subgrupo, como uma *permutação sintática*, o enunciado servindo de quadro para esta operação.

\* *Prendre la mouche* é uma expressão que significa encolerizar-se, enfurecer-se. Porém a palavra *mouche* (mosca) designa também uma isca artificial: estabelece-se assim uma outra isotopia para a definição, que permite a equivalência com a denominação. (N. do T.).

## 2.4 Definições metalingüísticas

Para esgotar o assunto, é preciso assinalar a existência de um último grupo de Df que podemos chamar de metalingüísticas.

### 1. *Explicitas*

Designa, um tanto levemente, um organismo internacional — *Engrenagem*  
Não se pode aplicar a Oblomov — *Ativo*

### 2. *Implícitas*

Articula uma argumentação — *Porque*  
Precisa um itinerário — *Por*

Verificamos que, aqui, as Dn funcionam como objetos metalingüísticos, e não como signos lingüísticos ordinários. Do ponto de vista estritamente sintático, que é o que adotamos agora, elas não constituem um subgrupo autônomo.

## 2.5 Interpretação da distância sintática

Antes de tentar uma interpretação das relações que acabamos de identificar, devemos verificar se seu inventário não pode ser mais reduzido. Já nos referimos ao fato de que o estatuto das Df que possuem as dimensões do enunciado parece-nos ambíguo. Com efeito, vimos que esse tipo de Df, ainda que guardando seu estatuto de enunciado, aproxima-se semanticamente das Df subfrásicas heteromorfas. Em exemplos como:

Apreciam-nas no corpo da guarda — *Cruzas*  
É preciso agitá-la para servir-se dela — *Campainha*  
Alguns o preferem *grillé* (grelhado/com grades)<sup>19</sup> — *Camarote*

e em dezenas de outros, a presença de um actante-objeto anafórico traz com ela a manifestação de um actante-sujeito puramente gramatical, desprovido de conteúdo investido; todo o peso da definição apóia-se, então, sobre um esquema lexical binário, constituído a) pelo predicado e b) por um segundo elemento qualquer do enunciado. Na medida em que, aqui, apenas o he-

<sup>19</sup> Preferimos deixar as duas possibilidades de tradução entre parênteses, porque nenhuma delas conserva a ambigüidade da palavra francesa "grillé". (N. do T.).

teromorfismo das funções sintáticas e o procedimento de permutação sintagmática entram em jogo para avaliação da distância entre  $D_n$  e  $D_f$ , podemos buscar uma simplificação, assimilando as  $D_f$  frásicas às  $D_f$  heteromorfas.

Neste caso, não nos restam senão dois tipos de definições que podemos apresentar esquematicamente do seguinte modo:

UNIDADES SINTÁTICAS	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	PLANOS DE
DEFINIÇÕES	DO ENUNCIADO	DERIVAÇÃO
Substitutivas	Isomorfas	heteromorfos
Permutativas	heteromorfas	heteromorfos

Verificamos que a distância sintática entre  $D_n$  e  $D_f$  presta-se a uma dupla interpretação.

## 2.6 Expansão e condensação

Assim, do ponto de vista dos planos de derivação, isto é, do ponto de vista do nível hierárquico em que as unidades consideradas —  $D_n$  e  $D_f$  — encontram-se situadas, a divisão das  $D_f$  em dois grupos não é pertinente: tanto num caso como no outro, a  $D_n$ , que possui as dimensões da palavra gráfica, transforma-se em  $D_f$  em expansão. Em outros termos: a distintividade da categoria sintática —

### *condensação vs expansão*

— que tentamos introduzir não é rentável no interior do “gênero” cruciverbista o que, entretanto, não a impede de se constituir em um elemento da definição deste gênero se o opusermos a outros que lhe são comparáveis.

Com efeito, a estilística literária encontra este tipo de problema quando procura precisar, por exemplo, a oposição entre a ênfase ou o exagero barrocos e a litote clássica. Do mesmo modo, quando N. Ruwet sugere que um soneto de Louise Labé se constitui em um conjunto de transformações do enunciado —

“eu te amo”, ele não faz senão colocar em outro nível o problema da expansão sintagmática ou discursiva. Uma vez admitido, o termo “expansão” pressupõe o termo “condensação”, e chegamos a considerar a possibilidade de dois tipos de escrituras ou, melhor, a possibilidade de existência de uma distância estilística de dupla orientação, que se dirige ora no sentido da expansão, ora no da condensação.

Se designamos a categoria *expansão* vs *condensação* como sendo de natureza sintática, foi para assinalar que, embora mensurável ao nível da manifestação (no caso da expressão gráfica, pode-se medi-la por centímetros e no caso da expressão fônica, por segundos), ela concerne à estrutura sintática e pode ser definida em termos de sintaxe. Assim procedemos também para enfatizar a sua independência em relação ao conteúdo investido: basta lembrar uma das definições correntes para o espírito francês do século XVIII (ele consistiria em dizer pouquíssimas coisas importantes e em estender-se sobre futilidades), para verificar que as duas categorias podem-se apresentar como concomitantes e invertidas:

$$\frac{\text{Expansão sintática}}{\text{Pobreza semântica}} \approx \frac{\text{Condensação sintática}}{\text{Riqueza semântica}}^{11}$$

A categoria *expansão/condensação* não deve ser confundida com a avaliação da distância entre Dn e Df, decorrente das relações sintáticas que organizam os elementos constitutivos do enunciado. Assim, quando falamos da escritura litótica do classicismo francês, nem sempre distinguimos duas coisas: o uso da litote, na medida em que é estatisticamente significativo, decorre de uma preocupação de economia dos meios empregados e pode ser considerado como uma manifestação condensadora. Mas a freqüência (nos mesmos textos) das figuras antropomórficas (onde as diferentes partes do corpo humano designadas, incansavelmente, dizem respeito a uma natureza humana total implícita) pode definir uma estrutura metonímica que, embora utilize a rede de inter-relações do “corpo humano”, e não do “enunciado”, apresenta as características cujo aspecto sintático estamos tentando precisar.

<sup>11</sup> Fizemos uma tentativa de dar uma definição quantitativa para a categoria “riqueza”/“pobreza” semânticas, quando propusemos como critério o número de semas presentes em um semema (cf. nossa *Semântica Estrutural*).

## 2.7 Substituição e permutação

Parece-nos que deparamos com dois tipos de Df, substitutivas e permutativas, e dois tipos de relações que distanciam Dn e Df, na escritura cruciverbista. Sua distinção se funda sobre a permanência de elementos constitutivos do enunciado simples, independente das expansões de que cada um desses elementos é suscetível no funcionamento do discurso.

No caso da substituição, trata-se, em suma, de propor uma relação de identidade sintática a fim de que ela possa servir de base à diferenciação dos conteúdos. Ficando, assim, formalmente negada a distância entre duas ou várias manifestações diferentes, um tipo de escritura substitutiva, psicótica ou poética pode-se desenvolver, tornando-se redundante: se, além disso, tal escritura demonstra uma opção em favor dos sintagmas nominais, o efeito de sentido produzido pela uniformidade desta base sintática permite falar de uma rede de “correspondências” — todas elas remetendo para uma permanência anagógica.

O desejo de esboçar uma interpretação semântica das relações ditas formais nos envia infalivelmente a Jakobson, que foi o primeiro a propor este problema em termos de lingüística. Se já é admitido que a redundância dos conteúdos revela a existência de uma temática obsessiva do discurso, não vemos como a frequência, estatisticamente significativa, de certo tipo de relações poderia deixar de propor o problema de sua interpretação semântica.

Às definições substitutivas opõem-se as definições permutativas que postulam a substituição sintagmática, o intercâmbio dos elementos constitutivos de um enunciado. A distância entre Dn e Df não consiste mais, nesse caso, na afirmação de uma identidade, mas na de uma diferença, mesmo se, a partir desta diferença fundamental, identidades de conteúdo possam ainda ser encontradas. Contrariamente à escritura substitutiva “essencial”, a escritura permutativa é circunstancial<sup>12</sup>, e sua manifestação se presta à constituição de um efeito de sentido que remete a um mundo das aparências, fortuitas e efêmeras.

O “corpus” que utilizamos não fornece, essencialmente, senão um tipo de permutação: as entidades que são as Dn, nele, são permutadas em Df predicativas, o que faz dobrar seu caráter circunstancial (v. nota da pg. anterior). A distância, entretanto,

<sup>12</sup> No original *évènementielle*. (N. do T.).

não sendo por definição necessariamente orientada, podemos perfeitamente conceber, por exemplo, um poema de Verlaine onde uma manifestação fortemente nominal remeteria a uma isotopia segunda, verbal e circunstancial (id.).

### 3. EQUIVALÊNCIA E DISTÂNCIA SEMÂNTICA

#### 3.1 O esquema canônico da definição

Depois de haver tentado medir a distância entre Dn e Df consideradas como unidades sintáticas, e antes de dar o passo seguinte, precisamos procurar os princípios de organização interna da Df.

A monotonia da leitura de um milhar de definições cruciverbistas se explica, provavelmente, não só pela simplicidade relativa do “gênero” estudado mas, também, pelo número reduzido das constantes canônicas que regem sua articulação. Com efeito, a maioria destas Df — se levamos em conta as reservas feitas a propósito das Df frásicas — são sintagmas em expansão e têm, por isso, a hipotaxe como princípio de sua construção. Não tomando em consideração senão as relações hipotáticas de primeiro grau, podemos dizer que elas são suscetíveis de um “corte binário”. Para ilustrar este corte serão suficientes alguns exemplos bem simples:

##### 1. Definições substitutivas

Transporte/medieval	// Ira
Objeto/ de uma famosa interrogação	// Ser
A arte/ de fazer passar as coisas	// Tato

##### 2. Definições permutativas

Abate/ sua vítima	// Acesso
Dispõe/ de uma considerável bacia	// Ossudo
Não ficou portanto/ sem voz	// Eleito

Não queremos dizer que todas as Df sejam tão simples quanto estas; afirmamos entretanto que, não obstante os desdobramentos, as determinações de graus sintáticos inferiores, as articulações ternárias aparentes, é sempre possível reduzir uma Df cruciverbista a uma articulação binária de relação hipotática entre seus elementos constitutivos.

A escritura hipotática assim obtida, embora se assemelhe à definição aristotélica e lembre, também, a definição segundo

Hjelmslev (pelo menos no que toca à divisão sintagmática do signo em suas partes constitutivas), não nos permite compreender melhor a natureza das relações entre Df e Dn; sobretudo, não nos autoriza a transpor a Df — como o fazem frequentemente — para o plano paradigmático, transformando, não se sabe como, as relações hipotáticas, que lhe são próprias, em relações hiponímicas que situam a Df no interior de uma árvore taxinômica. No máximo, ela permite operar com as unidades constitutivas discretas, obtidas graças a este corte.

### 3.2 A conversão negativa

A articulação binária da Df é indiretamente confirmada pelo tratamento desigual que sofre o seu conteúdo no momento da transformação negativa de Df em relação a Dn — procedimento freqüente da codificação cruciverbista.

1. Assim, na presença de um par cruciverbista do tipo:

Não se aplica / a qualquer um // *SM*

vemos que a reconversão da Df negativa em Df assertiva:

Aplica-se / alguém excepcional

exige que a operação seja aplicada simultaneamente ou sucessivamente aos dois elementos da Df.

2. No seguinte caso:

Não honra / a civilização // *Guerra*

a mesma reconversão não se aplica senão ao primeiro elemento:

Desonra / a civilização

o que evidencia a independência relativa dos elementos constitutivos da Df.

**N.B.:** É claro que tratamos aqui das transformações ou das conversões de conteúdos, e não de construções sintáticas.

Observe-se que a negação funciona diferentemente conforme os termos da estrutura elementar da significação sobre os quais ela se objetiva. No caso (1), trata-se da passagem de

$$s \rightarrow -s$$

No caso (2), a conversão é inteiramente diferente: ela toma o caminho de

$$\text{não } s \rightarrow -s$$

Os dois aspectos da negação que consideramos sucessivamente, isto é: (1) seu caráter total ou parcial e (2) a natureza da injunção, que pode se objetivar tanto sobre o termo neutro ( $-s$ ), quanto sobre o termo negativo ( $\text{não } s$ ) da estrutura elementar, encontra-se na transformação da famosa seqüência anti-frásica de Corneille:

// Vai! eu não te odeio / absolutamente //  $\rightarrow$  // Eu te amo / totalmente // <sup>12</sup>

Com efeito, sem o corte binário da seqüência negativa, sua reconversão assertiva poderia resultar tanto em

/ Eu sou indiferente em relação a ti /

quanto em

/ Eu te amo /.

Sendo dada a categoria

$$\frac{s}{\text{amar}} \text{ vs } \frac{-s}{\text{ser indiferente}} \text{ vs } \frac{\text{não } s}{\text{odiar}}$$

(não amar / não odiar)

a negação de  $\text{não } s$  pode tomar dois caminhos diferentes:

$$(1) \text{ não } s \rightarrow -s$$

$$(2) \text{ não } s \rightarrow s$$

A intervenção do segundo elemento da seqüência que faz parte da categoria

$$\frac{\text{não } s \text{ V } (-s)}{\text{nada}} \text{ vs } \frac{s}{\text{tudo}}$$

<sup>12</sup> //Va! Je ne te hais/point// — — — //Je t'aime/totalement//

não prevê senão um só percurso:

$$(n\tilde{a}o\ s)\ V\ (-\ s)\ \rightarrow\ s\ //$$

Se reconhecemos que a negação é total e que se objetiva, ao mesmo tempo, sobre os dois elementos da seqüência, percebemos que seu resultado se apresenta como

$$/(s)\ V\ (-\ s)\ /\ +\ /s/\ =\ s\ //$$

O que exerce papel decisivo aqui é a exigência da isotopia da seqüência negada: o resultado da negação deve ser homogêneo. A dupla leitura do primeiro elemento é neutralizada, e a ambigüidade decorrente acha-se resolvida: a redundância do termo positivo (amar totalmente) aparece como a última leitura assertiva possível.

Se nos detivemos mais longamente no problema das transformações negativas do conteúdo, não foi apenas em função do papel relativamente importante que elas exercem enquanto distanciamentos suplementares, no espaço que se estabelece entre Dn e Df. Quando insistimos sobre seu caráter de certo modo estilístico e sobre o fato de que elas não constituem senão manifestações gratuitas que deixam os conteúdos intatos, preferimos, para designá-las, o termo *conversão*, em vez de transformação. Deveríamos dizer conversões ou reconversões porque, se nossa interpretação é aceita, vemos que elas não são orientadas, que todos os percursos lhes são permitidos no interior da estrutura elementar da categoria semântica a que pertencem.

Nossa insistência teve, também, um outro objetivo: ao ultrapassarmos os limites do quadro — apesar de tudo — bastante estreito dos jogos cruciverbistas, tentamos levantar, através deste expediente, o problema mais geral do estatuto estrutural da antífrase, que parece se situar neste estágio de procedimentos de transcodificação.

Enfim, como o distanciamento antifrásico situa-se em um nível de generalidade muito alto e como esta manipulação dos conteúdos se utiliza das relações que existem no interior da estrutura elementar da significação, nós tentamos dar um passo adiante na compreensão dos mecanismos que agem no interior da seqüência definicional.

### 3.3 A isotopia semântica

Com efeito, o corte binário que utilizamos para refletir sobre as conversões negativas mostrou que os elementos constitutivos da Df, apesar da relação hipotática que os une, aí estão reunidos por e através de uma função de complementaridade; mostrou também que seu caráter discreto serve, justamente, para melhor estabelecer um lugar semântico único, uma isotopia sobre a qual se encontra situado o conteúdo da Df.

O que é verdade para a categoria muito geral do proposto e do negado o é, igualmente, para outras categorias sêmicas. O corpus um tanto particular das Df cruciverbistas que escolhemos, elaborado em intenção de um destinatário “cultivado” e espirituoso, aficciona, hipostasia mesmo um certo tipo de Df que joga com os múltiplos sentidos das palavras.

Assim, entre os numerosos exemplos que poderíamos utilizar,

(1) Um amigo / dos simples // *Herborista*

o último elemento (“simples”) é passível de uma dupla interpretação, conforme ele assuma o termo “humanos” ou o termo “coisas” de uma só e mesma categoria semântica. Esta escolha determina a isotopia da Df inteira: o elemento “amigo”, se selecionado pelo primeiro termo, valoriza o semema cujo efeito de sentido seria “aquele que tem afeição”; já a seleção do segundo termo faria aparecer o semema cujo efeito de sentido é “amador”. Acrescentemos que, uma vez escolhida a isotopia correta, a equivalência entre Df e Dn encontra-se quase estabelecida.

O mesmo tipo de interpretação dá conta de

(2) Polido / quando ele sai do leito // *Calhau*

O elemento “polido”, caracterizado pela presença da mesma categoria semântica indicada no exemplo (1), visando ao estabelecimento da isotopia, pode selecionar seja o semema que tem por efeito de sentido o “leito móvel” ligado ao termo “humanos”, por causa da funcionalidade do leito, seja o semema “leito de rio”. Observemos que, neste caso, a escolha da isotopia útil não estabelece a equivalência entre Df e Dn: a relação sintática que as distancia é, com efeito, de ordem hponímica.

O último caso

(3) Permite um contato / na clandestinidade // *Joelho*

apresenta quase as mesmas características, embora a categoria que articule o elemento “contrato” seja aquela que podemos chamar, imprecisamente, de “físico”/“moral”. O estabelecimento da equivalência entre Df e Dn é, aqui, impedido pela distância hipotática entre duas codificações.

Se nós consideramos muito rapidamente estes exemplos e nos contentamos com uma análise sêmica mais do que aproximativa, foi porque, longe de querer retomar aqui os problemas da solução das ambigüidades existentes no interior das seqüências sintagmáticas, procuramos distinguir o princípio geral da articulação das Df. Embora os exemplos escolhidos correspondam, de maneira geral, aos diferentes tipos das relações sintáticas entre as Df e as Dn, deixamos, igualmente, de lado o problema do estabelecimento da isotopia correta e do reconhecimento da Dn a partir da Df: todo cruciverbista terá observado que a Df não serve, senão numa fraca medida, a este reconhecimento, porque a utilização mecânica do quadriculado é muito mais rentável. Na linguagem poética, aliás, o problema do reconhecimento se coloca em termos muito diferentes: é a existência da isotopia geral do texto que torna possível a leitura homogênea das Df escritas lado a lado, mas distanciadas por relações sintáticas diversas.

Estas ilustrações se destinam, em compensação, a mostrar que, após a análise sintática da distância entre Df e Dn, a análise da estrutura sintática da Df não está mais em medida de dar conta das manifestações dos conteúdos; e que, conseqüentemente, a definição hjelmsleviana da Df — considerada como sintagma analítico — não é mais suficiente.

Tudo se passa como se a organização sintática do discurso, chamada a situar conteúdos semânticos, não pudesse fazê-lo senão manifestando-os de maneira “deseixada”, destorcida. Se a articulação hipotática dos elementos da Df é própria da sintaxe, podemos dizer que estas relações hipotáticas se encontram abolidas, *neutralizadas* no momento da leitura, em proveito das relações de equivalência, paradigmáticas, na sua natureza (a equivalência enquanto conjunção sendo, necessariamente, acompanhada de disjunções).

A intuição de Jakobson, a propósito da projeção do paradigmático sobre o sintagmático que foi proposta para a interpretação da linguagem poética, possui, provavelmente, um alcance mais

geral: ela poderia dar conta da separação que existe entre as estruturas sintáticas e as estruturas semânticas do discurso.

### 3.4 Uma estilística da manifestação

Uma vez reconhecida, a separação que existe entre estes dois tipos de estrutura deveria ser alargada antes que alguém se ocupe de eliminá-la. Assim, embora tenhamos consciência do inconveniente de retomar as teses que já expusemos em outros trabalhos, pensamos que talvez seja útil insistir sobre o caráter não semântico das unidades gramaticais e, mais especialmente, sobre as mais perigosas entre elas, os "lexemas" (= "palavras"). Estes, com efeito, possuem um estatuto sintático incontestável sem que, por isso, nós possamos considerá-los como unidades semânticas ou, mesmo, como estruturas semânticas mais complexas. Os esforços de Katz e Fodor para descrever os sememas através de arborescências taxinômicas (a propósito de *bachelor*, por exemplo) e, assim, introduzir elementos de ordem no interior de sua estrutura interna, não resultaram senão em demonstrar que eles dependem de sistemas de exclusão, de agrupamentos de categorias e de termos sêmicos organizados segundo o princípio de compatibilidades e de incompatibilidades (cada percurso escolhido para a seleção da significação conduz à aparição de unidades semânticas que são os sememas, excluindo todos os outros percursos).

Se um lexema é um quadro gramatical (que oferece a possibilidade da manifestação de vários sememas), a relação hipotática entre lexemas pode ser neutralizada em proveito dos sememas (ou de unidades ainda menores, dos semas) situados no plano semântico homogêneo e unidos por relações paradigmáticas. Assim, supondo-se que os dois elementos de um Df comportem lexemas que podem, cada um, manifestar, digamos, quatro sememas, e ligados entre eles por uma relação de subordinação:

Lexema A		Lexema B	
1	.....	1	.....
2	.....	2	.....
3	.....	3	.....
4	.....	4	.....
.....	.....		

o lexema A4 pode-se encontrar situado sobre a mesma isotopia que o semema B2: a Df, em vez de ser uma hipotaxe entre A e B, será, ao contrário, uma conjunção de A4 mais B2.

O mesmo tipo de raciocínio se aplica, da mesma forma, às Dn que, enquanto lexemas, são passíveis de polissemias. Como, entretanto, estas últimas não possuem articulação binária que possa resolver suas ambigüidades, somos obrigados a admitir que as Dn são, em princípio, indeterminadas quanto à sua significação, que elas não significam senão em função das Df, a partir do fato das relações que elas entretêm com as Df correspondentes.

Uma nova estilística, então, independente da tropologia, pode ser postulada: uma estilística que daria conta dos tipos de *camuflagem* que os conteúdos semânticos são capazes de revestir quando eles se manifestam por intermédio de unidades gramaticais. Dn, simples lexema, e Df, sintagma lexicalizado mas, também, as articulações sintáticas variadas das Df devem, sob este ponto de vista, ser consideradas como suscetíveis de se submeter a uma classificação que descreveria uma tipologia das distâncias entre conteúdos semânticos e suas manifestações através das formas gramaticais. Retomamos aqui, de novo, as indagações que já nos havíamos proposto relativamente à exploração da categoria *condensação/expansão*.

Que uma tal estilística, situada em um nível autônomo, seja possível, isto mostra bem a existência de linguagens literárias que se definem pela preferência que elas manifestam por tal ou tal cobertura gramatical do conteúdo. Assim, a linguagem literária que caracteriza o classicismo francês parece ter tido, como um dos seus postulados estéticos, a procura da "palavra precisa": devemos entender por isso: 1. A escolha das Dn (lexemas) para a manifestação do conteúdo e 2. O desejo de identificação do lexema com o semema único. Basta ler algumas das páginas que R. Barthes consagrou, recentemente, à "clareza francesa", à procura de uma linguagem que seria uma álgebra do pensamento para, comparando-as com as preocupações teóricas de Port-Royal, compreender a beleza onírica e o inevitável fracasso de um tal empreendimento. Em todo caso, esta linguagem lexicomática pode, facilmente, ser distinguida da linguagem sintagmática do romantismo, onde a procura da mesma verdade adota o caminho oposto, utilizando a comparação, a metáfora, a imagem, isto é, as expansões definicionais do conteúdo.

#### 4. NO QUE CONCERNE À CONCLUSÃO

Ao mesmo tempo que exprimimos o receio de que os limites muito estreitos do objeto deste estudo nos tenham conduzido a extrapolações excessivas, vamos tentar resumir as hipóteses a que chegamos.

Quando fizemos reflexões sobre a distância entre  $D_n$  e  $D_f$ , procuramos interpretá-la como uma relação sintática. A topologia poderia estudar as relações formais e delas fazer uma tipologia baseada sobre o corpo das definições sintáticas. Não é senão ao nível da escritura, uma vez estabelecida a redundância de um certo tipo de relações pelo desvio estatístico significativo, que o problema da reinterpretação semântica das relações sintáticas pode ser proposto.

Em um nível diferente, situa-se o domínio particular de uma pesquisa estilística, que teria por objeto a descrição tipológica do que é a manifestação sintática do conteúdo semântico. Aliás, ela não faria senão retomar, em termos renovados, a problemática da antiga retórica que, em seu conjunto, não concebia a medida das configurações estilísticas senão a partir de uma isotopia semântica já proposta.

O reconhecimento da separação entre as estruturas sintáticas e as estruturas semânticas das línguas naturais permitiria ultrapassar as questões que se colocam no interior da linguagem literária e abordar mais facilmente o problema geral da reinterpretação semântica dos sistemas formais.

Tradução de  
CLARA DE ANDRADE ALVIM

## Os Provérbios e os Ditados<sup>1</sup>

---

**1.0** NA LÍNGUA falada, os provérbios e ditados se distinguem nitidamente do conjunto da cadeia pela mudança de entonação. Tem-se a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando uma outra de empréstimo a fim de proferir um segmento da fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando. Cabe aos foneticistas precisar em que consiste exatamente essa mudança de tom. Podemos, através da percepção somente, pretender que um provérbio ou um ditado apareçam como elementos de um *código particular*, intercalados no interior de mensagens trocadas.

**1.1** Caso se considerem os provérbios e os ditados como elementos significantes de um código particular, pode-se admitir que, escolhidos dentro dos limites de uma língua e de um período histórico dados, constituem *séries acabadas*. Torna-se possível seu estudo, a partir daí, como a descrição *de um sistema de significação fechado*. Bastará considerá-los a todos como significantes e postular para os mesmos um significado global: a descrição esquemática e estrutural do plano do significante dará conta das configurações de seu significado.

E, mais do que isso, a interrogação sobre os caracteres formais dos provérbios e dos ditados, revelando-se fecunda, vai dar, já então, as primeiras indicações quanto à significação formal desse código particular, a partir de cujo auxílio se exprime, como há muito já se diz, toda a “sabedoria das nações”. (Da mesma forma o estudo das formas literárias pelas quais se realiza um “gênero” poderá dar conta da significação formal de um gênero

<sup>1</sup> Este texto, publicado nos *Cahiers de lexicologie*, 1960, nº 2, com o título de *Idiotismos, provérbios e ditados*, possui ainda certo valor didático.

literário). É precisamente essa busca de caracteres formais que, neste momento, será esboçada.

2.0 Os segmentos da cadeia sintagmática, elementos desse código, podem ser classificados segundo *as dimensões* das unidades sintáticas no interior das quais eles se realizam:

a) as dimensões da frase:

*"Ce sont les petites pluies qui gâtent les grands chemins"*<sup>2</sup>

(São as pequenas chuvas que estragam os grandes caminhos)

*"Qui veut tuer son chien, l'accuse de rage"*

(Quem deseja matar seu cão o acusa de raiva)

b) as dimensões da oração:

*"La caque sent toujours le hareng"*

(A barrica cheira sempre ao arenque)

*"A l'impossible nul n'est tenu"*

(Ao impossível, ninguém é obrigado)

c) as dimensões da oração sem verbo:

*"Après la pluie, le beau temps"*

(Após a chuva, o tempo bom)

*"Grand clocher, mauvais voisin"*

(Grande campanário, mau vizinho)

**Observação I:** Seria preciso excluir desse inventário as *orações-réplica* do tipo de:

*"(Le) bon débarras"* (Que Deus o tenha! — pejorativo)

*"Et pour cause"* (Com toda a razão)

*"A d'autres"* (Quem não te conhecer que te compre)

<sup>2</sup> Como o estudo do autor se refere apenas às constantes formais dos provérbios e dos ditados franceses, optamos pela tradução que mantém suas estruturas formais e não pelos equivalentes possíveis na tradução de língua portuguesa. (N. do T.).

que — utilizando a terminologia de Jakobson — não provêm do código no interior da mensagem, mas se apresentam como mensagens no interior da narrativa.

**Observação II:** É preciso desde já observar que não parecem pertinentes essas distinções segundo as dimensões das unidades sintáticas: na verdade, é a frase de modulação binária que caracteriza todos os elementos semiológicos abordados (v. 2.2.3).

**2.1** Por outro lado, parece-nos importante uma outra distinção: trata-se da separação de todos os elementos semiológicos em elementos *conotados ou não*. Entendemos por conotação a transferência do significado de um lugar semântico (onde ele se estabeleceria a partir do significante) para um outro.

*Os provérbios* são elementos conotados. No caso de

*“Bonjour lunettes, adieu fillettes”*

(Bom-dia, óculos; adeus, meninas)

o significado não se situa ao nível da significação de *lunettes* (óculos) ou de *fillettes* (meninas), encontrando-se o sentido do provérbio no ponto em que se desenvolvem as considerações sobre a juventude e a velhice.

*Os ditados*, pelo contrário, são elementos não conotados; não precisamos buscar a significação de

*“Chose promise, chose due”*

(Coisa prometida, coisa devida)

fora da intencionalidade linear onde se encontra.

**2.2.0** A busca dos caracteres formais dos provérbios e dos ditados parece comprometida, já que raramente se encontram, num único exemplo, todos os caracteres formais que podemos descrever. No entanto, tal fato não espanta o lingüista: a existência de “leste” (ágil) (que formalmente não realiza a oposição masculino vs feminino), ou de “voix” (voz) (onde a distinção singular vs plural não está marcada nem mesmo graficamente) não recoloca em questão as categorias do gênero e do número; nem espanta o historiador de arte o fato de que as diferentes categorias góticas não reúnam em si todos os traços distintivos do gótico.

**2.2.1** Os provérbios e ditados freqüentemente se distinguem, do ponto de vista formal, pelo *caráter arcaico* de sua construção gramatical:

a) Pela ausência do artigo:

*“Bon chien, chasse de race”*

(Bom cão, caça de raça)

*“Mauvaise herbe pousse vite”*

(Erva daninha cresce rápido)

b) Pela ausência de antecedente:

*“Qui dort dîne”*

(Quem dorme janta)

*“Qui femme a, guerre a”*

(Quem mulher tem, guerra tem)

c) Pela não observância da ordem convencional das palavras:

*“A l’ongle on connait le lion”*

(Pela unha se conhece o leão)

d) Alguns caracteres *léxicos* arcaizantes permitem igualmente a datação dos provérbios ou ditados:

*“Contentement passe richesse”*

(Contentamento ultrapassa riqueza).

À primeira vista, os traços arcaicos dos provérbios remetem à época de sua formação. E um estudo histórico mais aprofundado, permitindo sua exata datação, provavelmente mostraria que *a forma arcaizante lhe é necessária*, e que ela constitui um de seus traços distintivos intrínsecos.

**2.2.2** Os provérbios e ditados, por seu estatuto verbal e pela escolha dos modos e tempos utilizados (excluindo-se os demais), são encontrados:

a) no *presente do indicativo*:

*“Le mieux est l’ennemi du bien”*

(O melhor é inimigo do bem)

*“Le renard prêche aux poules”*

(A raposa prega às galinhas)

b) no *imperativo*:

*“Aide-toi, le Ciel t’aidera”*

(Ajuda-te, o Céu te ajudará)

*“Fais ce que tu penses si tu ne peux pas faire ce que tu veux”*

(Faze o que pensas se não podes fazer o que tu queres)

c) o *imperativo tematizado* no presente do indicativo reúne as duas possibilidades:

*“Il faut lier le sac avant qu’il soit plein”*

(É preciso amarrar a sacola antes que esteja cheia)

*“Il ne faut pas réveiller le chat qui dort”*

(Não se deve acordar o gato que dorme).

**2.2.3** A *estrutura rítmica binária* dos provérbios e ditados aparece como um traço formal distintivo mais geral do que as dimensões das unidades nas quais eles se realizam. É ao nível das *frases de modulação*, portanto, que se devem buscar os elementos explicativos de seu estatuto original:

a) Oposição de duas orações:

*“Ce que femme veut // Dieu le veut”*

(O que a mulher quer // Deus o quer)

b) Oposição de duas orações sem verbo:

*"Aujourd'hui en fleurs // demain en pleurs"*

(Hoje em flores, amanhã em lágrimas)

c) Oposição de dois grupos de palavras no interior da oração:

*"A l'ongle // on connaît le lion"*

(Pelas garras // conhece-se o leão).

**Observação:** a rima ou a assonância vêm por vezes sublinhar essa oposição binária:

*"Aux mariages et aux morts // le diable fait son effort"*

(Nos casamentos e nas mortes // o diabo faz seu esforço)

*"Deux moineaux sur un épi // ne sont pas longtemps amis"*

(Dois pássaros sobre a mesma espiga // não ficam por muito tempo amigos).

**2.2.4** A estrutura rítmica binária é frequentemente reforçada pela utilização, cuja intenção parece evidente, de oposições no plano lexical:

a) a *repetição* das palavras:

*"Autant de têtes, autant d'avis"*

(*Tantas* cabeças, *tantas* opiniões)

*"Ce que femme veut, Dieu le veut"*

(O que a mulher *quer*, Deus o *quer*)

b) a confrontação lingüística de *pares oposicionais* de palavras:

*"Bonjour lunettes, adieu fillettes"*

*"Ce sont les petites pluies qui gâtent les grands chemins"*

*"Au long aller, petit fardeau pèse"*

(Em *longa* caminhada, *pequeno* fardo pesa).

**3.0** Estas poucas indicações não têm a pretensão de esgotar a descrição dos caracteres formais dos provérbios e ditados. Podemos achar, no entanto, que são suficientemente características e permitem já nesse estágio formular algumas observações provisórias sobre a significação da forma proverbial e dos ditados.

**3.1** A formulação arcaizante dos provérbios e ditados intercalados na cadeia do discurso atual vai, ao que parece, remetê-los a um passado não determinado, além de conferir uma espécie de autoridade que provém da “sabedoria dos antigos”. O caráter arcaico dos provérbios, portanto, constitui uma *colocação fora do tempo* das significações que eles contêm; é um procedimento comparável ao “era uma vez” dos contos e das lendas, destinado a situar no tempo “dos deuses e dos heróis” as verdades reveladas na narrativa.

**3.2** A utilização do tempo presente e dos modos indicativo ou imperativo, em aparente contradição com o que acabamos de dizer, ressalta de melhor forma a insólita colocação do provérbio ou do ditado no discurso. O presente aí utilizado torna-se o tempo a-histórico por excelência que ajuda a enunciar *verdades eternas*, sob forma de simples constatações. O imperativo, por sua vez, instituindo uma regulamentação fora do tempo, assegura a permanência *de uma ordem moral* sem variações.

**3.3** No atual estado das pesquisas sobre as frases de modulação não se podem emitir senão as hipóteses referentes à significação das estruturas binárias. Todavia, parece sugestivo que a frase, concebida sob a forma binária da modulação pergunta vs resposta, se apresente como *uma estrutura simultaneamente clara e fechada*. É preciso, ainda, esperar os resultados das pesquisas sobre a oposição entre as estruturas binárias que caracterizam a escritura clássica e os ritmos ternários dos românticos, para que se possa considerá-los como os significantes (em nossos sistemas simbólicos, nossas representações ou nossas aspirações) de um mundo acabado, equilibrado e em repouso.

**3.4** O comportamento “estilístico” dos elementos léxicos constitutivos dos provérbios e dos ditados se deixa interpretar mais facilmente.

A *repetição* do mesmo elemento léxico nas duas partes da estrutura proverbial ou de ditados do tipo:

*"Autant de têtes, autant d'avis"*

*"Loin des yeux, loin du coeur"*

(Longe dos olhos, longe do coração)

permite o estabelecimento de correlações entre as duas seqüências assim articuladas: essa aproximação das coisas e dos comportamentos que se parecem tende para a constituição de grandes classes de correlações e contribui de forma relevante para a *ordenação* do mundo moral que se supõe reger uma sociedade.

A realização, no plano sintagmático, de pares opicionais que são sistemáticos por definição, tais como:

*"Aujourd'hui en fleurs, demain en pleurs"*

produzindo novas oposições do tipo de: *fleurs* vs *pleurs* utiliza-se do único procedimento não sintático acessível — a sucessão — a fim de chamar a atenção para as relações de causalidade, de determinação, de dependência, fazendo com que participem da "natureza das coisas", porque pertencem ao sistema e não aos comportamentos individualizados.

O estudo das correlações e dos pares de novas oposições susceptíveis de superposições entre si poderia permitir o estabelecimento do tematismo e da estrutura do sistema de significações fechado que constitui o conjunto dos provérbios e ditados de uma comunidade lingüística, numa época dada.

4. As explicações acima se destinam a postular a existência de um domínio semântico independente, afirmando o estatuto formal autônomo de elementos semiológicos chamados tradicionalmente provérbios e ditados.

Estamos persuadidos de que a descrição sistemática de provérbios e ditados, em si mesma interessante, poderia propor alguns elementos explicativos para os problemas de estilística, e contribuir, pelo inventário exaustivo das correlações e dos pares opicionais nos provérbios, para o estudo de outros simbolismos: o dos mitos, o dos sonhos ou o do folclore.

Tradução de  
KATIA HAKIM CHALITA

*Este livro foi produzido  
nas oficinas gráficas da  
Editora Vozes Limitada  
no ano do Tricentenário  
da emancipação  
da Província Franciscana  
da Imaculada Conceição  
do Brasil.*

---



Rua Frei Luís, 100 Tel.: 42-5112 \*  
Caixa Postal 23. End. Telegr.: **Vozes**  
25.600 Petrópolis, Estado do Rio  
C.G.C. 31.127.301/0001-04  
Inscr. Est. 39.030.164

**Filiais:**

*Rio de Janeiro:* Rua Senador Dantas, 118-II  
Tel.: 242-9571  
*São Paulo:* Rua Senador Feijó, 158/188  
Tels.: 33-3233 - 32-6690  
*Belo Horizonte:* Rua Tupis, 85  
Loja 10 — Tel.: 22-4152  
*Porto Alegre:* Rua Riachuelo, 1280  
Tel.: 25-1172  
*Brasília:* CRL/Norte - O. 704  
Bloco A - Nº 15  
Tel.: 23-2436

**Representantes:**

*Recife:* NORDIS-Nordeste Distribuição  
de Editoras Ltda.  
Rua da Conceição, 106. Tel.: 21-4308  
*Fortaleza:* Ceará Ciência e Cultura Ltda.  
Rua Edgar Borges, 89. Tel.: 26-7404

# SOBRE O SENTIDO

A.J.Greimas

Uma série de ensaios escritos em épocas diversas, cuja unidade reside numa procura do objeto da **Semiótica**, dos seus métodos e daquilo que o autor chama de **modulação** do sentido. O objeto possível da Semiótica são as múltiplas formas da significação. O **sentido** se desdobra em conotações sociais e se solidifica para constituir o mundo do bom-senso. Como, a partir das estruturas fundamentais abstratas, se constitui o universo antropomorfo da narração? Das estruturas fundamentais até as formas complexas da manifestação, passando pelos diferentes níveis do discurso e do texto, podemos seguir uma verdadeira modulação do sentido: por isso temos de explorar também o folclore, a mitologia, a poesia e até mesmo as palavras cruzadas. O Semiótico está sempre à procura do **sentido**, e este sempre lhe escapa. O que ele consegue apreender são as condições de sua existência e seus modos de manifestação. ■ Algirdas Julien Greimas nasceu na Lituânia, em 1917. É doutor em Letras pela Sorbonne (1949) e foi professor em lugares como Alexandria, Ancara, Istambul, Poitiers e Paris. Pretendeu fundar uma **lexicologia**, baseada nas unidades-palavras, e diz que fracassou e foi cair na **Semântica**. A necessidade de ultrapassar os estreitos limites da Semântica o levou enfim a uma **Semiótica** estrutural. ■

**DO NOSSO CATÁLOGO: Estruturalismo e Teoria da Linguagem, M. Foucault e outros / Arqueologia do Saber, M. Foucault / Chaves para o Imaginário, O. Mannoni / Arte e Linguagem, R. da Matta e outros / Por uma Teoria do Simbólico, A.S.L. Mendonça / Estruturalismo e Teoria da Literatura, L. Costa Lima / Coleção «Novas Perspectivas em Comunicação», já com 10 volumes traduzidos da série francesa «Communications».**

ATENDEMOS  
PELO REEMBOLSO

 EDITORA  
VOZES